

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**A MATEMÁTICA ESCOLAR EM BLUMENAU (SC)
NO PERÍODO DE 1889 A 1968: da Neue Deutsche Schule à
Fundação Universidade Regional de Blumenau**

Rosinéte Gaertner

Orientador: Prof. Dr. Antonio Vicente Marafioti Garnica

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática - Área de Concentração em Ensino e Aprendizagem da Matemática e seus Fundamentos Filosóficos-Científicos para obtenção do Título de Doutor em Educação Matemática.

Rio Claro (SP)

2004

Comissão Examinadora

Antonio Vicente Marafioti Garnica

Antonio Carlos Carrera de Souza

Carlos Roberto Vianna

Miriam Godoy Penteado

Maria Ângela Miorim

Rosinéte Gaertner

Rio Claro, 14 de setembro de 2004

Resultado: Aprovada

**À memória de todos os imigrantes,
de todas as nacionalidades, que para
aqui vieram em busca da realização
de seus sonhos e ideais.**

AGRADECENDO...

Ao Antônio Vicente, pela orientação desta tese e, também, por me fazer desejar ainda mais. Obrigada!

Aos depoentes e colaboradores desta pesquisa que, além das inestimáveis informações, deram-me lições de amor, respeito e vida: Waltraud Koch, Dagobert Günther (*in memoriam*), Cora Bridon dos Santos, Johanna Helene Kuehn, Lothar Schmidt, Erika Martins Flesch, Wilson Alves Pessôa, José Valdir Floriani, Alfredo Petters, Almerindo Brancher e Rubens Lippel; a estes, minha infinita gratidão.

Aos meus pais, Irineu e Leonida, irmãos, sobrinhos e familiares, maiores incentivadores e torcedores de meu sucesso.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da UNESP, obrigada pela luz, força e incentivo.

À colega e amiga Tânia, companheira de tantas viagens e aventuras.

Aos professores e amigos da Universidade Regional de Blumenau, que torceram muito.

As novas amizades estabelecidas em Rio Claro, especialmente à Ivete e Terezinha.

Aos membros do grupo de História Oral e Educação Matemática: Vicente, Carlos Vianna, Carrera, Gilda, Sílvia, Heloisa, Emerson, Helenice, Ednéia, Luzia, Ivete, Michela, Ivani, Marisa, Zionice e Ronaldo.

Aos funcionários da Escola de Educação Básica Pedro II e do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, de Blumenau, especialmente Suely Petry, atenciosos sempre.

À Leda Maria Baptista, pelas dicas e fontes preciosas, obrigada.

À Leonida Hostins, obrigada por ler e revirar minhas vírgulas.

À Juliana Maria Rebelo e Noelly Susana Goedert, por auxiliar-me na composição das fotografias e na digitação do texto.

O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa.
Marc Bloch

*Ó conta, velha preta, ó jornalista, poeta, pequeno historiador urbano,
ó surdo-mudo, depositário de meus desfalecimentos, abre-te e conta,
moça presa na memória, velho aleijado, baratas dos arquivos, portas rangentes, solidão e asco, pessoas e
coisas enigmáticas, contai;
capa de poeira dos pianos desmantelados, contai;
velhos selos do imperador, aparelhos de porcelana partidos, contai;
ossos na rua, fragmentos de jornal, colchetes no chão da costureira, luto no braço, pombas, cães errantes,
animais caçados, contai;
Tudo tão difícil depois que vos calastes ...
E muitos de vós nunca se abriram...*

Nosso Tempo
Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Este trabalho procura resgatar aspectos históricos da educação e da matemática escolar da região de Blumenau (SC), de colonização alemã, no período de 1889 a 1968. Para alcançar este objetivo, utilizamos a História Oral (temática) como metodologia de investigação acompanhada de pesquisa a registros escritos. O uso de fontes orais, na forma de depoimentos de ex-alunos e de professores de Matemática, aliado às fontes escritas, possibilitou-nos conhecer a estrutura escolar e o funcionamento das escolas “alemãs”, criadas a partir de 1850 e extintas em 1938, com as leis de nacionalização do ensino. Aspectos relativos à matemática escolar, tais como: conteúdos estudados pelos alunos, formação dos professores, estratégias de ensino e recursos didáticos utilizados neste tipo de escola, são também evidenciados. Através das vozes dos depoentes, tivemos a oportunidade de conhecer os esforços de uma comunidade em favor da educação e da preservação de sua cultura, como, também, o impacto provocado em suas vidas pelas bruscas mudanças ocorridas durante o período do Estado Novo. Discutiu-se, ainda, o sistema educacional implantado nas escolas de Blumenau, após 1938, e, como se deu o ensino da Matemática até o ano de 1968, quando é criado o curso de Matemática pela Fundação Universidade Regional de Blumenau.

Palavras-chave: Matemática Escolar, Blumenau, Escola “Alemã”, História Oral.

ABSTRACT

The purpose of this research is to show some historical aspects of education and the mathematics studied at schools, from 1889 until 1968, in Blumenau-SC, a city colonized by the German. To reach this goal, we have used the Oral History as a methodological investigation followed by written records surveying. The use of oral sources, such as information from ex-students and Mathematics professors, allied to written records, allowed us to know the school structure and the operation of the “German” schools, created in 1850 and extincted in 1938, because of the laws of nationalization of teaching. Aspects related to the mathematics at school, such as: contents studied by the learners, education of professors, teaching strategies and didactic resources used in this kind of school, are also shown. Through the voices of the witnesses, we had the chance to be in touch with the efforts of a group of people for education and for the maintenance of their culture. Also we could perceive the impact in their lives because of the abrupt changes that happened in the “Estado Novo”- the current political system from 1937 to 1945. In addition, we discussed the educational system introduced in schools in Blumenau, after 1938, and how math was taught till 1968, when the Fundação Universidade Regional de Blumenau created Mathematics as a university course

Key words: Blumenau, German School, Oral History, Mathematics at school

ZUSAMMENFASSUNG

Diese Werk beabsichtigt historische Aspekte der Schulausbildung und -Mathematik der Gegend von Blumenau (SC) - von deutscher Kolonisation - von 1889 bis 1968 zurückzugewinnen. Um dieses Ziel zu erreichen, wurde die mündliche Überlieferung (thematisch), die Investigationsmethode, sowie die Recherche in Dokumenten verwendet. Die Anwendung der mündlichen Quellen in Form von Berichten ehemaliger Mathematikschüler und -Lehrer, verbunden mit den schriftlichen Quellen, ermöglichte uns die Schulstruktur und den Alltag der "deutschen" Schulen, die ab 1850 eingerichtet und 1938 durch die Gesetze der Nationalisierung des Bildungswesens abgeschafft wurden, kennen zu lernen. Schulmathematiksbefugliche Aspekte, wie: der von den Schülern gelernte Stoff, die Lehrerausbildung, Lehrstrategien, und die in diesen Schulen angewandten didaktischen Hilfsmittel werden auch hervorgehoben. Durch die Stimmen der Berichterstatter wurde uns ermöglicht, die Anstrengung einer Gemeinde zu Gunsten der Erziehung und der Erhaltung ihrer Kultur, sowie die Auswirkung der krassen Veränderungen während des "Estado Novo" in ihrem Leben kennen zu lernen. Das neue ab 1938 in den blumenauer Schulen eingerichtete Bildungssystem und wie die Mathematik bis zum Jahre 1968 gelehrt wurde, als die Fundação Universidade Regional de Blumenau den Mathematikkurs einfuhrte, werden auch erläutert.

Stichworte: Schulmathematik, Blumenau, "deutsche" Schule, mündliche Überlieferung.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Dr. Blumenau	15
Figura 2: Grupo de professores das Escolas Particulares Alemãs.....	23
Figura 3: Página do caderno de caligrafia de Waltraud Koch - 1927.....	25
Figura 4: Foto da turma de alunos do Professor Rudolf Günther – 1927.....	30
Figura 5: Foto da Deutsche Schule de Blumenau –1924	37
Figura 6: Foto da Neue Deutsche Schule – 1892	41
Figura 7: Foto de professores e alunos no pátio da Deutsche Schule de Blumenau – 1929	42
Figura 8: Capa do Relatório de 1910.....	43
Figura 9: Atestado de transferência de Erika Martins	82
Figura 10: Foto dos professores da Deutsche Schule de Blumenau – 1937.....	83
Figura 11: Foto da Escola Evangélica de Gaspar – 1929	90
Figura 12: Foto da turma de alunos do Professor Rudolf Günther – 1935.....	95
Figura 13: Foto do Grupo Escolar Professor Honório Miranda – 1936	97
Figura 14: Mapa de Santa Catarina e do Município de Blumenau – 1930.....	102
Figura 15: Foto de Wilson Alves Pessôa e grupo de professores da Escola Normal Pedro II – 1949.....	123
Figura 16: Capa da Revista Atualidades Pedagógicas.....	131
Figura 17: Certificado do Curso de Filosofia, Ciências e Letras de Alfredo Petters	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição das Aulas Semanais pelas Matérias	45
Quadro 2: Quadro de Matrículas por ano	47
Quadro 3: Grundschule e Realschule – Quadro de Matérias.....	47
Quadro 4: Schulbücher (Livros Escolares).....	72
Quadro 5: Professores de Matemática da Escola de Educação Básica Pedro II – Décadas de 1940, 1950 e 1960.....	216
Quadro 6: Relação dos Depoentes.....	247

SUMÁRIO

Introdução	12
Retalho 1: Eis que chegam os alemães	13
Retalho 2: Waltraud Koch	24
Retalho 3: Procuram-se professores	32
Retalho 4: Johanna Helene Kuehn	35
Retalho 5: Neue Deutsche Schule	40
Retalho 6: Lothar Schmidt	49
Retalho 7: O sistema educacional na Alemanha e as escolas “alemãs” de Blumenau	58
Retalho 8: A matemática escolar nas escolas “alemãs” de Blumenau	65
Retalho 9: Erika Martins Flesch	75
Retalho 10: Dagobert Günther	90
Retalho 11: Cora Bridon dos Santos	96
Retalho 12: A política em Blumenau: tempo de represálias e o fim das escolas “alemãs” ...	101
Retalho 13: O drama do ressentimento – perdas e danos	107
Retalho 14: Wilson Alves Pessoa	116
Retalho 15: José Valdir Floriani	125
Retalho 16: Obrigada a você que veio aqui, de repente, me acordar	144
Retalho 17: Alfredo Petters	158
Retalho 18: Almerindo Brancher	171
Retalho 19: Rubens Lippel	190
Retalho 20: Blumenau precisa de uma faculdade	197
Cerzindo a colcha: a lógica da artesã	201
A colcha de retalhos: percepções e revelações	209
Arremates	218
Referências	220
Anexos e Apêndices	228

ÍNDICE

Introdução	12
Retalho 1: Eis que chegam os alemães	13
Retalho 2: Waltraud Koch	24
Retalho 3: Procuram-se professores	32
Retalho 4: Johanna Helene Kuehn	35
Retalho 5: Neue Deutsche Schule	40
Histórico	40
Focando a estrutura curricular	42
Retalho 6: Lothar Schmidt	49
Retalho 7: O sistema educacional na Alemanha e as escolas “alemãs” de Blumenau	58
Retalho 8: A matemática escolar nas escolas “alemãs” de Blumenau	65
Retalho 9: Erika Martins Flesch	75
Retalho 10: Dagobert Günther	90
Retalho 11: Cora Bridon dos Santos	96
Retalho 12: A política em Blumenau: tempo de represálias e o fim das escolas “alemãs”	101
Retalho 13: O drama do ressentimento – perdas e danos	107
Retalho 14: Wilson Alves Pessôa	116
Retalho 15: José Valdir Floriani	125
Retalho 16: Obrigada a você que veio aqui, de repente, me acordar	144
História Oral	151
Retalho 17: Alfredo Petters	158
Retalho 18: Almerindo Brancher	171
Retalho 19: Rubens Lippel	190
Retalho 20: Blumenau precisa de uma faculdade	197
Cerzindo a colcha: a lógica da artesã	201
A colcha de retalhos: percepções e revelações	209
Arremates	218
Referências	220
Anexos e Apêndices	228

INTRODUÇÃO

Há costumes tão velhos quanto a humanidade. Um destes é o da arte de unir retalhos uns aos outros. Começou quando o homem precisou cobrir-se com pedaços de pele de animais para proteger o corpo; desenvolveu-se quando se aprendeu a trançar fibras vegetais, criando tecidos. O apuro da técnica de unir retalhos de pano com combinações de cores e desenhos ocorreu no Norte da África, Pérsia, Índia e China. Cavaleiros das cruzadas trazem a técnica para a Europa, durante a Idade Média. Em países como a Alemanha, Inglaterra, Itália e França, roupas feitas de sobras de tecido foram confeccionadas para servirem como proteção sob as armaduras de ferro, e colchas de retalhos passaram a aquecer os corpos nos invernos rigorosos. Sendo uma forma econômica e objetiva de se utilizar um material que era caro e não podia ser desperdiçado, nos séculos XV e XVI, seu uso foi generalizado para todos os artigos da casa. Colonizadores ingleses levaram para os Estados Unidos este antigo costume da confecção de peças a partir de retalhos e sobras de tecido, o que se tornou conhecido como *patchwork*, literalmente “trabalho com remendos”. Anteriormente utilizado pelas pessoas necessitadas, acabou fazendo parte da cena social americana, particularmente, nas áreas rurais.

Também imigrantes alemães, ao chegar ao sul do Brasil, trouxeram consigo este antigo hábito. No interior das casas em estilo enxaimel, lindas colchas de retalhos eram confeccionadas pelas mulheres para toda a família: colchas feitas com retalhos de tecidos ou mesmo com recortes de velhas roupas, porque não havia dinheiro nem onde comprar tecidos. Em muitos lares, tornou-se tradição a confecção destas colchas, cerzidas com pequenos pedaços de tecido que, de alguma forma, ligavam-se à memória da família.

Dos retalhos poder-se-ia dizer que, à primeira vista, parecem ter cores e estampas que brigam entre si; padrões e desenhos que não se combinam necessariamente. Um olhar mais cuidadoso, entretanto, revelará os segredos das memórias dos velhos retalhos, mãos hábeis e olhos atentos perceberão, no conjunto de trapos, a possibilidade de um resultado final surpreendente. Um fragmento de pano complementando outro; um resgatando uma parte vivida, outro, uma parte sonhada. Juntos relatam todo um passado, colorem uma história, compõem a memória. Assim, perceber cada pedaço de tecido traz à recordação pessoas, acontecimentos, situações. Cada um dos retalhos contando, à sua maneira, um caso, um episódio, um sucesso, um fracasso... retalhos-remendos, aparentemente pequenos, constroem uma colcha que é memória de vidas.



RETALHO 1: EIS QUE CHEGAM OS ALEMÃES

“Das ganze Brasilien ist ein überaus schönes, von der Natur mit allen Schätzen überreichlich gesegnetes Land ein wahrer Diamant, dem nur ein tüchtiger Meister fehlt, ihn in das kostbarste Juwel der Welt umzuwandeln.”¹

Hermann Bruno Otto Blumenau

Século XIX, ano de 1808. Fugindo da invasão napoleônica, a corte portuguesa se transfere para o Brasil provocando grandes mudanças na vida social, econômica e política brasileira. Importantes medidas objetivando o desenvolvimento da antiga colônia, transformada agora em sede do Governo Imperial, são tomadas pelo Imperador D. João VI, dentre as quais, a implantação da política de colonização que visava atrair imigrantes europeus para o território brasileiro. Para isso, é estabelecida uma lei que permite a concessão de terras devolutas (áreas pertencentes ao Estado que não tinham sofrido ocupação pelo homem branco), também, a pessoas de outras nacionalidades que se dedicassem ao povoamento e à atividade agrícola, direito antes concedido apenas aos estrangeiros de origem portuguesa.

Na Europa, neste período, alguns países enfrentavam grande miséria provocada por anos de guerras e conflitos. Kiefer (1999) registra que a sociedade alemã, especificamente, era caracterizada por uma política repressiva e uma situação econômica precária em que o feudalismo ainda predominava. A relação existente entre o início da industrialização e a liberalização econômica, agravada pelo aumento populacional e por más colheitas, levou a um empobrecimento que se alastrou pelas diversas camadas sociais, numa proporção antes nunca vista. Como agravante, nos estados do sul da Alemanha, ocorreu ainda um grande desequilíbrio ecológico que resultou em enchentes, colheitas escassas e produção de lenha insuficiente para o consumo no inverno.

É neste cenário que são lançadas propagandas de emigração para o Brasil, intensificadas após o ano de 1850, quando ocorre a proibição do tráfico de escravos africanos.

Mas, por que o Brasil buscou imigrantes alemães?

Weingärtner (2000) aponta vários fatores para explicar o empenho do Governo Imperial brasileiro em trazer imigrantes alemães para o Sul do Brasil

¹ **Tradução:** O Brasil é um país extremamente belo, fascinante, abençoado e prodigamente contemplado pela natureza, um verdadeiro diamante à espera de um hábil mestre para transformá-lo na mais preciosa jóia do mundo.

(1) o sul do Brasil tinha muitas terras devolutas e havia um grande vazio populacional; (2) no Brasil toda a produção de gêneros alimentícios estava na mão de grandes latifundiários, que trabalhavam com escravos. Com os imigrantes alemães, pretendia-se implantar o minifúndio familiar; (3) o clima ameno no Sul do Brasil era propício para a aclimação dos imigrantes alemães e para a produção de gêneros alimentícios que, até então, tinham que ser importados da Europa; (4) o colono alemão tinha fama de ser ordeiro, honesto, trabalhador incansável e que nutria grande amor por um pedaço de terra; (5) Dona Leopoldina, esposa do Imperador D. Pedro I, era austríaca. Portanto, de etnia germânica e, certamente, foi uma das pessoas que incentivaram a imigração alemã; (6) o Brasil mantinha, desde a vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, um exército formado por legionários estrangeiros, entre eles muitos alemães. Os soldados alemães eram conhecidos como destemidos guerreiros. Este fato, certamente, também teve peso na escolha dos imigrantes alemães – seus filhos dariam bons soldados para defender as divisas do Brasil no Sul do país. (WEINGÄRTNER, 2000, p. 6).

Em resposta às propagandas feitas, imigrantes alemães dirigiram-se à Província do Rio de Janeiro, onde fundaram Nova Friburgo, em 1819. Alguns anos mais tarde, em 1824, um grupo de imigrantes alemães chega ao sul do Brasil e se estabelece na Província do Rio Grande do Sul, onde é fundada a “Colônia Alemã de São Leopoldo”, nome dado em homenagem à Imperatriz Leopoldina.

A Província de Santa Catarina recebeu os seus primeiros imigrantes alemães em fins de 1828 e os estabeleceu em São Pedro de Alcântara, na região da atual Grande Florianópolis. Com terras pouco propícias para a agricultura e o não cumprimento do Governo Imperial da promessa de ajuda de instalação e manutenção da Colônia, São Pedro de Alcântara enfrentou dificuldades em sua sobrevivência. Muitos dos primeiros habitantes deixaram a Colônia e se fixaram ao longo do litoral e das margens do rio Itajaí.

Em 1846, o alemão Hermann Bruno Otto Blumenau² embarcou em Hamburgo com destino ao Brasil, como representante da “Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães”, com o objetivo de examinar a situação das colônias alemãs, já que lá haviam chegado reclamações de imigrantes sobre o tratamento que recebiam por parte do governo brasileiro. Inicialmente, ele visitou as colônias no Rio Grande do Sul e também esteve em Desterro³ (atual Florianópolis), seguindo para o Rio de Janeiro, onde aprendeu a língua portuguesa e fez amizades com influentes personalidades do Império. De volta ao sul do Brasil, conheceu a região que ficava às margens do rio Itajaí e ficou impressionado: as terras eram férteis, havia água em abundância, a mata nativa era de ótima qualidade, muitos rios rasgavam as planícies,

² Hermann Bruno Otto Blumenau nasceu a 26 de dezembro de 1819, em Hasselfelde, no Harz, Alemanha. Em 1836 deu início a sua formação de farmacêutico, em Erfurt, tendo concluído o curso em 1840. Em setembro de 1842, matriculou-se em Química, na Universidade de Erlangen e, após um ano e meio, concluiu seu doutorado.

³ Nossa Senhora do Desterro, povoado de imigração açoriana do litoral de Santa Catarina, é elevada à categoria de vila, em 1726. Em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, passou a chamar-se Florianópolis, em 3 de outubro de 1894.

indicando que podiam ser usados como meio de locomoção.

Em março de 1848, Dr. Blumenau entregou ao Governo da Província de Santa Catarina, em Desterro, como representante da Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães, uma proposta de criar uma colônia no Vale do Itajaí. Entretanto, enquanto o Dr. Blumenau negociava com o governo da Província, a sociedade que representava foi dissolvida na Alemanha. Não desistindo de seu propósito, ele resolveu iniciar, por conta própria, em sociedade com outro alemão já estabelecido na Província, Ferdinand Hackradt, uma colonização particular no Vale do Itajaí. Durante o retorno de Dr. Blumenau à Alemanha para arregimentar imigrantes para a Colônia, seu sócio permaneceu no Vale com a tarefa de montar uma serraria e construir alojamentos para receber os novos moradores⁴.



Fig. 1: Dr. Blumenau
1819-1899

Em dois de setembro de 1850 chegaram à Colônia, acompanhados pelo Dr. Blumenau, os primeiros dezessete imigrantes alemães. Todos eram evangélicos luteranos, assim como o próprio Dr. Blumenau.

A primeira década foi extremamente difícil para a sobrevivência da nova Colônia. A ocorrência de várias enchentes que destruíram as plantações e mataram os animais, o desentendimento do Dr. Blumenau com o seu sócio, que resultou na dissolução da sociedade e o não recebimento de apoio financeiro, tanto do governo da Província quanto do governo alemão, quase fizeram com que o empreendimento não vingasse. Enfrentando sérias dificuldades financeiras, conseguiu o fundador, em 1860, que o Governo Imperial encampasse o empreendimento, sendo Hermann Blumenau nomeado o seu Diretor.

A concepção adotada pelo Dr. Blumenau, em sua Colônia, já havia sido evidenciada no artigo “A emigração e Colonização Alemã”, publicado em 1846, na Alemanha, e citado por Kiefer (1999, p. 31): “unir os emigrantes alemães em uma colônia livre, onde não se sentissem tão distantes de sua pátria, evitando que ficassem dispersos em várias regiões, sob o domínio de um Governo estrangeiro, precisando aceitar a língua e costumes deste país.”

⁴ Para uma leitura detalhada sobre a história da fundação de Blumenau ver: (a) FERREIRA, C.; PETRY, S.M.V. (Org.) **Um Alemão nos Trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil**. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 Anos, 1999. (b) KORMANN, E. S. **Blumenau: arte, cultura e as histórias de sua gente (1850 – 1985)**. Florianópolis: Paralelo 27, 1994. (c) SILVA, J.F. da. **História de Blumenau**. 2. ed. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1988.

Ao analisar esta premissa, Kiefer (1999) observa que Herman Blumenau era contra a falta de poder dos pequenos estados alemães e, por isso, defendia que

[...] deveria haver espaço suficiente para os imigrantes alemães numa Colônia fechada, esta localidade precisaria ser pouco povoada e, para que a conservação da nacionalidade alemã não fosse ameaçada, o país que os acolhesse deveria ter um **sentimento nacionalista de estima menor** do que dispunham os alemães. (KIEFER, 1999, p. 31, grifos da autora).

Estas idéias foram centrais na organização e no desenvolvimento da Colônia, já que o Dr. Blumenau permaneceu mais de trinta anos na direção da mesma. Acompanhando os imigrantes de origem agrícola, chegaram outros de origem urbana, artesanal, operária, comercial, industrial e intelectual. E, mesmo os de origem agrícola, provinham de uma agricultura em que começava a se desenvolver a prática da comercialização, denotando, assim, mentalidade mercantil. As aspirações não eram somente as de possuir suas próprias terras e delas tirar o seu sustento. Para muitos, a nova *Heimat* (Pátria) representava a oportunidade de fazer fortuna e conseguir ascensão social. Assim, junto com as primeiras colheitas e o trato com o gado, surgem o comércio dos produtos excedentes e as primeiras indústrias, rudimentares ainda, como as de manteiga e as de farinha de milho.⁵

Novos imigrantes chegaram nos anos seguintes e, de acordo com Fiori (1975), apenas vinte anos após a sua criação, a Colônia de Blumenau possuía seis mil habitantes e apresentava desenvolvido aspecto industrial, com noventa e duas fábricas.

Em 4 de fevereiro de 1880, a Colônia de Blumenau que, então, contava nesta época com 14 000 habitantes, é elevada à categoria de município, sendo mantido o nome de seu fundador, Blumenau. Em consequência disso, a direção administrativa foi dissolvida e Hermann Blumenau dispensado do cargo de Diretor. Entretanto, sobreveio, em outubro, uma grande enchente, que causou sérios prejuízos à população e à administração pública, com a destruição de pontes e estradas. Assim, a instalação do Município só foi possível em 1883, a 10 de janeiro, quando assumiu o exercício a Câmara Municipal eleita no ano anterior. Em 1884, o Dr. Blumenau deixa a cidade seguindo com sua família para Braunschweig, onde faleceu em 30 de outubro de 1899.

A partir de 1880, a industrialização se acentua principalmente nos ramos alimentícios e têxteis, com a exportação de produtos para outras regiões do Estado e para o eixo Rio-São

⁵ Sobre a industrialização de Blumenau ver SOUTO, A.A.C. Industrialização de Santa Catarina: o Vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850 – 1924). In: BRANCHER, A. (Org.) **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 114 - 148.

Paulo. Muitas transformações e novidades marcam a chegada do século XX, em Blumenau. Começam a surgir grandes construções como a do Hotel Holetz⁶ e são implantados os sistemas de eletricidade e água encanada na cidade. Em 1904, o município tinha 35 mil habitantes distribuídos em 10 610 km², que correspondia a 10% do território do estado de Santa Catarina (ACIB, 1989).

A estruturação do município de Blumenau não ocorreu apenas no campo político e econômico. Uma outra área que mereceu especial atenção por parte dos imigrantes alemães foi a educacional.

O alcance do ensino primário na Província de Santa Catarina era incipiente no século XIX, aponta Fiori (1975). A inexistência de uma política educacional estruturada produzia um grande contingente de analfabetos. No ano de 1848 era estimado em 1 672 o número de alunos matriculados em escolas, num total de 80 000 habitantes da Província.

Desde a sua chegada, era uma preocupação muito grande do Dr. Blumenau a educação dada às crianças, iniciando ele, já após os primeiros meses na nova terra, a luta pela implantação de uma escola pública; dado que a escolaridade primária, na Alemanha, era considerada indispensável a todas as pessoas e dever do Estado a sua oferta. Silva (1950), relata que, em três de junho de 1852, chegou a Blumenau Ferdinand Ostermann, professor formado e nomeado pelo presidente da Província, João José Coutinho, que comandou a escola de meninos, a partir de 13 de junho de 1854.

Com o falecimento de Ostermann em 14 de novembro de 1857, o pastor da Colônia, Rudolph Oswald Hesse, substituiu-o até a chegada, em 1858, do Capitão Viktor von Gilsa, natural da Alemanha⁷. Uma lei estadual⁸, elaborada com vistas às regiões de imigração, determinava: “Para ser professor de primeiras letras das colônias Dona Francisca⁹ e Blumenau, exige-se que o candidato seja cidadão brasileiro, maior de vinte e um anos, de bons costumes e saúde e que, além das matérias próprias do ensino, saiba a língua alemã.” Em 1859, Gilsa naturalizou-se brasileiro para atender a esta lei, mas, em 1864, deixou a Colônia para servir na guerra contra o Paraguai, sendo substituído pelo Doutor Wilhelm

⁶ O Hotel Holetz, cujas linhas arquitetônicas se constituíram, durante muitas décadas, num dos mais belos cartões postais de Blumenau foi construído em 1901. Em 1959 é demolido para dar lugar ao “Grande Hotel Blumenau”.

⁷ Viktor von Gilsa veio para o Brasil como Capitão do 2º Regimento de Artilharia Montada (Prussiano) que serviu na Campanha do Uruguai. Veio acompanhado de oficiais e soldados, contratados pelo governo imperial do Brasil, para integrar os chamados Batalhões de Mercenários, os *Brummers*, empregados naquela Campanha e na Guerra contra Rosas.

⁸ A lei nº 447, de 29 de março de 1858, em seu artigo 4º.

⁹ A antiga colônia Dona Francisca é atualmente o município de Joinville.

Eberhard até 1865, quando Gilsa retornou por motivo de saúde. O Doutor Eberhard regia a escola particular de Itoupava Seca¹⁰ desde 1863.

Enquanto a escola dos meninos funcionava desde 1854, até 1863 as meninas ainda não tinham uma escola pública. Frequentavam a escola do Pastor Hesse desde 1862, que ministrava aulas de Latim, Português, Alemão, Francês, Elementos de Matemática, Geografia e História, ou tinham aulas com professores particulares. A 16 de outubro de 1863 foi solicitada, pelo Dr. Blumenau, verba para a construção da escola para meninas. Sendo atendida a solicitação, foi nomeada Apolônia Von Buettner como professora da primeira escola pública para meninas.

Nos anos seguintes, em vários documentos, o Dr Blumenau solicita ao governo da província a implantação de escolas públicas na Colônia de Blumenau, já que as duas existentes eram insuficientes para atender a todas as crianças. Todavia, seus apelos não tiveram sucesso. Cansados de esperar, explica Oberacker (1985, p. 397), puseram-se, então, os colonos, organizados em *Schulgemeinden* (Comunidades Escolares), “a construir escolas e pagar seus professores, impulsionados pela necessidade de proporcionar o mínimo de instrução aos seus filhos.” A escola criada e mantida pelos imigrantes não visava ao ensino da língua portuguesa, mas sim, a atender às necessidades internas da comunidade. Na verdade, não havia quem pudesse ou quisesse ser professor de ensino nacional. Assim, essas escolas faziam uso de programas, métodos e materiais didáticos pedagógicos vindos da Alemanha, sendo adotado, na maior parte delas, o idioma alemão.

O número de escolas comunitárias (particulares) crescia ano a ano. Silva (1988) registra que, em 1867, existiam doze estabelecimentos de ensino na Colônia, frequentados por 263 crianças (127 meninos e 136 meninas). Em 1875, havia vinte e cinco escolas particulares e somente duas escolas públicas. “Não precisamos construir escolas muito caras, podemos tê-las com pouco dinheiro, como as tem a Alemanha, simples e elegantes, com as suas fachadas de tijolos de cores e seus jardins”, apregoava Franklin Doria na Câmara dos Deputados, em 17 de maio de 1877, ao defender a criação de escolas nas regiões de colonização alemã (DORIA apud FIORI, 2003, contra-capá).

Enquanto nas zonas de colonização alemã, como Blumenau e Joinville, crescia o número de escolas particulares, a situação da educação pública em Santa Catarina, nos primeiros anos do período republicano, era lastimável. Piacentini (1984) registra que em

¹⁰ Itoupava Seca é o nome de um bairro do município de Blumenau.

1890, um ano após a proclamação, a população catarinense era de 283 769 habitantes, com um índice de 80,4% de analfabetos. Os motivos de críticas eram muitos: falta de planejamento na distribuição de escolas, despreparo intelectual e pedagógico dos professores, pouca seriedade e “apadrinhamento” na seleção dos mesmos, falta de investimentos na construção de escolas e no pagamento de professores.

Por sua vez, nas escolas “alemãs”¹¹, o ensino primário era composto de quatro a seis anos de estudo. Segundo Kormann (1994), os professores eram homens da própria comunidade, muitos deles idosos que não mais podiam trabalhar no pesado e na lavoura e que soubessem ler e escrever, respeitados, fazendo uso da palmatória em último caso.

Em 1877 é fundado o Colégio São Paulo, pelo padre José Maria Jacobs, que se estabelecera na Colônia em 1876. Na obra “Franciscanos na Educação” (1985), há o registro de que, no início, a escola destinava-se ao ensino da religião católica e das primeiras letras. Funcionava na antiga capela de madeira, fora de uso desde a inauguração da igreja matriz, a 24 de dezembro de 1876. Financeiramente, contava o Colégio com o amparo do Governo Imperial – que colaborava com 1.000\$000 [um conto de réis] anuais – e com o valor das mensalidades dos alunos. Em 1884, com a edificação do novo prédio, foi adotado o seguinte currículo: Religião, Língua e Literatura Portuguesa, Língua e Literatura Alemã, Geografia, História Universal e do Brasil, História Natural, Aritmética e Matemática, Desenho, Escrituração Mercantil, Canto e Trabalhos Manuais. Eram ainda ofertadas aulas de Francês, Inglês, Latim, Grego, Piano, Violino e Bordados. Era, assim, o primeiro estabelecimento de ensino secundário de Blumenau e aceitava matrículas de católicos e evangélicos. Em 1896, o colégio passou a chamar-se Santo Antônio.

A segunda escola de ensino secundário surge em 1889, quando é fundada a *Neue Deutsche Schule* (Escola Nova Alemã). A estrutura educacional dessa escola era apurada sendo considerada “escola-modelo” da região. Em 1895 foi criado o Colégio Sagrada Família, ligado à Igreja Católica, sob a responsabilidade das Irmãs da Divina Providência. Este educandário era particular e promovia o ensino das primeiras letras, em alemão e português, exclusivamente para meninas.

Em 1900, o número de escolas particulares já ultrapassava cem. Kormann (1994) assinala que, neste ano, os professores procuraram organizar-se, e em abril, fundaram a

¹¹ O que caracterizava as denominadas escolas “alemãs”, de forma contrastante com a escola pública, era o fato de predominar nelas o idioma alemão, se não em todas as disciplinas, mas na maioria delas.

Associação das Escolas de Professores de Blumenau, que reunia os professores e comunidades do Vale do Itajaí. Essa associação visava a orientar os professores nos métodos de ensino, fazia aquisição de material escolar, promovia apresentações teatrais para as crianças das escolas, prestava assistência aos professores, principalmente em casos de doenças e velhice. Quatro anos após a sua criação, esta associação ampliou-se pelo estado de Santa Catarina, transformando-se na **Sociedade das Escolas Alemãs para Santa Catarina**. Em janeiro de 1906, esta sociedade lança um jornal mensal, de quatro a seis páginas, intitulado *Mitteilungen*¹², que significa Comunicações; impresso em alemão, fonte gótica, cujos objetivos eram: a orientação pedagógica aos professores e a ela associados e a troca de informações entre as diversas comunidades escolares do interior. Em 1917, devido a Primeira Guerra Mundial, esta publicação deixou de ser impressa.

Emmendoerfer (1950) registra que, em 1907, a população de Blumenau era de 45089 habitantes dispersos em 10 678,5 quilômetros quadrados, sendo que 72,9% dos habitantes maiores de 10 anos sabiam ler e escrever. O índice de analfabetos sofria variações nos dez distritos que compunham o município de Blumenau. O distrito de Gaspar, que não era propriamente zona de colonização alemã, tinha 65% de analfabetos; Indaial e Hamônia possuíam 31%; o distrito de Blumenau, 15%, e a cidade de Blumenau, 9%. Estes números eram motivos de orgulho para os habitantes de Blumenau, já que nenhum outro município de Santa Catarina tinha índices tão favoráveis.

Era comum que em quase todas as escolas fosse utilizado o idioma alemão. O uso de línguas estrangeiras nas escolas catarinenses, com incentivo ao ensino do português, concomitantemente, era permitido pela política educacional estadual implantada por Orestes Guimarães – professor paulista contratado pelo Governo do Estado, em 1911, como Inspetor Geral da Instrução - que defendia uma ação nacionalizadora voltada para a aculturação¹³ do imigrante em que fosse possível a convivência bilíngüe nas escolas. Tal decisão provocava críticas, expressas via imprensa escrita, como a carta publicada no jornal Gazeta de Notícias, endereçada ao futuro Presidente da República, Dr. Afonso Pena, republicada no jornal Blumenauer Zeitung, de Blumenau e, posteriormente, traduzida deste:

Escrevi acima que V. Excia., depois da visita feita ao Paraná e aos Pampas, deveria verificar o “perigo alemão” em Santa Catarina, principalmente em Blumenau.

¹² No Arquivo Histórico de Blumenau encontram-se muitos números do jornal *Mitteilungen*. A quantidade de informações nele constantes recomenda que futuras pesquisas sejam feitas já que, muito pouco de seus textos foram traduzidos e analisados.

¹³ Aculturação: processo de adaptação, ajustamento e acomodação cultural.

O verdadeiro “perigo alemão” para os que entendem que a língua é a essência e a forma da nacionalidade e não aqueles que deixam o Brasil, fracos e pobres, para conhecer o mundo. Foi isto que demonstrou um telegrama chegado do Jornal do Comércio. No relatório do superintendente de Blumenau, encontramos a seguinte referência ao sistema escolar do município. Nas 112 escolas, o ensino de línguas é o seguinte: português em 4 escolas; português e alemão em 4 escolas; polonês e alemão em 4 escolas; italiano e alemão em 1 escola; italiano em 17 escolas e alemão em 81 escolas.

Não é possível quadro mais desolador. Enquanto em 81 escolas o alemão é ensinado e o italiano em 17, só existem 4 escolas nas quais se ensina o português.

Creio, Dr. Affonso Penna, que desta forma e não de outra maneira, um povo perde sua honra, independência e nacionalidade. (SCHULWESEN..., [198?], não paginado).

Durante o período da Primeira Guerra Mundial, os ataques às comunidades de origem alemã tornaram-se mais freqüentes e incisivos. Luna (2000) aponta que

A imagem criada pelos brasileiros acerca dos alemães baseava-se em informações trabalhadas pela imprensa, principalmente a de língua portuguesa, que se tornou um veículo de propaganda das atrocidades germânicas. As notícias exploravam amplamente as brutalidades cometidas pelos alemães contra populações civis indefesas nos países por eles atacados. A reação mais comum da população luso-brasileira foi aceitar esses relatos como verdadeiros e, a partir disso, desencadear uma atitude negativa em relação a tudo que era ou lhes parecia alemão. (LUNA, 2000, p.34).

Muitas das mobilizações atentaram contra certas instituições teuto-brasileiras¹⁴, como jornais, clubes de tiro e escolas. Estas últimas eram vistas como mantenedoras e disseminadoras de uma cultura que deveria ser controlada ou mesmo erradicada.

Nas comunidades teutas, tais manifestações eram motivo de medo e indignação que, não raras vezes, eram também expressas pelos jornais da época.

Um pedido oficial foi feito pelo inspetor escolar deputado Barbosa Lima, que naturalmente visa as colônias alemãs do Sul do Brasil. Ele exige o ensino da língua portuguesa em todos os estabelecimentos particulares de ensino, sob pena de pagamento de uma multa de 1 até 5 contos ou fechamento da escola.

Com tais medidas drásticas, não se promove nenhum idioma nativo ou costumes do país. Antes que o governo tome tais medidas, deveria em primeiro lugar, cuidar para que houvesse mais escolas. Pois é muito melhor uma criança ser alfabetizada em alemão ou outro idioma qualquer do que deixar a mesma, ignorante e analfabeta.

Não está na natureza alemã, deixar seus filhos sem estudo e faz grandes sacrifícios por isto. Tomando em consideração, a vastidão do Estado, é muitas vezes quase ou mesmo impossível, o ensino da língua portuguesa como desejado. Mas de uma coisa o Sr. Barbosa Lima está certo: Todo alemão sabe o valor que o ensino do idioma português representa para seus filhos e não é preciso empregar métodos tão drásticos e prejudiciais, levando muitas escolas ao fechamento, em regiões afastadas e distantes, onde os habitantes ainda são pouco. (A EVOLUÇÃO..., 1986, p. 355).

Era comum às escolas participarem ativamente da vida das comunidades - com apresentações de peças teatrais, de canto e de ginástica - e essas, por sua vez, da vida da

¹⁴ “Teuto-brasileiros” ou simplesmente “teutos” eram chamados os descendentes de alemães e austríacos nascidos no Brasil.

escola. O desenvolvimento dessas atividades visava à disseminação e preservação da cultura alemã, além de promover a angariação de dinheiro para a manutenção dos educandários. Em 1914, muitas atividades promovidas arrecadaram dinheiro para auxiliar os flagelados da guerra da Alemanha. No relatório do ano de 1914, lido na reunião dos associados da Comunidade Velha Nova, de Blumenau, a professora Marie Deggau assim se expressou:

Ao eclodir a guerra mundial na Europa, passou por nossa escola uma lista de arrecadação para auxílio da cruz vermelha. Entre pais e alunos, foi arrecadada a soma de 35\$000 réis. Se analisarmos bem, são enormes os sacrifícios que o reino alemão faz, ao enfrentar seus inúmeros inimigos. Também nós no estrangeiro, não devemos ficar inertes e ajudar com que pudermos. Sabemos todos: a vitória alemã trará também benefícios para nós, mas uma derrota seria desastrosa e nosso sofrimento muito grande. (SCHULWESEN..., [198?], não paginado).

Em 1916, o município de Blumenau contava com 116 estabelecimentos de ensino e 134 professores. Com esses professores e mais o custo da conservação dos prédios, dispendia-se mensalmente 108 contos de réis. Vários desses estabelecimentos eram mantidos pelo Governo Estadual, como o Grupo Escolar Luiz Delfino, com sete professores e 265 alunos, inaugurado em 1913¹⁵. Mas, a quase totalidade era de escolas particulares, mantidas pelas paróquias católicas ou pelas “*Schulgemeinden*”.

Em 30 de outubro de 1917, como consequência da declaração de guerra entre o Brasil e o Império Alemão¹⁶, foram fechadas todas as escolas particulares de Blumenau para se proceder a uma verificação, medida a que não escapou nem o Colégio Santo Antônio nem a Escola Sagrada Família, ficando em funcionamento apenas as oito escolas públicas e o Grupo Escolar Luiz Delfino (EMMENDOERFER, 1950). Ao mesmo tempo, era sancionada a Lei nº 1.187, de 5 de outubro, que obrigava o ensino, em português, da “Linguagem”, História do Brasil, Educação Cívica, Geografia do Brasil, além de cantos e hinos patrióticos em todas as escolas catarinenses. Estas medidas indicam que, pela primeira vez, tentou-se fazer a nacionalização das regiões de imigração do Estado, de forma mais vigorosa. Estas leis vinham de encontro aos desejos de muitas pessoas que, há alguns anos, expressavam na imprensa a preocupação com a situação das áreas de imigração, conforme já citado.

¹⁵ O Grupo Escolar Luiz Delfino foi criado pelo decreto nº 614, de 12 de setembro de 1911 e instalado em 31 de dezembro de 1913, com a inauguração de suas dependências. Esse decreto criou os seis primeiros grupos escolares públicos de Santa Catarina. Os Grupos Escolares eram considerados instituições inovadoras no sentido de agrupar diversas classes de alunos com diferentes níveis de adiantamento, sob o controle de uma única direção. Pretendia-se com este modelo deixar para trás, ao menos nos centros urbanos mais expressivos do estado, a figura da escola com poucos alunos e um só professor.

¹⁶ O Brasil declara guerra ao Império Alemão no dia 26 de outubro de 1917.

O Decreto Estadual nº 1.063, publicado no mês seguinte, permitiu a reabertura das escolas particulares fechadas, desde que, após verificação feita pelo Inspetor de Ensino, ficasse constatado que o professor falava corretamente o português. Para que isto fosse possível, foram criados cursos preparatórios para os professores das escolas estrangeiras, onde



Fig. 2: Grupo de professores das Escolas Particulares Alemãs participantes de curso intensivo de Português Blumenau - 1918

eram ensinados o idioma nacional e aspectos referentes à história e à geografia do Brasil. Em Blumenau, cursos foram ministrados no interior do Grupo Escolar Luiz Delfino, local onde foi feito o registro fotográfico acima.

Herbert Koch, diretor da *Neue Deutsche Schule* nos anos de 1917 a 1919, faz a seguinte observação sobre estes cursos:

[...] o diretor da escola do governo de Blumenau, Techentin, organizou cursos pagos pelo governo, para que os professores, que perderam o emprego, pudessem aprender o vernáculo. Cada semana 10 professores foram examinados, aprovados e em pouco tempo podia ser comunicado ao governo, que em todas as escolas alemãs, só lecionavam professores, que no exame mostraram conhecimentos suficientes da língua portuguesa e que prometeram lecionar nesta. O governo de Florianópolis era prudente demais, deixando de lado qualquer controle. (KOCH, 1975, p. 153).

Assim, uma a uma, as escolas particulares foram reabertas sendo que, após o término da guerra, elas sofreram um grande incremento. Emmendoerfer (1950) aponta que, em 1920, Blumenau possuía 40 escolas particulares, com 3.500 alunos; em 1925 já eram 109, com 5.745 alunos.



RETALHO 2: WALTRAUD KOCH

A Escola

Faz quasi um anno que vou a escola. Nella vejo muitas coisas. A aula esta cheia de bancos. Os alumnos assentam-se nelles. Todos estão alegres, attentos e applicados. So os meninos vadios ficam aborrecidos. Todos os dias lemos e escrevemos. À frente dos alumnos está o professor. Elle ensina. Já sei ler e escrever, contar e cantar. No recreio nós, alumnos, brincamos alegres. Eu levo a escola livros, lapis e pedra. No livro leio. O lapis serve para escrever na pedra. O professor é um grande benfeitor: devemos lhe ser gratos.

(Composição extraída do caderno de caligrafia da Sra Waltraud - 1927)

Nasci em Gaspar, em 24 de fevereiro de 1917. Tinha 3 irmãos e 2 irmãs. Sou a filha mais velha da casa de Julius Gärtner. Entrei na escola com 8 anos, em 1925 e saí com 14 - para fazer a Confirmação¹⁷. A nossa turma era: Adolfo Silva, Walter Heinig, Beno Günther, Arno Gärtner e Willy Becker. De moças: Nuti (mãe da Marli Zimmermann), Erica (mulher do Antonio Schmitz), eu, Lili Wolfran e Wanda Böettger. Eram dez. Lembro-me bem de um fato. O Arno e o Willy fazem aniversário só em maio. Teve confusão porque eles não estavam com oito anos completos. Os pais tiveram que trabalhar para eles entrarem nessa classe, senão, teriam que esperar mais um ano. Todos os alunos ficaram até o final; ninguém desistiu.

Naquela época, estudava-se na Escola Evangélica que ficava onde hoje moram os Zimmermann, no centro¹⁸. Os pais pagavam mensalidade, pois ela era particular. Pagava pouca coisa, mas era penoso para eles. A escola era em Gaspar, que pertencia a Blumenau¹⁹.

A escola tinha uma sala só onde o professor ensinava a todas as crianças. Era o professor Günther, Rudolf Günther. Estudávamos durante seis anos. De tarde, ele trabalhava em outra escola, na localidade de Pocinho²⁰, para onde ia de carroça. Antes do meio-dia, éramos nós. As seis classes eram todas juntas, no mesmo horário. Ele tinha que ser meio artista, sabe?

Na sala tinha um estrado mais alto e era lá que ficava a mesa do professor com

¹⁷ Confirmação é um ritual da Igreja Evangélica Luterana que se dá por volta dos 14 anos do indivíduo.

¹⁸ A localização desta escola era na rua São Pedro, esquina com a São José, centro de Gaspar (denominações atuais).

¹⁹ Gaspar foi distrito de Blumenau até 1934, quando obteve a sua emancipação político-administrativa.

²⁰ Pocinho é uma localidade rural do atual município de Gaspar, distante cinco quilômetros, aproximadamente, do centro da cidade.

cadernos, régua, lápis e livros. Tinha o quadro e os bancos que eram compridos. Sentavam de seis a oito alunos em cada um. O professor não parava no púlpito lá na frente. Ele sempre caminhava pela sala, entre os bancos.

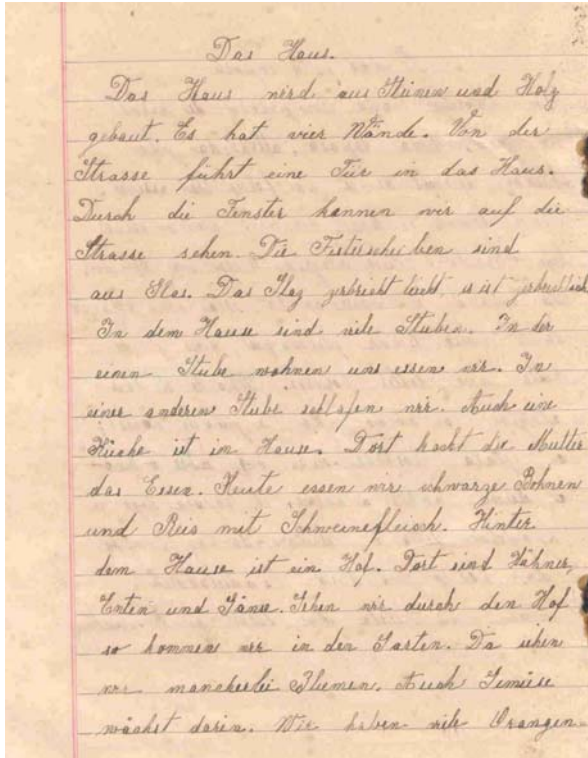


Fig. 3: Página do caderno de Caligrafia de Waltraud Koch – 1927.

Às vezes, ele tinha 10 alunos numa classe, oito em outra, ... Os mais velhos ajudavam os alunos do primeiro ano. O nosso primeiro ano tinha um "grandão" perto de cada um, durante meio ano ou, talvez, três meses, não lembro bem. Eu sei que a gente tinha um guarda-costas que nos auxiliava. O nome do meu era Félix Schwartz.

No primeiro ano não entravam todas as matérias. O professor ensinava a ler e a escrever. A aula era só em português. Nós já sabíamos falar o português, aprendemos em casa. No segundo ano começava o alemão. Mas não era a manhã toda em alemão. Era sempre certa parte da aula em alemão. Todas as matérias.

Esse período de seis anos de aula não era chamado de primário. Eram seis anos de escola: 1º ano, 2º ano, 3º ano, ..., até o 6º ano. Seis anos de escola. As aulas começavam dia 1º de fevereiro, todo ano, e iam até o meio do ano. Aí havia 14 dias de férias e íamos até 15 de dezembro, com aulas aos sábados.

Para iniciar a aula tocava o sino. O horário era das 8 horas até o meio-dia. Tínhamos aula de português, alemão, matemática - que era muito puxada - leitura, ditado. Toda quarta-feira tinha canto e, aos sábados, religião. Aos sábados, a aula era normal. Depois do recreio tinha sempre religião. Cantávamos. Tínhamos também que recitar poesia. Era preciso decorar tudo.

O recreio era de quinze a vinte minutos. Cada aluno levava a sua merenda.

Podíamos sair, brincar, e lá no pátio, inventavam-se jogos como correr estafeta²¹. Houve época em que se brincava com cordas. Teve época das Cinco Marias ou cinco pedras²². Teve época dos quadrinhos no chão: a amarelinha. Os meninos brincavam também. O professor ficava sempre junto. Ele ficava para não dar briga, para controlar.

Entre os alunos havia muita amizade. Tinha castigo também. Uma vez o nosso 1º ano teve que ficar de castigo. O 1º ano era bobo. Atrás de nós sentavam os do 2º ano e eles jogaram todo o papel e a sujeira do chão para debaixo do nosso banco, nos nossos pés. O professor disse: "Quem fez isso?" Silêncio. Então ele disse: "Vocês vão ter que ficar quinze minutos a mais para limpar a sala". Depois disso, nos outros dias, quando vinha um papel, nós chutávamos para trás. Nós aprendemos!

Havia também castigo físico. O professor batia. Ele usava uma vara. Dizem que bem antigamente era régua. Eu o vi bater na bunda de um menino. A criança tinha que se abaixar e pegar no dedão do pé. A bunda vinha bem para cima e aí záz! Mas, não me lembro de alguma menina que tivesse apanhado. Os rapazes é que apanhavam.

Nessa época já tinha caderno para caligrafia e, depois, mais tarde, para ditado. Mas, primeiro, era tudo na lousa. Cada aluno tinha a sua lousa. Quantas vezes a gente chegava na escola com os deveres meio apagados, porque outro caderno ou livro tinha apagado as questões. Tinha lição de casa todo dia. Então, dentro de uma pasta de pano, você sabe como é, a lousa junto com os cadernos e os livros...Imagine... Apagava tudo! Depois de três anos na escola, ganhei uma pasta de couro que colocava nas costas. Aí sim, melhorou! Colocava papelão no meio do material e então não tinha mais nada de encosto. Em casa, os pais quase não tinham tempo para ajudar na lição. A mãe olhava as tarefas. Em geral, fazíamos a lição e mostrávamos para ela. Papai nunca estava em casa. Ele trabalhava no comércio. E sabe como é, ela dizia: "Agora é hora da lição e nada de andar por aí!"

Eu já sabia contar os números quando entrei na escola. Toda criança aprende em casa. Não acredito que, nos dias de hoje, alguma criança não aprenda isso em casa. Aprende-

²¹ Correr estafeta: jogo coletivo em que as crianças eram divididas em dois grupos. Era determinado um ponto de partida e um de chegada sendo as crianças posicionadas ao longo do percurso, distantes aproximadamente cinquenta metros uma da outra. Uma carta era entregue ao primeiro aluno de cada grupo que teria que passá-la a outro colega. Este, por sua vez, tinha que entregá-la a um colega de equipe e assim sucessivamente. A vitória era de quem primeiro alcançasse o ponto de partida.

²² Cinco Marias: brincadeira tradicional composta de cinco saquinhos cheios de areia ou pedrinhas que era usado para desenvolver a habilidade manual e a memória através da execução de uma série de malabarismos ordenados.

se até num brinquedo, quando é necessário contar para saber quem tem mais. Um deles diz: "Vamos contar. Um pra lá, um pra cá". Isso dá uma noção.

No 1º ano, aprendíamos a somar contando nos dedos. Olha, bolinhas talvez fossem feitas, mas senão ... era tudo nos dedos. Aprendíamos a contar, a somar, a diminuir, dividir... e depois eu acho que usávamos, no 1º mês, feijão. E depois não podia usar mais, não dava. A mesa era inclinada.

A Matemática era muito "puxada". Tabuada? Tinha que saber de cor até a de 25. O professor tomava todos os dias. Fazíamos muito cálculo mental. Aprendemos os numerais até mil, milhão.....Sabíamos representar e escrever por extenso, em português e em alemão. Fazíamos contas de somar, diminuir, multiplicar, dividir, e tínhamos que resolver muitos problemas, do tipo: vou na venda comprar tal produto que custa tanto, outro que custa tanto, quanto gastei? Por isso, quando íamos na venda comprar uma fazenda, "Quanto é?", perguntava. A gente fazia o cálculo na cabeça para ver se havia dinheiro suficiente na carteira. Tudo isso era ensinado na escola.

Aprendi fração, medidas - o metro, o quilo, o quilômetro, hectômetro - tudo. De geometria aprendi a desenhar o quadrado, o retângulo... Nós tínhamos aula de desenho: usávamos régua e também mão livre. Compasso? Não cheguei a usar. Lembro que o círculo tinha que ser bem redondo. E o fazíamos com o triângulo²³ que era do professor.

Tinha livro de Matemática, mas não só de Matemática. Era junto com outras matérias. Eles eram zelados já que eram passados em casa para os irmãos, de um para outro. Por isso, eram encapados com tecido para não estragar. Eles eram usados durante os seis anos. Não sei de onde eram. Eu ganhei de presente um dos nossos últimos livros, do professor, depois dele aposentado, velho. Eu o tenho guardado em casa. Não é de Matemática. Ele é só de leitura... E é todo em alemão.

Eu era boa aluna em Matemática. Gostava de tudo. Eu não sei se aprendi números com vírgula. Hum... Aprendíamos sim. Aprendíamos a multiplicar, a dividir... e a recitar poesias.

Tem poesia que de vez em quando bem lembro. Tinha um livro grosso. Eram poesias "pesadas". Gravou e isto fica. Tinha que declamar. Havia dias de festas: era hora disso, da

²³ O triângulo citado era, na verdade, um compasso de metal com ponta de grafite.

poesia. Então, eu começava, outro aluno continuava no outro verso, mais outro, ... Todos ficavam atentos. Todo mundo tinha que saber.

Na hora de tomar a tabuada era feito da mesma forma. A resolução das contas também era de cabeça - mentalmente. Por exemplo, 243 dividido por 9, era feito "de cabeça". Se fosse com muitos números podia fazer a escrita, mas com poucos números, só de cabeça... E hoje, para fazer dois e dois, as crianças precisam botar na máquina. Eles não sabem. A máquina está mais esperta que o aluno. Triste, não? Sabe, tem muita coisa que tira a atenção da gurizada. É a televisão, o que vêem na televisão. A escola é a última coisa.

No boletim, apareciam os conceitos: ótimo, bom e regular. No final do ano era feito um exame. Ele não era escrito; era oral. Era um por um, lá perto da mesa. Todos tinham que fazer a prova. E era o professor que perguntava. Às vezes, ele convidava outras pessoas, mas, sabe como é, nunca tinha gente com tempo. Os outros alunos podiam olhar, mas ele sempre dava alguma tarefa para eles. E se alguém não sabia, não rodava²⁴; passava. Mas ficava sempre no rabinho de todas as classes ... Mas, dizer que rodava ...Passava todo mundo sim, só que mal. Talvez no outro ano o aluno caprichava mais e se recuperava. O medo que nós tínhamos do professor... Era só ele olhar assim e ... Respeito; tínhamos respeito. E é também porque ele castigava. Ou vai ou racha, né? Quem não aprendia em casa, aprendia depois na vara. E em casa, oh... zíper na boca. Ninguém contava que foi castigado, pois, se falasse, ganhava outro castigo.

Todo ano era mais pesado e se exigia mais.

Quando terminaram os seis anos não teve nada, formatura, festa, nada. Terminou. Tchau, tchau !! (risos). Deu saudades, mas...

Hoje, meus netos estudam, mas eles não levam a sério, eles não têm pressão atrás. Pressão da família e da escola, principalmente. Sabe como é. Hoje tem muito mais opção. Se junta muito mais. Se aquele não faz, por que eu vou fazer? Ah, hoje em dia... (desânimo).

Antigamente era assim. Às vezes, havia meninas maiores que precisavam ficar um, dois anos ou mais em casa para cuidar dos irmãos menores e, só depois, podiam entrar na escola. Já estavam grandes e tinham que começar o primeiro ano. Existiam também famílias que não moravam perto da escola. Elas então davam um jeito de encaixar as crianças em casas de família na cidade. Assim, elas podiam ir à escola. Tinham poucas escolas em Gaspar.

²⁴ O verbo "rodar" é aqui utilizado como sinônimo de reprovar.

Quem não podia pagar, não ficava sem estudar. Pagavam um pouquinho ou pagavam do jeito que podiam. Nem que fosse com mantimentos para o professor poder viver. Porque o salário dele devia vir das mensalidades. Sabe como é: se os alunos não pagavam, mas davam alimentos, então, ele não precisava comprar comida.

Antigamente, era mais duro do que hoje. Aprendíamos mais coisas. Ensinavam, né? O professor ensinava, explicava. Ele ia à lousa e mostrava como era; depois apagava e, depois, "te vira". E se não soubesse, mandava refazer, gravar. Tinha que aprender.

Imagine, aqueles Wolfran, os Hahnemamm, eles vinham a pé para a escola, os Silvas - eles eram vizinhos - moravam um pouco pra cá da Polícia Rodoviária (aproximadamente 5 km). Hoje a criança não anda nem 500 metros; precisa ser levada de carro. Está fácil demais. Chuva, pântano, poeira ou não, ia para a escola do mesmo jeito. O professor também nunca faltava às aulas.

Estudei os seis anos e depois fui quase mais um para ajudar o professor com os pequenos do primeiro ano. Não recebia pagamento para isso; ele pediu e eu fui. Era um prazer.

Eu gostava de estudar, de ir à escola. E, olha, a única coisa que eu não gostava era quando nós tínhamos aula de canto, e ele fazia a gente cantar sozinha. Eu gosto de cantar, mas acompanhando. Toda quarta-feira tinha canto. Matemática? Tinha todos os dias. Um dia em alemão; um dia em português. Não era o período completo, mas tinha hora disso, hora daquilo. Era bem preenchido o tempo.

Essa escola fechou e o professor não pôde mais dar aula. Não sei o porquê. Talvez, por ele já estar na idade de se aposentar. Diziam que ele veio ainda solteiro para Gaspar, sabe. Ele era brasileiro. Não sei onde ele estudou. Decerto, ele teve alguma formação para ser professor. Mas onde ...?

Antigamente, o que o professor dizia era palavra dita e daqui não se escreve. A escola ensinava. A família, a sociedade... Valorizavam mais a escola. Hoje em dia, quem vai se visitar? Fulano está doente. Ah! É parente. Vamos lá ver, vamos visitar! Não tinha telefone, não tinha nada. Ou ia a pé ou de carroça. A nossa felicidade quando chegou a bicicleta, porque podíamos ir de bicicleta. Eu tinha um tio morando na Fortaleza²⁵. Nós íamos já de manhã. Isso era ensinado na escola e, principalmente, a ter respeito. Sempre ter respeito.

²⁵ Fortaleza é um bairro de Blumenau, situado na região norte do município.

Cumprimentar as pessoas. Quem a gente encontrava na estrada, tinha que cumprimentar. Se ele soubesse que alguém não cumprimentasse alguma pessoa...Se não aprende em casa, na estrada não aprende. A escola ajudava a completar a educação que era dada em casa. Agora, eles mandam as crianças para a escola e o professor é obrigado a dar conta. Se eles não dão conta em casa, como o professor vai dar conta? Hoje não é fácil para o professor. A comunidade valorizava o professor. O senhor Rodolfo Günther era respeitado. Não sei se o salário do professor era bom, não sei se dava para viver, porque depois ele colocou uma atafona²⁶, como se dizia antigamente. Ele dava aula e a esposa com os empregados tocava a empresa.

Em geral, no aniversário do professor, nós éramos fotografados após a homenagem prestada a ele. Tenho a nossa foto guardada até hoje. Tenho também uma foto onde o Dagobert, filho do professor Günther, está de sapatos e meias, enquanto que todas as outras



Fig. 4: Foto da turma de alunos do Professor Rudolf Günther - 1927.
A menina assinalada é a Sra Waltraud Koch.
Acervo pessoal de Waltraud Koch

crianças estão descalças. Não havia uniforme. Cada um ia como queria e podia. Aquele dia era especial, o dia da fotografia!

Além desse dia, tínhamos datas em que aconteciam apresentações para o público. Geralmente, era quando vinha um "grande" para Gaspar, como, por exemplo, um dos

²⁶ Atafona é um tipo rudimentar de moinho de milho que funcionava com o movimento de dois grandes círculos de pedras. O milho era esmagado entre elas transformando-se em farelo ou farinha.

Bornhausen. Nós tínhamos que ir lá na casa da Mimi Höschl²⁷, para receber e cantar para o visitante e para o público. O professor cantava bem. Cantávamos cantos do hinário²⁸, o Hino a Bandeira, o Hino Nacional e depois, ele tocava violino. Tínhamos que cantar de cor. Também, tínhamos aula de canto toda a semana!

Tempo bom. Deixou saudades.

²⁷ Na época, Mimi (Maria Cândida) Höschl era a proprietária da maior casa comercial da localidade.

²⁸ Hinário: livro de cânticos religiosos.



RETALHO 3: PROCURAM-SE PROFESSORES

O crescimento no número de pequenas escolas comunitárias particulares trouxe um problema para o município de Blumenau: quem seriam os professores destes estabelecimentos? Ferdinand Ostermann, o primeiro professor, fora contratado especialmente para o cargo e tinha formação superior, feita na Alemanha²⁹. Contudo, a falta de mestres preparados academicamente para atuar junto às crianças era grande, o que provocava uma verdadeira “caça ao tesouro”, junto aos jornais da época, pelos presidentes das Comunidades Escolares, como atestam os anúncios reproduzidos abaixo:

Nº 5. Blumenauer Zeitung Ano 11
Sábado, 31 de janeiro de 1891.
Procurado professor para a escola de Encano.
Ass. C. Paupitz

Nº 5 Blumenauer Zeitung Ano 11
Procurado Professor de português para a escola de Indaial.
Ass. Augusto Küster

Nº 74. Blumenauer Zeitung Ano 11
Sábado, 7 de novembro de 1891
A escola de Itoupava Norte procura professor.
Ass. Anton Haertel
(SUBSÍDIOS ..., 1985, p. 110-112)

A figura do homem idoso, que soubesse ler e escrever, já não era a desejada por muitas comunidades escolares para ser professor de suas crianças. Poucas escolas, cujas comunidades eram compostas por pessoas de maior poder econômico e que podiam arcar com mensalidades mais altas, como a *Neue Deutsche Schule*, contrataram professores da Alemanha, vários com formação em Pedagogia, ou egressos da “Escola Normal Catharinense”, de Florianópolis.

As escolas de formação docente para o ensino primário surgiram no Brasil durante o Império, em 1835, quando é criada a primeira Escola Normal na Província do Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, outras Províncias instalaram suas Escolas Normais sendo que, em Santa Catarina, a primeira foi criada em 1880, em Florianópolis. Entretanto, ela suscitou tão pouca atenção que “anunciada a matrícula nem um só aluno se apresentou” (TANURI, 1970, p. 27). Suas atividades foram iniciadas, efetivamente, em 1882, com sua primeira turma. O número

²⁹ O jornal “Der Kolonist”, nº 50, p. 198 de dez/1853 publica, em alemão, carta de Ferdinand Ostermann endereçada aos seus familiares na Alemanha. Nela, ele assina como Professor de Álgebra, formado em Nordhausen (Acervo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva).

de alunos formados durante o período imperial e a primeira década da República foi reduzido, sendo que os problemas a serem sanados eram muitos: currículo inadequado que privilegiava a formação geral e não a docente, falta de estrutura física e de material didático, frequência insatisfatória dos alunos, falta de orientação e fiscalização técnica e continuada (CARDOSO, 2002).

Deste modo, a falta de professores era um grande problema para o estado de Santa Catarina e, conseqüentemente, para Blumenau. Era necessário que se formassem na própria região os professores que faltavam nas escolas. Para atender a esta necessidade, o Colégio Santo Antônio, de Blumenau, abriu em 1911, a pedido do então Bispo Diocesano, Dom João Becker, um curso de formação de professores (*Lehrer Seminar*), que visava a preparar professores para as escolas paroquiais católicas da região. Esse curso formou algumas dezenas de professores até o ano de 1930, quando foi encerrado. Para as outras escolas particulares, luteranas e localizadas no interior do município, restava a opção de contratar pessoas formadas no curso *Selecta*³⁰, ofertado pela *Neue Deutsche Schule*, até o ano de 1917 (quando a escola tem suas atividades interrompidas devido à Primeira Guerra Mundial) ou, então, continuar a prática de contratar um membro da própria comunidade. Na década de 1930, existiu em Timbó, distrito de Blumenau, uma *Leherpräparande*, uma escola que formava professores para as escolas primárias luteranas. Esta encerrou suas atividades em 1937³¹.

Uma importante contribuição à formação dos professores foi dada pelo jornal *Mitteilungen*, ao publicar artigos que apresentavam propostas metodológicas de ensino de assuntos relativos às diferentes disciplinas. Sua circulação nas áreas de imigração alemã atingiu, principalmente, os professores do interior das pequenas comunidades, muitas delas quase isoladas pela precariedade das poucas estradas existentes. Na área de matemática, por exemplo, foi publicado, em 1910, interessante texto cujo autor apresenta proposta metodológica sobre o ensino da adição e subtração de números naturais, com reserva e recurso³².

Com a suspensão de sua publicação, em 1917, os professores foram privados deste importante instrumento de apoio.

³⁰ Este curso é abordado no Retalho 5.

³¹ Sobre ambos os cursos, *Leher Seminar* e *Leherpräparande*, não foram encontrados maiores informações. É provável que a documentação relativa ao primeiro encontra-se em Petrópolis (RJ); quanto ao do segundo curso é creditado a sua destruição durante a década de 1940.

³² O referido artigo encontra-se, na íntegra, no Anexo 01.

Até 1935, constata Nascimento (2002), em Santa Catarina, havia apenas duas Escolas Normais públicas, uma em Florianópolis e outra em Lages, além de quatro particulares: uma em Florianópolis, anexa ao Colégio Coração de Jesus, outra anexa ao Colégio Santos Anjos, em Porto União, a terceira anexa ao Colégio Aurora, em Caçador, e a quarta, anexa ao Colégio Coração de Jesus, em Canoinhas. Este reduzido número de escolas normais, aliado à localização geográfica delas (duas na capital, uma no norte do estado e três na região oeste), fazia com que todas as escolas públicas do município de Blumenau oferecessem apenas o curso primário ministrado por uma maioria de professores leigos. Estudos mais avançados só eram possíveis nos colégios particulares católicos e na *Neue Deutsche Schule*.



RETALHO 4: JOHANNA HELENE KUEHN

Johanna Helene eu me chamo: J, o, h, a, dois n, a; H, e, l, e, n, e. Era Isleb meu nome de menina; agora é Kuehn. Nasci aqui em Blumenau, na Velha³³, em dois de dez de mil novecentos e vinte e sete. Meus pais – August Friedlich e Berta Isleb - vieram da Alemanha, de Bochum, Westfália. Bochum era uma cidade pequena, perto de Dortmund, mas era em Westfália. Eles vieram com o August, a Lieselotte e o Willi, estes três. O meu irmão, Herbert, e eu nascemos aqui; nós somos os últimos.

Fiz seis anos em outubro e depois, no outro ano, entrei na escola. Fui dois anos lá na Velha. A escola era pequena e o professor era o João Dorval Müller. Não posso dizer agora bem como era. Ele falava alemão; alemão ele era também. Mas nem posso mais saber como eram bem as aulas lá; não lembro para dizer. Depois minha mãe disse: “Não, os outros foram na Escola Alemã, então, tu também vais lá pra baixo.” Então estudei um pouco na Velha e depois, os outros anos, foi aqui, na Escola Dom Pedro II, que se chamava na época *Deutsche Schule*.

Fui então para a *Deutsche Schule*. Os meus irmãos: August, Lieselotte, Willi e o Herbert também foram pra baixo comigo. Estudei até ... *eins, zwei, drei, vier, fünf* ... cinco anos, aí, depois, tinha só o Complementar: dois anos de Complementar³⁴. Mais, eu não fui. Ia de ônibus, com meus irmãos. Mas todos não foram muitos anos na escola porque depois já precisavam trabalhar, ajudar em casa. A Escola Alemã tinha que ser paga; ela era particular. Não sei se para meus pais a mensalidade era um pouco mais barata. Isso não sei. Mas, quando eu entrei na aula, meu irmão mais velho, o August, quase já saía da escola porque já tinha mais idade: *Er ist von einundzwanzig*³⁵. Ele já saiu porque precisava ajudar o pai. A minha irmã foi também alguns anos lá. O Willi foi só um tempinho e aí ele foi em outra escola, lá nos padres. Ninguém foi muito tempo na escola. Acho que quem foi mais na escola foi o Herbert, talvez, e eu, mas o Herbert não fez também o Complementar. Acho que só fez esses anos, os cinco primeiros anos. Depois vinha o Complementar.

³³ O Bairro da Velha é um dos maiores e mais antigos de Blumenau. Está em região montanhosa, com alturas acima dos 300 m, localizado no planalto, com 21,9 km². Nos dias de hoje ainda é conhecido como um reduto da colônia alemã, sendo que seus habitantes têm orgulho em preservar sua cultura e tradições.

³⁴ O curso Complementar é criado pelo Decreto n. 244, de 8 de dezembro de 1938. Sua duração era de dois anos e seus programas moldados aos da primeira e segunda séries do curso Ginásio do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

³⁵ Tradução: “Ele é de 21.”

Vim para o Pedro II em... *zweiundreißig, drei, vier, ..., sechundreißig* ... acho que 36³⁶. Em 1936 era *Deutsche Schule* e depois, mais tarde, quando eu estava no Complementar, quando veio a Guerra, passou a ser Escola Dom Pedro II. Os professores mudaram; antes eles eram da Alemanha. Alguns, que davam aula em português, eram daqui. Mas os outros? Lá tinha o *Doktor* Baucke e o *Doktor* Sroka e eram os ... *Wie sagt man?*³⁷ diretores e os professores aqui, que marquei num papel. É para ajudar: é só copiar. Esse aqui é o Kramer – da Alemanha, o Grieser, o Dornig, o Henning – era ele e a esposa – e o Doeschner, que era daqui. Esses eu conheci muito bem, os que eram da Alemanha. Mas o Martins não veio da Alemanha: ele já estava aqui. Aquele professor pequeno: o Henrique Martins. E depois tem esses que deram aula em português; eles eram daqui: a dona Hilda Schneider, o professor Joaquim Sales... Ah! O Sr. Gerlach que depois foi diretor.

Português era pouco por semana. Aí tinha um desses...Agora preciso pensar qual desses era de Português... Se foi o Sales ou a Hilda Schneider. E as outras matérias eram todas em alemão; tudo em alemão. Eu estudava Alemão, *Rechnen* – Aritmética, como vocês dizem, Geografia – *Geografie*, Ciências, História – *Geschichte* e Desenho – *Zeichnen*, também; era tudo explicado em alemão. Ah, sim, tinha também Francês, com o Joaquim Sales.

De Matemática nós aprendíamos mais essas contas simples, depois vinha raiz quadrada... Contas simples era de adição, subtração, ... Tabuada? *Ja, ja!* Tabuada até a de 10, em geral. Havia ainda divisão e problemas. Desses não me lembro muito bem, mas se tratava pra ver como eu faço a conta do problema que estava escrito. Agora não sei mais como era. Só sei que na Aritmética, quando eram feitas as continhas, não era usado palitinho. Era feito muito na cabeça e quando a gente não sabia, fazia no papel. Mas muito era na cabeça. Às vezes, nós tínhamos um pouco de Geometria, mas pra explicar certo, não me lembro. Tinha ainda outras coisas, mas que a gente não pegava tão bem assim. Talvez a gente tivesse vergonha de perguntar: “Explica isso mais uma vez pra mim?” Eu, às vezes, não entendia diversas coisas. A gente ficava... Eu sempre gostei de Aritmética, mas essas outras coisas... Mesmo em alemão era difícil a Matemática.

Tudo era feito em cadernos. Livros nós tínhamos, mas não tantos assim. Tinha de História, de Ciências também. O de Português era em português. Bom livro era *Lübeckiches*

³⁶ Do livro de matrícula dos alunos do primeiro ano do curso Complementar, anexo à Escola Pedro II, do ano de 1939, constam os seguintes dados:

Nome: Johanna Isleb	Idades: 2 de 10 de 1927	Naturalidade: Blumenau
Filiação: August Isleb	Profissão do Pai: Leiteiro	Residência: Velha
Matrícula Primitiva: 17 de 2 de 1936	Matrícula no ano letivo: 16 de 2 ³⁷	

³⁷ Tradução: “Como a gente diz?”

Lesebuch, livro de ler em alemão. O *Lübeckiches Lesebuch* (Livro de Leitura de Lübeck) tinha versos, tinha histórias. Será que tinha livro de Aritmética? Só pode ser nos últimos dois anos, mas não me lembro mais, não. Eu não tenho nada mais, não se ficava com isso naquele tempo...É uma pena.

Na escola, todo dia, batia o sino quando começavam as aulas e quando tinha o recreio. Não havia fila; entrávamos todos juntos. Uniforme teve só depois, no Complementar: saia vermelha, blusa bege e tinha estrelinha - uma estrelinha, primeiro Complementar, duas estrelinhas segundo Complementar - mas antes, não tinha uniforme.

As aulas eram no prédio lá em cima do morro. Aqui em baixo só tinha *Turnhalle*³⁸ para a Ginástica. Tinham coisas, instrumentos lá dentro também. Penso que nós tivemos essa coisa de ginástica. Não me lembro muito bem, mas a gente fez, no salão, essas coisas: um,

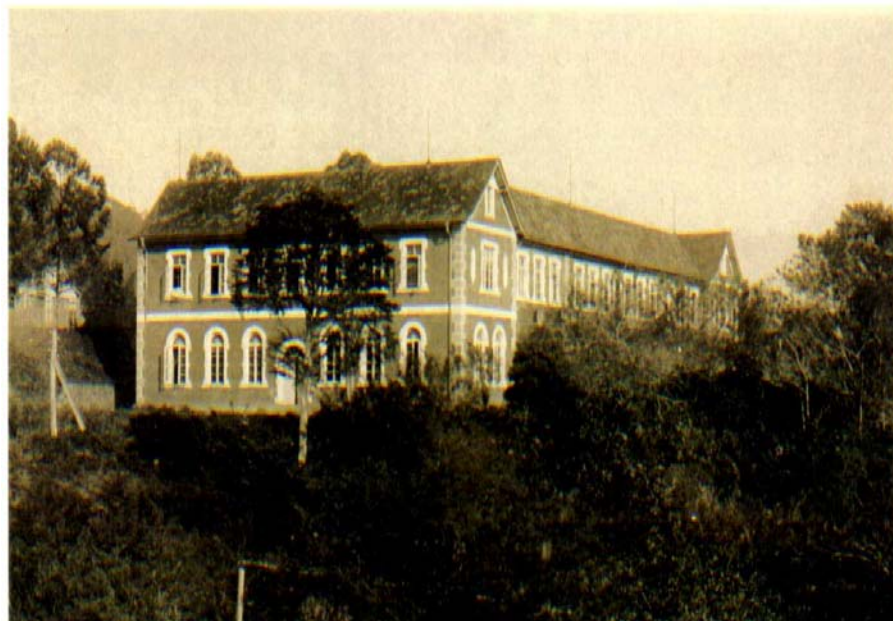


Fig. 5: Foto da Deutsche Schule de Blumenau (Escola Alemã), sede inaugurada em 1924.

dois,... ginástica com movimentos. Na sala de aula, nós sentávamos sempre em dois, de dois em dois. Era o banquinho e a mesa, de dois em dois. As aulas eram sempre na mesma sala. No final de cada ano, havia os exames escritos e orais, de todas as matérias. Poucos reprovavam, pois tinha ainda a segunda época para os que não conseguiam.

No último ano de aula tinha somente quatro rapazes: o Lothar Schmidt, o Werner Kleine, o Kertischka e o Harley Pagel. A maioria era moças. Uma era a Dona Íris que sempre

³⁸ Tradução: “Galpão para Educação Física.”

deu concerto de piano lá no Teatro Carlos Gomes³⁹.

A maioria dos professores era homens. Quando veio a Guerra, continuou a ter aula. Tinha aula sim. Só que depois eu saí. Só fiquei dois anos. Pra nós ficou mais difícil, porque a gente estava acostumada. Posso dizer o quê? Que era mais difícil porque era tudo em português. Não podia mais falar alemão. No recreio, a gente falava, mas, aqui fora, na cidade, não podia; foi proibido. Era terrível! Era um tempo de shshsh... sempre shshsh ... Muitos até foram presos porque falavam em alemão. Policiais até entraram uma vez na casa do meu irmão, August, ao entardecer. Ele já era casado. “Presos! Vocês estão falando alemão”, disseram. Até isso!! Nem sei como ele fez naquela noite. Que coisa mais horrível!

Tudo mudou por causa da Guerra. Antes era tudo em alemão; português só tinha uma vez por semana. E, depois, tinha tudo em português e uma só vez por semana em alemão! Uma hora, não mais. Era mais difícil, porque a gente não compreendia bem o português e eles davam aula em português. Antes, a Dona Hilda Shneider, o Joaquim Sales e o seu Gerlarch - que foi diretor depois - davam aula em português. Mas, os outros professores, eram mesmo da Alemanha e ensinavam em alemão. Depois da Guerra, eles saíram de lá. Eu penso que foram de volta. Só sei que depois não se encontravam mais. Eu não sabia tanto assim ... para onde foram, se para a Alemanha ou se para outro lugar. Mas, eles não ficaram na escola. Vieram, então, outros professores e eles só falavam o português. Só a senhora Liesegang continuou a dar aula de Alemão. Ela já morava aqui. Não sei se ela veio da Alemanha, ou se criou aqui. Nós cantávamos agora o Hino Nacional do Brasil. Antes da Guerra, nós cantávamos, mas era diferente. Cantávamos o hino alemão: *Deutschland, Deutschland, über alles, über alles in der Welt*⁴⁰. Isso foi assim.

O professor de Matemática naquela época, no Complementar, era o Martins⁴¹. Antes, a professora de *Rechnen* era a Elisabeth Sucker. *Fräulein Sucker* era assim que ela queria ser chamada. Nós não gostávamos muito dela. Ela era muito rigorosa! Nós precisávamos saber tudo. Ela ficava em frente à classe, com o corpo bem ereto e dizia: *Ich heiße Fräulein Sucker*⁴². É que alguns pronunciavam errado e diziam: *Zucker*, que significa açúcar.

³⁹ O Teatro Carlos Gomes, antigo Teatro Froshin, localiza-se à rua XV de novembro, centro de Blumenau.

⁴⁰ Tradução: “Alemanha, Alemanha. Acima de tudo no mundo.” Esta é uma parte da “Canção dos Alemães” composta em 1841. Em 1922, o primeiro Presidente na República de Weimar, Friedrich Ebert, elevou a Canção dos Alemães à hino nacional.

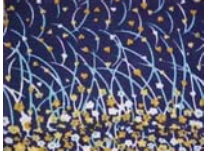
⁴¹ Os professores Heinrich Martins (Henrique) era natural da Rußland (Rússia) e foi admitido na Escola Alemã em 1935. Heinrich Martins (Henrique), natural da Rußland (Rússia) e Elisabeth Sucker, natural de Posen (Alemanha) são citadas no Relatório da Escola Nova Alemã de Blumenau, de 1935.

⁴² Tradução: “Eu me chamo Senhorita Sucker.”

Eu e meus colegas não desistimos por não entender o português. Ficamos mais dois anos complementares. Passou ligeiro. E depois, quando terminei o Complementar, eu queria estudar. Lá não, eu queria ir então pra outra escola, para o Colégio Sagrada Família, das freiras. Mas, disseram, então: “Agora você precisa ajudar, tirar leite.” Aí tive que parar de estudar para trabalhar, porque precisava. Meu pai tinha de leite... *Wie sagt man?* Ele era leiteiro; leite de bule, que a gente levava de medida nas casas. Então, eu também já precisava ajudar. Saíamos de casa, na Velha, as três, três e meia da manhã para entregar leite de casa em casa. Tínhamos bastante fregueses na Velha, depois na rua Quinze de Novembro e também no Bom Retiro. De tarde, meu irmão – o August - me mandou na datilografia, lá no colégio das irmãs. Tinha bordado e costura também. Eu queria sempre ser professora de trabalhos manuais, mas não cheguei a dar para isso porque casei aos dezessete anos. Então vieram os filhos e aí ... Tenho oito filhos: cinco rapazes e três moças.

Uma coisa: um dos meus filhos é professor de Matemática. É o Werner. Mas agora ele já tem pensão como se diz. Agora ele só trabalha no Colégio Pedro II. Ele faz agora um curso de Computação.

Eu não sei se ajudei, talvez outra pessoa podia dizer melhor. Eu me lembro muito do Lothar Schmidt. Daqueles que ficaram para o Complementar, os quatro rapazes e ainda as moças, era ele que sabia muito bem as coisas. Depois ele ficou genro do Schrader. Mas ele, decerto, estudou adiante num outro lugar. Saiu de lá; eu não. E tem outros também que estudaram adiante... Eu gostava de estudar. Eu também queria estudar adiante. Mas não deu.



RETALHO 5: NEUE DEUTSCHE SCHULE

(Escola Nova Alemã)

HISTÓRICO

O ano de 1889 mostrou-se particularmente importante no cenário educacional de Blumenau. Além das pequenas escolas comunitárias e das escolas públicas, existia na cidade um estabelecimento de ensino considerado de melhor qualidade: o Colégio São Paulo. Seu diretor era o padre jesuíta José Maria Jacobs, considerado “um homem inteligente e com capacidade de argumentação, que fora preparado para a pregação missionária, especialmente orientada para a refutação das doutrinas luteranas [...] o que fazia com ardor e entusiasmo” (SILVA, 1972, p. 312). Tal atitude provocava situações desagradáveis que acabaram gerando descontentamento nos habitantes luteranos⁴³, que eram maioria na Colônia. Um sermão do Padre Jacobs considerado ofensivo aos protestantes, levou-os a fundar um novo estabelecimento escolar para os seus filhos. Em 10 de fevereiro de 1889, aconteceu uma reunião na Sociedade dos Atiradores, para a fundação de uma sociedade escolar que colocaria em prática a idéia de criação da escola. Heinrich Probst, Friedrich Blohm e Wilhelm Schaefer, pessoas eméritas da sociedade blumenauense, foram incumbidos de elaborar os Estatutos. Sete dias mais tarde, numa nova reunião, é criada a “*Schulgemeinde de Vila Blumenau*” que aprovou os Estatutos e elegeu a primeira diretoria.

No dia 1º de maio de 1889, com o nome de *Neue Deutsche Schule*, começa a funcionar o novo estabelecimento com os professores Ruseler e Wetzel, em casa de madeira, na *Palmenalle* (Avenida das Palmeiras). Em 19 de janeiro de 1890, depois de uma reunião geral da comunidade, foi entregue a direção da escola ao Pastor Hermann Faulhaber, da Igreja Evangélica Luterana que, com competência, promoveu o fortalecimento da nova instituição nos anos seguintes.

Em 27 de junho de 1892, numa cerimônia festiva com participação da população, foi lançada a pedra fundamental para a nova construção da escola na rua das Palmeiras, num terreno doado pelo Dr. Hermann Blumenau. No ato de doação, ele prescrevia que a escola

⁴³ Blumenau foi fundada por luteranos oriundos da Prússia (Pomerânia, Holstein e Hannover), de Brunswick e da Saxônia. Segundo Willems (1980), em 1869, 83% da população da cidade era formada por protestantes. A minoria católica veio dos estados sulinos e da Áustria.

não deveria ter caráter religioso; do contrário passaria a pertencer à Câmara Municipal, perdendo a sociedade escolar o direito de administrá-la. Em fins de agosto foram iniciadas as aulas no novo estabelecimento. O prédio de alvenaria de dois pavimentos tinha as dependências amplas e, com facilidade, permitia o funcionamento de seis classes, distribuídas em quatro salas. Já em 1º de abril de 1899, a escola contava com 124 alunos (KORMANN, 1990).



Fig. 6: Foto da Neue Deutsche Schule (Escola Nova Alemã). Inaugurada em 1892.

Silva (1972) constatou que, inicialmente, a escola encontrou dificuldades de ordem financeira – as mensalidades dos alunos não eram suficientes para pagar as despesas - e de contratação de professores. O primeiro problema foi solucionado através de auxílio financeiro do governo alemão que enviava mil marcos anualmente, bem como uma subvenção de quatro mil e oitocentos réis do governo de Santa Catarina que exigia, em reciprocidade, o ensino da Língua Portuguesa e a gratuidade para 33% dos alunos. O segundo problema acabou sendo resolvido com a contratação de docentes advindos da Alemanha, especialmente para trabalhar na escola.

Nos anos seguintes, a Escola Nova continuou a desenvolver e ampliar as suas atividades. O crescimento acelerado das turmas que lotavam o prédio da rua das Palmeiras e chegavam a ocupar casas da vizinhança, alugadas para fins escolares, prenunciavam que nova transferência de local se fazia necessária. Em 1915, o presidente da Sociedade Escolar adquire terreno no bairro Bom Retiro (atual rua Floriano Peixoto), dando início à construção da nova sede que acaba sendo inaugurada em 1924. A nova sede era ampla, possuindo várias salas de aula e salas-ambiente para o estudo das Ciências, Geografia e Desenho. O número de alunos crescia ano a ano.

Em 1933, o diretor da escola, Ludwig Sroka, divulgou no *Kalender für die Deutschen in Brasilien* [Calendário para alemães no Brasil], à página 258, um anúncio que apregoava:

A Escola Alemã aceita alunos de confissão evangélica e católica que tenham como idioma materno a língua alemã. É uma instituição que oferece oito anos de ensino, na qual meio período é ministrado em idioma alemão, tendo como modelo o plano escolar das escolas da Prússia e da Saxônia, que oferecem um método moderno com objetivos de ensino definidos, sendo reconhecido na Alemanha e no exterior.

Pretende-se ampliar a instituição para Escola Real e em 1934 será inaugurada a “Untertertia”.

[...] Não é exagero afirmar que nossos alunos, que tiveram um ensinamento atualizado da língua falada e escrita, conseguiram alcançar os mesmos resultados dos alunos de um ginásio da Alemanha. Apesar do ensino ter sua base no alemão, nossa “Escola Alemã” está longe de estar à margem da vida cultural brasileira. Assim ela mantém um espaço para o ensino da língua portuguesa, de história e geografia do Brasil, incluindo cartografia, estudos sociais e de música brasileira, isto de acordo com o decreto lei publicado em 10 de fevereiro de 1922 em Santa Catarina, sobre o ensino nas escolas particulares, o qual estabelece que a metade do período de ensino tem que ser em português.

Nas três últimas classes as aulas de matemática são ministradas em português, uma medida que no futuro será de grande valor para nossos alunos, visando o mercado de trabalho, e isto é feito há muito tempo, antecipando a exigência do governo.

Os quatro professores que lecionam português são brasileiros e tiveram uma formação adequada aqui no Brasil. (SROKA, 1998, p. 7).



Fig. 7: Foto de professores e alunos no pátio interno da Deutsche Schule de Blumenau – 1929.

As alterações efetuadas foram exitosas. Silva (1972) registra que o número de alunos que, em 1935, era de 311, sofreu expressivo aumento, sendo que, em 1936, 427 estudantes sentavam-se nos bancos escolares do educandário. Todavia, em 1938, decisões políticas iriam provocar profundas mudanças no funcionamento da *Deutsche Schule*.

FOCANDO A ESTRUTURA CURRICULAR

A fim de prestar contas ao Governo Imperial Alemão e também ao Estado de Santa Catarina, eram elaborados, ao término de cada ano letivo, pelo diretor da *Neue Deutsche Schule*, minuciosos relatórios. Seis destes documentos encontram-se no Arquivo Histórico

José Ferreira da Silva, de Blumenau, referentes aos anos de 1910, 1911, 1912, 1913, 1929 e 1935. Um conjunto de fatores justifica o número reduzido destes documentos: o incêndio do Arquivo Histórico de Blumenau, em 1958, destruiu todo o acervo que fora constituído com muita luta no início da década de 1950; durante o período de nacionalização de ensino, no estado de Santa Catarina (1937 – 1945) foi confiscada e queimada a maioria das obras escritas no idioma alemão e, por último, a adoção de uma cultura que não valoriza a memória, expressa pela falta de cuidado com os documentos históricos por parte das instituições escolares.

Do período anterior ao primeiro relatório poucas informações foram encontradas. Kormann (1990) publicou um artigo em que informa ter extraído os dados apresentados de uma publicação feita em 1900 pelo jornal *Der Urwaldsbote Kalender für die Deutschen in Süd-Brasilien*⁴⁴. Nele, é mencionado que, em 1899, eram ofertados seis anos de estudo na Escola Nova. O idioma usado durante as aulas era o alemão, sendo que nas classes mais avançadas, o português era reforçado com exercícios de leitura e escrita. Além do estudo de Alemão e Português, era ensinado História, Geografia, Matemática, Aritmética, Física, Ciências Naturais, Desenho e Canto. O ensino de Francês e Inglês, bem como o de Latim, era facultativo. O objetivo da diretoria do estabelecimento era “o preparo do aluno de tal forma que, ao sair, o mesmo esteja apto a ingressar numa faculdade brasileira e seja seu boletim final reconhecido pelo Estado.” O próprio Pastor Faulhaber, no propósito de tratar mais eficientemente o ensino da História Pátria, escreveu e publicou um livro de História do Brasil, em língua alemã, visando uma melhor compreensão das crianças que, em sua grande maioria, só conheciam esse idioma.

O Relatório de 1910 é apresentado pelo professor Georg August Büchler, diretor interino da Escola enquanto o Diretor, Strothmann, encontrava-se em viagem à Alemanha. Esse Relatório, dentre os encontrados, é o único escrito em português, exceção feita aos programas de Alemão, Inglês e Francês, que foram redigidos nas respectivas línguas⁴⁵.



Fig. 8: Capa do Relatório de 1910.

⁴⁴ Tradução: Calendário “O mensageiro da selva” para os alemães no sul do Brasil.

⁴⁵ Os Relatórios de 1911, 1912, 1913 e 1929 foram escritos em alemão, fonte gótica. Já o de 1935, também escrito em alemão, tem fonte imprensa.

Este documento é extremamente completo, revelando informações e dados sobre a organização da escola, número de matrículas, distribuição das aulas pelos professores, número de aulas semanais de cada matéria, o programa desenvolvido em todas as classes, bem como a relação dos nomes de todos os alunos matriculados naquele ano.

Em 1910, a Comunidade que patrocinava a escola era então de 33 sócios. A diretoria era eleita por um período de três anos e destinava-se aos serviços de relações exteriores da Escola, tendo também a prerrogativa de escolher o encarregado das relações interiores, que era chamado de Diretor. O encarregado da classe superior – a Selecta – era denominado Reitor. As classes eram denominadas IV, III, II, I e Selecta sendo:

- a 4ª classe para os alunos do 1º ano escolar;
- a 3ª classe para os alunos dos 2º e 3º anos escolares,
- a 2ª classe para os alunos dos 4º e 5º anos escolares,
- a 1ª classe para os alunos dos 6º e 7º anos escolares,
- a Selecta para os alunos dos 8º, 9º e 10º anos escolares.

O número de alunos matriculados era de 208, com um aumento de 33 estudantes em relação ao ano anterior. Destes, 186 permaneceram até o final do ano, sendo que o idioma alemão era a língua materna de 169 alunos. No que concerne à origem dos mesmos, 175 eram nascidos no Brasil, dos quais 154 naturais de Blumenau, 15 de outros municípios de Santa Catarina, 6 de outros Estados. Os últimos 11 nasceram na Alemanha, sendo, portanto, recém imigrantes na região.

O corpo docente era composto pelo Diretor e cinco professores, sendo a única mulher a professora de ‘trabalhos de agulha’.

A distribuição de aulas semanais era a seguinte:

Quadro 1 – Distribuição das Aulas Semanaes pelas Materias⁴⁶

Matéria ensinada	Classe					Número Total
	Selecta	I	II	III	IV	
Allemao	3	6	5	7	9	30
Portuguez	6	6	6	6	-	24
Inglez	4	[3]	[3]	-	-	7
Francez	4	[2]	-	-	-	4
Arithmetica	-	3	5	6	6	20
Mathematica	5	1	-	-	-	6
Physica e Chimica	1	1	-	-	-	2
Historia natural	1	2	2	1	-	6
Geographia	1	2	2	1	-	6
Historia	2	1	1	1	-	5
Escript. Mercantil	1	-	-	-	-	1
Desenho	1	2	2	1	-	6
Calligraphia	-	-	1	2	-	3
Canto	-	2		1	1	4
Gymnastica	1	2		[2]	-	5
Trabalh. de agulha	-	2		[2]	-	[4]
Religião	-	(2)	(2)	(2)	(2)	(8)
	30	30 (resp. 33)	30 (resp. 33)	30	18	137*

* Tire-se uma lição por ser esta inspeccionada.

Fonte: Relatório da Escola Nova Alemã de Blumenau do Ano de 1910

As ementas de todas as disciplinas são descritas, assim como a bibliografia adotada em cada uma.

Os Relatórios de 1911, 1912 e 1913 mostram que não ocorreram mudanças significativas em relação ao ano de 1910, quer seja na apresentação do documento; quer na estrutura da escola.

Em 1911, o número de matrículas foi de 178, sendo conservada a contratação do mesmo diretor (Strothmann) e professores. Em 1912, há pequenas mudanças na oferta das

⁴⁶ Reproduzido como apresentado originalmente no Relatório referido.

classes e na contratação dos professores. É criada uma quinta classe, ocasionando a seguinte oferta:

- a 5ª classe para os alunos do 1º ano escolar;
- a 4ª classe para os alunos do 2º ano escolar,
- a 3ª classe para os alunos do 3º ano escolar,
- a 2ª classe para os alunos dos 4º e 5º anos escolares,
- a 1ª classe para os alunos dos 6º e 7º anos escolares,
- a Selecta para os alunos dos 8º, 9º e 10º anos escolares.

Em consequência, ocorre a contratação de mais um professor, tendo então a Escola Nova, no total, sete funcionários. O número de alunos no ano seguinte foi de 258, contudo não existem modificações na organização escolar e no número de professores.

Como já foi informado, não há dados relativos ao período entre 1913 a 1929.

O Relatório de 1929, assinado pelo diretor Hans Sättler, em sua capa, já sugere que ocorreram mudanças significativas. A escola é denominada *Deutsche Schule* apenas. Há um quadro demonstrativo relativo aos funcionários da Escola com dados sobre o local de nascimento, a cidade da formação escolar e data de início do trabalho de cada um. A matéria lecionada por cada professor não é informada. O diretor e cinco dos dez professores são naturais da Alemanha. Há oito classes (séries) de estudo, sendo elas nomeadas de um até oito. O número de alunos não é informado. Programas detalhados de todas as disciplinas, acompanhados de orientações metodológicas, são descritos⁴⁷. Uma relação dos livros escolares adotados é apresentada.

Finalmente, o Relatório de 1935, apresentado pelo diretor Ludwig Sroka, indica que novas alterações foram feitas na organização escolar. Há dois níveis de ensino: *Grundschule* e *Realschule*⁴⁸, num total de nove anos escolares. As seis primeiras classes IX, VIII, VII, VI, V e VI, formavam a *Grundschule* - com estudos equivalentes ao curso primário - e a UIII, OIII e UII⁴⁹, a *Realschule* – equivalente ao nível secundário. O número de alunos da escola dos últimos seis anos é informado:

⁴⁷ Uma curiosidade observada: O programa de *Leibesübungen* (Educação Física) se destaca pela descrição minuciosa das atividades na área de ginástica, ocupando três das 28 páginas do documento.

⁴⁸ Esta estrutura ainda está presente nas atuais escolas da Alemanha.

⁴⁹ UIII, OIII, UII significam, respectivamente, *Untertertia III*, *Obertertia III* e *Untersekunda II* e equivalem à quarta, quinta e sexta séries do *Gymnasium*, na estrutura educacional da Alemanha.

Quadro 2 – Quadro de matrículas por ano

Número de alunos por ano					
1930	1931	1932	1933	1934	1935
231	242	247	275	311	340

Fonte: Relatório da Escola Nova Alemã de Blumenau do Ano de 1935

Diferentemente dos outros relatórios, este não informa os programas das matérias; cita-as apenas acompanhadas pelo número respectivo de aulas de cada classe:

Quadro 3 – Grundschule e Realschule – Quadro de Matérias⁵⁰

	UII	OIII	UIII	IV	V	VI	VII	VIII	IX
Total de Aulas									24
Alemão	6	5	5	5	6	6	7	7	
Português*	7	7	7	11	12	10	14	16	
História	2	2	2	2	2	1			
Geografia	2	2	2	2	2	2			
Inglês	7	4	4						
Aritmética				3	4	5	5	5	
Matemática	5	4	4	2					
Biologia	1	1	1	1	1	1			
Física	2	2	2						
Química	2								
Religião	2	2	2	2	1	2	2	2	
Desenho	2	2	2	2	2	2			
Caligrafia						1	2	2	
Música		2	2	2	2	2	2	2	
Educação Física Masculina		2	2	2	2	2	2	2	2
Educação Física Feminina		2	2	2	2	2	2	2	2
Trabalhos Manuais		2	2	2	2	2	2		
Tarde de Jogos		2	2	2					
* Inserido, também, em: História, Geografia, Cartografia do Brasil, Educação Cívica e Canto.									

Fonte: Relatório da Escola Nova Alemã de Blumenau do Ano de 1935.

O horário escolar era das 7:10 às 11:50 horas, distribuído o tempo entre seis aulas diárias, sendo três delas de 45 minutos e as outras de 40 minutos.

⁵⁰ Traduzido do original por Maria Sobottka.

Anexo à escola, funcionava o *Kindergarten* (Jardim de Infância), que atendia crianças de 3 a 6 anos de idade.

O referido Relatório informa, ainda, que neste ano, a *Haushaltungsschule des Evangelischen Frauenvereins Blumenau* (Escola Doméstica das Senhoras Evangélicas de Blumenau) iniciou um curso de formação de professores para o Jardim de Infância (*Kindergärtnerinnen-Seminar*), sendo formadas, ao final do período, quatro professoras.



RETALHO 6: LOTHAR SCHMIDT

Nasci em Blumenau, no dia 22 de dezembro de 1926, filho de Maria Kersanach Schmidt, itajaiense que depois adotou Blumenau, e de Claus Schmidt, que veio para o Brasil, acidentalmente, na Primeira Guerra Mundial. Ele era engenheiro a bordo do navio da Hamburg – Süd, o qual, em 1918, foi tomado pelo governo brasileiro, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha. A guerra já estava quase no final. O navio estava no Porto do Rio de Janeiro e toda a tripulação foi internada na Ilha das Flores. No final de 1919, quando tudo tinha terminado, a tripulação foi liberada e meu pai veio a Itajaí procurar emprego. Aqui tinha a Companhia Hanseática, que era alemã, responsável pela construção da estrada de ferro e também pela colonização da região. Ele conheceu a minha mãe e, em 1º de janeiro de 1920, uma data esquisita para casamento, casaram-se. Eles ficaram morando em Blumenau. Como era um tempo de muitas dificuldades, resolveram tentar construir a vida em São Paulo. Na firma ARP e Cia, filial de uma empresa alemã, meu pai procurou emprego e conseguiu. Eles moraram dois anos em São Paulo e lá minha irmã mais velha nasceu. Mas as coisas não deram muito certo e eles, então, retornaram a Blumenau. Meu pai abriu uma fábrica de caixas de charuto, tendo por sócio o meu tio. Em 1924, nasceu a minha irmã Dagmar. Eu sou de 26 e depois, em 28, veio o meu irmão, Ronald. Pouco tempo depois, meu pai foi se juntar aos seus irmãos e a sua mãe que estavam morando nos Estados Unidos e de lá nunca mais voltou. Em 1952, uma pessoa estranha nos mandou a certidão de óbito dele. Ele era de 1888 e morreu cedo, novo, aos 64 anos, mais ou menos. Ele era doze anos mais velho do que minha mãe e muito alto, tão alto que se esticasse o braço para o lado a minha mãe passava por baixo. Dagmar, eu e o Ronald ainda somos os vivos. Minha irmã mais velha, a Margot, faleceu já faz dez anos.

Morávamos na Alameda Rio Branco, número 7. Era uma casa de enxaimel, defronte ao atual *Johannastift*⁵¹, que eles estão reformando agora. Lá era a maternidade onde eu e o Ronald nascemos. Já a Dagmar nasceu na casa onde nós fomos morar depois. É pena... era uma casa de enxaimel e lá moramos até os meus 20 anos. Então sou da cidade: nasci e vivi sempre aqui. Vi Blumenau crescer. A Alameda Rio Branco, na época, não tinha esse

⁵¹ A Maternidade *Johannastift* foi construída pela Comunidade Evangélica Luterana de Blumenau e inaugurada em 1923. O prédio teve a arquitetura projetada de modo a não parecer com um hospital, guardando características de uma residência. Pelos critérios da maternidade, as parturientes eram internadas duas semanas antes do parto.

nome; era *Kaiserstraße*, que significa rua do Imperador. Era uma rua arborizada, bonita. Na esquina tinha o Hotel Holetz que lamentavelmente foi demolido. Próximo a ele havia a ponte que foi o avô de minha esposa, quando prefeito, que mandou construir, em 1905. Visão fantástica do senhor Alvin Schrader, que foi prefeito por 12 anos de Blumenau. Ele governava, naquela época, uma região que hoje compreende, mais ou menos, de 45 a 48 municípios. Blumenau ocupava uma extensa área de terra que ia até Taió, Salete, Ituporanga. Rio do Sul pertenceu a Blumenau até 1931, quando foi emancipado pelo governador Aristiliano Ramos. Depois, em 34, houve uma “revoltosa”, quando desmembraram mais uma parte do território blumenauense. O responsável foi Nereu Ramos, um governante não muito simpatizante com Blumenau.

Minha vida escolar está toda nos papéis que guardo comigo: tenho todos os boletins escolares. Isto devo à minha mãe que os guardou. Mantenho-os até hoje com muita honra.

Iniciei meus estudos na Escola Alemã, *Deutsche Schule*, no ano de 1933, na classe A. Era o primeiro ano escolar - *Erstes Schuljahr* - e fiquei nesta escola até o ano da grande mudança, em 1938. Em 1937, concluí o quinto ano escolar e tenho até o boletim de transferência para a classe seguinte, *vierte*, a quarta. Em meados do ano de 1938, aconteceu o período de nacionalização, e a *Deutsche Schule* foi fechada, parou. Ela parou e transformou-se em Escola Particular Pedro II. Possuo também o boletim deste ano de transição. Aliás, só está me faltando um boletim, o de 39. Depois, em 1942, a escola foi doada para o governo estadual e passou a chamar-se Escola Dom Pedro II.

A Escola Alemã era comunitária. O alemão a chamava *Eine Volksschule* – Uma Escola do Povo. Só que era escola do povo, mas o meu diretor, *Doktor* Sroka, tinha direito ao título de *Doktor*, porque eles mandavam para a *Volksschule* – escola pública - professores com o curso de Doutorado. Tinha um professor, o Baucke, que ensinava Química e Física na *Untertertia* e na *Obertertia*, que vinham depois do 6º ano onde eu estava, que era duplo *Doktor*: *Doktor Doktor Baucke*. Ele foi, também, o subdiretor da *Deutsche Schule*. O diretor durante os anos todos em que eu estudei (pode ver na assinatura dos boletins) era o *Doktor* Sroka. Ele chegou a Blumenau em 33, o mesmo ano em que entrei na escola, e ficou até ela ser fechada. Como já disse, ele era *Doktor* com direito a *Doktor*, o que, para uma escola pública, era muito nobre, não? Hoje temos professores na escola pública que nem têm formação.

Muitos dos professores da *Deutsche Schule* eram da Alemanha. Lembro da *Fräulein* Sucker, do *Doktor* Sroka, do Herbert Kramer, do Herbert Dornig. Lembro-me bem ainda do *Doktor* Baucke que morava perto da nossa casa, na residência dos Hartmann. Havia várias professoras, também: Hilda Souza-Schneider, Edith Stoterau e Annemarie Techentin; todas eram brasileiras. A minha professora de português, no primeiro ano, foi a Annemarie Techentin. É certo que era uma Escola Alemã, onde se usava o idioma alemão em todas as disciplinas, mas tinha aula de português desde o primeiro ano, disso não se abria mão. Depois tive como professores de português a dona Hilda Schneider e o senhor Gerlach, que se tornou diretor em 1938.

Na Escola Alemã havia o pagamento de mensalidade, mas era um valor simbólico. Ela era mantida pelo governo alemão e pela sociedade escolar à qual os pais tinham que se associar. Eles pagavam uma pequena mensalidade, mas não posso dizer de quanto; isso minha mãe nunca abriu, nunca nos transmitiu. Os professores principais vinham da Alemanha, como já disse anteriormente. Professor com categoria, da classe de: *Professor, Doktor ou Doktor-Doktor*. O título de categoria mais básica era o de *Professor*, mas era o professor-mestre (nível pré-universitário) que dava direito ao professor de atuar numa escola. Não sei se ele podia ser professor de um *Gymnasium*, mas de uma escola pública, sim.

A escola era grande e lá estudavam muitas crianças. Havia dois níveis de estudo. Após seis anos de aula terminava o nível preliminar, a *Grundschule*. Depois vinha a *Realschule*, onde tinha a *Untertertia* e a *Obertertia*. Eram três classes. Esse nível equivalia ao ginásio, na época.

Durante as aulas, o quadro era muito usado. Não havia sala ambiente a não ser em Desenho que tinha uma sala especial, com mesas grandes. Entre as aulas nós tínhamos sempre pausas e, se não estou enganado, ocorriam a cada duas aulas: uma um pouco mais comprida, de 15 ou 20 minutos, para o célebre *Frühstück* – lanche – que a gente levava de casa, e depois, uma mais curta, de somente 10 minutos, para coisas rápidas como ir ao banheiro. A gurizada era muito sã, viva. A gente era muito amigo, eu tinha muitas amizades.

A vida de estudante era como a dos dias de hoje. A diferença está no rigor que era muito maior do que hoje. Naquela época a gente levava reguada na mão, ou um puxão de orelha, ou castigo. O mais brabo dos castigos era ter que ir ao diretor explicar uma brincadeira, uma coisa que a gente fez e que não devia ter feito. Eu lembro de que fiz uma coisa e levei uma reprimenda que nunca esqueci na minha vida e nunca mais nem quero me lembrar: levei uma palmada na mão na época. E isso doeu até hoje! Deixou marcas.

Heinrich Martins foi o meu primeiro professor de Matemática e era russo. Um tempo atrás, erroneamente, ele foi citado num jornal como sendo o diretor da *Deutsche Schule*. Na verdade, ele nunca ocupou tal cargo. Depois veio o senhor Herbert Kramer que não era *Doktor*, mas era *Professor*. Foi ele quem me iniciou nos segredos da matemática que até hoje uso. Domino a pequena tabuada como ninguém ou como muito poucos. Enquanto muita gente pega a máquina pra somar duas ou três linhas, eu já dou o resultado. O pessoal fica admirado com este fato. Devo isso aos meus primeiros anos de escola. A tabuada tinha que estar na ponta da língua. Quando o professor dizia “8 vezes 8”, se a classe não arrebentasse a voz e dissesse 64, ele, só pela boca, sabia quem não respondeu. Foi onde eu aprendi a tabuada pequena que é o que hoje ainda vale: na verdade, é a base de tudo. Pra mim, foi a base de todo o estudo, porque nós não tínhamos geometria, essas coisas não. Era realmente a matemática, aritmética como chamávamos na época. Cálculo mental havia muito. Era treinado: toda aula tinha. Em casa tinha que fazer as tarefas porque se não viesse com as “contas” prontas, tinha que explicar o motivo, a dúvida. Agora, o professor Kramer era realmente bom. Ele era explícito, vamos dizer, muito, muito claro; a gente via que era um professor com categoria. E o bom dele: fora da escola era amigo. Ele morava perto da nossa casa, na casa dos Bloom, próximo da ponte sobre o Ribeirão Garcia. Nas horas vagas, ele até fazia brincadeiras no ribeirão conosco, onde íamos tomar banho. Nós éramos uns cinco, seis alunos contra ele. A gente fazia guerra de barro: cinco o cercavam e ele sozinho contra todos nós. E ele topava a brincadeira. O professor Kramer voltou para a Alemanha depois.

Naquele tempo, podia-se ainda tomar banho no Ribeirão Garcia, porque não existia ainda o Batalhão em Blumenau. Quando o Batalhão do Exército veio para cá com os burros e eles começaram a lavar os animais nas águas do ribeirão todas as quintas-feiras, não deu mais para tomar banho, já que vinha a sujeira toda pelo rio abaixo. Então a gente já sabia: quinta-feira ninguém ia tomar banho no ribeirão.

Acredito que o rigor fez com que nós levássemos realmente a escola um pouco mais a sério do que hoje. Por exemplo: se a gente não sabia o *kleines ein mal eins* (uma vez um), a tabuada pequena, de 1 a 10, de um dia para o outro tínhamos que escrevê-la dez vezes. Se não fizesse, tinha que escrever vinte vezes e, coitado se não o fizesse, porque aí ia conversar com o diretor. Havia cartazes na sala com as tabuadas e o professor batia neles e dizia: *Jungs das muss sitzen, wie der Arsch auf dem Nachttopf*, ou seja, rapazes, isso tem que estar na cabeça, como a bunda no penico!

Quanto aos livros que estudei, hoje não saberia mais dizer quais eram. Nós tínhamos um livro de aritmética que era a base do nosso estudo. Era um livro bastante claro. Visualizo-o ainda, rapidamente: um livro meio alto, capa dura, muito bom. Não sei quem era o autor, mas era escrito em alemão, isso sim. Quanto a outros materiais utilizados, sinceramente ..., já se passaram sessenta e tantos anos, não me lembro mais.

A família participava da escola, sempre tinha reuniões com os pais. Entretanto, minha mãe não era muuuito ligada, porque ela possuía uma loja de armarinhos junto com uma tia solteirona e minha avó, de onde tiravam o sustento da família. Então, de manhã, ela cuidava da família e de tarde, trabalhava na loja. Tínhamos uma empregada em casa, o que era uma exceção muito grande na época. Ela era de sobrenome Schmidt também, de família lá de perto do *Spitzkopf*.⁵²

Em meados de 1938, ocorreu uma mudança significativa em nossa vida, quando houve o chamado período de nacionalização, introduzido por Getúlio Vargas, que era o presidente da República na época, e do qual Nereu Ramos era um seguidor. Nereu foi o interventor de nosso Estado.

A *Deutsche Schule* fechou, foi tudo modificado e continuou a ter aula. Na verdade, houve continuidade, mas com transformações violentas. O nome da escola foi mudado para Escola Particular Pedro II. Eu estava no sexto ano e não o terminei, não consegui pegar o período da *Realschule*. Fiz como está escrito no boletim de 1938: a partir de julho cursei o primeiro ano da Escola Normal Primária, sendo promovido para o 2º ano. Só que eu não fui para o 2º ano e sim para o primeiro ano do curso Complementar. Eu perdi um ano e outros alunos avançaram um. Tanto é que alguns estudantes da classe anterior a minha vieram pra minha turma, em 39. No boletim de 1938 estão registradas as notas só de julho em diante, porque as anteriores a julho não constam, não foram lançadas no novo boletim. Em 39 fiz o primeiro ano Complementar e no outro ano, o 2º ano. No boletim do segundo ano Complementar estão as notas das disciplinas de Português, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Alemão, Educação Moral e Cívica, Desenho, Música, Educação Física. A média: em agosto tirei o 2º lugar e no final do ano, o 3º. Número de alunos na classe: eram 25 e, depois, 19. Eu acho que alguns alunos se transferiram ainda durante o ano para outras escolas. É, muita gente saiu. Uma das assinaturas neste boletim é do Professor Timmermans e a outra do

⁵² O Parque Ecológico do *Spitzkopf* tem 5000 m² e está localizado a 14 km do centro de Blumenau. De propriedade particular, possui várias trilhas ecológicas, inclusive uma que leva até o topo de um morro com 936 metros de altura, de cume pontiagudo (*Spitzkopf* significa, em alemão, cabeça pontiaguda).

Professor Gerlach, que se tornou diretor em 1938. Ele era professor da Escola Alemã e, decerto, caiu nas graças do pessoal do Nereu e foi nomeado diretor. Imediatamente, ele introduziu o uniforme escolar: de cor bege, com listras. Tenho algumas fotos em que estou de uniforme, participando de desfiles cívicos que eram realizados na cidade. Antes, não havia uniforme; cada um ia com a roupa que tinha.

Os professores que eram da Alemanha, como os professores Baucke, Sroka, Kramer, foram mandados embora. Os professores da Escola Particular Pedro II foram alguns que vieram para Blumenau, como o Joaquim de Sales e outros remanescentes, como Hilda Schneider, Timmermans, Gerlach e Annemarie Techentin, que também continuou.

Com as mudanças, a escola passou a ter quatro anos do curso Primário e dois anos do Complementar. Este último, inclusive, era chamado de equiparado, porque o primeiro ano era equiparado ao primeiro ano do Ginásio e o segundo ano ao segundo do Ginásio. Assim nos foi ensinado na época.

No curso Complementar, o professor Sales dava aula de tudo: Português, Matemática, História, Francês. Joaquim de Sales era do Ceará e uma curiosidade que pouca gente sabe: era um ex-padre. Mas depois casou, teve até filhos. Lembro que Desenho ele também ensinava. Música era com o senhor Heinz Geyer. Educação Física era o senhor Timmermans. Eu acho que Ciências Físicas e Naturais, também foi o professor Sales. Francês sempre foi o meu calcanhar de Aquiles e prejudicou um pouco a minha média anual. A minha melhor nota no segundo ano foi a de matemática. Quanto ao estudo do Alemão, devo-o à minha mãe. Ela foi uma heroína porque durante a guerra contratou um professor particular. Eu e meu irmão tínhamos aula em uma sala hermeticamente fechada. Era proibido falar e aprender Alemão. Se soubessem, íamos presos; minha mãe ia presa. O professor era o senhor Clements que era *Deutsch-Russe* - alemão-russo - como o senhor Martins.

Não me recordo com muitos detalhes, mas lembro que o período de mudanças lá dentro da escola não foi tão rigoroso, porque tinha que ter a fase de transição. Eles não podiam ser assim, 8 ou 800. Eles tinham que ter um pouquinho de cautela e cativar pra levar adiante. O professor Gerlach era bastante rigoroso porque ele recebia instruções, tinha que cumprir. Mas ele, às vezes, no meu entender, não fazia cumprir à risca com o intento de não tumultuar, não criar confusão (para ele). Talvez, ele não agisse com o rigor que o Nereu Ramos ou o Getúlio Vargas queriam que tivesse, porque o professor Gerlach tinha a vivência de uma escola onde a doutrina era muito rigorosa. A escola alemã era pública, mas era rigorosa.

Quanto aos professores, vou ser franco. Quando fui para a Escola Pedro II, tive a felicidade de ter o Joaquim Sales como professor. Era um senhor professor. A turma o adorava. Severo ele era, também, exigente. Ele tinha formação de padre, então, era muito rigoroso e isso ele transmitia: ordem tinha que ter. Ele foi o professor de Matemática dos dois anos do Complementar. Na Escola Alemã trabalhamos somente a Aritmética. Do Complementar, não lembro muito. Olha, são 60 anos que se passaram. Sei que estudamos frações, medidas e juro: o percento, o que representava o percento. Tanto é que hoje, se você perguntar “quanto é 3% de x?” muita gente vai para a maquininha. Enquanto isso, eu já estou respondendo. Lógico, não em números com muitos algarismos, mas em números com até três algarismos, geralmente, faço na cabeça. O estudo do percento já tinha começado no finalzinho da Escola Alemã.

Durante as aulas, o professor explicava e os alunos faziam depois. Tínhamos que reproduzir, ou comentar, ou explicar. No último ano éramos 17 meninas e 4 rapazes. Dos rapazes, lembro os nomes: Werner Kleine, Herbert Kertischka, Harley Pagel e Lothar Schmidt. Ainda hoje, eu, o Werner Kleine e uma boa parte das meninas somos colegas do *Kränzchen*, o café da tarde: a Hanni Zimmermann, a Carmem Peiter e a Córdula Strobel, que já faleceu.

Terminei o segundo ano Complementar em 1940 e me retirei da vida escolar. Para os que concluíam o curso Complementar e quisessem continuar a estudar, havia a opção de ir para o Colégio Santo Antônio, dos padres, ou para o Colégio Sagrada Família, das freiras. Eles tinham o ginásio. Mas os dois eram particulares e caros; minha mãe não tinha condições de pagar. Então, o meu período escolar foi relativamente curto, com cinco anos e meio de Escola Alemã, mais dois anos e meio de Escola Particular Pedro II. No dia dois de janeiro de 1941, comecei a trabalhar na firma Rodolfo Kander.

Em 1941 e 42, fiz alguns cursos na Escola Pedro II, organizados pelo professor Gerlach, no turno da noite. Esses cursos eram da Escola Prática de Comércio, de secretariado, de datilografia. Na época se dava ênfase à datilografia, pois a máquina de escrever foi o início, vamos dizer, de uma nova evolução. E aqui, depois, existia o curso de auxiliar de guarda-livro de serviços técnicos. Esses cursos eram de três horas, todas as noites, durante seis meses ou um ano. Tenho os certificados dos dois cursos que fiz. Eles eram pagos e tinham a coordenação dos professores Gerlach, Acrízio Moreira da Costa e do Francisco do Anjos. Estes cursos não tinham nada a ver com a Escola Pedro II; eles só eram realizados nas dependências do colégio.

Em 1971, quando fui para a Alemanha pela primeira vez, vi o que valia saber falar o Alemão. Minha mulher e eu falávamos muito bem o alemão. Tão bem que acho que mostrei, de 25 a 30 vezes, o meu passaporte, para provar que um brasileiro com cara de alemão, falava tão bem o alemão quanto eles; eles ficavam arregalando os olhos.

Desde pequeno eu achava que deveria dar mais atenção às matérias de Matemática e Português. Eu penso que foi a minha mãe quem introduziu isso na gente. Ela fez com que eu me interessasse mais por essas duas matérias, e por isso, talvez, fui um pouco relapso no estudo do Francês. Na época, Inglês não tinha vez. Fui aprender Inglês depois, em aulas particulares, mas manter uma conversação, eu não tenho condições. Inclusive, em função de não sabermos o inglês, há 35 anos atrás, mais ou menos, trouxemos o CCBU para Blumenau, o primeiro curso de inglês oficial da cidade.

Da Escola Alemã nada foi conservado. Isso em função do rigor da nacionalização. Foi nessa época que veio o Batalhão do Exército para Blumenau. Era o tal do Estado Novo e no período da Segunda Guerra perdeu-se muito da história de Blumenau, porque todo mundo tinha medo de guardar coisas que tinham ligação com a Alemanha, com Hitler, ou com a doutrina dele. Quando ocorria uma *Hausdurchsuchung*, uma vistoria na casa de alguém, tudo o que a polícia encontrava, levava. Então, acho que realmente muito pouca gente manteve arquivo de alguma coisa. Na vida privada, quem falava o alemão na rua era perseguido, preso, e se tomavam algumas atitudes não muito bonitas. Pessoas tiveram que tomar óleo de rícino, muitas ficaram presas, às vezes, até incomunicáveis. Ocorreram abusos por parte não só das autoridades, mas de pessoas de nível mais baixo, que sentiam inveja da cultura, das conquistas dos descendentes de alemães. São coisas, fatos do passado. Eu acho que não tem nada de errado no fato da gente mencionar isto, porque foi o que aconteceu na época. Foi um período não muito gostoso. Ainda mais pra um adolescente!

Dentro da Escola Alemã jamais, jamais se falou em Hitler, em nazismo. Para os jovens que quisessem participar de eventos ligados ao nazismo, tinha a chamada *Hitlerjugend*, do Partido Social Alemão, que tinha uma sede aqui em Blumenau. Isso, na época, tinha. Ela foi fechada e alguns de seus membros passaram períodos desagradáveis.

Foi um período de muito medo, infelizmente. O medo transformou muitas coisas, mas passou.

Tudo são passagens. Nasci e me criei aqui e aqui estou até hoje, a vida toda em Blumenau. Honro muito a minha cidade. Gosto dela e, vamos dizer assim, transmiti a muitos

estrangeiros o sentimento que nós temos por Blumenau. Às vezes, na Europa, Blumenau era mais conhecida do que as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, em função da qualidade dos produtos têxteis e de sua cultura alemã.



RETALHO 7: O SISTEMA EDUCACIONAL NA ALEMANHA E AS ESCOLAS “ALEMÃS” DE BLUMENAU

Para entender a estrutura da *Neue Deutsche Schule* de Blumenau, criada em 1889, é necessário que retomemos um pouco a história do sistema de ensino da Alemanha.

Até meados do século XVIII, nos estados alemães, religião e escolaridade eram indissociáveis. Para Kreutz (1994, p. 15), “o ensino religioso ocupava o lugar central em todas as escolas protestantes e católicas. O objetivo era formar bons cristãos”. Esta situação sofre modificação a partir da segunda metade do século XVIII, quando o enfoque político-social passou a determinar as ações na educação, realçando a responsabilidade do Estado. Em 1763, entra em vigor os Regulamentos Escolares de Frederico, o Grande, nos quais se “tornava obrigatória a frequência escolar, estipulava-se adequada preparação e remuneração dos professores, a organização de livros didáticos, o aperfeiçoamento de métodos e a instauração da inspeção escolar” (KREUTZ, 1994, p. 15). A educação passava a ser considerada o alicerce para se obter a prosperidade econômica, a força política e o bem-estar material e social do povo. O reconhecimento do valor da educação para o povo pelo governo podia ser visto como o princípio da instituição da cidadania, ou seja, o homem do povo tinha direitos básicos, entre eles o acesso à educação, reconhecidos pelo Estado.

O século XIX inicia com a conquista da Alemanha, por Napoleão, em 1806 e que atingiu de forma destrutiva a estrutura da educação germânica organizada no século anterior. Em 1814, com a conclusão da Guerra da Libertação, a Prússia, o maior dos 39 estados que compunham a Alemanha, concretiza uma reorganização do ensino. Deveria surgir “um Estado Novo, sob a autodeterminação do homem, com a perspectiva da participação democrática em questões de interesse social. Por isso tornava-se necessário oferecer uma educação adequada, capaz de tornar o ideal do novo Estado digno de ser defendido” (KREUTZ, 1991, p. 37). Para tanto, promoveu-se a difusão geral do ensino elementar, a melhoria na formação dos professores pela implantação das Escolas Normais, a renovação de métodos e, especialmente, a formação “de uma nova mística em relação à educação sob o pressuposto de que as reformas sociais e políticas deveriam surgir pela educação” (KREUTZ, 1994, p. 16). Este ideal era apoiado em Fichte e Pestalozzi que defendiam a idéia de que as reformas sociais e políticas surgiriam pela educação.

Deste modo, a Prússia

[...] se tornou uma nação de mestres e alunos. Dentro de três décadas as escolas prussianas se tornaram modelos para o mundo. Toda a educação elementar tornou-se pública e gratuita. Desapareceu o analfabetismo. A frequência escolar era exigida para todas as crianças de 6 a 14 anos de idade. Os professores, quase todos homens, eram selecionados e preparados com cuidado. Os métodos eram humanos e adaptados ao cultivo da inteligência prática. O sistema era orientado especialmente para inculcar os ideais nacionais. (LUZURIAGA apud FIORI, 2003, p. 247).

O ensino prussiano era considerado progressista e tornou-se um modelo a ser seguido pelos outros estados alemães e desejado por outros países, como a França.

Este modelo de educação é o que foi implantado na Colônia de Blumenau pelos imigrantes, muitos deles de origem prussiana. À escolarização era devida grande importância; não se admitia que as crianças crescessem analfabetas. Daí, o grande número de pequenas escolas particulares que se espalhava pelo território blumenauense. Nos educandários, aplicava-se a mesma proposta pedagógica das escolas prussianas, que se inspirava na vida real e prática dos alunos e, por extensão, voltada para as necessidades da comunidade local. Essa preocupação parece que foi o fator primordial da definição do modelo das escolas “alemãs” de Blumenau.

Retomemos a história da educação alemã. Em 1871, o rei da Prússia, Guilherme I, ascendeu ao trono como imperador, o *Kaiser*. Acontecia finalmente a unificação; a Alemanha torna-se um Estado. Na educação, passam a vigorar novas medidas, mais liberais, que introduziram no ensino elementar (*Grundschule*), novas matérias e orientações metodológicas. No ensino secundário houve o reconhecimento da escola realista ou científica (*Realschule*), com nove anos de escolaridade, no mesmo plano que o colégio humanista (*Gymnasium*).

Luzuriaga (1963) assim descreve a educação pública alemã, do final do século XIX:

Ao terminar o século XIX, a educação pública alemã fica organizada como instituição do Estado, dotada de grande eficiência do ponto de vista didático e administrativo. Em parte alguma cumpria-se com mais rigor a obrigatoriedade escolar e em parte alguma era menor o número de analfabetos. Sua instrução secundária e superior havia alcançado também nível intelectual não superado por nenhum outro país. Essa educação estava inspirada, todavia, ao mesmo tempo, por espírito autoritário e disciplinar. Não havia o menor traço de liberdade e autonomia. (LUZURIAGA, 1963, p. 185).

Assim, a escola alemã encantava o mundo com sua organização institucional, a valorização dada à educação pelo povo alemão e o seu governo e a sua eficiência, quanto aos objetivos nacionalistas que se propusera a atingir. Entretanto, a postura de submissão que era desenvolvida nos alunos com a intenção de formar cidadãos obedientes, aliada ao

desenvolvimento do forte espírito nacionalista e a preparação atlético-militar, através da educação física escolar, irá explicar muitas das ações tomadas pela Alemanha no campo político-militar e que desembocaram na I Guerra Mundial (FIORI, 2003).

Com a queda do Império Alemão, após o término da I Guerra Mundial, em 1919, uma crítica comum surgiu contra a escola alemã: ela servira para perpetuar as divisões sociais em benefício apenas das camadas dirigentes militaristas. Então, era necessário e urgente que se fizesse uma reforma no âmbito educacional. E isto foi feito durante a República de Weimar (1919-1933).

Richard (1988) observa que nos primeiros meses, após a proclamação da República, tudo o que era referente à escola foi objeto de interesse da população germânica. Pedagogos reformistas se reuniram para traçar novos programas e fundar revistas que serviriam de orientação aos professores. A nova proposta foi definida: levar cada criança a desenvolver sua personalidade e suas potencialidades ao máximo. Em muitas cidades, instituições escolares privadas foram criadas. Nelas, os mestres perderam o poder, e os alunos passaram a aprender numa atmosfera de camaradagem com os educadores e na convivência com os colegas (de ambos os sexos). E, mais uma grande novidade: a participação dos pais na vida escolar de seus filhos, através da criação de conselhos de pais que se reuniam a cada quinze dias. “Os pais davam sua opinião sobre a higiene, os trabalhos manuais, as bibliotecas, as excursões. Sua opinião era necessária até na escolha dos livros didáticos, que só podiam ser adotados após acordo entre os mestres e o conselho de pais” (RICHARD, 1988, p. 169).

E, quanto ao ensino público? Este não ficou à margem dessas inovações nas escolas privadas. Em 1926, na Prússia, cerca de trinta escolas novas funcionavam. Mistas, sem diretor e sem controle de inspetores, os professores tinham liberdade tanto em relação ao uso do tempo quanto aos programas. Pais e visitantes podiam entrar a qualquer momento nas salas de aula e assistir aos cursos. Diferentes oficinas permitiam que os alunos se dedicassem à encardenação, à escultura em madeira, à música. O cinema e o rádio eram utilizados regularmente.

Todavia, as Igrejas católica e protestante, sob o pretexto de defender a “liberdade de consciência”, uniram-se em defesa da manutenção, nas escolas primárias, do ensino religioso ministrado por padres e pastores. A excessiva liberdade e a autonomia das escolas foi atacada em intensos debates travados na Câmara dos Deputados. A reforma escolar acabou sendo paralisada e o conservadorismo acabou vencendo. Em 1931, de 645 escolas, somente 53 eram leigas.

Quanto à estrutura educacional, pela lei de 28 de abril de 1920, todos os meninos de seis anos e as meninas de sete eram obrigados a freqüentar regularmente a escola elementar, não mista e, com mais freqüência, religiosa, onde permaneciam durante quatro anos. Os programas eram quase todos unificados sendo as escolas públicas e gratuitas. Após quatro anos ou seis anos de escola primária (*Grundschule*), 10% dos alunos tinham a oportunidade de prosseguir os estudos nas escolas secundárias (*Realschule* ou *Gymnasium*). Os demais permaneciam na escola primária até a idade de quatorze anos, sendo então, encaminhados para o aprendizado de um ofício em casa de um comerciante ou numa fábrica.

Siedenberg (1997), ao estudar o sistema educacional alemão, verificou que, durante a República de Weimar, as escolas secundárias eram divididas em estabelecimentos de ciclo curto ou de ciclo longo. Os primeiros forneciam, no fim do curso, um certificado de estudos secundários. Os operários preferiam enviar seus filhos, quando o podiam, para estes estabelecimentos. Os de ciclo longo, dividiam-se em colégios clássicos, modernos ou técnicos e conduziam ao bacharelado. As matérias principais diferiam segundo o tipo de colégio: no clássico, prevaleciam o grego e o latim; no moderno, o alemão, o inglês e o francês, e no técnico, a matemática e as ciências físicas. Os colégios modernos eram escolhidos pelas camadas médias, enquanto os clássicos tinham a preferência dos quadros superiores. Comerciantes, artesãos, pequenos empregados se orientavam de preferência para os colégios técnicos. As moças geralmente eram encaminhadas aos ginásios, nome dado exclusivamente às escolas secundárias que lhes eram reservadas.

Voltando o olhar para as escolas “alemãs” de Blumenau, é sentido que estas orientações também ali chegaram. Sroka, ao assumir a direção da *Deutsche Schule*, a partir de 1933, verifica que o sistema educacional em vigor está desatualizado: a escola oferece oito anos de escolaridade, sem divisão entre os níveis primário e secundário. Inicia ele, então, a reformulação do ensino: a partir de 1934 a *Deutsche Schule* passou a oferecer a *Realschule*, com duração de três anos, após seis anos de *Grundschule*. Na *Realschule* é dada ênfase ao estudo das ciências físicas e da matemática.

E quanto à formação dos professores? Na Alemanha, durante a República de Weimar, ela foi unificada, mas com pequenas diferenças nos Estados. Richard (1988) explica que os Estados da Baviera e Württemberg tinham conservado o antigo sistema de formação profissional em institutos especificamente destinados aos futuros professores. Já Hamburgo, Brunswick e Turíngia haviam optado por uma formação dada inteiramente na universidade. A

partir de 1926, a Prússia possuía centros pedagógicos, com quatro semestres de cursos obrigatórios.

Entretanto, as condições de trabalho não eram boas. As classes eram numerosas, entre quarenta e cinco e sessenta alunos, às vezes mais. Além do preparo de aulas e de correção de trabalhos, eles tinham de trinta a trinta e quatro horas semanais a cumprir. Os salários pagos não eram condizentes com o exercício da função e com o preparo profissional por ela exigido. A situação social, que já não era boa, se degradou a partir de 1929. Richard (1988) destaca que os salários dos professores eram pagos a conta-gotas e valiam cada vez menos. Em fevereiro de 1932, em Lübeck, a maioria dos professores não recebeu o seu salário. Era ou o desemprego ou trabalhar sem ser pago. O entusiasmo pelas reformas pedagógicas é substituído por uma crescente insatisfação. Pacifistas e socialistas nos anos 20, os professores não viram outra solução para os seus problemas, no fim da República de Weimar, senão a ascensão dos nazistas ao poder.

As reformas feitas durante a República de Weimar vieram abaixo quando o Partido Nacional Socialista de Hitler assumiu o poder. Durante o período nazista (1933 – 1945), as escolas foram obrigadas a aderir as idéias políticas do nazismo, de forma autoritária e ditatorial. Dentre as novas finalidades da escola, Luzuriaga (1963) destaca: (i) formação do homem como soldado-político e sua subordinação ao chefe supremo, o *Führer*; (ii) desenvolvimento da disciplina e da obediência cega às autoridades políticas; (iii) cultivo do corpo por meio semelhante ao exercício militar. Organizaram-se associações extra-escolares, como a “Juventude Hitlerista” para inculcar as idéias nazistas nos jovens. Foram criadas escolas especiais para formação dos líderes da política, denominadas “Escolas Adolf Hitler” que impunham regime baseado nas ordens militares. Ou seja, as escolas serviram para “nazificar” a juventude alemã.

Após a II Guerra Mundial, todas essas reformas e instituições desapareceram, e a Alemanha necessitou reformular totalmente o sistema escolar adotado pelo Estado nazista.

A nova Constituição Federal foi aprovada em 23/05/1949 e não houve tempo suficiente para estruturar e implantar um novo modelo até essa data. Assim, praticamente, foi reassumido o sistema escolar vigente na República de Weimar. Deste modo, a estrutura do sistema escolar básico alemão ficou assim constituída:

Nível elementar: composto pelos jardins de infância (*Kindergarten*) e pré-escolas.

Grundschule ou **Primário**: A escola primária tem como objetivos principais ensinar a ler, escrever e contar. Além disso, os primeiros contatos com a música, as artes e o esporte são incentivados. Em alguns estados alemães a duração desta escola é de quatro anos e em outros, de seis anos. Ao terminar este primeiro nível, os pais, conjuntamente com a escola, decidem qual o caminho a ser seguido pela criança, para qual das escolas secundárias o filho deve ir. Há basicamente três tipos de escolas secundárias, todas gratuitas.

Hauptschule ou **Escola Principal**: visa proporcionar uma formação básica geral, em que o ensino profissionalizante tem grande importância. Inicia com a quinta série e termina na nona série. É objetivo dessa escola preparar e qualificar o aluno para o desempenho de atividades profissionais (produção, comércio, artesanato e prestação de serviços). Em muitas regiões são informalmente conhecidas como as “escolas das sobras”, devido a sua ênfase profissionalizante e o fato de serem freqüentadas por crianças estrangeiras e por alunos de pior desempenho escolar.

O término da *Hauptschule* não implica no fim da obrigatoriedade escolar. O aluno deverá freqüentar ainda uma *Lehre* (curso profissionalizante: cabeleireiro, padeiro, secretariado, bancário,...) com duração de dois anos.

A **Realschule** ou **Escola Real** indica, através da origem latina do nome “*realis*”, uma forte identificação com um grupo de disciplinas das ciências exatas e naturais (matemática, química, biologia). Estas escolas oferecem uma formação geral ampliada, que abrange seis anos letivos, ou seja, da quinta a décima série. Esta escola é freqüentada por alunos que desejam exercer uma profissão basicamente de nível médio, como em empresas e bancos, na parte administrativa, onde um diploma superior não se faz necessário.

Gymnasium ou **Ginásio**: nesta escola os alunos são preparados para cursar uma Universidade ou Escola Superior. Comparativamente ao sistema escolar brasileiro, esta escola engloba parte do ensino fundamental e o do médio. Tem duração de oito ou nove anos. Inicia na quinta série e termina na décima-terceira série. O objetivo do Ginásio é oferecer uma formação básica aprofundada, a fim de habilitar o aluno para o prosseguimento dos estudos em nível acadêmico. Somente quem freqüenta o *Gymnasium* pode ingressar na Universidade através do *Abitur*, que é um processo de avaliação final e geral comum a todos os alunos, realizado durante o último ano de estudo.

O aluno proveniente de uma *Realschule* não poderá freqüentar uma Universidade, mas sim uma *Fachhochschule*, que é uma Escola Superior com cursos de duração de até quatro

anos. O aluno pode, por exemplo, cursar Engenharia Civil na *Fachhochschule* e, ao formar-se, exercer a profissão de engenheiro civil. Mas não poderá aprofundar seus conhecimentos e fazer o doutorado, a não ser que ingresse numa Universidade e complete seus estudos.

O processo de opção pelo tipo de escola secundário pode ser assim descrito:

- na penúltima série da Escola Primária, os pais serão informados sobre as possíveis escolas a serem cursadas;
- na última série, a criança receberá uma recomendação para a escola secundária, que dependerá da nota média alcançada nesta série;
- os pais podem aceitar esta recomendação e matricular a criança na escola correspondente ou
- podem decidir matricular a criança numa escola com nível inferior, por exemplo: ao invés do Ginásio, a criança cursará a Escola Real ou
- podem revogar a decisão do colégio e preferir que a criança vá para uma escola de nível superior, como, por exemplo: ao invés da Escola Real, o Ginásio será cursado. Para isso, dependendo do estado alemão, a criança poderá ter que prestar um exame ou cursar a escola desejada num período de experiência de 3 a 6 meses.



RETALHO 8: A MATEMÁTICA NAS ESCOLAS “ALEMÃS” DE BLUMENAU

As Comunidades Escolares, além de contratarem os professores, interferiam quanto à definição do currículo⁵³. “Os conteúdos mínimos e a própria natureza das disciplinas eram ditadas por aquilo que os imigrantes esperavam da escola, estabelecendo-se um currículo mínimo, mais ou menos tacitamente observado, pois as escolas cuidavam em cumprir esta tarefa básica” (RAMBO apud KREUTZ, 1994, p.38).

O ensino de *Deutsch* (Alemão) e *Rechnen* (Aritmética) era prioritário nas primeiras séries de estudo, tendo o período escolar, na maioria dos estabelecimentos, duração que variava entre 4 e 6 anos. Informações relativas ao ano escolar dessas escolas encontram-se em relatórios enviados às autoridades locais e publicados pelo jornal *Mitteilungen*. Abaixo, encontram-se reproduzidas partes de dois desses relatórios, com destaque para o currículo de disciplinas da área de Matemática (quando apontados), objeto de estudo deste trabalho:

O ano letivo começou a 2 de janeiro de 1905, com 55 crianças. [...]Constam as seguintes matérias para o ensino: matemática, leitura, caligrafia, composição, ditado, gramática (português e alemão), religião, ciências naturais, geografia, história mundial, lição de contemplação sobre as matérias dadas, redação comercial e canto. [...] O material escolar foi fornecido pela “Sociedade Alemã de Escolarização de Santa Catarina”. Recebemos também, quadro e notas musicais para os alunos. Pela Câmara Municipal, foi fornecido material didático, para a iniciação das aulas de latim. (SCHULWESEN..., [198?], não paginado).

A escola na sede da Paróquia Rodeio⁵⁴ tem três classes e abrange cinco divisões, dos quais duas pertencem a classes inferiores e as restantes seguem de acordo com o seguinte plano as matérias: Leitura – Gramática – Escrita – Ortografia – Redação – Aritmética – Geometria – História – Geografia – Ciências Naturais – Canto – Desenho.

Aritmética: o 1º ano aprende a numeração de 1 a 20. O 2º ano abrange a numeração de 1 a 100 e as 4 operações com números bases e também com 2 números. No 1º semestre na terceira classe, amplia-se a numeração até 1000 e no 2º semestre até o número 1.000.000, para então parar, e na escrita dos números e das 4 operações. O 4º ano continua com estes exercícios, cálculos com dois ou mais números. No 5º ano, inicia-se os cálculos necessários em escritórios com o respectivo cálculo de porcentagem.

Geometria: a geometria começa no 2º semestre do 4º ano escolar e se ocupa com áreas e figuras geométricas e na maioria dos casos referente à vida do campo. (RELATÓRIO ..., 1987, p. 53).

⁵³ Currículo aqui é entendido como listagem de conteúdos a serem estudados em cada classe ou série de ensino. Este conceito era o utilizado no período da pesquisa. A partir de 1970 é intensa a discussão sobre o significado de currículo e de sua forma de organização.

⁵⁴ O atual município de Rodeio pertenceu a Blumenau até 14 de março de 1937, quando foi, então, emancipado.

Já o Relatório da *Neue Deutsche Schule*, de 1910, traz, além da descrição dos conteúdos matemáticos abordados em cada classe, a indicação dos livros escolares utilizados. Eis os programas de Aritmética:

IV Classe⁵⁵

A) Os numeros de 1 – 5. **1.** Idéa do numero. **2.** Numerar e contar. **3.** Problemas praticos. B) Os numeros de 1 – 10. **1.** Idéa dos numeros. **2.** Contar, numerar e relação dos numeros entre si. **3.** Escrever os algarismos. **4.** Adição e subtracção dos numeros simples. **5.** Problemas praticos. C) Os numeros de 1 – 20. Sem passagem das dezenas. **1.** Idéa do numero e numeração. **2.** Adição e subtracção dos numeros simples. **3.** Problemas complexos. **4.** Problemas praticos.

III Classe

A 1ª secção occupa-se do mesmo assumpto da 3ª secção da 2ª classe. Esta distribuição da materia tem por fim tratar-se, já na 1ª secção da 2ª classe, do calculo de fracções ordinarias e numeros decimaes, para depois, na 1ª classe, durante dous annos inteiros, poder-se tratar exclusivamente das chamadas “operações civicas”. 2. secção: os numeros de 1 a 100. Böhme, 1. caderno. **1.** Adição e subtracção dos numeros cardeaes. **2.** Taboada de multiplicar. **3.** Taboada de dividir. **4.** Adição e subtracção de numeros de dous algarismos. **5.** Multiplicar. **6.** Conter-se e dividir.

II Classe

1ª Secção. Os numeros complexos. Compendios de Arithmetica de Böhme, edição B, 3. **1.** Resolver em valores não decimaes. **2.** Resolver e reduzir em valores decimaes. Os systemas monetarios de medida e peso. **3.** Reduzir em valores não decimaes. **4.** Adição, subtracção, multiplicação, e divisão de numeros complexos. **5.** Rudimentos da regra de tres. **6.** Calculo de tempo. **7.** Calculo geometrico (quadrado e rectangulo). Operações sobre as fracções ordinarias e as decimaes. (Compendios de arithmetica de Böhme, edição B, 4) **1.** De onde procedem as fracções, qualidades das mesmas. **2.** Transformação de numeros inteiros e mixtos em fracções improprias e vice-versa. **3.** Reductibilidade e simplificação das fracções. **4.** Reducção á expressão mais simples. **5.** Adição e subtracção de fracções de denominadores iguaes. **6.** Os numeros neutraes, decadas, numeros decimaes. **7.** Conversão das fracções ordinarias em decimaes. **8.** Abreviação das fracção decimaes e de numeros muito elevados.

2ª Secção. **1.** Divisão de numeros elevados (Compendio de arithmetica de Boehme, 3). **2a.** Conversão de medidas antigas. **2b.** Conversão e Reducção de medidas decimaes. Systemas de moeda, capacidade e peso. **2c.** Reducção de medidas antigas. **2d.** Adição, subtracção, multiplicação e divisão de complexos.

3ª Secção. Os numeros de 1 a 100. Numeração ilimitada. Compendio de Arithmetica de Böhme, edição B, **2.** A) Serie de 1 a 100. **1.** A introducção. **2.** Sommar. **3.** Subtrahir (methodo de subtracção austriaco). **4.** Multiplicar. **5.** Medir ou conter-se e dividir. B) Serie de um aos milhões. **1.** O nosso systema de numeração: **a)** como systema decimal, **b)** como systema de posição. **2.** Introducção na serie de numeros de 1 a 1 000 000. **3.** Sommar. **4.** Multiplicar. **5.** Diminuir. **6.** Dividir.

⁵⁵ Nos textos citados, preservamos a grafia original.

I Classe

I. secção. Operações civicas. Compendio Hamburguense de Arithmetica para o uso das escolas, vol. IV. I. Problemas sobre objectos conhecidos: regra de tres, de cinco etc. Problemas sobre economia domestica. II. Problemas sobre assumptos novos. 1. Calculo procentual: a) juros, b) lucros e perdas, c) desconto, d) cambio. 2. Calculo pro mille. 3. Calculo de seguros. 4. Divisão proporcional. 5. Regra de liga. 6. Calculo de ganho e perda. 7. Calculo do termo médio.

II secção. Os numeros e as fracções decimaes. I. Os números decimaes. 1. Introdução. a) Formação da serie dos numeros decimaes; b) amplificar e simplificar; c) multiplicação e divisão pelas unidades decimaes. 2. Adição e subtracção. 3. Multiplicação. 4. Divisão. II. As fracções. 1. Introdução. Reducção de sortes. 2. Reducção de numeros inteiros e mixtos a fracções improprias e inversamente. 3. A amplificação. 4. A simplificação. 5. Adição e subtracção de fracções de denominadores iguaes. 6. Multiplicar e dividir uma fracção por um numero inteiro. 7. Adição de fracção de denominadores diferentes. 8. Subtracção de fracções de denominadores diferentes. 9. Multiplicação de fracções de denominadores diferentes. 10. Divisão de fracções de denominadores diferentes.

Nos programas descritos, percebe-se que a ênfase dada ao ensino da Matemática residia em fazer com que o aluno soubesse contar e escrever os numerais, realizar operações de adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais e, também, de números decimais e fracionários; os sistemas monetários e de medidas, a regra de três e cálculos com juros. Estudava-se a matemática com um objetivo bem definido: preparar os alunos para utilizar os conhecimentos matemáticos em sua vida diária e nas atividades do comércio.

Duas estratégias de ensino estavam presentes nas aulas de Matemática: o cálculo mental e a resolução de problemas. O primeiro visava à fixação das operações elementares e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do raciocínio e da memória. O segundo mostra a preocupação com a aplicação da Matemática em situações da realidade. A orientação dada aos professores era a de que⁵⁶

O ensino da arithmetica nas classes superiores deve ser dado o mais practicamente possível, tratando o assumpto do problema sobre themas, que appareçam na vida quotidiana. A solução delles deve ser achada pelos próprios alumnos com toda certeza e segurança. Principalmente o professor deve ter o maximo cuidado em não passar problemas cuja solução vise unicamente a regra. A criança deve resolver o problema analyticamente. Por exemplo: Regra de Juros: Capital, taxa, tempo, porcentagem não deve ser resolvida por meio das fórmulas. $J = \frac{C.T.tempo}{100}$. Na regra de juros o professor deve sempre fazer com que o alumno chegue a um por cento (1%). Para isso não se precisa de uma fórmula mechanica. (SÄTLER, 1929, p. 17)

⁵⁶ No texto citado, preservamos a grafia original.

Nas classes mais avançadas da Escola Nova Alemã (em 1910), denominadas Selecta, a disciplina Aritmética era substituída pela de Matemática, sendo o seu conteúdo programático um misto de álgebra e aritmética⁵⁷:

Arithmetica. Completação do pensum da 1. secção da 1ª classe. Compendio Hamburguense de Arithmetica para o uso das escolas, vol. IV. Álgebra, Bardey, collecção de problemas.

I secção. 1. Repetição do pensum da II. Secção. 2. Equações do primeiro gráo, com uma incógnita, excluidas as que se fundam em proporções, potencias, raízes e logarithmos. 3. Applicações ds equações do primeiro gráo com uma incógnita. 4. Proporções. 5. Potencias e raízes. 6. Continuação das equações do primeiro gráo. Quanto às applicações das equações do primeiro gráo usa-se; Fenkner, Arithmetische Aufgaben aus dem Gebiete der Geometrie, Physik und Chemie.

IIª secção. Introducção na arithmetica geral. 2. Adição e subtracção. 3. Números positivos e negativos. 4. Parenthesis. 5. Multiplicação. 6. Divisão (calculo de quocientes). 7. Decomposição em factores. Simplificação de fracções. O maior divisor commum de dous numeros. 8. Amplificação do quociente. Calculo de aggregados de fracções.

O ensino da Geometria e do Desenho já ocorria nas classes iniciais até das pequenas escolas comunitárias do interior do município. Essas matérias eram estudadas de forma interdisciplinar, envolvendo, também, o que hoje é denominado de Artes. A Escola Nova Alemã tinha uma sala ambiente para o ensino dessas matérias onde se encontravam, além de material de desenho, materiais didáticos vindos da Alemanha, como sólidos em gesso e cartazes ilustrativos⁵⁸. O Relatório de 1910 traz os programas de Desenho das IIIª e IIª classe sendo:

IIIª classe: (1) Ellipse. Forma natural: Limão. Forma fundamental: Ellipse. Forma vital: Taboleta, Espelho, Oculos; (2) Círculo. Forma natural: Laranja. Forma fundamental: Círculo. Forma vital: Bola, Balão, Roda; (3) Rectangulo. Forma natural: Tijolo. Forma fundamental: Rectangulo. Forma vital: Bandeira, Molde, Janella; (4) Quadrado: Forma natural: Dado. Forma fundamental: Quadrado. Forma vital: Dado. Xadrez.

IIª classe: Ellipse, círculo, oval. Rectangulo, quadrado. Todas essas figuras foram tratadas como formas: natural, fundamental, vital e de belleza. Exercicios de pincel e borrões. Combinações dos mesmos. Desenhar e pintar plantas, paizagens simples. Introduzirem-se os exercicios de cortar figuras e combina-las em scenas.

Na Iª classe e na Selecta, a matéria Desenho sofre uma divisão: numa parte são desenvolvidos os conteúdos de Geometria e, na outra, tópicos de Desenho Artístico. Os programas de ambas são descritos separadamente, sendo o de Geometria elaborado com base em duas obras: *Raumlehre für Mittelschulen* (Geometria para as escolas de nível médio), de Martin & Schmidt e *Elementar-Mathematik* (Matemática Elementar), de Kamply-Röder e incluíam, para a Iª classe, o estudo dos prismas, pirâmide, círculo, cilindro, planimetria (linhas

⁵⁷ Nos textos citados, preservamos a grafia original.

⁵⁸ Desta sala restou apenas uma fotografia que se encontra no Álbum de Fotografias e Documentos anexo a este trabalho.

retas, paralelas, figuras planas e fechadas, teoremas relativos aos lados e aos ângulos do triângulo). Na *Selecta* estudava-se a circunferência, a área das figuras retilíneas, a proporcionalidade das linhas retas e a semelhança de figuras, as linhas retas e os ângulos retilíneos, as paralelas, os triângulos e aplicações, os quadriláteros, especialmente, os paralelogramos.

Em 1929, a *Neue Deutsche Schule* oferecia oito anos escolares de estudo. Na área de Matemática, as disciplinas que contemplam o estudo da Aritmética, Álgebra e Geometria, possuíam a seguinte carga horária: Classe II: 5 aulas de Aritmética; Classe III: 5 aulas de Aritmética; Classe IV: 4 aulas de Aritmética; Classe V: 4 aulas de Aritmética e 2 de Geometria; Classes VI, VII e VIII: 4 aulas de Aritmética (em Português), 1 aula de Álgebra e 1 de Geometria.

O currículo de cada disciplina era acompanhado de orientações metodológicas ao professor e, também, das pretensões de sua inserção nas classes:

ARITMÉTICA⁵⁹

A aritmética nos primeiros quatro anos escolares visa desenvolver a habilidade de operar as quatro operações fundamentais com números inteiros. Da mesma forma o primeiro contato com moedas, pesos e medidas.

O cálculo com os valores nominais citados é de suma importância.

A aula nas classes mais avançadas tem como objetivo levar os alunos a “assimilar numericamente as situações da vida e resolver os cálculos que delas resultam de maneira segura e independente.”

A partir do 6º ano escolar, o cálculo do cotidiano será apresentado na língua portuguesa. Desta forma, os alunos das classes avançadas terão mais oportunidade de aplicar a língua pátria indo ao encontro principalmente dos alunos que futuramente atuarão na área comercial. Nas classes mais avançadas deverá ser dada atenção especial para que não haja cálculo mecânico com simples aplicação de regras (em frações e cálculo do dia-a-dia).

DISTRIBUIÇÃO DA MATÉRIA

1º Ano Escolar (Classe I)

- a) números de 1 – 10;
- b) números de 1 – 20 (exclusão de questões que exigem a ultrapassagem do 10; Por exemplos: $5 + 7$; $14 - 6$, enquanto a classe não tenha compreensão clara e concreta de quantidade).

2º Ano Escolar (Classe II)

- a) números de 1 – 100
- b) adição e subtração
- c) multiplicação e divisão por 2, 4, 5 e 10
- d) medidas: centímetro, milímetro, litro, hectolitro, hora, minuto, segundo, ano, mês, semana, dia

3º Ano Escolar (Classe III)

- a) números de 1 - 1000

⁵⁹ Textos traduzidos do original por Maria Sobottka.

- b) adição, subtração, tabuada de 1 a 9 (até que os alunos tenham pleno domínio)
- c) maneiras diferentes de escrever a adição e a subtração

4º Ano Escolar (Classe IV)

- a) números indefinidos
- b) cálculo escrito das quatro operações (na divisão o divisor não maior do que duas casas decimais)
- c) adição e subtração de situações usadas (não decimal)
- d) unidade de tempo: ano mês, dia, etc.

5º Ano Escolar (Classe V)

- a) As quatro operações fundamentais com frações decimais e ordinárias. Deve-se dar ênfase à segurança no cálculo decimal evitando assim o cálculo “mecânico”.
- b) Cálculo de tempo
- c) Números romanos

6º Ano Escolar (Classe VI)

Aula ministrada em Língua Portuguesa.

- a) Recapitulação da matéria do 5º ano
- b) Cálculo do cotidiano: porcentagem, emprego da porcentagem no comércio, desconto, lucro e prejuízo, peso (líquido e bruto).

7º Ano Escolar (Classe VII)

Juros; Regra de Sociedade e Companhia; Regra de Mistura e Liga.

- a) Cálculo proporcional
- b) Cálculo de distribuição
- c) Cálculo de mistura e liga

8º Ano Escolar (Classe VIII)

- 1) Maneiras de cálculo no relacionamento bancário e comercial: a) regra de desconto; b) transação de cheques; c) cálculo de (valores) papéis de crédito.
- 2) Emprego de práticas de cálculo concernentes a família, sociedade e país.

ÁLGEBRA

Embora a álgebra auxilie no ensinamento do abstrato e ajude no cálculo pelas regras, deve-se cuidar muito para que em todas as etapas a visualização e a aplicação se dê com problemas práticos da vida.

6º Ano Escolar (Classe VI)

1. Adição e subtração sem parênteses. Equações simples
2. Adição e subtração com parênteses. Equações simples com parênteses.
3. O zero e o número negativo: adição e subtração de números relativos. Equações simples com números relativos.
4. Multiplicação sem parênteses. Multiplicação com parênteses:
 - a) multiplicação entre dois números;
 - b) multiplicação entre três ou mais números.

7º Ano Escolar (Classe VII)

Continuação: Multiplicação

- c) transformação de somas e diferenças em produtos
- d) importantes fórmulas de multiplicação
- e) transformação de polinômios em fatores
- f) multiplicação de números relativos; equações simples para estes capítulos.
- 5. Divisão
 - a) conceito – números relativos e zero na divisão – raiz quadrada
 - b) equações simples com quociente e produto
 - c) as quatro operações com frações – equações para estes capítulos.

8º Ano Escolar (Classe VIII)

- a) divisão por uma quantidade
- b) equação de primeiro grau com número desconhecido
- c) iniciação da potenciação

GEOMETRIA

As diretrizes dos programas para as escolas básicas da Prússia devem servir de orientação para o ensino da geometria.

Através das aulas de geometria os alunos deverão ser treinados e capacitados para compreender, representar, estimar e calcular as formas geométricas que aparecem na vida.

O ensino inicia com a apresentação das formas geométricas (formar, desenhar, fazer dobraduras, recortar, cortar, juntar, calcular, medir, avaliar) que através da observação e do manuseio pelos próprios alunos é esclarecido e aprofundado.

Usa-se, portanto, como ponto de partida objetos de uso do cotidiano dos alunos.

Na argumentação o procedimento de medição e movimento (mover, mudar, girar) é preferível a simples apresentações teóricas (Geometria Euclidiana). Pode-se também deixar de lado a aplicação do último.

5º Ano Escolar (Classe V)

Estudo de mais formas geométricas: cubo – coluna – cone – pirâmide.

Noções básicas da geometria. Cálculos simples e construções. Confeções de modelos.

6º Ano Escolar (Classe VI)

Geometria do triângulo. Tipos de triângulo. Ângulos. Lados do triângulo. Simetria lateral. Construção de triângulos e congruência de triângulos.

7º Ano Escolar (Classe VII)

1. O quadrilátero: paralelogramo (geral) – quadrado (raiz quadrada) – retângulo – losango – trapézio. O polígono.

8º Ano Escolar (Classe VIII)

O Círculo: globo, superfície e cálculo da área – Corpo geométrico.

A adoção de livros didáticos de Matemática já ocorria, geralmente, a partir do terceiro ano de estudo. Eles eram escritos em alemão, idioma em que a maioria das aulas era ministrada. Algumas obras eram doadas pelo governo da Alemanha às escolas de Blumenau; outras eram publicações organizadas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em língua alemã, especialmente para as escolas particulares. Todavia, no Relatório de 1913 da *Neue Deutsche Schule*, foi registrado que nas aulas de matemática da Selecta eram utilizados livros de autores nacionais: Arithmetica conforme o compendio de Trajano. Geometria conforme o compendio de Olavo Freire. Álgebra conforme o compendio: Álgebra da Bibliotheca do Povo.

No quadro a seguir, estão registrados os livros adotados em Blumenau pela *Neue Deutsche Schule*:

Quadro 4 – Schulbücher (Livros Escolares)⁶⁰

ANO DE ADOÇÃO	AUTOR	TÍTULO DA OBRA
1910 até 1913	Não informado	Compendios de Arithmetica de Böhme, edição B, cadernos I, II, III e IV.
1910 até 1913	Não informado	Compendio Hamburguense de Arithmetica para o uso das escolas, vol. IV
1910	Martin & Schmidt	Raumlehre für Mittelschulen [Geometria para Escolas de nível médio]
1910	Kamply-Röder	Elementar-Mathematik [Matemática Elementar]
1910 até 1913	Bardey	Algebra, coleção de problemas.
1910	Fenkner	Arithmetische Aufgaben aus dem Gebiete der Geometrie, Physik und Chemie. [Problemas Aritméticos nos campos da Geometria, Física e Química]
1913	Trajano	Não informado
1913	Olavo Freire	Não informado
1913	Não informado	Álgebra da Bibliotheca do Povo
1929	Otto Büchler	Praktische Rechenschule für deutsche Schulen in Brasilien, vol I, II, III, IV [Aritmética Prática para escolas alemãs no Brasil]
1929	F.B.H.	Arithmetica 4ª e 5ª parte
1935	Nast und Tochtrop	Mein Rechenbuch I Mein Rechenbuch II Mein Rechenbuch III Mein Rechenbuch IV [Meu livro de Cálculo I, II, III, IV]
1935	Kullrich-Tietze	Lehr und Übungsbuch der Geometrie mit Trigonometrie. Unterstufe, Ausgabe B [Livro-texto e de exercícios de Geometria com Trigonometria. Edição B]
1935	Reinhardt-Zeisberg	Mathematisches Unterrichtswerk für höhere Schulen. Ausgabe B, 3. Teil [Lições de Matemática para escolas secundárias. Edição B, 3ª Parte]
1935	A. Schülke	Vierstellige Logarithmentafeln. Ausgabe B [Quadros de logaritmos com quatro casas decimais. Edição B]

Das obras acima listadas, apenas duas foram encontradas. Ambas são de autoria de Otto Büchler e publicadas pela Editora *Rotermund* de São Leopoldo (RS). A primeira, *Praktische Rechenschule für deutsche Schulen in Brasilien* (Aritmética Prática para escolas alemãs no Brasil), volume 1, edição de 1924, pertence ao Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, de Blumenau. Escrita no idioma alemão, em fonte gótica, traz em sua introdução os

⁶⁰ Esta tabela foi construída com dados retirados dos Relatórios da Escola Nova Alemã de 1910, 1911, 1912, 1913, 1929 e 1935. Entretanto, não foram encontradas maiores informações sobre as obras citadas. Este fato impossibilitou a organização de referências bibliográficas completas.

conteúdos matemáticos: as quatro operações sobre os números de um até cem. Em suas sessenta e uma páginas, há exercícios operatórios envolvendo as operações e pequenos problemas práticos. A segunda obra é uma tradução do terceiro volume desta mesma coleção. Editada em 1918, apresenta os conceitos de regra de três (simples e composta), porcentagem, juros, regra de desconto, peso bruto e peso líquido, regra de mistura e transações com dinheiro.

A avaliação estava presente nas escolas sob forma de provas escritas e orais, sendo estas últimas, muitas vezes, públicas, contando com a presença de professores de outras instituições de ensino e de pais dos alunos. Em vários números do jornal *Mitteilungen* foram publicados convites e anúncios, informando sobre a existência destes exames, assim como dos resultados obtidos pelos alunos.

Nos documentos analisados, foi encontrado apenas um que traz as questões da prova final escrita do nono ano da *Deutsche Schule*, em 1935:

Schlussprüfung (Prova Final Anual)⁶¹

Matemática

1. Uma casa está a venda. Três interessados, após avaliação de todos os bens, fazem as seguintes ofertas:

- A oferece 40:000\$ à vista.
- B quer pagar 25:000\$ à vista e 23:680\$ após quatro anos.
- C se dispõe a pagar 8:000\$ de imediato e após dois anos 40:000\$.

Qual oferta é a mais alta, se o vendedor calcular com 8% de juros?

2. Uma tora tem numa extremidade uma circunferência de 2,60 m.

Quanta madeira útil ela tem até a altura de 15 m, sabendo-se que o diâmetro por cada metro reduz em 12 mm?

3. A e B são pontos de margem de um rio, a serem ligados por uma ponte.

Para o prolongamento desta ponte prevista, fixou-se o ponto C.

No ângulo de 60° para AB (referente ao prolongamento), demarcou-se do ponto C uma distância de 600 m.

Na extremidade do ponto D desta distância, aparece A com um ângulo de 55°42' e B com um ângulo de 14°30'.

Qual será a extensão desta ponte?

Tempo de duração da prova: 4 horas.

⁶¹ Texto traduzido do original por Maria Sobottka.

Percebe-se que as três questões propostas atendem à orientação dada pela escola, registrada em seus relatórios, ou seja, o ensino de uma matemática aplicada à vida prática dos alunos. As questões acima abordam noções de juros, cálculos de volumes e aplicações de trigonometria.

Aparecem, ainda, nos seis relatórios da Escola Nova Alemã, os nomes de alguns professores que atuaram, especificamente, nas disciplinas de Aritmética, Matemática, Álgebra e Geometria, nas classes mais avançadas. São eles: O. Werner (1910 -1911), Georg August Büchler (1912-1913) e Böttner (1912-1913). Dados sobre Georg August Büchler foram encontrados, possibilitando a redação de sua biografia⁶²; dos outros dois, nenhum registro adicional foi localizado. Infelizmente, não foram encontrados registros escritos indicando nomes de outros professores de Matemática, durante a existência da Escola Nova Alemã.

⁶² A biografia do professor Georg August Büchler consta no Apêndice 01 deste trabalho.



RETALHO 9: ERIKA MARTINS FLESCH

Vamos começar a história pelo seu início. Nasci na Rússia, na Península da Criméia, às margens do Mar Negro, hoje Ucrânia (separada da Rússia de novo), em 27 de maio de 1925. Estou, portanto, com 78 anos agora. Nós desfrutávamos de uma vida muito confortável. Uma família muito grande de ambas as partes, do meu pai, principalmente. Eram imigrantes alemães que Catarina, a grande, da Rússia, tinha mandado buscar na Alemanha para colonizar as estepes da Criméia, que eram extensas. Muitos eram agricultores. Meu pai, Heinrich Martins, era uma pessoa dedicada mais às letras e à parte intelectual. Ele estudou na Suíça e na Alemanha. Minha mãe, também, estudou na Alemanha e na Rússia, em Dresden e em Leipzig, formando-se em São Petesburgo e Odessa. Era professora de História e de Matemática. O pai se dedicou ao estudo da Teologia e Filologia, na Suíça, mas não conseguiu terminar os estudos, porque o pai dele faleceu. Ele era o mais velho de doze irmãos e a mãe o chamou de volta. Então, faltou (parece que foi) um semestre para terminar os cursos.

Quando começou, vamos dizer assim, o transtorno do comunismo – eu sempre acho que quem quer saber o que é o comunismo, quem gosta, quem se dedica a isso, que vá pra lá, more lá e viva o que nós vivemos; talvez mude de opinião ou, provavelmente, não consiga nunca mais voltar de lá – as coisas se complicaram. Meu pai era mennonita⁶³ e a mãe era evangélica luterana. Eles pertenciam a um grupo que tentou a emigração, o que se revelou muito penosa. Inclusive, há livros que trazem essa história, vários deles impressos aqui no Brasil. Foi um período super difícil. Conseguiram se salvar, porque acho que a fé os salvou, como diziam. A maioria da nossa família, de nossos parentes, que lá moravam, foi morta, martirizada. Ficaram lá mesmo, regando o chão da Rússia com o próprio sangue. Bem, meu pai conseguiu reunir – não só ele como outros membros da comunidade, foi um trabalho conjunto, mas ele era o líder do grupo – mais ou menos trezentas pessoas, trezentas e quarenta e cinco. E eles subiram, em transportes rudimentares, até Moscou. É uma viagem muito grande: da Criméia até Moscou são alguns mil quilômetros, eu nem sei bem quanto. Isso aconteceu na saída do outono de 1929. Finalmente, chegaram a Moscou. Alguns precisaram acampar e outros receberam casas de veraneio dos grandes de Moscou, para ficar pouco tempo. Durante quase dois meses, o grupo ficou à frente de Moscou, pedindo, solicitando

⁶³ Mennonitas: membros de uma seita religiosa protestante, surgida no século XVI na Europa, fundamentada na religião e no trabalho.

saída do país, o que, de início, lhes foi negado. No começo, o grupo era pequeno. No fim, eram 10 mil, juntaram-se 10 mil pessoas na Rússia pedindo para sair de lá. Foi um período muito dramático. Depois de algum tempo, meu pai fez carta circular para todas as autoridades russas locais, denunciando que, se eles não tivessem a licença até tal dia, eles iriam se comunicar com governos de outros países, principalmente Alemanha e Canadá, onde, também, existiam grupos mennonitas, e com os chefes do Movimento Comunista. E foi o que eles fizeram: comunicaram-se com o pessoal da Alemanha e do Canadá e com próprio Brejnev⁶⁴. Conseguiram a licença para tal dia se reunirem em Moscou para embarcar à Alemanha, um grupo de trezentas e poucas pessoas. Mas a própria Alemanha estava em Revolução e lá as coisas também estavam difíceis. Assim, o governo russo tinha certeza que eles seriam mandados de volta pela Alemanha, o que significaria o atestado de morte, porque aí seria a deportação para a Sibéria. Muitos foram, muitos não conseguiram, outros não acreditaram. Quando chegou o dia do embarque, de repente, veio um aviso, no meio da noite, assim: “Vocês têm que estar a tal hora da madrugada, em tal lugar e, quem não estiver, não vai.” Muitos disseram: “Não, eu vou esperar, porque falta meu pai ou minha mãe ou um parente, ou estou esperando os meus pertences chegarem...” Esses ficaram para trás e nunca conseguiram sair.

Foi um embarque trágico. Crianças e idosos chorando, casais separados que nunca mais se encontraram. Meu pai estava com toda a família: a esposa e quatro filhos; sou a mais nova e tinha quatro anos. Meus pais tinham essa posição: eles não gostavam de contar diretamente para nós tudo o que se passava, para evitar trauma nas crianças. Procuravam nos proteger, mas, mesmo assim, alguma coisa a gente percebia, outras, mais tarde, a gente perguntava e outros acontecimentos foram publicados em livros, em jornais, em revistas etc. Para encurtar a história: antes de embarcarem no navio, todos foram revistados, completamente nus. Não sobrava nada, tinha que tirar toda a roupa. Homens pra lá, mulheres pra cá. Quando a revista estava pronta eles disseram pra minha mãe: “A senhora pode subir no navio com as crianças.” O pai estava com meu irmão e ela com as três meninas. “E meu marido?” “Não, ele vai depois.” “Não, eu não vou.” “A senhora pode subir, ele vai depois.” Ela disse: “Não vou.” Ela sabia que se fosse, ele não seria liberado por ser o líder do grupo. Só sei que ela bateu o pé: era uma mulher de personalidade muito forte. Demorou, demorou, mas depois ele veio. Entretanto, na hora do embarque, foram retidos todos os nossos

⁶⁴ O governante da União Soviética no período de 1924 a 1953 foi Joseph Stálin. Com sua política de coletivização forçada das terras, a partir de 1929, Stálin provocou a morte de pelo menos 10 milhões de camponeses por fome ou execução. Leonid Brejnev governou a União Soviética no período de 1964 a 1982.

documentos. Então, nós saímos de lá apátridas, não tínhamos mais nacionalidade alguma. Essa era a certeza para os russos de que nós íamos ser mandados de volta o que significaria deportação para a Sibéria e morte certa. Assim fomos feitos apátridas.

A Alemanha estava mesmo enfrentando uma revolução, mas nos cedia um espaço. Ficamos em Mölln, num acantonamento. Eu ainda tenho fotos daquele tempo, do salão grande onde nós festejamos o Natal. Na Alemanha, os próprios dirigentes do movimento mennonita nos acolheram – eles eram muito bons – e ficamos três meses. Aí poderíamos escolher: o Canadá iria nos aceitar, e também, o Brasil. Já tínhamos alguns parentes no Canadá, dois irmãos do meu pai e também outras pessoas conhecidas. Falou a minha mãe: “Se é pra voltar para um país frio, eu não quero. Eu quero ir para um país quente!” Ela detestava o frio e o Canadá é frio! E foi isso o que no final decidiu nossa vinda ao Brasil.

O Brasil nos acolheu de braços abertos. Coitado do Brasil! Falam mal o que falam, mas é um país maravilhoso, de grande alma. Durante a viagem no navio Monte Olívia, meu pai escreveu um diário de viagem de bordo, que ainda existe e está comigo. É muito interessante ler os detalhes, sendo alguns até folclóricos como as brincadeiras das crianças: eles lhes davam uma bacia com água e lá dentro uma laranja. A criança tinha que tirar a laranja, com as mãos pra trás, usando os dentes. Quando atravessamos a linha do Equador ofereceram um banho – *Equatortaufe* era como se chamava – para os da alta sociedade. É claro que no navio a alta sociedade ficava na parte de cima e nós no porãozinho, lá embaixo. Mas tínhamos acesso a tudo. As senhoras de cima iam tomar o “batizado do Equador”. Quando elas chegaram, de maiô – é claro que vestiram trajes de banho – os marinheiros pingavam um pouquinho de perfume nelas. As outras viram: “Ah, não! É assim?” Então vestiam uma roupa bonita e aí os marinheiros jogaram baldes de água nelas. Essas bagunças. Até foi muito divertido, muito interessante. E outros pequenos momentos da viagem que eu não me lembro estão registrados neste diário.

A viagem demorou quase um mês, mais ou menos. Chegamos, então, ao porto do Rio de Janeiro. Mas não desembarcamos do navio. A primeira coisa que lembro é a de que nós estávamos em cima, a bordo, e a turma jogava moedas ou bananas na água e a molecada mergulhava e as traziam na boca. Dali nós fomos a Santos e depois seguimos para São Francisco do Sul, em Santa Catarina, no navio Karl Hoepcke, da Navegação Costeira Hoepcke que tinha quatro navios: Karl Hoepcke, Ana, Max e Laguna. Antes de aportar em São Francisco do Sul, caiu uma tempestade muito forte. Eu me lembro bem que pra sentar havia bancos laterais. Todo mundo sentado, todo mundo se abanando, se abraçando...

Cantavam, rezavam... Aquele navio jogava e jogava. Era uma casquinha de noz, e nós, uma coisinha pequenininha, pequenininha. Eu estava tão cansada que me deitei e rolei pra debaixo do banco e fiquei ali vendo aquela gente rezando, chorando. Pensei assim: “Por que estão chorando tanto?” Criança não percebe as coisas. A tempestade passou; deixou-nos em paz.

Desembarcamos em São Francisco do Sul, e lá, ainda, estão registrados todos os meus documentos que mais tarde consegui para fazer a naturalização. Isso foi em princípios de 1930. Já estávamos destinados pela companhia Hanseática de Imigração para ir a um lugar onde hoje é o município de Witmarsum⁶⁵. Lá não havia nada, ou melhor, havia sim. O que nos esperava era a floresta virgem, macacos e cobras, que dizem que hoje tem no Brasil, mas que naquela época, lá tinha mesmo. Moravam naquele lugar dois ou três colonos de origem alemã, muito longe uns dos outros, eram os primeiros imigrantes. O nosso grupo fundou, então, a cidade de Witmarsum, sendo que a sugestão de dar esse nome foi de meu pai. Fizeram a reunião e aí ele disse assim: “Por que não chamar de Witmarsum?” Witmarsum é um lugar na Holanda, onde nasceu o Menno Simons, que foi o fundador dessa corrente a qual pertenciam os mennonitas. Daí o nome Menno, Menno Simons. O nome de Witmarsum foi aprovado pelo grupo de anciões, os idosos. Idosos, coitados, tinham entre 40 e 50 anos, quando saíram da Rússia.

A terra não era lá própria para o que eles estavam acostumados na Rússia: planície a perder de vista, área grande, ampla, onde você via a tempestade chegando longe, no horizonte. Quando acontecia um terremoto na Turquia, mais para o Oriente Médio, longe se via as árvores que faziam um movimento de balanço, porque os *Ausläufer*, dizem os alemães, os restolhos do terremoto, movimentavam os galhos. A gente via as árvores balançarem e perguntávamos: “Que é isso, mãe?” “Isso é um terremoto, mas é longe daqui”, respondia ela. Não era lugar de floresta, não era lugar de mata, não era lugar de terra inóspita; eram as terras mais cultiváveis e produtivas da Rússia, tinham clima bom. Não era de 60 graus abaixo de zero, como na Sibéria, não.

Bem, falávamos de Witmarsum. Estavam nos esperando numa casinha velha de madeira, caindo aos pedaços, quando lá chegamos. O pessoal, muito trabalhador, muito capaz, fez o que foi possível para nos acomodar. Meu pai construiu, em 1930, uma casa da qual eu

⁶⁵ O município de Witmarsum (SC) está localizado no Alto Vale do Itajaí, na microrregião de Rio do Sul, a 90 km de Blumenau. Fundado na década de 1930, pertenceu, primeiramente, ao município de Ibirama (antigo distrito Hamônia, de Blumenau), sendo emancipado em 10 de fevereiro de 1964.

ainda tenho a foto. Ela resiste até hoje, também, velhinha, caindo aos pedaços, mas é o restinho de nosso primeiro lar no Brasil. O grupo recebeu terras para cultivar. Não de graça: cada um tinha que pagar a sua parte e meu pai pagou a dele. Ninguém deu calote, ninguém pediu auxílio ao governo. Tem que lembrar que o governo ajudou muito oferecendo espaço, oferecendo a hospitalidade do país e era o que a gente sonhava e precisava. Nada foi de graça, como querem hoje em dia. Pagaram com o seu suor e honestidade, vendendo os produtos da terra. Cada um se virava da maneira que podia, que sabia e pela necessidade do momento, também. Eles eram muito capazes: fizeram suas serrarias e desenvolveram a produção de laticínios. Entretanto, as terras não eram como aquelas as quais estavam acostumados; eram montanhosas. Então, mudaram, foram embora para o Paraná. Lá, hoje, existe uma outra Witmarsum⁶⁶, do jeito como eles gostam da terra: plana e produtiva.

Meu pai, que não era agricultor, não se viu muito satisfeito e, quando houve a mudança do grupo para o Paraná, não o acompanhou. Procurou um lugar para trabalhar como professor e achou aqui em Blumenau, na Escola Nova, na *Deutsche Schule*. Ele também foi convidado para ir a Videira, no Rio do Peixe, no oeste de Santa Catarina. Preferiu vir pra cá, porque era um homem muito ativo. Sabe, aquele tipo: está aqui, lá, acolá? Ele falou com o Doutor Sroka e com outras pessoas da Escola Alemã e foi convidado para lecionar. Viemos para Blumenau, em 1935.

Na falta de outro, papai foi contratado como professor de Português, sem saber falar o idioma. Vou explicar como ele fazia isso. Ele preparava pelos livros a lição básica do dia, estudava-a, assimilava-a e, no outro dia, passava para os alunos. Os alunos daqui também não sabiam o português. Assim, era uma maneira de lecionar muito interessante, muito eficiente, porque ele aprendia e ensinava ao mesmo tempo. Mais tarde, com o inglês, ele fez a mesma coisa. Ele era poliglota, entende? Falava diversos idiomas: russo, inglês, português, alemão, diversos dialetos da língua alemã e russa, ucraniano, etc. Tenho guardado livros dele escritos em sânscrito, latim, russo, chinês – dicionário chinês-russo, russo-chinês – espanhol e outros. Outro dia contei: eram nove idiomas. Ele não era fluente em todos, é claro. Mas ele aprendia rápido, muito rápido. O que ele aprendia hoje, não esquecia mais. Tinha uma memória privilegiada.

Quando vim para Blumenau, já tinha estudado em Witmarsum e ainda me lembro muito bem da escola. O nosso grupo de imigrantes construiu a sua própria escola, porque eles

⁶⁶ A Colônia de Witmarsum (PR) pertence ao município de Palmeira, próximo à Ponta Grossa.

davam muito valor à cultura, sabe? Gente que não ficava pra trás: “Só na enxada, não!”, diziam. E praticaram uma maneira de ensinar muito interessante. O prédio que eles construíram servia de escola, igreja e salão de reuniões; era tudo uma coisa só. Era o seguinte: havia quatro classes e o professor fazia a separação delas: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, tudo no mesmo ambiente. Ensinava uma turma e os outros tinham que se ocupar. Ele dava serviço pra todas as crianças e ensinava um, depois chegava o próximo e o próximo... Sabe como é esse método, não? E funcionava, ninguém fazia bagunça. A gente aprendia. O professor, também, pertencia ao grupo que veio da Rússia. Ele morreu de câncer, jovem, infelizmente. Lá estudei três anos.

Tinha feito três anos de aula lá, quando cheguei a *Deutsche Schule*, em 1935. Era uma escola que eu adorava porque tinha muitas crianças alegres, muitas crianças... Sabe como é, isso a gente vê do ponto de vista da criança. E os professores também eram praticamente normais. Tínhamos umas que eram mais chatas, outras mais simpáticas. Mas o conjunto era normal, como todas as escolas que depois freqüentei. Na Escola Nova fiquei até 38. Tenho ainda os documentos daqueles anos, que eu guardei. Porque do meu pai se perdeu tudo, foi tudo queimado.

Aqui, neste boletim, tem as matérias que estudei em 1937: alemão, português, inglês, história brasileira, história geral, geografia, geografia brasileira, aritmética, álgebra, geometria, teologia, física, química, biologia, desenho, trabalhos manuais, canto, ginástica e caligrafia. Cada matéria tinha o seu professor. Sei que meu pai nos ensinava Português e isso me marcou muito, porque ele era muito exigente. A gente não podia fazer “arte”. Um dia ele fez uma pergunta. É a seguinte: “*Was heißt auf brasilianisch: ich war gewesen?*” “Como é que se traduz para o português?” O aluno, que era pra responder, ficou: “Ah...”, pra lá e pra cá. Aí eu soprei de lá: “Eu era.” Ah, o pai ficou tão brabo! Ele me botou de castigo atrás da porta. Esses detalhes assim a gente não esquece.

As carteiras eram duplas, sentávamos de dois em dois, sendo que as filas das meninas eram separadas das dos meninos. Eram três, quatro fileiras de carteiras. Dependia do tamanho da sala. Mas eram separadas. Havia 30 ou 35 alunos em cada classe. As aulas iniciavam às 7:30 horas. Nós entrávamos quietinhos, bonitinhos, cada um já ocupava o seu lugar. Existiam salas ambientes como a do laboratório de Química, onde tinha muito material que vinha da Alemanha. Na hora do recreio brincávamos de correr, de pegar, de puxar as tranças uma das outras, de gritar, de matar com bola. Sabe como é? Se alguém recebe uma bolada, tem que sair do jogo. Enfim, quanto mais agitado, melhor.

Lembro ainda que lá não havia uniforme; cada um ia com a roupinha que tinha. A escola era grande como é hoje ainda, porque o edifício, o prédio ficou; é da Escola Pedro II. O salão, onde fazíamos nossa ginástica, isto é, o espaço do esporte, ainda está lá. Ele tinha bons instrumentos, ótimos aparelhos de ginástica. Tudo o que você possa imaginar, o que hoje eles usam nessas ginásticas olímpicas. No pátio da escola plantamos uma árvore de pau-brasil. Ela ainda está lá. Eu, pessoalmente, tive o prazer e a honra de ajudar no seu plantio.

Em Matemática, sabíamos de cor e salteado todas as quatro operações. Vamos dizer assim: quando eu comecei a estudar, a gente tinha que saber as tabuadas. De trás pra frente, de frente pra trás. Não podia olhar nada. Tinha que saber a tabuada de um até dez, sendo que aquelas coisas em que a criançada tinha mais dificuldade, eram repetidas, repetidas... Às vezes, colocava o livro debaixo do travesseiro, porque alguém dizia: “Põe debaixo do travesseiro e dorme em cima dele que você aprende”. Creio que funcionava, porque a gente ia pra cama concentrada e acordava concentrada. Lógico que isso ajuda! E fazíamos ainda muitos, vamos dizer, cálculos mentais, com problemas diversos. Por exemplo: você tem tantos objetos, quanto daria se fosse multiplicado por sete? Se tirasse um? Tirasse dois? Esses pequenos problemas, fazíamos muito. Os cálculos envolviam as operações fundamentais, sim. Não usávamos palitinhos e essas coisas assim, brincadeirinhas. Tínhamos os nossos aparelhos que eram os esquadros e o compasso. Aprendemos frações e decimais, mas isso já foi mais tarde, no colégio das Irmãs.⁶⁷ O mínimo múltiplo comum não era assunto do 4º ano; isso era um pouquinho mais avançado. De geometria e álgebra, lembro mais do ensino no tempo do colégio das Irmãs. Realmente, até o 4º ano primário, não era tanto geometria e a álgebra; eram somente mais os cálculos práticos que a gente usaria no dia-a-dia. Juros? Aprendi mais tarde. Medidas, aprendi sim: o que é o metro, o centímetro, o milímetro, o litro, essas medidas básicas. Tudo o que era prático e básico. Havia diversos exames, principalmente, no meio e no final do ano, que tinham maior peso. Mas no rendimento geral, era considerado tudo o que foi feito durante o ano; não adiantava estudar só para os exames. O professor usava o quadro negro para explicar. Não lembro se tive livro didático de matemática. Depois, anos mais tarde, vi o livro dos meus filhos. Desculpe-me, que atraso! Aquilo me entrava assim como atraso. Mas depois claro, mudou tudo. E, hoje em dia, não acompanho o que eles aprendem, porque é tudo bem diferente. A gente não se encaixa mais nesse sistema.

⁶⁷ O referido estabelecimento é o Colégio Sagrada Família.

Olha aqui este documento: meu desligamento da escola⁶⁸. Foi na época da intervenção. Aqui diz: “Por causa das novas leis escolares brasileiras, a Escola Alemã de Blumenau teve que encerrar suas atividades, no dia 30 de junho de 38.” Como Escola Alemã,

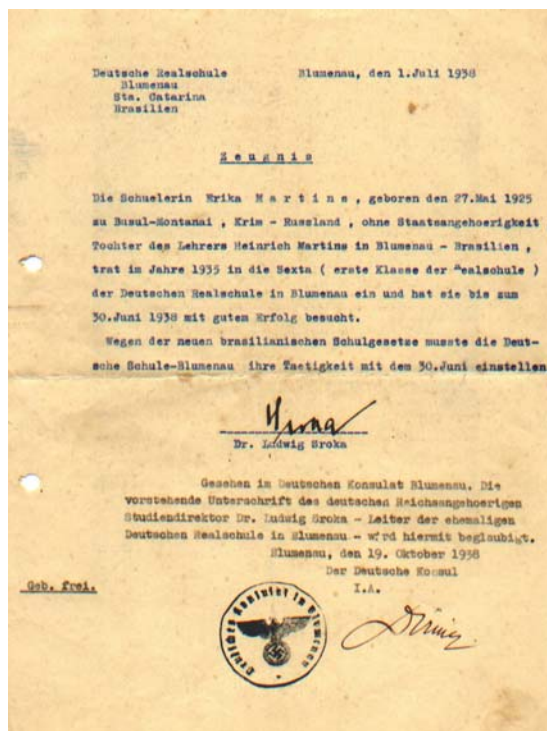


Fig. 9: Atestado de Transferência de Érika Martins Flesch.

ela fechou. Foi assim. Na época da nacionalização, um dia, na escola, simplesmente, foi avisado que acabou. Nós, alunos, não fomos consultados. Alunos não tinham nada com isso. Nem os mais velhos. Eu era a mais nova de quatro irmãos. Para os meus irmãos que estudavam nas classes superiores, também não falaram nada, nada. Isso foi uma reunião entre eles. Foi avisado e fim. Tanto que foi modificada toda a estrutura da escola, a direção, tudo foi mudado. O diretor, o Doutor Sroka, foi afastado bem como todos os professores, com exceção do professor Gerlach, que ensinava Português e que ficou sendo o novo diretor. A *Deutsche Schule* foi fechada do dia pra noite, e o imóvel foi utilizado pela outra escola, do governo. Os alunos podiam permanecer se quisessem, ou poderiam sair, se assim o preferissem. Muitas crianças saíram, porque o alemão foi proibido e não mais podia ser ensinado. Acredito que os

⁶⁸ Tradução: Parte superior do documento: ATESTADO: A aluna Erika Martins, nascida em 27 maio 1925 em Busul – Montanai, Krim – Rússia, sem cidadania, filha do professor Heinrich Martins em Blumenau – Brasil, ingressou no ano de 1935 na Sexta (primeira classe da Realschule) da Deutsche Realschule de Blumenau e a frequentou com êxito até 30 de junho de 1938. Por causa das novas normas escolares brasileiras a Escola Alemã de Blumenau teve que encerrar suas atividades no dia 30 de junho. Ass.: Ludwig Sroka.

Tradução da parte inferior: Visto no Consulado Alemão de Blumenau. A assinatura acima do diretor alemão membro do Reich Dr. Ludwig Sroka – dirigente da ex Deutsche Realschule de Blumenau – é através deste reconhecida. Blumenau, em 19 de outubro de 1938. O Cônsul Alemão.

que permaneceram tiveram que fazer uma nova matrícula. Isso eu não acompanhei mais, porque eu saí juntamente com os meus irmãos. Talvez meu pai tivesse escutado alguma coisa, mas ele não comentou em casa. Ele não era de comentar os acontecimentos. Quer dizer, a gente foi acompanhando aquela história toda, aquela evolução do jeito que uma criança de 12 anos vê as coisas. O meu pai não ficou na nova escola. Não sei se ele foi mandado embora, ou se ele pediu demissão. Isso, não sei. Eu só sei que ele falou para a mãe que não ia mais lecionar. Eu escutei na minha consciência de criança: “Ele não vai mais lecionar aqui.” Eu disse: “Não vai?” “Não.” “Então, eu também vou sair”, foi o que eu disse. “Eu quero estudar no Colégio das Irmãs.” Eu já tinha uma simpatia por aquele Colégio, aquelas meninas todas de uniformes. Fui estudar no Colégio Sagrada Família. Meu pai passou a dar aulas particulares. Antes ele já dava, mas passou mais sustentar a família com aulas particulares. Tirou a licença no Estado, quer dizer, ele não era professor no escuro, não; ele tinha suas licenças. Ele tinha autorização para ensinar russo, principalmente, sabe pra quem? Para os oficiais do batalhão. Para os militares. Papai era um profissional muito competente.

Na Escola Nova, não teve movimentação militar. Ela simplesmente fechou. A diretoria foi afastada e os professores que eram alemães tiveram os contratos rescindidos e voltaram para a Alemanha. Eles podiam fazer o que quisessem, mas a maioria preferiu voltar. Tenho uma foto com todos: o Baucke (1), que era o sub-diretor, casou aqui com uma Richtbiter, o Herbert Dornig (2), a Annemarie Techentin (3), ótima professora, que trabalhou anos na prefeitura, a Fräulein Sucker (4), minha professora de trabalhos manuais. Ai meu



Fig. 10: Foto dos professores da Deutsche Schule de Blumenau - 1937.

Deus, ela era tão chata! Os alunos diziam: *Fräulein Sucker, Sucker, Sucker. Ja, sie ist so süß wie Zucker*⁶⁹. Eles faziam um versinho que combinava, que ela era muito doce, porque ela era muito chata. Essa aí é a Ilda Souza Schneider (5), já falecida. E o Herbert Kramer (6) e o Ernst Grieser (7). O Kramer faleceu na guerra e foi o professor de História e Geografia. O Grieser era o professor de Matemática. Ele não me marcou porque eu achava que era muito fraco na matéria. Na matemática era tudo englobado, ou seja, aritmética, álgebra e geometria, faziam parte da mesma matéria. A diferença era explicada pelo professor. No boletim as notas eram anotadas em separado.

Na foto tem ainda a Stoterau (8), a Dorning (9), a Edeltraut Doeschner (10), que não foi minha professora, o diretor Sroka (11) o professor Gerlach (12), a professora Henning (13) e meu pai, Henrich Martins (14). Sobre o período da nacionalização, agora a gente pode falar um pouquinho mais, sem medo. Porque, na época, ninguém, ninguém falava nada. Tínhamos medo de todo mundo, principalmente a minha mãe. Meu pai, não. O pai era muito corajoso, um homem disposto a conquistar o mundo e conquistou o espaço dele aqui. A mãe era muito assustada, porque ela já tinha passado horrores na Rússia. Ela tinha já perdido parentes, amigas, amigos. Torturados, assassinados, mortos. Lá era assim: você tinha uma janela, se você escutava um tiroteio, alguma coisa na rua, pelo amor de Deus, não vá à janela, não abra a cortina, pois é certo que você vai receber bala na cara. Entende? Isso era certo. E aqui ela sentiu o mesmo clima e não conseguia vencer esse trauma. Foi um período de muita repressão: é proibido isso, é proibido aquilo; é proibido tudo. Vê, botaram o meu pai na cadeia duas vezes! Primeiro dizendo que ele era alemão e apátrida. Quando nós viemos para o Brasil, eles confiscaram nossos passaportes e todos os documentos, como já falei. Por isso nós ficamos apátridas. Apátridas, sem proteção de ninguém, só esse ambiente aqui era amigável. O ambiente do Brasil era bom. Daí começou a nacionalização. Aí, meu Deus, onde é que eu ia chegar? Ah, a mãe era muito assustada e nos alertava: *Sagt nur nichts*. “Não digam nada”, não abram a boca, não falem nada, esse era o lema dela. Ouçam tudo, saibam tudo, mas não abram a boca; não falem alemão, pelo amor de Deus. O pai aprendeu logo o português. As pessoas diziam pra ele: “Ensina pra mãe”. “Ah, ela não precisa.” Machista da época, viu? Mas ela aprendeu. Sabe com quem? Com as faxineiras que ela tinha. Ela aprendeu o português para se entender com elas. Um dia, nós estávamos em casa e a porta dos fundos se fechou: Tchu! Tinha gente abrindo a porta para ver o que nós estávamos fazendo, para escutar, para verificar

⁶⁹ Tradução: Senhorita Sucker, Sucker, Sucker. Sim, ela é tão doce como o açúcar.

se estávamos ouvindo rádio, enfim, para saber se tinha um espião ali dentro daquela casa. Nós também sofremos isto.

Como já disse, o pai foi preso duas vezes. Na primeira vez, a alegação da polícia foi essa: ele era russo; na segunda, ele era alemão, apesar de ser teuto-russo, quer dizer, imigrante alemão que nasceu na Rússia. Depois de alguns meses, foi solto. Aí foi preso de novo. Por quê? “Porque o senhor é alemão.” Entende? Alemanha e Rússia em guerra. Uma vez prenderam por ser russo, por ter nascido lá, e outra vez, porque sabia falar alemão. Por duas vezes passou alguns meses na cadeia. Isso foi antes de eu ir pra Florianópolis. Eu sempre ia visitá-lo na cadeia: levava roupas limpas e a comida que a mãe mandava. Mas a mãe, coitada, ficou num estado miserável que você não pode imaginar! Lembro-me bem que uma vez ele foi solto bem no dia do meu aniversário. Isso me marcou, sabe? Aí ele trouxe todas as roupas dele para casa, inclusive o colchão, cheio de pulgas, piolhos. Ele esteve preso aqui em Blumenau, na cadeia, e não no batalhão do exército. Ele dormia no chão, mas o colchão era nosso. Quando saiu da cadeia, ele levou aquele colchão pra casa. Minha mãe fez o seguinte: queimou. Queimou tudo o que veio de lá! Coitado, ele nunca se queixava. Meu pai era um homem que rezava, tinha muita fé, nunca vi o homem se queixar de nada na vida; só agradecia a Deus, só. E a máxima dele: ser grato a Deus por tudo que tem de bom, que fez de bom por nós. Só. “Sejamos gratos a Deus por tudo de bom que tem feito por nós e rezemos pelos que continuam sofrendo, passando fome e frio.” Me marcaram muito os sons de suas palavras.

Nós nunca comentamos sobre política e o nazismo, porque o meu pai não queria saber. Não é verdade que se defendia o nazismo e a criação de um novo estado alemão na escola. Que exagero! Isso eu acho um exagero. Pode ter havido – de tanto ouvir falar, no fim a gente acredita – que havia pessoas que queriam, vamos dizer assim, batalhar em cima daquilo que era a sua ex-pátria. Pode ser, mas eu não conheço. Mas, nas aulas, nunca se falou em política, nada! Isto eu posso dizer de boca cheia. Não estou escondendo nada de ninguém. Nunca se falou em partido, nunca se falou em nazismo.

Bem, fui estudar no Colégio Sagrada Família. O pai, na época, não tinha os rendimentos suficientes para pagar uma escola, porque aqui, na Escola Alemã, a gente estudava gratuitamente, pois ele era professor. Ele contou a história toda dele e da família para as Irmãs, e fui aceita como bolsista. A Escola Alemã tinha nove anos de estudo, dos quais fiz o 4º, 5º, 6º ano e a metade do 7º, quando saí e entrei no Colégio Sagrada Família. Lá chegando, tive que regredir dois anos. Na Escola Alemã os estudos eram um pouco mais

adiantados. Eu nunca falei isso, mas também ninguém nunca me perguntou! Não é pra desfazer ninguém, mas na época a Escola Alemã era mais adiantada. Tanto que nas Irmãs, quando comecei a ter que aprender algumas coisas, dizia: “Mas isso eu já sei, já aprendi! Isso eu já vi alguma vez na minha vida.” Não um, mas dois anos eu regredi. Mas eu fiz isso para terminar o curso fundamental. Pra ter valor legal, o curso que a gente ia iniciar agora.

No Sagrada Família estudei de 39 até 43, fiz o curso Fundamental Secundário. Irmã Glória era a diretora e era muito eficiente. Aliás, todas as Irmãs eram eficientes e muito bondosas; gostava de todas elas. Quando terminou o curso, eu e mais duas colegas da classe, resolvemos continuar a estudar em Florianópolis. Fomos fazer o curso Normal, no Colégio Coração de Jesus, onde nos formamos em 45.

Na parte cultural, cantávamos e desenhávamos bastante, fazíamos excursões. Isso era a parte mais recreativa. Instrumentos musicais, também tínhamos. Eu tocava violino, mas isto não iniciei no colégio. Isso já fora com o professor Dornig. Meu pai me permitiu tomar aulas particulares de violino. Tanto que quando fui a Florianópolis, já tocava na orquestra do maestro Geyer⁷⁰. Depois fui a Florianópolis, interrompi, retornei e voltei a tocar com o senhor Geyer. Só parei quando casei. Pensei assim: “Vou deixar para os meus filhos”. Tanto que uma de minhas filhas é formada em violino, trabalha e mora na Alemanha. Meu genro tinha mestrado em música, era cantor de ópera, diretor vitalício, lente catedrático do Conservatório de Música de Studgart. Infelizmente, já faleceu.

Para eu ir pra Florianópolis e estudar lá, tive que fazer o seguinte: ir à delegacia de polícia conversar com o “nosso amigo” Timóteo, Timóteo Brás Moreira, já falecido. Deus o tenha, como diz o outro. Tenente ele era. Ele me chamou, o próprio Brás Moreira, o próprio delegado, e perguntou: “A senhora faz o quê? Quer o quê?” Um verdadeiro interrogatório! Porque estrangeiro algum podia se deslocar para as praias, para a costa do mar. Tive que sentar à sua frente durante uma semana, diariamente. Ia toda tarde à delegacia. Só faltava rezar, me ajoelhar, mas isso eu não fazia! Ele mostrava-me fotos com grupos de pessoas, de homens (mulheres não tantas) e perguntava: “A senhora conhece alguém daqui?” Eu olhava, olhava, olhava, e dizia: “Não”, e eu era criança. Mas como eu não poderia dizer que não? Eu não nasci aqui, não me criei aqui. Vim para cá aos nove anos. Realmente, eu sei que uma vez achei uma pessoa parecida com alguém e pensei: “Vou fazer o quê? O estrago que dá em cima

⁷⁰ Heinz Geyer, maestro nascido na Alemanha em 1897, fixou residência em Blumenau em 1921. Figura importante na vida cultural de Blumenau, foi regente no Teatro Carlos Gomes e deixou duas importantes óperas: “Anita Garibaldi” e “Viva o Ministro”. Faleceu em junho de 1982.

dessa pessoa que eu não sei se é ou não é?” Sempre respondi que não. Ele procurava através de fotografias me forçar a identificar alguém. Ele não descobriu nada e mesmo que eu soubesse, acho que nada diria, pois eu sei o que sofremos na Rússia: “Identifique, é teu pai, teu parente, teu primo?” Então, bala! Matavam ou mandavam para a Sibéria. Ou, então, levavam para os porões da KGB, matavam as moças com pontas de cigarro, devagarinho,...não vou nem chegar lá: a tortura. Uma coisa que depois se espalhou pelo mundo e... bom... Vamos parar. Graças a Deus, passou! Bem, no fim, o tenente ficou tão bravo que me deu o salvo conduto para ir estudar em Florianópolis. Fui.

Lá foi ótimo. Passei dois anos morando no internato; adorei. Apreendi muito, principalmente no convívio com o próximo. Muita gente xingava o internato e dizia “Como é que vocês conseguem viver lá?” Fiz o curso Normal. Quando me formei, voltei para lecionar no Colégio Sagrada Família. Lá trabalhei em 46, 47 e 48. Naquele tempo, éramos as autoridades, as doutoras! Nós éramos formadas no Fundamental Secundário e no Normal, porque aqui ninguém, praticamente, tinha essa formação já que não existia em Blumenau o curso Normal. E hoje desprestigiou muito essa classe, a dos professores. Depois, de tanto falarem: “Sai dali porque se ganha muito pouco”, o drama dos professores... O salário do meu pai, na Escola Alemã, era baixo. Mas ele sustentou a família, deu estudo para os filhos, construiu uma casa que hoje ainda está de pé, lá na rua Lauro Muller. Depois que os meus pais faleceram, a casa foi vendida. Uma casa sólida, boa, conseguida com o trabalho, com o dinheiro dele. Também, a coisa não era assim, como é hoje em dia. Um dia cheguei lá: “Pai, me dá vinte centavos?” “Pra quê?” “É que eu quero comprar uma balinha.” “Não.” Não, não tinha. Não era nem uma moeda inteira, era fração de moeda. “Não”. Pra isso não tinha dinheiro. Então, nós nos criamos assim, achávamos normal economizar. Não havia nada de excessos, que se vê tanto hoje, que só estragam a gurizada.

A educação dada na escola era completa e procurava zelar pela família. Respeito havia mais do que a gente observa hoje em dia. Infelizmente, eu vejo, eu tenho netos na escola, alguns já estão formados. Tenho netos de 30 anos e de 7, já tenho bisneto. Acompanho mais ou menos o que é a educação atual. A educação era mais eficiente. A formação da pessoa, vamos dizer assim, a formação da personalidade era uma coisa global. Não era ensino só por livro, por mérito, por caderno etc. Não, era global. Existia respeito. Isso existia. Não me lembro de algum caso de expulsão da escola. Castigo físico, também não existia. Pode até ter acontecido caso em que o professor torceu um pouco a orelha de um menino, isso pode ter existido. Mas repressão e castigos físicos, não! Havia muito diálogo. E enfrentar com

seriedade e fazer chamar a criança à razão. Dialogar com a criança. Falar assim: “Você está vendo o que você está fazendo? O estrago que você está aprontando?” Me recordo de um caso, coitado, o menino já morreu, bebia tinta - nós tínhamos tinta de escrever, pois usávamos caderno com o tinteiro do lado, para a caneta de pena (ainda guardo uma). E ele: shluppp..., chupava aquela tinta, ou da pena ou então da tinteira. Eu sei que uma vez ele levou um puxão de orelha do professor. Ele falava, pedia para o menino não chupar tinta, mas não adiantava, não adiantava nada mesmo. Podia fazer o que quisesse que o menino não se cansava de beber tinta. Acho que ele morreu azul, coitado. Eu só me lembro da cara dele, vermelha, coitado. Mas não disse nem “a” nem “b”. Não levou uma surra não, mas na hora, o professor com tanta raiva, porque não conseguia mesmo fazer ele parar: “Bebendo tinta de novo!?” Pá!

Em 48 saí do Colégio Sagrada Família e fui trabalhar na Companhia Comercial Schrader, no escritório. Eu tinha feito datilografia e estenografia, era secretária bilíngüe. A minha irmã mais velha é secretária trilingue: português, alemão e inglês e, também trabalhava na Comercial Schrader. Tanto que ela teve ótimos empregos, mais tarde. Mas eu fiquei na bilíngüe. Saí do emprego quando casei. Mas não fiquei só em casa, não. A casa e a loja eram juntas, conjugadas, no mesmo prédio. Pertencia ao meu falecido sogro. Meu marido assumiu a Flesch Musical. Anos mais tarde, a Moellmann comprou o prédio. Não sei o que tem lá dentro agora. Sabe como é: havia os herdeiros e cada um queria a sua parte. Então, o nosso prédio foi vendido. Antes de casar, eu trabalhava de dia na Schrader e na Cremer e, de noite, ia na casa dele fazer serviço de escritório e namorar um pouquinho, é lógico. Noivamos e casamos. Estou com sete filhos e quinze netos. Agora vou ter mais um neto e dois bisnetos.

Eu toquei música, violino, quando voltei de Florianópolis. Antes de ir para lá, eu tocava violino na orquestra do Maestro Geyer, primeiro o segundo violino, depois passei para o primeiro violino. O primeiro do primeiro violino era o senhor Kohlbach, que faleceu agora em fevereiro deste ano. Uma pessoa muito capacitada, muito bom violinista. Toquei com o senhor Geyer até 1950, no Teatro Carlos Gomes. Um dia, ele chegou lá em casa, acompanhado de uma outra pessoa, e disse: “Dona Erika.” “Que é senhor Geyer?” “Eu queria cantar essas músicas em português, mas eu só tenho a letra em alemão. A senhora faria a tradução para mim?” Disse: “Olha, senhor Geyer, nunca fiz, mas eu vou tentar.” E deu certo. Escrevemos o “Viva o Ministro”, uma opereta musical. Fiz as poesias em português. A peça foi cantada, representada. Não sei se você se lembra do “Viva o Ministro”. É muito bonito. A apresentação foi no Teatro Carlos Gomes e tenho até o programa, o libreto da noite de apresentação, guardado. E essas músicas realmente fizeram sucesso. A gente foi até para se

apresentar em Curitiba. A valsa final acabou se espalhando por aí, muito bonita: *“Dá-me as mãos, meu amor, coração a sorrir. Pois só a ti, só a ti, eu quero amar. Nunca mais te deixar, toda a mágoa sanar. Pertencer-te para sempre, para sempre! Tudo o que já sonhei, o que amei e se apagou, e só tu ainda vives em mim”*. Ainda fiz outras letras. Ele me dava músicas avulsas, criava as melodias e eu lhes dava a letra, entende? Nós formamos parceria, e eu choro até hoje, que ele foi tão cedo. Ele foi desligado do Teatro Carlos Gomes, não sei o que houve lá (ali houve política interna). Sempre achei, ninguém ia me dizer, mas eu creio que a coisa lá não estava muito boa, então, ele foi afastado, politicamente, do Carlos Gomes. Ele foi pra Navegantes, viveu mais um pouco, queimou todo o acervo musical dele e morreu. Mas ficou na história de Blumenau, ao menos isso. Depois disso, o Telmo Locatelli apareceu com músicas pra eu fazer a letra. Esses dias fiz a letra para “Um Tango Brasileiro” de Ernesto Nazareth, que ele vai apresentar no final do ano. Meio complicadinho. Pa rá pa pá pa rá. Ele vem aqui, senta ao piano e toca. Sei fazer tim tim, isso eu sei. Sei cantar, sei cantar notas. Eu estudei piano durante dois anos, mas depois, além das minhas mãos, iam mais duas aqui, mais duas mãozinhas ali, mais duas lá; já tocavam oito mãos. Então, não dava.

O período em que estamos aqui no Brasil foi muito bom, ninguém se queixou. Meu pai sempre agradecia aos desígnios de Deus, à mão de Deus por essa terra boa. Ele só rezava sempre por aqueles que passam fome e frio, os que nós deixamos lá na Rússia. Porque se alguns dizem que aqui passam fome, mas frio ninguém sente, porque o clima é bom. A gente tem que ver o lado bom das coisas. Essa era a mentalidade dele; ele era muito positivo, de muita fé. E corajoso por vir para cá com quatro crianças, sem nada mais. E, ainda, trazer um grupo de 240, 300 pessoas com ele e ser o líder do grupo. Morreu e está enterrado aqui, em Blumenau. A mãe também. Alma era o seu nome. Sua vasta cultura, sua imensa força interior, seu grande potencial humano, seu incondicional apoio ao pai, mesmo quando, em eventuais ocasiões, precisava apontar-lhe eventuais falhas, sua visão extraordinária e reconhecimento das situações mais adversas na luta pela sobrevivência de nossa família. Tenho retratos deles de quando viemos da Alemanha.

No momento, não tenho mais nada a acrescentar. Obrigada pra você que veio aqui, de repente, me acordar.



RETALHO 10: DAGOBERT GÜNTHER

Nasci em Gaspar, no dia vinte e cinco de nove de 1927. Entrei na escola com seis anos; fiz seis em setembro e já entrei no ano seguinte, em 34. O professor era o papai, Rudolf Günther; Günther escrito com trema. A escola era aquela ali da foto. Não era escola alemã;



Fig. 11: Escola Evangélica de Gaspar, 1929.

era Escola Evangélica de Gaspar. Papai lecionava nas duas línguas: alemão e português, ao mesmo tempo. Era assim: tinha uma parte da aula em alemão e uma parte em português. Os deveres eram feitos em alemão e depois em português. Sempre nas duas línguas.

Papai estudou na Escola Alemã de Blumenau que tinha um curso do tipo do ginásio, onde se formou professor. Ela era ali, na rua das Palmeiras⁷¹. Ele nasceu em Pomerode⁷², no ano de 1890 e trabalhou na lavoura com o pai dele. Ele se formou e com 18 anos, já foi professor aqui em Gaspar, na Escola Evangélica. Mas a escola não estava pronta quando ele chegou. As aulas eram num galpão pertencente à comunidade evangélica. Formou-se, então, um grupo de pessoas que construiu a escola sendo, que o “cabeça” da turma, naquela época, era o Bruno Wehmuth. Ele não era o prefeito, não, pois Gaspar não era município ainda. Só em 1934 é que virou município.

⁷¹ A referida escola era a Neue Deutsche Schule (Escola Nova Alemã), fundada em 1889 e que, até 1924 funcionou na Rua das Palmeiras, atual centro histórico do município de Blumenau.

⁷² O município de Pomerode é vizinho ao de Blumenau e conhecido nacionalmente pela tradição germânica.

Quando entrei na aula havia quatro anos de estudos e o papai foi o professor durante este tempo. Só no final, ele cansou e aí, veio outro professor; o Hermann Weber. Ele era de Corupá⁷³ e cunhado do Júlio Fischer, que tinha um comércio onde hoje é o BESC⁷⁴. Mas esse professor agüentou somente seis meses e, então, a escola foi fechada. Embora ela fosse da Comunidade Evangélica, lá estudavam muitos católicos como o Sílvio Zimmermann e o Dorval Pamplona. O papai também foi professor numa escola onde os alunos eram todos católicos, no Poço Grande⁷⁵. Essa escola era particular católica e dava um dinheirinho para o papá. No início, não gostaram que ele fosse contratado como professor, porque era luterano. Então o Frei Solano, que era o vigário da Igreja Católica de Gaspar, disse: “A parte da religião eu venho aqui dar. A outra parte é dele. Vamos ver quem vem!” Quatro anos. Quatro anos papai ficou trabalhando lá. Ele trabalhava num período numa escola e no outro período na outra. Lá do Poço Grande quem veio muitas vezes com ele, de carrocinha, foi o Frei Solano. Esse era o amigo do peito dele, de todas as horas, tanto no baralho, no charuto, no papo. O Frei tinha vindo da Alemanha e era muito inteligente. Aqui em Gaspar era tudo gente simples. Frei Solano vinha procurar o papai, não os outros. Papai era um literário... Falava alemão! Ele procurava o papai para conversar.

Na época da Escola Evangélica todas as séries eram juntas, as quatro. Ele trabalhava com cada uma delas um pouquinho. As turmas eram separadas nos bancos. Tantos bancos, tantos alunos. Tinha uma série aqui, outra série ali e aí dava atividade: primeiro ano faz isso, segundo ano faz aquilo e assim por diante. Os maiores tinham que ajudar os pequeninos que entravam. E não tinha caderno; era tudo na lousa, aquela lousa grafite. E tinha ainda um pano úmido para apagar.

Na Matemática aprendemos a somar, diminuir, multiplicar e dividir. O papai treinava muito com os alunos: matemática de cor. É, raciocínio. E isso eu te afirmo: havia dois “cobras” na minha turma: Cláudio Gaertner e o Hari, filho do Júlio Heine. Meu Deus! Papai dizia: “Eu tenho 10 laranjas. Apodreceram duas. Pergunta: quantas laranjas ficaram?” O Cláudio já sabia a resposta; eu não. Eu precisava calcular e havia gente que não dava conta de resolver. Lembro, também, que aprendemos a calcular juros. Por exemplo: quanto é 6% de

⁷³ O município de Corupá, antiga colônia Hansa Humboldt, localiza-se no extremo norte catarinense. Colonizado por imigrantes austríacos, suíços e alemães, foi, até 1934, distrito de Joinville. Com a emancipação de Jaraguá do Sul, o distrito de Hansa Humboldt passou a integrar o novo município. Em 1944, durante a 2ª Guerra Mundial, teve o seu nome mudado para Corupá. Em 1958, Corupá teve sua emancipação política.

⁷⁴ BESC – Banco do Estado de Santa Catarina.

⁷⁵ Poço Grande é um bairro situado na zona rural do município de Gaspar.

1850? Quando o número era pequeno, fazíamos de cabeça, senão era feito na lousa. Primeiro se calculava o valor de 1%, depois era só multiplicar.

O papai tinha muitos livros que vinham da Alemanha. Ele recebia muito material através do padre e do pastor Kummothy, que era o diretor da Escola Alemã de Blumenau. Anos mais tarde, o pastor foi embora para a Alemanha, mas escrevia para o papai. Tenho guardadas as cartas dele.

Quando eu estava no quarto ano, a Escola Evangélica foi fechada e o ano encerrado. Papai pediu que os alunos fossem transferidos para o Grupo Escolar Professor Honório Miranda⁷⁶, do Estado, que tinha sido inaugurado naquele ano. Ele queria que os alunos da última série, os do quarto ano, fossem matriculados no curso Complementar e que não fizessem novamente o quarto do primário. Mas não aceitaram. Fomos obrigados a voltar para o terceiro ano primário, eu e os demais: o Hugo Gaertner, o Lauro Bremer, a Norma Beduschi e todos os colegas da turma; tivemos que entrar, então, no terceiro ano. Isso foi em 1938. Aí terminei o terceiro e o quarto ano, tendo por professora, a dona Bentinha⁷⁷. Depois do primário, para aqueles que quisessem continuar a estudar, tinha o curso Complementar, que era um tipo de ginásio. Entretanto, papai resolveu, a pedido de Frei Solano, que eu freqüentasse, por um ano, o colégio das freiras, que já existia, também. Eu e o Haroldo Gaertner fomos um ano na escola das freiras. No ano seguinte, saímos de lá e entramos no curso Complementar, onde ficamos dois anos. No total, estudei nove anos: quatro na Escola Evangélica, dois no Grupo Honório Miranda, um no colégio das freiras e mais dois no curso de Complementar no Grupo. Aí com dezesseis anos eu queria trabalhar, trabalhar... e parei de estudar.

A Escola Evangélica pertencia à Sociedade Escolar composta por pais de alunos e funcionava assim: os pais dos alunos pagavam mensalidade a ela que, por sua vez, pagava o papai. Só que se não fosse o pai da minha mãe, nós morríamos de fome porque a metade dos alunos não pagava! Lá nos arquivos da comunidade luterana, você procurando, irá encontrar o estatuto de formação da escola. Eu levei lá, está lá. Eu entreguei para o presidente que na

⁷⁶ O Grupo Escolar Professor Honório Miranda foi criado em 29/05/1934, pelo Decreto n. 600, assinado pelo Coronel Aristiliano Ramos, interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Todavia, as atividades escolares iniciaram somente em 1936, em duas salas de aulas localizadas na Prefeitura Municipal. Em setembro do mesmo ano foram, então, inauguradas suas instalações definitivas.

⁷⁷ Benta Cardoso.

época era o Walter Wehmuth. Está lá, o estatuto da formação da escola⁷⁸.

Como disse, o curso Complementar fiz no Grupo Honório Miranda. As professoras eram, na maioria, mulheres e de Florianópolis: a dona Cora⁷⁹, a dona Rodolfina⁸⁰, a dona Maria do Rosário⁸¹. Lembro de um professor, o Lázaro⁸², que era de São Paulo. Acho que ele ensinou Matemática, mas não tenho certeza. O diretor era o Moacir Orige, também de Florianópolis. Uma vez por ano vinha um inspetor de Florianópolis. Ele ia em todas as turmas e fazia muitas perguntas para nós, os alunos. Era um homem ruim, o inspetor. As professoras se borravam de medo. Ele vinha fiscalizar o trabalho delas. Já estava começando a época da Guerra. Só se podia falar em português. Meu Deus! Se falasse alemão dava cadeia na hora, botavam na cadeia... Então, aconteceu algo terrível com o papai. Ele tinha um arquivo de história sobre Gaspar, que iniciou desde que chegou aqui. Era uma caixa cheia: tinha livros, relatórios, cartões postais, fotos e documentos. E aí, um dia, um ordinário, que não vou citar o nome, denunciou o papai no DOPS⁸³, em Florianópolis. Ele disse que o papai tinha a casa cheia de fotografias do Hitler e que tinha a bandeira da Alemanha. E não era nada disso. O papai não gostava do Hitler, não gostava do Mussolini e não gostava do integralismo. Papai não gostava. E aí veio o DOPS, de Florianópolis, vasculhar a nossa casa. Reviraram tudo e não acharam nada. O papai provou que não queria saber dessas coisas. Não acharam nada! Mas levaram tudo e botaram fogo: os relatórios, os documentos, os livros, as fotos, até as fotos de família que nós tínhamos. Tudo. Botaram fogo. Eu ainda lembro do choro do papai. Meu Deus! O trabalho de tantos anos! O delegado de Gaspar, Augusto Beduschi, veio junto, mas não adiantou nada. Ele só disse: “Nós não podemos levar o homem preso. Ele não tem nada!” Ele tentou ajudar; era amigo do papai. Por isso não tenho quase nada do papai: os livros da escola, os cadernos, as fotos...

Papai era envolvido na política aqui de Gaspar onde foi vereador e delegado. Ele resolvia desde casos de assassinatos, até como um caso envolvendo aquele ordinário de quem já falei. Este sujeito tinha um bar, o “Vinte e um”, onde é a TELESC hoje, e era muito nojento. Nesse lugar tinha uma mesa de bilhar. Um dia, veio um rapaz de menor, de

⁷⁸ O Estatuto da Comunidade Escolar Gaspar, documento original, encontra-se nos arquivos da Comunidade Evangélica Luterana de Gaspar. O documento data de abril de 1912 e nele estão descritos os direitos e deveres dos sócios e dos diretores, as normas de contratação de professores e de pagamento das mensalidades.

⁷⁹ A entrevista da professora Cora Bridon dos Santos encontra-se neste trabalho.

⁸⁰ Rodolfina Hostins, professora normalista, natural de Florianópolis, foi designada para o Grupo Escolar Professor Honório Miranda, em 07 de fevereiro de 1936.

⁸¹ Maria do Rosário Vieira.

⁸² Lázaro Paula Ferraz. (Não foram encontrados dados sobre este professor nos registros escritos da escola).

⁸³ DOPS – Departamento de Ordem Política e Social. No período do Estado Novo (1937 – 1945) exerceu papel controlador e repressivo sobre a cultura no Brasil.

Blumenau e foi jogar com ele, jogar a dinheiro. E o rapaz ganhou. O dono do bar tinha que pagar o rapaz e o chamou lá para dentro. Então, ele pegou um pau e “pum” na cabeça do moço. O coitado veio sangrando até a nossa casa, chamou o papai e contou: “O dono do bar me bateu.” Em Gaspar, não tinha médico, não tinha hospital. Papai chamou a polícia e disse: “Levem esse menino para o hospital em Blumenau e o apresentem para o juiz.” E fez o relatório. E, tempos depois, quando entrou a parte política durante a guerra, aquele safado do dono do bar foi à Florianópolis e dedou o papai. Na época, o papai já não era mais delegado. Ele se vingou do papai.

Papai e mamãe moraram alguns anos no prédio da escola, e os meus dois irmãos também. E aí o meu ôpa⁸⁴ Weege - o pai da minha mãe - comprou esta propriedade e montou a queijaria e o moinho de milho. A mamãe cuidava dos negócios aqui, e o papai dos lá da escola. Mais tarde, eles construíram esta casa onde estamos e aqui vieram morar. Quando a escola foi fechada, a comunidade vendeu tudo para o Paulo Zimmermann, o qual, anos mais tarde, derrubou o prédio.

Lembro que, num ano, aconteceu uma coisa inédita para o papai e para a escola: um desfile na rua. Durante uma hora, a escola foi aplaudida pelo prefeito e por toda a população; durante uma hora inteira. Papai ficou tão radiante que de noite tomou um porre! Ele era músico e tocava seis instrumentos, sendo o principal o violino. Ele dava aula de violino, tinha uma turma de alunos. E depois, o papai tocava violino na igreja, harmônio⁸⁵ ... seis instrumentos! Quando o pastor não estava bem, ele rezava e mandava a turma cantar a missa toda. Papai tinha uma voz bonita!

Na Escola Evangélica estudamos alemão, português, matemática, história, geografia e conhecimentos gerais. E uma das coisas que o papai ensinou a todos: todo mundo sabia cantar, de cor, o Hino Nacional. Ele dizia: “Isso vocês têm que saber.” Ela era muito bem organizada, muito bem estruturada e tinha muita disciplina e ordem também. A varinha funcionava, principalmente com os meninos que eram mais sapecas. As meninas tinham medo. Então, ele tinha uma varinha curtinha e mandava os meninos ficar de quatro e ... tec, tec, na bunda. Reprovação, não tinha. Quando precisava, chamava o pai e dizia: “Teu filho está errado”. Aí, geralmente, o filho apanhava do pai. O lema do papai era “lecionar com amor, mas com rigor”. Esse era o lema do papai: com amor, com rigor. E, como consequência disso, resultou que dos alunos dele, quatro foram prefeitos de Gaspar e um deputado. Os

⁸⁴ “Ôpa” é a palavra usada pelos teutos da região, quando se referem ao avô.

⁸⁵ Harmônio: pequeno órgão de sala em que os tubos são substituídos por palhetas livres.

prefeitos foram: Júlio Schramm, Paulinho Wehmuth, Dorval Pamplona e Pedro Krauss. O deputado foi o Pedrinho Zimmermann. O papai se lembrava de todos os alunos, desde quando começou a dar aula até o fim. Lembrava-se só de um deles que foi para a cadeia, só um. Ele trabalhou aqui de 1908 até 1936, quando parou. Ele não se aposentou como professor, isso não tinha. E depois, mais tarde, quando ele tinha a indústria, disse: “Eu, pedir esmola para o governo? Não!” Ele não procurou. Nem ele e nem minha mãe se aposentaram. Ele morreu em 1972, com 82 anos, mas parece que isso foi até como há poucos dias.

Eu te digo uma coisa, e o teu pai pode afirmar, também: até 60, 65 anos de idade a gente está muito incumbido em trabalhar e ganhar a sua suficiência. Tu não te lembras muito do passado. Mas, daí pra frente, quanto mais tu sobes, mais tu desces. Eu me lembro de coisas, quando tinha quatro anos. E o papai dizia pra mim: “Filho, vai chegar um dia que tu vais te lembrar... eu me lembro com 2 anos - papai dizia – o que fiz com 2 anos, eu me lembro agora.” Então, você sobe, mas aquilo volta. Estas passagens, se você tivesse vindo há dez anos atrás, eu não me lembraria. Agora está clareando... Que situação! Eu me lembro do dia quando entrei na escola. Eu tinha seis anos. Nós não usávamos uniforme, cada um ia com a roupa de que dispunha. Todos bem arrumadinhos. Naquela época, era tudo gente que trabalhava para se sustentar. Não tinha “aquele é rico, aquele é pobre”. Aqui em Gaspar se tornou uma família. Depois, com o decorrer do tempo, é que apareceu “oh, esse é rico, quer esnobar!” Naquela época, era uma família só. Todos se conheciam.

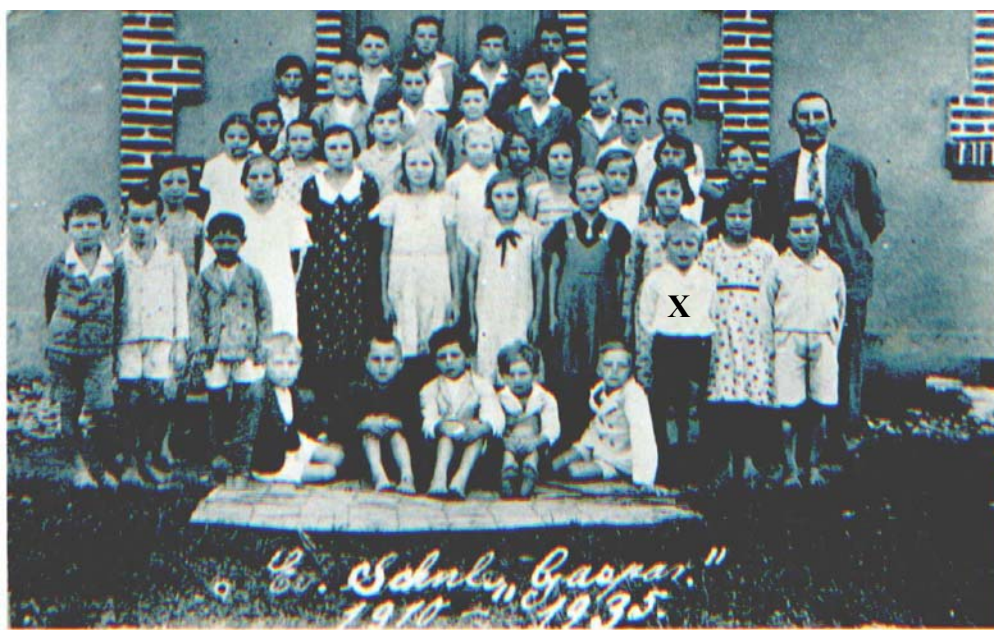
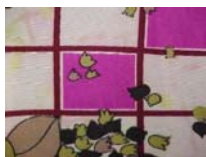


Fig. 12: Foto da turma de alunos do professor Rudolf Günther - 1935.

A criança assinalada é o Sr. Dagobert.

Fonte: Arquivo pessoal de Waltraud Koch



RETALHO 11: CORA BRIDON DOS SANTOS

O meu nome de solteira é Cora Gevaerd Bridon. Nasci em Florianópolis, em 1917. Lá, estudei no Grupo - era grupo naquele tempo - Lauro Müller. Ele era na cidade. Fiz o Primário, quatro anos e o Complementar, três anos. O Complementar equivale ao ginásio, hoje. Tinha francês, tinha alemão. Tinha de tudo. Eu era muito boa em francês, porque meus avós eram franceses e papai me ajudava muito em casa. Eu tirava notas ótimas em alemão, também. Mamãe falava o alemão. A família dela tinha vindo da Bélgica.

Depois do Complementar, fiz o curso Normal. Não lembro o nome da escola, mas eu tenho ainda guardado o diploma⁸⁶. Podemos olhar lá o nome dela. A Escola Normal habilitava para ser professora de 1ª a 4ª série do Primário. Eram quatro anos de Normal.

Quando terminei o curso, vim para Gaspar. Isso aconteceu em 36; eu tinha 19 anos. Na época, não tinha concurso. O secretário de Educação do Estado era muito amigo do papai. O nome dele era Sr. Trindade. Ele disse: “Olha, Cora. Tu vais para Gaspar. Lá tem vaga e é o lugar mais perto de Florianópolis”. Perto? Como era longe! De Gaspar a Florianópolis era longe⁸⁷. Não tinha asfalto, não tinha nada. Coisa horrível. Eu não conhecia ninguém.

Quando aqui cheguei, me deu uma vontade de chorar! Chorei mesmo! Eu achei o lugar tão feio! Gaspar, na época, era muito diferente - era um sítio. Há dois anos atrás fui num especialista de pele, sabe. E ele disse: “A senhora é de Gaspar?” “Não!”, eu disse. “De onde a senhora é?” “De Florianópolis”, respondi. “Quando a senhora veio para cá, o que é que achou?” “O que eu achei? Achei a coisa mais horrível. Quando me despedi de papai - porque ele me trouxe - me deu vontade de voltar junto. Era horrível!” Perto de Florianópolis... Naquele tempo, Gaspar não era assim como agora.

Mas, quando eu vi a Rodolfina, pensei: “Graças a Deus!” Encontrei alguém que conhecia! A Rodolfina era de Florianópolis, também. Ela tinha estudado no Colégio, e eu no Normal. Mas eu a conhecia. Ficamos como irmãs, depois. Meu Deus, como a gente se deu. Imagine, nós duas sozinhas aqui!

Meu tio, Victor Gervaerd, que era prefeito de Brusque, arrumou um lugar para me hospedar, a casa do Joaní Beduschi, já que meu pai não queria que eu morasse em hotel. Mais

⁸⁶ A escola era o Instituto de Educação de Florianópolis.

⁸⁷ A distância entre Gaspar e Florianópolis é de 130 km, via Rodovia Jorge Lacerda e Br 101.

tarde, morei em um hotel, que ficava onde hoje é a Loja Julio Schramm⁸⁸. Lá fiquei cinco anos.

Quando cheguei, a Escola Evangélica Alemã não existia mais; já tinha sido fechada⁸⁹. Fui dar aula naquela casa da foto que aqui está, para o primeiro ano primário.



Fig. 13: Foto do Grupo Escolar Professor Honório Miranda – 1936.

O nome da escola, que era pública e estadual, era Grupo Escolar Professor Honório Miranda. Havia somente duas salas de aula, sendo que a primeira e a segunda série ficavam numa sala, e a terceira e a quarta, numa outra. Cada turma tinha a sua professora, todas no período matutino. Por exemplo: eu era a professora do primeiro ano. Então, eu dava aula para a minha turma e, enquanto isso, ao mesmo tempo, a do segundo, dava uma atividade escrita - cópia, problemas no quadro e coisas assim - para os alunos dela. Desse modo, uma não atrapalhava a outra, já que as duas não podiam explicar o assunto para a sua turma, ao mesmo tempo. Eu devia ter uns vinte alunos. Era assim que fazíamos até que fomos para o prédio novo do Grupo Escolar Professor Honório Miranda, em agosto. Aí, então, cada uma tinha a sua sala de aula. Veio então, o diretor, o Gustavo Gonzaga. Depois dele, veio o senhor Moacir Orige. Eles também vieram de Florianópolis. Foram indicados.

⁸⁸ A Loja Júlio Schramm, tradicional casa de armário do município de Gaspar, situa-se na rua Coronel Aristiliano Ramos, no centro da cidade.

⁸⁹ A Escola Alemã de Gaspar foi fechada em 1937.

No primeiro ano, quando cheguei aqui, fui lecionar para o primeiro ano primário. Depois, no ano seguinte, primeiro ano também. Depois, fui passando: 2º, 3º e 4º ano. Eu não queria dar aula para o 4º ano. Eu disse ao diretor: “Meu Deus do céu. Quarto ano? Eu não sei ensinar para o 4º ano.” Mas, no final do ano, eu passei todos os alunos. Cem por cento de aprovação.

Naquela época, o que se ensinava de Matemática, no primeiro ano, eram as tabuadas, problemas, continhas de somar, diminuir, multiplicar e dividir. Tudo era feito no quadro negro e os alunos escreviam na lousa. Para resolver, por exemplo, $4 + 1$, eu desenhava no quadro quatro maçãs, mais uma maçã, e então, colocava o resultado em número: 5. O primeiro ano estudava até a tabuada de cinco e a divisão até por 5, também. Nas outras séries, ensinávamos ainda fração e números decimais. Não se usava material didático e outras coisas. Também, não era adotado livro. Eu usava o material que tinha feito lá no curso Normal. Na verdade, não tinha nada: cursos, livros, orientações quanto a programas, ou seja, não havia auxílio algum. Agora, a gente até estranha. Porque agora tem tudo. Hoje em dia, o professor não dá uma boa aula porque não quer. Subsídio? Ele tem de monte! Até em televisão. O que existia muito – e hoje se dá pouco valor pelo que eu vejo – eram as reuniões pedagógicas. Nelas, a diretora trazia as novidades e discutia com os professores. Provavelmente, ela buscava essas novidades em Florianópolis, ou ficava sabendo por outra diretora. Lembro-me que havia duas reuniões: a reunião pedagógica - que explicava mais a pedagogia - e a administrativa. Elas ocorriam, geralmente, aos sábados de manhã. Aprendíamos muita coisa com a diretora. Plano de aula? Tínhamos que fazer todos os dias. Também, existia o Inspetor Escolar, que vinha assistir às aulas e olhar os planos!

As provas eram de dois tipos: escrita e oral. Agora, eu acho mais fácil: só tem provinhas escritas. Antigamente, não. No fim do ano, tinha a examinadora, a professora – examinadora, que podia ser outra professora, ou até a diretora. No exame oral de Português, a criança ficava estudando um trecho da história e, antes de ler, tinha que contar a história para os examinadores; era para verificar se ela havia entendido. Depois é que podia ler. Imagine, isso já no primeiro ano! Como era difícil naquele tempo!

Tinha reprovação, mas não muita. Pelo menos eu, que lecionei para o primeiro ano até cinco anos antes de me aposentar, não reprovava muitos alunos, não. A diretora colocava na minha classe todos aqueles alunos que já estavam quatro, cinco anos no primeiro ano, e eu conseguia que todos fossem aprovados. Eles aprendiam tudo. Era tudo normal para mim; eram todos iguais. Olha, alfabetizei meus cinco filhos! Fui professora de todos eles.

As professoras eram muito respeitadas pela comunidade. Quando aqui chegamos, éramos as tais! “Ah, a professora chegou” – diziam com respeito. O salário? Dava para me manter, para pagar a pensão; dava para tudo. A gente ganhava pouco, não me lembro quanto, mas era melhor do que agora.

Em 1940, casei e fui, então, para Timbó. Meu marido, Edmundo dos Santos, era diretor de escola lá. Era na época da nacionalização. Timbó já era município⁹⁰. Ele e o Inspetor Escolar foram nomeados e trabalharam muitos anos juntos. Foi um período de muito trabalho, porque a maioria dos alunos só falava em alemão. Tal fato também ocorria em Blumenau. Na Loja Peiter, na Casa Willy Sievert e em outras lojas, primeiro eles atendiam os alemães. E isso deixava o Edmundo bravo. Ele era nascido em Gaspar. Ele era bem moreno.

Eu não pude dar aula na escola lá, porque o diretor era meu marido. Antigamente, não podia. Se ele fosse professor, daria. Mas, como ele era diretor, eu fui trabalhar no Jardim de Infância Municipal. No Jardim de Infância, todo mundo falava alemão. Eu entendia alguma coisa, pois aprendi alemão na escola, lá em Florianópolis, no Complementar. Falar, eu não falava. Só sabia gramática, verbos, essas coisas. Eu falava português, e as crianças falavam em alemão comigo. Era aquela mistura. No fim do ano, elas sabiam falar o português. Tinham aprendido. Lembro-me ainda que a hora do recreio dava muito trabalho para nós, professoras. Precisávamos estar sempre junto das crianças, cuidando, porque não podiam falar em alemão. Era proibido.

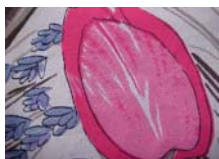
Depois, voltamos para Gaspar. Continuei a dar aula. Quando faltavam cinco anos para me aposentar, fui convidada para trabalhar na secretaria do Grupo Escolar, pela Carminha Beduschi, a diretora. Fui nomeada e acabei me aposentando como secretária.

Nesse período em que dei aula aqui, fui para Timbó, retornei, de forma geral, nada mudou no ensino. A estrutura continuava a mesma: Primário, Complementar e depois, surgiu também, o Curso Normal Regional. Era um tipo de Complementar parecido com o segundo grau de hoje. O Normal não tinha aqui em Gaspar; somente em Blumenau. Então, o pessoal fazia o Regional aqui. Mas ele não habilitava para dar aula nos Grupos e nem podia ir para a faculdade, após a sua conclusão⁹¹. Eram três anos de estudo. Mas aí eu já era secretária. Trabalhei pouco tempo no curso Normal Regional, como professora de francês.

⁹⁰ Timbó, até 1934, era distrito do município de Blumenau. Com o desmembramento de Blumenau, Timbó é elevado à categoria de município, em 25 de março desse mesmo ano.

⁹¹ O curso Normal Regional foi criado com o objetivo de habilitar professores para as pequenas escolas rurais de Santa Catarina.

Aposentei-me no ano de 1966. Foi assim. Trabalhei aqui em Gaspar, depois me casei e fui para Timbó. Anos depois retornei para o Grupo Honório Miranda. O Edmundo não queria que eu trabalhasse; queria que eu abandonasse o magistério. Ele não queria que eu continuasse a trabalhar. Mas eu disse que ia sim; que eu não podia ficar em casa, parada. Só parei de trabalhar, quando me aposentei.



RETALHO 12: A POLÍTICA EM BLUMENAU: TEMPO DE REPRESÁLIAS E O FIM DAS ESCOLAS “ALEMÃS”

No campo político, durante a maior parte da República Velha⁹², duas lideranças antagônicas atuavam no Estado de Santa Catarina. Uma era a da tradicional família Ramos, do planalto lageano, que representava a classe dos latifundiários da região, sendo considerada a segunda força política do estado. A primeira era representada pelas elites comerciais e industriais, liderada pela família teuto-brasileira Konder, que tinha o respaldo dos municípios de Blumenau e Joinville e que detinha o poder político no Estado, desde o término da Primeira Grande Guerra.

Nas eleições presidenciais de 1930, o governador de Santa Catarina, Adolfo Konder, apoiou o candidato oficial, Júlio Prestes, enquanto Nereu Ramos desenvolveu a campanha pró-Vargas. Entretanto, após a eleição vitoriosa de Júlio Prestes, eclode no país a revolução que depõe o Presidente Washington Luiz e sepulta o período denominado de República Velha. Getúlio Vargas projeta-se como líder e assume o governo provisório, que se estende no período de 1930 a 1934, quando é, então, eleito presidente por via indireta. Durante este período, todos os governadores são destituídos, com exceção ao de Minas Gerais. Cria-se o cargo de interventor federal nos Estados. O Estado fragmentado, criado pela Constituição de 1891, onde cada unidade estadual gozava de autonomia, é coisa do passado. Em seu lugar surge um poder centralizador e controlador.

Em Santa Catarina, após nomeações de interventores gaúchos, entre 1930 e 1933, o grupo político liderado pelos Ramos chega ao poder, sendo nomeado como interventor, Aristiliano Ramos. O município de Blumenau sofreu sucessivos desmembramentos. Primeiro, em abril de 1931, foi desmembrado o distrito de Bela Aliança, para formar o atual município de Rio do Sul. Todavia, o ápice da crise política ocorre em 1934, quando Aristiliano Ramos, após a derrota eleitoral para a Assembléia Constituinte de seu partido, o Liberal, em Blumenau, determinou o desmembramento dos distritos de Indaial, Timbó, Dalbérgia (Ibirama) e Gaspar. O antigo território do Município de Blumenau, que até 1934 compreendia uma área de 10.610 km², ficou reduzido a 1.160 km² apenas. Futuramente, desses

⁹² A expressão “República Velha” é utilizada para designar o período da história do Brasil compreendido entre o ano de Proclamação da República (1889) até o Golpe Militar de 1930.

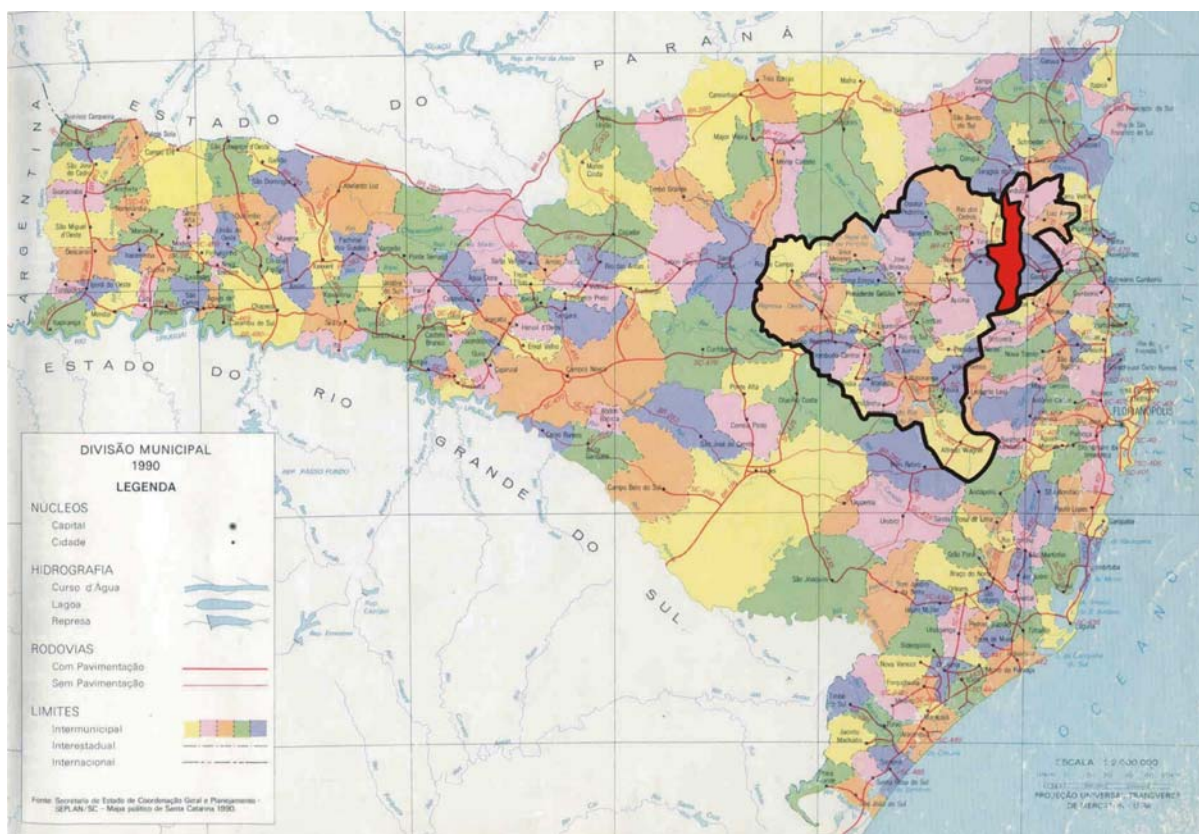


Fig. 14: Mapa de Santa Catarina com destaque (em preto) para a área do município de Blumenau até 1930 e, em vermelho, a área atual.

desmembramentos resultaram nada menos que 31 novos municípios, tendo o atual município de Blumenau 511 km².

Em 10 de novembro de 1937, por um golpe de Estado, Vargas instaura a ditadura e impõe ao país profundas medidas estruturais, objetivando “formar um ‘homem novo’ para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro” (BOMENY, 1999, p.139).

Até esta data, havia no estado de Santa Catarina 661 escolas particulares, com 25 300 alunos, a maioria situada nas zonas de colonização alemã. O funcionamento liberal dessas escolas era amparado pelo Decreto nº 58, de 28 de janeiro de 1931. Era uma lei liberal que em seu artigo 2º determinava:

As escolas primárias estrangeiras, que já se acharem licenciadas e inscritas na Diretoria de Instrução, continuarão a funcionar, devendo manter para cada turma de sessenta alunos, ou fração excedente, um professor habilitado, na forma do presente texto, para o ensino, na língua vernácula, das seguintes matérias: Português, Geografia do Brasil, Geografia do Estado, História Pátria, Educação Moral, Educação Cívica e Cantos Pátrios.

Este decreto autorizava que:

- a) o professor primário podia ser estrangeiro;
- b) as outras disciplinas não citadas podiam ser ministradas em outro idioma;
- c) as crianças eram obrigadas a aprender os cantos pátrios, mas não estavam proibidas de cantar os hinos e canções estrangeiras.

Entretanto, a relação cordial entre as escolas particulares comunitárias alemãs e o poder público estadual estava com os dias contados. Nereu Ramos⁹³, em 1935, vence as eleições para governador do Estado, mas o seu partido é derrotado em Blumenau. No seu programa político, ele já tinha externado a proposta de implementar em Santa Catarina uma educação vinculada a um projeto mais amplo, amparado na unificação do uso das línguas e dos costumes. Expressões como “costumes estranhos ao ambiente nacional e uso constante da língua alemã” ou “velhos usos e costumes dos europeus transplantados pelos imigrantes alemães” tinham aparecido em seus discursos (NOGUEIRA, 1947, p. 35 - 85). Gertz (1987) registra que, ao comentar a derrota de seu partido para os integralistas nos municípios de colonização alemã, Nereu Ramos afirmou:

Em todos os municípios em que o integralismo venceu, predomina o elemento alemão. A bandeira não é Plínio Salgado, mas sim Hitler. (...) Creio que está na hora de se iniciar uma enérgica obra nacionalizadora nos municípios em que a colonização alemã não quer adaptar-se à vida brasileira... Isto significa: estacionar mais tropas nas zonas de imigração alemã, para que a mística do militarismo alemão tenha, em nossas casernas, um derivativo e os elementos teuto-brasileiros aprendam a integrar-se na vida brasileira. (RAMOS apud GERTZ, 1987, p. 112).

Com a instalação do “Estado Novo”, Nereu Ramos é nomeado interventor federal de Santa Catarina. Investiu ele, então, num projeto rigoroso de nacionalização do sistema escolar catarinense, principalmente a partir de 1938, lançando medidas como: a proibição do uso da língua estrangeira nos estabelecimentos escolares, a criação da Superintendência Geral das Escolas Particulares e a Nacionalização do Ensino. Em consequência, centenas de escolas primárias particulares foram fechadas. O instrumento usado para a efetivação deste ato foi o Decreto-Lei nº 88 de 31 de março de 1938. O texto integral desta lei encontra-se anexo a este trabalho⁹⁴, pois só ao conhecê-lo na íntegra é possível avaliar o impacto que causou a sua vigência sobre as escolas particulares de ensino primário de Santa Catarina. Para Ristow (1999), a sua leitura mostrará que dois infortúnios se abateram sobre elas: (1º) o artigo 26 revogou o decreto liberal de nº 58, de 28 de janeiro de 1931, que concedia ampla liberdade

⁹³ Nereu Ramos, membro de tradicional família luso-brasileira de Lages, era sobrinho de Aristiliano Ramos e filho de Vidal Ramos, ex-governadores do Estado.

⁹⁴ Ver Anexo 02.

aos estabelecimentos particulares de ensino; (2º) o artigo 27 determinou a imediata entrada em vigor do Decreto nº 88, não dando tempo para as escolas particulares se adequarem à nova legislação.

Os reflexos da implantação deste Decreto e das penalidades nele previstas foram descritos por Ivo d' Aquino (1942), Secretário do Interior e Justiça, no governo do interventor Nereu Ramos:

Em 1937, existiam, no Estado 661 educandários particulares, na maioria situados nas zonas de colonização alienígena.

Postas em vigor as medidas de nacionalização do ensino, ficaram reduzidos, em 1938, a 113; em 1939, a 69. Eram, em 1941, 72.

Muitos deles fecharam-se espontaneamente, por convencidos, para logo, os seus professores, de não poderem satisfazer as exigências legais.

Outros, em número apreciável, foram impedidos de funcionar, já por lhes ter sido indeferido o pedido de registro, já por terem sido interditados, em razão de descumprimento da lei.

A cada escola fechada correspondia, imediatamente, outra instalada pelo poder público, estadual ou municipal, por imperativo da própria lei. (AQUINO, 1942, p. 50).

A ação do Decreto nº 88 foi mais devastadora na área rural dos municípios. Com o fechamento das antigas escolas comunitárias particulares, centenas de crianças ficaram impossibilitadas de estudar, já que dizer que nova escola seria aberta em substituição à fechada era tarefa mais simples do que fazer, como publicou o jornal “O Observador Econômico e Financeiro”, em 1938, citado por Ristow (1999):

Duzentas escolas foram fechadas, num gesto de patriotismo necessário pelo interventor Nereu Ramos. Mas o Governo Estadual não tem orçamento para abrir outras duzentas, apesar dos esforços que vem fazendo para substituir as escolas alemãs fechadas, por outras brasileiras, pelo menos tão boas quanto aquelas. (RISTOW, 1999, p. 60).

Em Blumenau, quase todas as escolas comunitárias particulares foram fechadas. A *Deutsche Schule*, escola de referência para a região, sofreu sérias intervenções sendo que, em reunião realizada no dia primeiro de junho de 1938, presidida pelo Capitão Emanuel de Almeida Moraes da Quinta Região Militar de Santa Catarina, é destituída sua diretoria. Todos os professores de nacionalidade alemã são demitidos, inclusive o diretor Sroka⁹⁵. Em 18 de outubro de 1938, ocorreu a reformulação dos estatutos. A “*Schulgemeinde* de Vila Blumenau” muda de nome para “Sociedade Escolar Pedro II” e a “*Deutsche Schule*” passa a chamar-se “Escola Particular Dom Pedro II”. Nogueira⁹⁶ (1947) comenta que:

⁹⁵ Ludwig Sroka, além de diretor da Escola Nova Alemã, era o chefe da Organização Nacional Socialista dos Professores das Escolas Alemãs de Santa Catarina, desde 1934.

⁹⁶ Rui Alencar Nogueira era Capitão de Infantaria, prestando serviço 32ª Batalhão de Infantaria, sediado em Blumenau, no ano de 1939.

Nossa campanha chegou até ambos. [Escola Nova Alemã e Colégio Sagrada Família] O primeiro, teve que ser fechado para depois vir a funcionar sob novas características, com a substituição dos mestres e com as mudanças dos métodos anteriormente empregados.

Não precisamos dizer que houve diminuição na frequência, mas compensamos esse decréscimo com as matrículas de vários pequenos, filhos de oficiais e sargentos.

O segundo deles, não chegou a ser suspenso. A acessibilidade das freiras fez com que, de certo modo, fosse dado ao mesmo uma feição nacionalista. (NOGUEIRA, 1947, p.116).

Os reflexos destas decisões logo se fizeram sentir. Muitos pais (os de maiores recursos financeiros), descontentes, retiraram seus filhos da “nova escola”, encaminhando-os para outros estados; outros optaram pelas escolas religiosas católicas: Colégio Santo Antônio (meninos) ou Colégio Sagrada Família (meninas).

Como resposta a ações semelhantes a esta, o Estado catarinense patrocinou a abertura de 99 escolas públicas estaduais e 144 municipais, que passaram a atender o ensino primário, sob a fiscalização permanente de inspetores, supervisores e militares (CAMPOS, 1999). Kormann (1994) registra que, em Blumenau, o governo municipal cria o Grupo Escolar Machado de Assis e mais 15 escolas municipais que vêm juntar-se às outras 17 escolas públicas já existentes. Para Monteiro (1983), a criação de várias escolas públicas, aliada à exigência da obrigatoriedade do ensino fiscalizado, a “quitação escolar”, pela qual os pais foram obrigados a enviarem os filhos à escola, sob pena de infringirem a lei e, portanto, sofrerem penalidades, praticamente, marcou o fim das escolas particulares restando apenas as sob direção de ordens religiosas, que passaram a cumprir rigorosamente os programas oficiais.

Em 13 de junho de 1942, em meio ao clima político da Segunda Guerra Mundial, a Escola Particular Dom Pedro II é “gentilmente” doada ao governo do Estado de Santa Catarina, sendo incorporada a este como Grupo Escolar Modelo Pedro II⁹⁷ e Curso Complementar⁹⁸ Pedro II. A nova organização da escola oferecia os cursos de Primário, em 4 anos, e Complementar, em dois anos.

Em 1946, é criada a “Escola Normal Pedro II” com os cursos Normal e Ginásial⁹⁹, cessando o Curso Complementar. Os cursos Clássico e Científico são implantados somente em 1957, quando a escola passa a denominar-se “Colégio Normal Pedro II”.

Nas décadas seguintes, escolas públicas municipais ou estaduais foram abertas

⁹⁷ Decreto-lei n. 668, de 6 de agosto de 1942.

⁹⁸ O Decreto n. 2 747, de 12 de agosto de 1942, cria o curso Complementar, anexo ao Grupo Escolar Pedro II.

⁹⁹ Decreto n. 316, de 04 de dezembro de 1946.

visando suprir as exigências de matrículas. Nelas, falava-se apenas o português, sendo que o idioma alemão, praticamente, desapareceu dos bancos escolares, reaparecendo apenas na década de 1980, como língua estrangeira optativa.



RETALHO 13: O DRAMA DO RESENTIMENTO – PERDAS E DANOS

*É tempo de meio silêncio,
de boca gelada e murmúrio,
palavra indireta, aviso na esquina.
Tempo de cinco sentidos num só.
O espião janta conosco.*

Carlos Drummond de Andrade

Não poucas vezes, nas palavras pronunciadas pelos depoentes e nas costuras das tramas das histórias, nos deparamos com um sentimento avassalador, presente de modo sorrateiro e intenso: o ressentimento. Quais as causas de seu surgimento? Como ele se manifesta? Que consequência traz? Antes de abarcar estas questões, vamos nos ater a uma primeira indagação, primordial à compreensão da discussão a ser feita: o que significa “ressentimento”?

No campo semântico, o termo “ressentir” significa sentir de novo, magoar-se muito com, sentir profundamente. A palavra “ressentimento”, nos dicionários, é comumente relacionada ao sujeito que está magoado, aquele que se melindra com facilidade ou que sofreu os efeitos de abalo, dano ou moléstia. O vocábulo tem correlato em outros idiomas. Em espanhol é *remordimiento* que é definido como a amarga e arraigada lembrança de uma injúria, da qual se pretende tirar satisfações. Em francês, *ressentiment*, traz em sua etimologia a repetição de uma vivência, cuja qualidade da emoção é hostil.

Numa análise superficial, ressentimento estaria relacionado a lembranças não agradáveis, mágoas, provocadas por alguém ou por fatos ocorridos no passado. Todavia, definir ressentimento em toda a sua extensão e profundidade não é tarefa simples, porque “ressentimento é uma noção complexa e bastante difícil de precisar”, considera Konstan (2001, p. 61).

Um dos primeiros a se debruçar sobre a questão do ressentimento foi Nietzsche, filósofo alemão (1844 – 1900), em sua obra *Genealogia da Moral*.

Nietzsche situou o surgimento do ressentimento como o resultado de um conflito, de uma ação conduzida pela religião judaico-cristã contra os guerreiros aristocratas. Estes últimos possuíam o privilégio de poder exprimir livremente suas idéias e desejos satisfazendo

as suas vontades, exercendo a sua dominação. Teria havido, então, uma inversão de valores, por ele explicada com o que chamou de moral dos senhores e moral dos escravos.

A moral dos “senhores”, ou “nobres”, ou “poderosos”, ou “donos do poder” teria como princípio o sentimento de distância e superioridade para introduzir avaliações. O homem nobre e sua moral, do alto de sua superioridade, criam valores acerca de si e da vida: “O homem de espécie nobre se sente como determinante de valor, não tem necessidade de ser declarado bom, julga: ‘o que é pernicioso para mim é pernicioso em si’, sabe-se o único que empresta honra às coisas, é criador de valores” (NIETZSCHE apud AZEREDO, 2000, p. 65). Ele tem a coragem de estabelecer valores e de exercer o poder, porque acredita em sua força. Por isso, vê o escravo como um desprezível, devido a sua fraqueza e incapacidade de ascender ao senhor.

Por sua vez, a moral dos escravos tem como base a fraqueza e a igualdade. O escravo olha desconfiado para o nobre e vê de forma depreciativa o poder que dele emana. Uma espécie de rancor transparece no escravo. Ele sabe que é fraco e opta em não enfrentar o nobre que é potente e tão diferente dele. O que faz, então? O tipo escravo passa a considerar imorais todas as manifestações de potência, de força, e começa a incentivar e a estimular a igualdade, a defender uma moral de “rebanho”, que tem por principal característica, a defesa da coletividade. Na moral de rebanho, bom é o que favorece a coletividade e mau é aquilo que a ameaça.

Segundo Nietzsche, foi o povo judeu que mais danos causou à moral dos senhores. A sociedade era estruturada: no topo, os que dominavam; nas camadas mais baixas, os dominados e, para administrar esta relação hierárquica entre senhores e escravos, os sacerdotes. Para Nietzsche, serão os sacerdotes judeus quem, em virtude de sua impotência, inverterão os valores ao propagar a vingança dos escravos contra os seus senhores - os maus, utilizando-se de uma artimanha ideológica, a adoção da caridade:

Se os oprimidos, pisoteados, ultrajados exortam uns aos outros, dizendo, com a vingativa astúcia da impotência: **sejamos outra coisa que não os maus, sejamos bons! E bom é todo aquele que não ultraja, que a ninguém fere, que não ataca, que não acerta contas, que remete a Deus a vingança, que se mantém na sombra como nós, que foge de toda maldade e exige pouco da vida, como nós, os pacientes, humildes, justos.** (NIETZSCHE, 1998, p. 37, grifos do autor).

A moral dos escravos seria a moral do ressentimento para quem a verdadeira reação, a da ação, é proibida, e que só encontram compensação numa vingança imaginária. “Ele entende do silêncio, do não esquecimento, da espera, do momentâneo apequenamento e da

humilhação própria” (NIETZSCHE, 1998, p. 30). O homem do ressentimento acaba por desenvolver uma extraordinária memória onde guarda, esconde, cuida, rememora. Ele suporta a dor e a humilhação, abaixa o olhar, submete-se. Mas não esquece: espera pelo dia da vingança.

Baseado nesta teoria, Nietzsche apontava ser o cristianismo uma forma de ressentimento: seria a atitude do homem que é débil e acaba por aceitar a submissão, a debilidade ou a piedade; que aspira a uma espécie de aceitação dos fortes. Este homem acredita que no dia do juízo final haverá o julgamento dos “bons” e dos “maus” e, então, ocorrerá a recompensa: os “bons” entrarão no reino dos céus.

Com o transcorrer do tempo, outros estudos produziram acréscimos, novos significados e interpretações do conceito de “ressentimento”.

Konstan (2001) ao buscar o significado de “ressentimento” opta por enumerar três amplas conotações para o termo: psicológica, social e existencial. O sentido psicológico de ressentimento equivaleria à raiva ou à irritação perante uma desfeita. Todavia, uma breve explosão de raiva é fugaz e não poderia ser descrita como ressentimento que é, geralmente, um sentimento duradouro, cultivado e acalentado. O sentido social relaciona o ressentimento como uma resposta ao preconceito ou à discriminação que sofre um indivíduo pertencente a um grupo que, por algum motivo, encontra-se em posição injustamente subordinada a outro. O sentido existencial do termo é apreendido de Scheler:

[Ressentimento é] uma atitude mental duradoura, causada pela expressão sistemática de certas emoções e afetos que são componentes normais da natureza humana. A repressão dessas emoções leva a uma tendência constante de se permitir valores incorretos e juízos de valor correspondentes. As emoções e afetos primordialmente referidas são vingança, ódio, malícia, inveja, o impulso a diminuir e desprezar. (SCHELER apud KONSTAN, 2001, p. 62).

Nesta perspectiva, ao termo ressentimento se aliaria a idéia de raiva, preconceito, discriminação, repressão.

Ansart (2001, p. 18), ao se ater aos estudos do sociólogo Robert K. Merton sobre o ressentimento, destaca a definição dada por ele: “Um conjunto de sentimentos em que predomina o ódio, o desejo de vingança e, por outro lado, o sentimento, a experiência continuada da impotência, a experiência continuamente renovada da impotência rancorosa”. Mas, conclui o autor, esta definição é limitada diante dos conflitos e da violência ocorridos a partir da metade do século XX, que tiveram como um dos seus provocadores o ressentimento coletivo. É necessário falar de “ressentimentos”, no plural, e não de um ressentimento de

essência universal, pois há vários tipos de ressentimentos como o dos fracos (apontado por Nietzsche) e o dos fortes que experimentaram a derrota e desejam reencontrar a autoridade perdida e se vingar da humilhação vivida; das diferentes intensidades dos ressentidos; dos provocadores de ressentimentos; das consequências e manifestações do ressentimento.

Numa rápida síntese, podemos relacionar ressentimento a rancor¹⁰⁰, ódio, desejo de vingança, inveja. Sentimentos estes considerados não muito nobres aos seres humanos, mas que estão latentes, entranhados, podendo romper as amarras que os prendem, fazendo-os emergir e dar-se a conhecer, de forma sorrateira ou explosiva.

Retomemos o parágrafo inicial deste texto. Falávamos da presença do ressentimento nas palavras dos depoentes, e também, nas tramas da história da educação em Blumenau. É provável não ser possível determinar o momento do nascimento do ressentimento entre os imigrantes e os governantes da então Província de Santa Catarina, ou entre os imigrantes e os brasileiros natos. O que se constata é que, após poucos anos da chegada à nova terra, os imigrantes alemães, ao ver suas reivindicações não atendidas pelos governantes, iniciaram um discurso de queixas e lamúrias. Estas ficaram registradas nas cartas escritas e nos artigos de jornais locais, em que apareciam manifestações de repúdio quanto ao não atendimento de suas solicitações de criação de escolas e de abertura de estradas, que ligassem a Colônia aos outros municípios. A pouca (ou nenhuma) atenção dada às suas reivindicações e necessidades contribuiu para o isolamento da Colônia, primeiro geográfica e, mais tarde, etnicamente.

Por sua vez, a imprensa nacional, pelos jornais, ajudava a disseminar a mentalidade de vários políticos e intelectuais brasileiros que eram contrários à política de imigração européia, principalmente alemã. Willems (1940) cita um artigo publicado, em 1860, num jornal carioca, e reproduzido em muitos outros, que revelava:

[...] os governos germânicos, compreendendo a vantagem que lhe oferecem os nossos colonizadores, em vez de oporem bem aventurados embaraços à imigração, facilitam-na por todos os modos, incitam-na, e que por efeito de suas medidas, aparece de novo agora na bela Germânia um movimento de êxodo, análogo ao que a quatorze séculos arrojou as suas bárbaras hordas sobre a Europa Ocidental. Demos que este movimento se faz para o Brasil, demos que se multiplicam em nossos portos navios e navios; dizei-nos: ao cabo de algumas dezenas de anos o que será deste nosso Brasil latino, católico, na presença desse outro Brasil germânico, protestante, em hábitos, em índole, em tudo completamente repulsivo, antagônico, ao Brasil ao que pertencemos, de que nos ufanamos? [...] Dizemos que a colonização européia não é desejável; - porque queremos o Brasil – Brasil para

¹⁰⁰ Rancor: palavra originária do latim e que significa queixa, pendência, demanda. Constantemente, o termo rancor é associado ao ressentimento, ou é até mesmo seu sinônimo como atesta Ferreira (1995): Rancor é uma aversão profunda ou ressentimento amargo, não raro reprimido, ocasionado por algum ato alheio que causa dano material ou moral.

todas as gerações de brasileiros, e não o Brasil, terra de lutas sangrentas das duas nações hostis. [...] E agora, haverá justiça nesses favores, que a custa do contribuinte brasileiro, fazeis ao estrangeiro, que aqui queria vir estabelecer-se? Sois generosos, pagai-lhes as passagens; dai-lhes alimentos; dai-lhes terras [...] a custa de quem? Essas despesas saem do tesouro, isto é; saem da algibeira de todos nós, do pobre como do rico; ora, não tendes direito de esportular o pobre brasileiro, para socorrer a custa dele, o pobre que ides buscar na Europa. Basta esse vosso procedimento, para lançar sobre vós e sobre os colonos que trouxerdes, um desfavor, um odioso, que vai desde já fomentando sinistras rivalidades. É, pois, dizemo-vos: a colonização européia não é desejável. (WILLEMS, 1940, p. 134 – 136).

Esta citação revela duas questões que estavam em ebulição nos bastidores da sociedade brasileira, quanto à política de imigração do governo imperial: a preocupação da igreja católica, quanto à perda da hegemonia que tinha no Brasil e, conseqüentemente, a perda de seu poder político, cultural e econômico; e o avanço da xenofobia sentimental provocado pela ameaça à segurança daqueles que prosperavam às custas do trabalho escravo. Havia uma especial prevenção em relação aos alemães, considerados ordeiros e trabalhadores, mas de religião protestante e que não pretendiam seguir o trabalho servil.

Outra questão que se coloca era o uso da imprensa para divulgar informações - nem sempre verdadeiras - e formar opiniões: é fato que o governo imperial dispensou muitos recursos financeiros para trazer e fixar os imigrantes em solo brasileiro. Todavia, muitas vezes, havia o pagamento pelas terras por parte dos imigrantes. A Colônia Alemã de Blumenau, criada em 1850, por exemplo, surge com a compra das terras do governo imperial pelo Doutor Blumenau e não da doação gratuita destas aos imigrantes, em detrimento dos brasileiros que tinham que pagar pelas suas terras, como divulgado pelo artigo. Décadas mais tarde, a venda de terras aos imigrantes tornou-se uma prática comum. “O grupo recebeu as terras para cultivar. Não de graça; cada um tinha que pagar a sua parte e meu pai pagou. Ninguém deu calote, ninguém pediu auxílio para o governo”, relembra Erika em seu depoimento.

As primeiras sementes do ressentimento estavam plantadas. Elas germinaram e cresceram nas décadas seguintes, adubadas por ações de ambos os grupos: de um lado os imigrantes alemães e os seus descendentes e, do outro lado, os nacionalistas.

Porém, como continuar falando de “ressentimento” sem abordar com maior atenção um dos seus mais importantes fomentadores: o preconceito? Muitas vezes, o ressentimento (tanto individual como de um grupo) foi construído sobre atos que tiveram por base o preconceito.

Ferreira (1995) define *preconceito* como “conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; idéia preconcebida; julgamento ou opinião formada sem levar em conta os fatos que o contestam”. Trata-se de um prejulgamento (em francês, *préjugé*), ou seja, algo já previamente julgado.

Dispensando uma maior atenção a estas definições, parece-nos indiscutível o fato de que todos os sujeitos têm pré-conceitos, ou seja, formulam idéias prévias sobre outras pessoas, ou grupos, ou acontecimentos; isto é inerente ao ser racional. O que diferencia pré-conceitos de preconceitos é o prejulgamento antecipado que justifica a tomada de decisões que motivam, auxiliam e justificam atos de discriminação.

Para Heller (2000), o preconceito envolve emocionalmente o indivíduo e o faz distanciar da razão a tal ponto de o impedir de ver os fatos de forma honesta e objetiva. Ele se fecha em uma determinada opinião, assumindo uma posição dogmática e sectária, que o impede de aprofundar o conhecimento sobre a questão não possibilitando o reavaliar de sua posição. “Os juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão, são preconceitos.” (p. 47).

Vianna (2000), ao estudar o preconceito dentro de departamentos de Matemática em universidades brasileiras, aponta algumas questões, das quais destacamos três. A primeira é que o preconceito traz algumas vantagens aparentes. Ser membro do grupo opressor é mais vantajoso do que pertencer ao grupo minoritário e vítima do preconceito. A segunda é que a ignorância sobre os outros grupos é geradora de preconceitos. “O preconceito é acompanhado sempre de opiniões inexatas ou sem fundamentos sobre as pessoas que são objeto do preconceito.” (p. 446). A terceira questão aponta que o preconceito é transmitido socialmente e que os estereótipos¹⁰¹ são criados pela cultura. No contato com o “outro”, o “estranho”, o “diferente”, aplicamos valores que nos são fornecidos pela nossa cultura, nosso “habitat”. Estes valores podem ser positivos ou negativos e é entre eles que se encontram os preconceitos.

As questões apresentadas acima auxiliam a compreensão dos mecanismos de surgimento e manutenção dos preconceitos. Como conseqüências de ações preconceituosas temos a geração da suspeita, do desprezo, da discriminação, da intolerância e aversão a outras raças, religiões e culturas.

¹⁰¹ Estereótipos são rótulos usados para (des)qualificar, superficial e genericamente, grupos étnicos, raciais, religiosos, entre outros. Geralmente são verbalizados constituindo imagens simplificadas ou caricaturais.

Foi o preconceito religioso e a intolerância que provocaram a criação da *Neue Deutsche Schule* de Blumenau. Após um sermão considerado ofensivo aos evangélicos, proferido pelo Padre Jacobs, diretor da maior e melhor escola do município, os habitantes luteranos se uniram e criaram uma nova escola, de caráter não religioso, como fez questão de deixar registrado o fundador da Colônia. É sabido que não foi apenas o ato isolado do padre Jacobs que provocou tal atitude. As dificuldades que os luteranos enfrentaram quanto à validade de seus casamentos, por parte das autoridades do Império, que só reconheciam aqueles realizados pela igreja católica, já haviam provocado queixas dos imigrantes não católicos.

Os preconceitos racial e cultural cedo se manifestaram nas palavras dos imigrantes. Doutor Blumenau em seu livro “*Sul do Brasil em suas referências à Emigração e Colonização Alemã*” publicado em 1849, na Alemanha, assim se referiu ao brasileiro:

[...] o brasileiro por ser uma mistura de raças, demonstra em seu caráter uma grande indolência, preguiça e sensualidade, sofre de impetuosa paixão e irascibilidade, característica dos povos de países tropicais, como também gosta de enganar no comércio, tanto quanto o norte-americano, possuindo muito talento para esta arte. (BLUMENAU, 1999, p. 53).

Apesar de nas linhas seguinte do texto, o autor reconhecer qualidades nos brasileiros, como a hospitalidade, simpatia e sociabilidade, a chaga do preconceito se fazia presente. O preconceito aos brasileiros era demonstrado no dia-a-dia dos habitantes de Blumenau, em pequenos atos, como relatou a depoente Cora: “*na Loja Peiter, na Casa Willy Sievert, de Blumenau, primeiro eram atendidos os alemães e depois os brasileiros, que tinham que esperar. E isso deixava o meu marido bravo. Ele era bem moreno.*” O preconceito gerando rancor, ambos se encontrando na origem de ressentimentos, que vão se arraigando e entranhando com o passar dos anos. De um lado, o aumento da xenofobia e do nativismo inflamados, principalmente, pelos grandes proprietários de terras - classe dominante na política e na economia de Santa Catarina – que denunciavam o “perigo alemão”; por outro, a fidelidade dos alemães e seus descendentes aos costumes, língua e mentalidade germânicas, que exigiam ter reconhecida a cidadania brasileira, mas que não aceitavam o “abrasileiramento”.

O acirramento do preconceito e, conseqüentemente, a ampliação do ressentimento entre os teuto-brasileiros e os nacionalistas aconteceu durante a primeira guerra mundial. A entrada do Brasil no conflito, em 1917, contra a Alemanha, fez desencadear hostilidades contra a população de origem alemã. Em Blumenau, sociedades recreativas, lojas e fábricas

sofreram ataques; escolas foram fechadas. Os teuto-brasileiros passaram a ser vistos como “alemães” e não como cidadãos brasileiros. Estas ações geraram o ressentimento da população que se considerava leal ao país.

Com o término da guerra (1919) os ânimos, inicialmente, são acalmados: as “escolas alemãs” reabrem, porém, torna-se obrigatório o ensino do Português e de História do Brasil; os ataques entre elementos dos dois grupos diminuem. Entretanto, durante a década de 1920, a luta pela preservação das características étnicas se intensifica, quando as exigências de “abrasileiramento” se tornam mais presentes. Seyferth (2003, p. 55) registra que os teutos opositores à assimilação, ainda ressentidos pelos fatos ocorridos no período da guerra, utilizaram jornais locais para justificar a posição de manutenção das distinções étnicas, como pode ser observado numa matéria do jornal *Blumenauer Zeitung* (ano 44, n. 72, 1925): “Para os brasileiros, os imigrantes alemães e seus descendentes serão sempre alemães, [...] a guerra nos mostrou que o próprio Dr. Lauro Muller é chamado só de alemão.” E, realmente, a denominação “alemão” era sempre utilizada pelos brasileiros nos momentos de crise, para desqualificar os teuto-brasileiros como cidadãos.

Na década de 1930, as relações entre teutos e brasileiros pioram. Contribuiu para isto as atividades do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) nas regiões de colonização alemã. Este apregoava a unidade de todos os alemães, a superioridade da raça e a transformação de todas as pessoas em nacional-socialistas. Em Blumenau, apesar da intensidade das propagandas e atividades em prol das idéias nazistas, muitos teutos, especialmente os da área rural, mantiveram-se afastados do cenário político. Outros, entretanto, como políticos, pequenos comerciantes e industriais, aderiram à causa nazista, defendendo os seus preceitos com ardor, provocando o aumento da exigência de medidas de repreensão mais radicais, por parte do governo.

Em 1937, com o Estado Novo, ocorre o período de nacionalização das áreas de imigração alemã. Em Santa Catarina, o interventor federal, Nereu Ramos, em seus discursos políticos deixava transparecer o ressentimento que tinha em relação aos teutos que dominaram o cenário político catarinense, durante a década de 1920. A nacionalização agressiva e traumática da educação em Santa Catarina registra, não só o cumprimento de uma lei, mas o sentimento de revanche e vingança de ressentidos. O acerto de contas com o passado mostrou-se ser mais importante do que viver plenamente o presente.

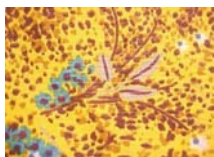
De forma geral, quando os muros que aprisionam o ressentimento são rompidos, atos de vingança e represália jorram e se alastram com furor, provocando dor, sofrimento e novos

ressentimentos. Sentimentos, assim, estão impregnados nas palavras do depoente Dagobert, ao narrar os acontecimentos de como o seu pai teve todos os relatórios, livros, fotos, até as de família, queimadas pelo DOPS, após ser denunciado como nazista, por um desafeto seu que não o perdoou por um fato ocorrido alguns anos antes.

A declaração de guerra à Alemanha pelo Brasil, em 1941, desencadeou um período de medo, intolerância, hostilidade e humilhação aos teuto-brasileiros. O ato de falar o idioma alemão poderia resultar em prisão; lojas foram saqueadas por “brasileiros” que se diziam com direito de confiscar os bens dos “alemães”, seguindo uma prática, também, utilizada pelo governo nacional, que confiscara todo o dinheiro depositado no Banco do Brasil, pelos imigrantes alemães. Expressões como “quinta-coluna” (traidor), “boche”, “alemão batata” eram usadas para designar os teutos. Fáveri (2002, p. 327), ao descrever o período da Segunda Guerra Mundial, no Estado catarinense, destaca o fato de que foi estabelecida “uma rede de intrigas étnicas e de classe, que permitiram os usos do momento para interesses particulares, desforras e desafetos pessoais e políticos”, dando origem a uma outra guerra: a do medo. Foi um tempo de silêncios e espera por dias melhores. Um tempo a “não ser lembrado” por aqueles que o viveram, como os depoentes Johanna, Erika, Dagobert e Lothar.

Todavia, isso não significa que os ressentimentos foram apagados pelo tempo. Em encontros com alguns antigos moradores de Blumenau, deparamo-nos com pessoas ressentidas que ainda sofrem, prisioneiras de suas lembranças. E este sofrimento é percebido nos discursos em que revelam mágoas e, na maioria das vezes, rancor.

O silêncio sobre essa época alimenta a superação dos ressentimentos que se fortalece com o reconhecimento de que a sociedade brasileira é caracterizada por uma pluralidade étnica. Esquecimento e memória, equilibrados, fazem com que as novas gerações descendentes dos imigrantes sintam-se orgulhosas de sua cidade, de sua origem germânica, das lutas e conquistas de seus antepassados. Ainda que os ressentimentos fiquem à espreita, pano de fundo de suas paisagens.



RETALHO 14: WILSON ALVES PESSÔA

Sou de Florianópolis. Nasci no dia 29 de janeiro de 1927. Parte de minha infância foi em São José¹⁰². Depois fui morar em Florianópolis mesmo, onde hoje é o Instituto de Educação. Criei-me lá, onde era o campo de manejo - o famoso campo de manejo do Batalhão - e perto do Instituto Fontes. Antes, o Instituto era ali, onde é a Faculdade de Educação, bem no centro da cidade.

Comecei minha vida escolar no Instituto de Educação, onde fiquei até o 5º ano fundamental. Fiz quatro anos do Primário, depois um de Complementar e, então, entrei no Ginásio. Naquele tempo era chamado de Ginásio. Fui até a 5ª série fundamental¹⁰³. Tirar a 5ª série fundamental dava direito a ingressar no curso Normal. Comecei o Normal e lá fiquei até o final do 2º ano. No ano seguinte, em 1949, me transferi para Blumenau, porque fiz um curso de Educação Física que me dava direito de ser professor. Então, eu quis vir pra cá, para ser professor de Educação Física, no Grupo Escolar Modelo Pedro II, que foi antes a Escola Alemã e que depois da Guerra, passou para o Estado.

O Instituto de Educação Dias Velho era estadual e todos os professores, naquele tempo, eram concursados. Nos meus tempos de aluno do Ginásio e Normal, de Matemática, tudo era estudado. Lembro dos meus professores: o Bosco e o Eduardo, que chamávamos de Eduardinho, cujo sobrenome não lembro mais. Usávamos o livro do Algacyr Munhoz Maeder. Tínhamos que estudar tudo aquilo. Havia um outro livro muito bom, do professor Jacomo Stávale. Eram adotados esses livros e ali a gente seguia o programa. Havia exames e provas mensais. Exames eram três durante o ano em que, ou se tirava a nota para ser aprovado, ou se ia para a 2ª época. Geralmente, eu ia para a 2ª época, porque eu tinha verdadeiro pavor da matemática. Hoje, sou professor de Matemática! Vou lhe dizer o porquê. Eu tinha pavor porque meus professores de Matemática do Instituto eram aqueles *velhos - fogo*. Nós, alunos, tínhamos mais medo do que... Lembro que tinha dificuldade e não gostava da Matemática; tinha verdadeiro pavor. Tanto é que eu tinha uma namorada no Instituto de

¹⁰² Município da Grande Florianópolis.

¹⁰³ Pela Lei n. 19.890 de 1931, conhecida como lei Francisco Campos, o ensino no Brasil ficou dividido em Primário (4 anos), Curso Fundamental (5 anos) e Curso Complementar (2 anos). Essa lei é substituída, em 1942, pela de número 4.244, conhecida como Reforma Capanema, que passa a determinar a seguinte organização do ensino: Primário (4 anos), Ginásio (4 anos) e Colegial (3 anos).

Educação e, às vezes, passavam semanas que eu não conversava com ela, porque tirava nota baixa na matemática e ela era ótima. E o professor dizia pra mim: “Wilson, vai para o quadro”. Eu ia com medo e começava a errar. E ele: “Olha para os teus pés.” Eu olhava. “Vê se estão redondos, seu quadrúpede”, dizia ele. Anos depois, eu contava essa história para os meus alunos, que não queriam acreditar que isso aconteceu.

Aqui em Blumenau tinha uma falta muito grande de professores: não havia professor de Educação Física e nem normalistas. Quem quisesse estudar, além do primário e do Complementar, ou ia para fora, ou ia para o Colégio Santo Antônio, ou para o Colégio Sagrada Família. No Santo Antônio ia para o curso de Contador que era o forte desse Colégio, e no Sagrada Família tinha o Ginásio, sendo que, mais tarde, passou a oferecer o Normal, também. O que existia nas escolas do Estado, naquela época, era um curso chamado Normal Regional. Como esse Normal Regional só dava direito para lecionar nas escolas mais do interior, o Pedro II fundou o curso Normal, em 1948. Antes, o Pedro II só tinha o Primário e o Complementar. Os três primeiros alunos formados por esse curso, em Blumenau, foram as filhas do seu Kilian - um senhor alemão - Orla e Ursel Kilian, e eu.

No dia 15 de dezembro de 1949 me formei normalista, o primeiro de Blumenau. Já formado, continuei dando aula no Grupo Escolar Modelo Pedro II. Na época, o diretor era o Rodolfo Gerlach. Ele já é falecido há muitos anos. Lembro de outros diretores: o professor Wigand Gerhardt, o Joaquim Floriani e o irmão dele, o Valdir Floriani, que foi professor de Matemática, também. Eu trabalhei com o Joaquim muitos anos no Normal: dava aula de Educação Física e Matemática. Isso foi assim. Formei-me em 49 e no outro ano fui contratado como professor de Matemática do curso Normal. Eu tinha experiência no Curso Primário, no Grupo Machado de Assis, onde era professor do 4º ano primário. O Machado de Assis era municipal e um grupo excelente. Dona Elza, a diretora, era respeitada por todos os prefeitos pela atitude firme e correta que tinha como professora e diretora; ela era muito boa. Quem estudava no Machado de Assis passava no Pedro II, passava nos colégios das irmãs e dos padres. No exame de admissão, os melhores alunos eram todos do Machado de Assis. Era um grupo que exigia muito. A Dona Elza dizia aos prefeitos: “Olha, quero aumento para os meus professores, porque eu exijo que eles trabalhem e eles trabalham, então, eu quero!” E eles, em respeito a ela, davam.

Não tirei nenhum curso de Matemática, ou seja, habilitação para Matemática, eu não tinha. Todavia, eu havia feito cursos em Florianópolis, com o professor Bosco, que me davam condições de ser professor de Matemática e como o Estado não tinha muitos professores... O

Floriani me contratava, porque eu tinha facilidade na Matemática, em lidar com os alunos e tinha esses cursos. Anos mais tarde, fui fazer faculdade de Matemática, aqui em Blumenau, mas logo desisti. Por quê? Porque eu não tinha tempo para estudar e eu disse o seguinte: “Se é para eu me formar mal, não quero.” Então eu fui fazer faculdade de Educação Física, porque eu já tinha curso de habilitação em Florianópolis.

Quem vê o professor Wilson hoje, como professor de Matemática, não acredita. Eu tinha verdadeiro pavor da Matemática. Perdi o medo aqui, com o Joaquim Floriani, que foi o professor do terceiro ano do Normal. Como? Um dia, eu disse a ele: “Professor Floriani, eu estudo matemática, mas não consigo nota.” E ele, naquele seu jeito gozador - ele era muito meu amigo - respondeu: “Tu burro, tu não sabes estudar matemática. Tu tens que ser sem vergonha na matemática. Tens que dizer o que não entendesse e onde não entendesse, tens que dizer e tens que ser sem vergonha. Seja sem vergonha. Na hora que entrares na sala de aula, deixa a vergonha lá fora.” E isso abriu a minha visão. Eu comecei a perguntar, comecei a fazer bastante exercício e ele sempre dizia pra mim “Olha, tarefa não é castigo; tarefa é treinamento. Você, pra ser atleta, tem que treinar. Para bater à máquina tem que treinar. Pra fazer isso, tem que treinar. Tudo na vida tem que treinar e, tarefa não é castigo.” E pra mim, tarefa era castigo. Era! Depois mudou, abriu. Antes era como se fosse um céu escuro, e então, de repente, abriu aquele horizonte na matemática. Comecei a gostar. Antes tinha verdadeiro pavor e hoje tenho loucura pela matemática. Interessante! Embora não saiba muita coisa, reconheço que aprendi muito com o Floriani. Graças a ele gosto tanto da Matemática. Tanto é que ele não queria outro professor de Matemática no Normal. Eu não era especializado, não tinha curso e ele dizia “Não, no Normal é o Wilson. Ele é o professor que eu preciso.” O Brancher perdeu a vaga para mim. Ele tinha direito, porque tinha C.A.D.E.S.¹⁰⁴ em Matemática, mas o Floriani dizia “Não, eu quero o Wilson.” Eu tinha muita prática, muita didática e, com isso, ele não deixava que ninguém me tirasse. O próprio Valdir Floriani perdeu pra mim. Crânio de Matemática! Perdeu, porque o Floriani não deixava ninguém me tirar do Normal.

Fiquei dando aula de 49 a 93. Lecionava a semana toda, no Normal e no Ginásio: Educação Física e Matemática. No Ginásio dei Matemática, também, principalmente, na

¹⁰⁴A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (C.A.D.E.S.) foi criada pelo Decreto n. 34.638, em 14 de novembro de 1953. Tinha por objetivo difundir e elevar o nível do ensino secundário. Um estudo sobre a CADES encontra-se em BARALDI, I. **Retraços da Educação Matemática na região de Bauru (SP): uma história em construção**. 2003. 288 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro.

na famosa primeira série ginásial. Os programas da quarta série do primário e do primeiro ano do ginásio eram iguais. Eu tinha muita prática. Era adotado livro, mas eu pouco o utilizava; preferia usar muito a prática que tinha. Nós fazíamos o exame de admissão no Pedro II, também. Eu participava da elaboração das provas, das bancas, de tudo.

O que se ensinava era a matemática tradicional. As quatro operações e a geometria, que eu não gosto até hoje. Acho que aprendi mal a geometria e não gosto. Hoje a minha nora, a Vera Koch, que é professora de Matemática, é excelente na geometria. Quando tenho dúvidas, pergunto para ela. Ela sempre me diz: “Meu sogro, o senhor não aprendeu a geometria direito; a geometria é linda. Com a geometria, ensino tudo para os meus alunos”. Ela é muito boa professora e tem muita didática, também. Bem, então eram ensinadas as quatro operações, as frações. Nas frações, usava chocolate. No final da aula, dizia para eles: “Eu dou um pedacinho pra vocês, mas eu quero a parte maior. O pedaço maior é meu.” Ah, ah! Então, com isso, fazia o aluno gostar da coisa. Medidas, sistema métrico decimal e álgebra, mas só no ginásio. No Normal, não ensinava álgebra nunca. Lá era a matemática aplicada ao primário com toda a didática de como ensinar; eu mostrava para elas como se fazia, como se dava aulas, tudo. No ginásio, trabalhei com o 1º e o 2º ano, sempre e depois, também com a 7ª série, mas, com a 8ª, foi muito pouco, porque não gostava da geometria. Não que eu não conhecesse; conhecia, mas não era interessado. Gostava demais da álgebra, porque nela a gente enxerga as coisas. Ela é aplicada. Nunca aprendi direito a Geometria, então, não gostava. É, foi falha, foi falha pra mim e aí me especializei na álgebra.

Quanto ao material didático nas escolas do Estado, naquele tempo, o professor é que se virava. Eu gostava de Matemática, então comprava livros de Matemática, jogos, e confeccionava os materiais. Eu me dedicava mesmo. Os alunos tinham que trazer todo começo de ano, os livros que a escola adotava. Mas eu, durante a minha vida, comprava sempre livros nos lugares que ia, procurava livros sobre matemática divertida, sobre isso, sobre aquilo. Eu usava muito nas minhas aulas de Matemática, tantos minutos para a matemática divertida. O aluno se esforçava e dizia pra mim: “Professor, hoje vai ter uma matemática divertida?” Eu fazia aquelas brincadeiras do Malba Tahan. Desse modo, angariava a simpatia dos alunos. Sabe, enquanto lecionava matemática, colecionei papel-moeda do mundo todo. Quando ensinava câmbio, mostrava meu álbum com essas moedas para os alunos. Eles diziam: “Professor, sobre o que será a aula de hoje?” “Ah, hoje será sobre câmbio.” “Então o senhor vai mostrar o álbum?” “Vou.” E era aquela festa! Eles gostavam disso, e então, eu conseguia com muita, muita habilidade, prender a atenção do aluno e fazê-lo gostar da matemática. A

minha luta era para que o aluno gostasse da matemática, porque eu, enquanto aluno, não gostava, tinha verdadeiro pavor. E eu contava isso para os meus alunos.

Durante o período em que dei aula mudou muita coisa, principalmente a didática. Ficou mais acessível para o aluno, porque é melhor orientado. Quando comecei a lecionar, havia cursos especiais para os professores. Eles ocorriam durante o ano e eram dados por professores que vinham de Florianópolis. Eram na própria escola e com eles a gente melhorava muito didaticamente falando. Geralmente, os cursos eram em período diverso ao das aulas. Os diretores conciliavam os horários para que não se perdesse aula. E eu sempre, na minha vida de professor, fui um anti-grevista. Eu sempre dizia: “O aluno tem que ter aula; preciso dar aula e não fazer política.” Eu sempre fui um anti-grevista. Depois, esses cursos terminaram, não ocorreram mais. Uma pena! O professor só tinha formação atualizada, se tivesse interesse próprio.

Lembro também do inspetor geral de ensino, que era o professor Trindade. Ele verificava quais eram os professores que teriam que vir por concurso, que eram feitos em Florianópolis. Ainda hoje, existe essa carreira. Havia toda uma orientação de Florianópolis na formação das escolas. E havia, ainda, os inspetores escolares: locais e de Florianópolis. Esses últimos, às vezes, eram da Secretaria de Educação. Eles é que vinham fazer toda a instalação nas escolas: traziam os professores, os atos daqueles que iriam lecionar, tudo isso.

A estrutura física do Pedro II era excelente. Era lá no prédio do alto do morro. Antes, lá era a Escola Alemã. É bem antigo ali. No pátio tem um pau-brasil bem grande, mas quando cheguei, em 48, ele era bem pequeno. Até tirei uma fotografia na frente dele. Tinha de tudo: sala de desenho, sala de piano, onde o Maestro Geyer, o famoso Maestro Geyer, dava aula de piano. Em Florianópolis, eu fazia teatro. Um dia, cheguei para o maestro e disse assim: “Maestro, toca *O Pescador* que vou cantar no palco”. Eu comecei a cantar e ele me deu nota 9 ou 10! Eu não sabia nada de música e a minha voz era horrível! Ele ficou encantado com a minha maneira de ser, sabe? Lá no Ginástico¹⁰⁵ fazíamos Educação Física. Tinha equipamentos de ginástica, mas, durante a Guerra, o exército tomou vários e ficamos sem muitos aparelhos. Sei que foi o exército que tomou. Isso foi naquela época em que tudo que era dos alemães, foi tomado e dado fim. Daquele período, não se falava mais. Só se sabia por

¹⁰⁵ Ficou conhecida por “Ginástico” a sede da antiga Associação Ginástica Blumenau, erguida em 1924. A Associação foi fundada em 1873 e tinha por “finalidade o preparo físico da mocidade por meio de exercícios de ginástica, atletismo e jogos esportivos, proporcionando, também aos seus sócios reuniões recreativas, excursões e outras diversões.” A Escola Nova Alemã usava as dependências do clube para o desenvolvimento das aulas de Educação Física.

alguns professores que ali ocorreram competições. Nas nossas aulas de educação física ainda tinham aqueles ferros que a gente subia e fazia exercícios de ginástica que foram trazidos da Alemanha, que era muito evoluída. Professores alemães não existiam mais. Nenhum. Foi tudo eliminado.

Tanto no Pedro II, como nas outras escolas, tinha as associações de pais e professores que sustentavam muitas coisas que o colégio precisava. Existia a sopa que era servida aos alunos. E eu era encarregado, como professor de Educação Física, da sopa escolar. É porque eu era muito comunicativo e sempre estabelecia contato com os pais e com os outros professores a fim de conseguir ingredientes para a sopa, já que não tinha merenda escolar. Aquela sopa era a comida de muita gente. Inclusive, eu posso citar uma coisa: o Doutor Maurici era muito pobre, e o alimento dele era a sopa. Ele sofria muito de bronquite asmática e eu dava aula de Educação Física. Dizia: “Maurici, senta lá, porque você não pode.” E ele: “Mas, professor, eu queria fazer.” Era um aluno ótimo, excelente e, anos mais tarde, foi meu professor na faculdade de Educação Física. Na primeira aula, ele olhou para mim e disse: “Professor, o senhor aqui?” “Vim estudar”, respondi. “Que bom, professor. Tempo bom o nosso no Pedro II, não?” Aí eu crescia!

Na década de 50, no Pedro II, os professores eram de outros municípios, como Rio dos Cedros, Florianópolis, de onde veio o Orlando e eu. O Orlando de Melo foi professor de Didática e veio para Blumenau, como inspetor escolar. Depois, ele começou a lecionar e ficou como professor de Metodologia, no curso Normal. Orlando também foi aluno do Instituto de Educação, mas formou-se muito antes de mim. Eu o conhecia lá de Florianópolis, porque morávamos bem perto. Éramos vizinhos.

As três escolas que tinham ginásio eram essas: Pedro II, Sagrada Família e o Santo Antônio. Depois é que foi criado, lá no Garcia, o Colégio Celso Ramos. Quando me efetivei no Estado, em 1950, através de um concurso estadual, eu constava como professor, no Celso Ramos. Podia escolher qualquer escola do Estado e eu escolhi o Celso Ramos. Eu era efetivo lá, mas, na verdade, eu lecionava no Pedro II; nunca apareci no Celso Ramos. Era só pra constar que eu tinha uma vaga.

A comunidade do Grupo Pedro II era ótima. A gente era professor no sentido da palavra, quer dizer, gostava. Era professor não para ganhar dinheiro, mas porque gostava de ensinar, a gente tinha verdadeira... Os pais dos alunos eram amigos dos professores: procuravam a gente. Eu tenho casos em que amigos meus diziam: “Vem cá, o que tu fazes com a minha filha? Eu não consigo nada com ela e tu consegues tudo?” E eu dizia pra ele:

“Olha, é que eu sou amigo e eu uso amor.” Esses contatos eram fora da escola e na escola também, porque havia as famosas reuniões. Nelas, os professores se reuniam com os pais para falar sobre cada aluno, sobre o que o aluno queria, o que ele precisava, como eles deviam agir, tudo isso. O colégio era muito bem visto pela comunidade. O ponto de convergência para o aprendizado era o Pedro II. Todo mundo gostava dele. Chegou uma época em que o Pedro II tinha 10.000 alunos, acredita nisso? O Floriani ficou doido: fez quatro turnos. Tinha alunos de vários lugares, de longe! Vinham de Florianópolis, vinham de todo nosso interior, de outros municípios, êh! Muita gente. Depois foram criados outros colégios e aí, diminuiu o número de alunos do Pedro II. Lembro-me de uma aluna do Pedro II: a Vera Fischer. Eu conheci a Vera Fischer, menina ainda. Linda de morrer. Eu era auxiliar de disciplina da direção. O Floriani me botava pra tudo! Porque sabia que eu era uma pessoa que gostava do Pedro II. Mais tarde, passou a ter o Científico, é. Depois veio aquela época que tinham cursos profissionalizantes. Mas o Pedro II era famoso pelo Normal e pelo Científico. Assim como o colégio dos padres era pelo Contador.

Imagina o esporte e as fanfarras no dia sete de setembro. Eu fui um grande fundador de fanfarras, aqui em Blumenau. Todo colégio em que fui professor, criei fanfarras: na Escola Municipal Machado de Assis, no Colégio Pedro II e no CIS (Centro de Integração Social), onde lecionei depois. No Pedro II tem uma fanfarra com o meu nome, em homenagem a mim e aos meus filhos que também estudaram e tocaram na fanfarra. Tirar a fanfarra de mim, era um castigo. Meu pai dizia: “Se tirar nota baixa em Matemática, não vai tocar na fanfarra”. Por isso, era um castigo. Eu ia à casa de colegas que sabiam matemática para estudar, a fim de melhorar as notas para não perder o lugar na fanfarra.

Vou lhe dizer uma coisa: como espírita que sou, acredito na reencarnação e peço a Deus que me deixe voltar como professor, porque com os alunos, aprendi a ser gente e a valorizar as coisas. Então, se eu puder voltar e ser professor, é isso que eu quero. E quero que outros Joaquims Floriani apareçam. Ele marcou uma geração em Blumenau, principalmente a da Vera Fischer, que era proibida de usar mini – saia. Era assim, perna bonita e então, usava mini-saia. Dizia para ela: “Olha, eu gosto muito, mas o Floriani não quer. Baixa a bainha dessa saia.” Ah, ah! O Floriani marcou época, porque fazia os alunos cortarem o cabelo e dizia: “Quem não cortar o cabelo, não vai assistir aula”. Ele era rígido, mas agia com muita, muita energia e amor. É a famosa energia com amor, que tem valor na formação.

Tenho muitas fotos das excursões que eu organizava com a turma do Normal. Essas excursões não eram somente pra se divertir; eram para se ensinar, aprender. Eu dizia:

“Vamos primeiro ver o exterior. Depois, nós vamos ver o Brasil, para ver a diferença entre o exterior e o Brasil”. Então fazia, organizava com elas e com os pais. Na verdade, já trabalhava com pesquisa: Assunção, Montevideú, Punta del Leste. Ensinava o que era câmbio e elas tinham que trocar moedas. Hoje, elas são senhoras que têm filhos na faculdade e dizem: “Meu Deus, aquilo que nós aprendemos naquela viagem nunca mais esqueci.” Passeios sim, mas com a finalidade de conhecer e de aprender, e não para se divertir somente. Para pagar essas viagens, eu tinha métodos. Eu organizava pagamentos mensais, mensalidades. Fazíamos festinhas e tinha a caixa da excursão que era controlada por um pai. Os pais sempre participavam. Muitos deles diziam: “Se o professor Wilson vai, eu deixo ir.” A turma de formandos é que viajava. No primeiro ano do Normal, já começava a se organizar a excursão. Primeiro havia uma reunião com os pais, onde se mostrava o plano de excursão, a maneira de se obter recursos e, eles, então, aprovavam. Eles sempre estavam juntos para fazer aquilo. No fim, no último ano, fazíamos uma rifa que era para o caixa, pra gastar na viagem. Eu já era casado, e minha mulher dizia: “Meu Deus, tu vais com essas meninas? Tu vais com todas essas meninas pra lá, meu Deus! Tu não tens medo?” “Não! Eu vou!”, respondia. Era muita responsabilidade, mas olha, eu tinha mais amor nelas do que nos meus próprios filhos. Eu as defendia como se fossem minhas filhas e não permitia que ninguém fizesse alguma coisa com elas. Elas eram sempre especiais. Tinham verdadeiro amor por mim.

Dessa época tenho várias coisas guardadas. Tem cadernos nos quais eu fazia os alunos assinarem, dar opiniões. Ih, fotografias? Tem demais; tá tudo em caixas ou aqui, na



Fig. 15: Foto do Sr. Wilson Alves Pessôa (de terno escuro) e grupo de professores da Escola Normal Pedro II - 1949.

parede. Olha, tem uma aqui muito interessante: o Pedro II, quando eu vim para Blumenau. Nesta outra, estão a Dona Branca (1), que era professora do 1º ano primário, a Miriam

Kaestner (2), a dona Íris Fadel (3), que foi diretora do Grupo Honório Miranda, em Gaspar, e também, minha diretora no Pedro II, eu (4), o Professor Sales (5) e o Sr. Rodolfo Gerlach (6). Essa foto é maravilhosa. Tenho até uma foto recebendo o título de “Cidadão Blumenauense”, porque fui vereador aqui, em Blumenau, no tempo em que não se ganhava um tostão, não se ganhava nada. Foi em 1974. O prefeito era o Félix Theiss.

Depois de aposentado, com o passar do tempo, fui me afastando do Pedro II. Lá, tive muitos colegas professores de Matemática: o Joaquim Floriani, o Valdir Floriani, o Wigand Gerlhardt, o Victor Gerlhardt, que foi meu aluno e depois professor, o Alfredo Petters, era chamado de índio e dava aula no Santo Antônio, também; o Orlando Gomes, que foi professor da FURB, a Noêmia Simas, minha colega durante muitos anos, o Francisco Canola, a dona Elsa Tachentin, diretora e ótima professora. Essa mulher foi quem ensinou a gente a não usar máquina de calcular, porque tudo era na memória. Tudo era feito mentalmente e sempre se tirava a prova dos nove. A gente sabia como a palma da mão. Eu ganhei dos meus filhos uma máquina de calcular excelente. Estragou, porque eu nunca usei. Não sei usar! Tudo era cálculo mental. Porque existia a imposição no programa de Matemática, que se fizesse de 5 a 10 minutos de cálculo mental por dia.

Quanto a parte econômica, olha, graças a Deus, estou bem de vida. Não ganhei dinheiro, mas sou milionário em amizades! O Estado sempre pagou mal, sempre pagou mal, por isso aquelas constantes greves que existiam e que eu era contra. No início da carreira, eu ganhava bem. Podia comprar muitas roupas, vivia em festas, fazia passeios e também cursos no exterior de Educação Física. Podia sempre. Dava, porque eu não bebia, não jogava, não fumava, como até hoje não fumo. Com o passar dos anos, foi piorando cada vez mais. Mas eu não pensava no dinheiro; pensava naquilo que eu estava fazendo com amor. Tanto é que o meu lema no Magistério é “*Maxima debetur puero reverentia*”, ou seja, o máximo respeito pelo aluno. Para mim, o aluno era tudo.



RETALHO 15: JOSÉ VALDIR FLORIANI

Meu nome é José Valdir Floriani. Nasci em Rio dos Cedros, como se chama atualmente. Antigamente era Encruzilhada e pertencia ao município de Timbó. Nasci em 37. Meu irmão, Joaquim, que também era professor, nasceu em 20 e, em 20, ainda era Blumenau¹⁰⁶. Era colônia italiana. Havia alguns alemães no meio. Os italianos se estabeleceram mais para cima de Timbó, na região dos morros. Inclusive, uma curiosidade: meu pai explicava que os italianos quiseram os morros, porque na Itália as terras boas estavam nos morros, e na Alemanha, as terras boas eram as planícies. Daí, que no Brasil, os alemães se estabeleceram nas planícies, e os italianos nos morros.

Iniciei minha vida escolar em 45, em Rio dos Cedros. Não tinha sala de aula. Tínhamos aula na Cooperativa, onde se secava fumo. As aulas eram debaixo do fumo. Nunca alguém nos disse que iríamos ficar doentes por causa disso; nem sei se alguém ficou. A escola era pública, ou melhor, reunida¹⁰⁷. Naquele ano estudei na primeira série, que era separada das outras turmas; a terceira e a quarta ou segunda e quarta tinham aulas juntas, ao mesmo tempo. Mas lá, fiz só a primeira série, quando fui alfabetizado.

Falávamos o português. Eram duas professoras: a Úrsula e a Teca. Essa última era alemã. Naquela época, elas estavam estudando para serem freiras. Eram duas postulantes. Elas não eram da comunidade, pois a congregação não deixava que as postulantes atuassem na própria comunidade. Eram todas deslocadas.

No ano seguinte, em 46, foi inaugurado um grupo escolar que já tinha as salas independentes. Devíamos ser uns 40, acho. As disciplinas, no 2º ano, eram: linguagem, matemática, uma porção de coisas. Fizemos, depois, o 3º ano que foi muito bom, pois tínhamos uma professora com muita experiência, a Ida Menegueli.

Em 48, comecei a 4ª série, mas não a conclui, porque fui para o seminário, em Ascurra onde prestei exame. Disseram que eu tinha condições de começar o curso de

¹⁰⁶ Timbó, até 1934, era distrito do município de Blumenau. Com o desmembramento de Blumenau, Timbó é elevado à categoria de município em 25 de março desse mesmo ano.

¹⁰⁷ As escolas reunidas eram estabelecimentos escolares criados na zona rural dos municípios de Santa Catarina que ofereciam somente o curso primário. O prédio escolar era composto de duas salas onde atuavam duas professoras, cada qual com duas séries de ensino, concomitantemente.

Admissão¹⁰⁸, que correspondia ao primeiro ano de seminário. Tínhamos Português, Matemática, História, Geografia, Latim, mas não tínhamos Ciências. Acho que não era obrigatório, ainda, o seu ensino. Eram as cinco matérias do primeiro ano de seminário.

Já no 2º ano, havia Grego, Latim e Francês. Eram os três idiomas. Continuava Matemática, História, Geografia, sendo que, naquela época, Geografia Geral e Geografia do Brasil, eram disciplinas diferentes, assim como História Geral e História do Brasil. E, entrava Ciências. Na terceira série: Latim, Grego, Francês, Italiano, Inglês, Matemática, Ciências, Português, História, Geografia, Desenho, Canto Orfeônico, e ainda, havia Trabalhos Manuais que era, imagine, trabalhar na roça. Tínhamos aula de manhã e à tarde.

Trabalhava-se o corpo, o espírito e a mente. O recreio era muito movimentado. Só era proibido jogar futebol. Tínhamos o que se chamava de brinquedo geral. Toda a turma era envolvida. Eram jogos que eles inventavam. Todo mundo tinha que correr, brincar, pular... Ninguém podia ficar sentado e nem conversar em rodinha. Todo mundo era obrigado a circular.

A sala era tradicional. Sala Tradicional! As salas eram como as de hoje. Os alunos voltados para o quadro, o professor tinha uma mesa para sentar e ela não era nem mais alta e nem mais baixa do que as dos alunos. Algumas mesas tinham estrado, porque alguns professores eram baixinhos. Mas não porque fosse para impor respeito. As aulas eram normais. Esse negócio de tradicional e progressista surgiu naquela campanha que foi comandada pelos internacionais russos, o nosso Partido Comunista. Eles queriam desestabilizar todo o ensino e qual é a melhor forma que existe para se obter isso? É só dizer que é um progressista, e então, inventaram a palavra tradicional. De repente, ser tradicional tornou-se uma carga muito negativa, quando não existe essa carga negativa. Nós lá tínhamos canto! Eu toquei piano durante cinco anos, porque quis. Outros colegas tocavam instrumentos da “banda”. Tínhamos teatro, sendo que nos apresentávamos pelo menos uma vez por mês. Tínhamos uma vez por mês concurso de oratória.

Sistema internato, sim. Católico, é claro. Padres salesianos. Os salesianos estavam na frente na área educacional. Tanto assim é que eles tinham um tal "sistema preventivo", muito diferente do sistema tradicionalista jesuíta. Hoje em dia, ele ainda é estudado, pois estava muito adiantado para a época, já que tinha como base o trabalhar com o diálogo, com a

¹⁰⁸ O curso de Admissão ao qual o depoente faz referência, constituía-se de ano escolar extra, oferecido aos alunos que não conseguiam aprovação no Exame de Admissão, que eram provas realizadas para o ingresso no Ensino Secundário. Esses exames tornaram-se nacionais em 1931 (Reforma Francisco Campos) e foram extintos com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971.

amizade. Era proibido dar castigo físico. O castigo existia: era fazer cópia; na hora do recreio, ser obrigado a ficar encostado em uma coluna, sem poder brincar; ser suspenso, por exemplo, de um brinquedo. Mas, castigo físico, bater... nunca! Uma vez um professor deu um tapa num aluno. Meu Deus do céu! Foi um escândalo nunca visto! O sistema preventivo não tinha nada de tradicional. O que Dom Bosco dizia, era: “Ou religião, ou bastão!” Ou seja, ou se ensina a pessoa para se autocomportar, porque, certamente, existe um Deus que poderia punir nesta ou na outra vida. Que são os progressistas? O que fazem os progressistas? Não crêem em Deus, não crêem em nada; a não ser no partido. Se for contra o partido, é ruim. Pode olhar o PT. Se alguém for dissidente, é expulso. Acabou! A punição existe, na mesma hora. Isto é muito pior... Lá não existia isso. Lá se tentava o diálogo, a recuperação.

Em Matemática sempre fui ruim; nunca fui bom aluno. Nem deveria ser professor de Matemática. É a matéria que mais detestei na minha vida. Lembro-me que, na 3ª série do primário, não entendia a soma de frações. Meu Deus, não conseguia entender o que era aquilo! Na 5ª série, que seria o 1º ano de seminário, eu passei com nota 5,0; passei na "estica". No 2º ano de seminário, também foi na estica; no 3º também. Quando cheguei na 4ª série - que seria o 5º do seminário - nós íamos sair daquele colégio. Então, todos os alunos iriam receber uma reprovação para ter de estudar durante as férias. Eu tinha sido destinado para reprovar em Matemática. Mas o professor de desenho e canto, que também cuidava do teatro - e eu fazia teatro - disse-me: "Olha, você foi escalado para ser reprovado em Matemática". O que fiz? Decorei o livro do Jacomo Stávale, todinho. Tanto é que na prova oral, um professor fez uma pergunta e como eu não lembrava mais, disse pra ele o seguinte: “Por acaso não tem uma figura assim aí nessa página?” Ele disse: “Exatamente. Tem essa figura”. Então, eu disse a página inteirinha. Tanto assim que os outros dois examinadores pararam e ficaram observando. E, pior ainda, me deram dez na prova. Não foram capazes de perceber que... Para eles, decorar era ótimo; eu sabia tudo de cor. Lembro ainda que uma vez fui advertido pelo professor, quando estava demonstrando um teorema e não me lembrava mais. Eu sabia que somava, subtraía, não sei o quê. Então disse: “Fazendo força para chegar a tese, façamos o seguinte”. Fui advertido, porque isto não existe na Matemática, não se faz força; é uma questão de raciocínio lógico.

Estávamos vivendo a época em que se admitia tranquilamente a teoria psicológica da cópia. Psicologicamente, havia a teoria que dizia que nós aprendemos imitando os outros.

Quem fala sobre isso, muito bem, é o Aebli no seu livro *Prática de Ensino*¹⁰⁹. No primeiro capítulo, ele dá uma revisão de todas as teorias que existiam na época, tanto as psicológicas como as de conhecimento, que mostram por que se agia daquela forma. Ele aproveita as teorias de aprendizagem que decorrem da psicologia e da epistemologia, as idéias de Piaget. Ele fez a sua tese de doutorado em cima dessa comparação. O trabalho dele não tem nada de tradicional. Simplesmente, estava-se seguindo uma teoria psicológica. Hoje em dia, está em voga Vygotsky, que tem pouco a ver com as teorias psicológicas de aprendizagem. Estão inventando... Querendo aplicar esse cara em sala de aula, quando ele pouco pensou em sala de aula. E isso é que está ajudando nesse fracasso, com os alunos sabendo cada vez menos. Não há mais nenhuma teoria psicológica que sustente a prática, isto é, os professores não dominam mais nenhuma teoria psicológica. E isto é um problema muito sério que estamos vivendo. Cada um que entra nas secretarias, municipais ou estaduais, põe o que eles acham que deve ser posto. Atualmente, aqui em Blumenau, temos Vygotsky. Por quê? Talvez porque alguém fez algum doutorado, viu alguma coisa de Vygotsky, que tem pouco a dizer a respeito de ensino, e acha que isso pode ser aplicado. O mesmo erro foi cometido com Piaget, que não pesquisou a sala de aula. Alguém pega lá, começa a estudar uma teoria e quer aplicá-la em sala de aula. É evidente que surgem erros. Esse me parece ser um problema muito sério. Naquela época, todos os professores conheciam a teoria da aprendizagem, da memória. Tanto é que eles diziam que a memória podia ser desenvolvida. E é por isso que tínhamos aula de canto em que éramos obrigados a decorar não só as letras das músicas, mas a altura dos sons, as escalas musicais. Decorávamos poesia. Uma vez por mês havia a tal da “academia” em que se declamavam poesias. Lembro-me de alguém declamando Navio Negreiro. É claro que havia alguém atrás que ajudava caso falhasse. Mas, se falhava, era descontado da nota de Língua Portuguesa, e a justificativa era que a gente deveria decorar. Inclusive o latim, o grego, o francês, a gente devia decorar todas as palavras, porque isso ia desenvolver cada vez mais a memória.

Bem, nesse período de estudo, sempre foram adotados livros de Matemática. Lá no primário, não. Tínhamos somente a cartilha. Não me lembro se nela tinha alguma coisa de Matemática. Acho que não. Mas, quando cheguei ao Seminário, no Admissão, foi adotado livro de Matemática. Na verdade, era um livro só com Português, História, Geografia e Matemática, as quatro disciplinas básicas. Não lembro o autor. Lembro que eu tinha muita

¹⁰⁹AEBLI, H. **Prática de Ensino**: formas fundamentais de ensino elementar, médio e superior - uma contribuição para a fundamentação psicológica dos métodos de ensino. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

dificuldade em acompanhar a Matemática, não entendia. E o professor do Admissão era bom, não era ruim, não. Não sei a que devia essa dificuldade. Eu não entendia. Simplesmente não entendia. Eu tenho certas dificuldades até hoje.

Lembro-me que comecei a dar aula de matemática quando tinha 18 anos, lá em Rio do Sul, no curso de Admissão ao Ginásio. Início mesmo foi aos 17, mas no primário. Isso foi em 54: dia primeiro de março foi a data em que entrei pela primeira vez na sala de aula como professor. Já tinha saído do seminário, onde fiquei seis anos, de 48 a 53, antes de ir para a Universidade. Eu ia fazer faculdade. Se, por acaso, eu tivesse continuado na carreira clerical, voluntariamente, ocorreria o seguinte: eu tinha sido destinado para fazer línguas anglo-germânicas porque, além de estudar italiano, espanhol, francês, inglês, grego e latim, eu me interessei por alemão. Então, eles acharam (os padres) que eu era um dos poucos que deveria fazer línguas anglo-germânicas, porque me interessava por isso. Mas nunca me dei bem em inglês, nunca! Também é outra matéria em que nunca me dei bem. Matemática, longe de mim. Português, sim, eu ia bem!

Por que eu comecei a dar aula de Matemática? Por uma coisa bem simples. Eu comecei a dar aula em Rio do Sul, no 2º ano do primário. Depois, no ano seguinte, de tarde, fiquei com o 3º primário, e nas férias me mandaram dar aula para o Exame de Admissão. Lá me deram, não sei porque cargas d'água, não... espera aí... Estou enganado, não foi nesse ano. Fui dar aula no Admissão, nas disciplinas de Português e Geografia, e o outro professor tinha História e Matemática. No ano seguinte, peguei a 4ª série e acho que aí sim, o professor que dava Matemática não quis mais. Fui mandado para lecionar Matemática. Lembro-me muito bem que, no livro-texto, tinha um problema desta forma: um objeto custa 18 cruzeiros. O outro objeto custa um terço. Quanto custa o outro objeto? Mais ou menos, levei um dia para entender o problema. Sabia que se fazia 18 dividido por 3, cujo resultado dava 6. Mas, o porquê de se fazer isso, eu não entendia. Um outro professor tentou me explicar, mas eu tive uma dificuldade maluca de entender como se fazia aquilo.

Sou exemplo de um caso interessante: uma pessoa que nunca gostou de Matemática se tornar professor de Matemática. Inclusive eu escrevi ao meu professor de Matemática, no Seminário, Padre Francisco Costa, já falecido. Sabe, ele era muito bom em Matemática; tinha uma paciência de Jó. Nunca me disse nada. Se eu não sabia, me dizia: “Zé, vai estudar! Venha lá de tarde.” Nós tínhamos aula de estudo – nossa aula tradicional – quando todos os professores ficavam lá para ajudar os alunos. Isso era aula tradicional! Não é como hoje em dia, com o método progressista! Se você tivesse dificuldade, em vez de monitor, você tinha o

próprio professor. Ele dizia: “Zé, vem lá. Eu te explico de novo, só pra ti” E eu ia, é claro, e ia vencendo as dificuldades. Mas eu não entendia, não sei o porquê.

Quando comecei a dar aula de Matemática, escrevi para o padre Francisco. Ele respondeu-me dizendo que isto acontecia muitas vezes. Alguém, quando aluno, não entendia bem a matéria, mas depois, ia lecionar aquela mesma matéria. Na opinião dele, isso era normal.

Naquela época existia o que o Fernando Henrique estabeleceu, um salário mínimo para todos os professores do Brasil, do Fundo de Valorização do Ensino Médio. Então, digamos, se a aula valesse 25 centavos e nós ganhássemos apenas 20, no final do ano, vinha a complementação. Os cinco centavos por aula eram mandados pelo Governo Federal para complementar o pagamento. E vinha para o diretor. O colégio de Rio de Sul estava em construção, ampliação, e também, a igreja paroquial. O diretor se apropriou daquele dinheiro e não pagou aos professores. A história é essa. Aí, um colega meu foi a Florianópolis para saber o que estava acontecendo, já que o dinheiro não tinha vindo. Ele falou com o representante do MEC, conhecido como Tavinho, que era muito sério: “Não veio o dinheiro do Fundo Médio?” “Veio, sim”, respondeu o Tavinho, mostrando uma folha. “Está aqui, vocês assinaram que receberam”. Então, tal colega, que era leigo, disse: “Mas, espera aí. Essa assinatura não é minha. Isso é falsificado”. Então, ele pediu a do irmão dele, que também dava aula lá. “Essa assinatura não é dele”, disse. Pediu para ver a minha. Não, não era, com certeza. Ele foi passando e disse: “Olha, esse padre que dá Ciências, é vigário em Massaranduba. Ele não pode ir a Rio do Sul toda a semana dar aulas de Ciências. Naquela época, imagina!... Essa irmã aqui, ela realmente esteve em Rio do Sul, há 4 ou 5 anos atrás. Ela está agora em São Paulo. E esse aqui, de Português, esse não. Ele esteve em Rio do Sul, mas morreu há 2 ou 3 anos. Esse outro aqui, também não; ele está morto”. O representante do MEC ficou furioso, chamou o diretor e disse: “Eu sei que vocês fazem jogos de títulos, pois a lei exige títulos. Sei que colocam professores bons, mas, agora, ficar com o dinheiro, falsificar assinatura, colocar gente morta, gente que não existe, prejudicar os que estão aí, não! Isto eu não aceito. O seu colégio tem primário, ginásio, científico e contador. Ou o senhor acerta a titulação até chegar a, pelo menos, 70% dos professores, e eu vou acompanhar diretamente, ou eu fecho o colégio!”

Com 21 anos se podia fazer o curso que, naquela época, era a C.A.D.E.S: Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Quem comandava esse curso era o Gildasio Amado, de quem hoje em dia não se fala mais. No entanto, se você procurar por uma

revista chamada *Atualidades Pedagógicas*¹¹⁰, editada pelo MEC, verificará que ela procurava trazer realmente as últimas novidades pedagógicas para o professor.

Bem, então havia essa Campanha que correspondia à licenciatura curta. Você fazia em janeiro e fevereiro 10 horas de aulas por dia para completar 600 horas. No fim deste tempo, você podia prestar o exame. O conteúdo era da matéria que você ia lecionar depois. Se você fosse lecionar no ginásio, estudava a matéria correspondente e, ainda mais, didática geral e a didática especial da disciplina.

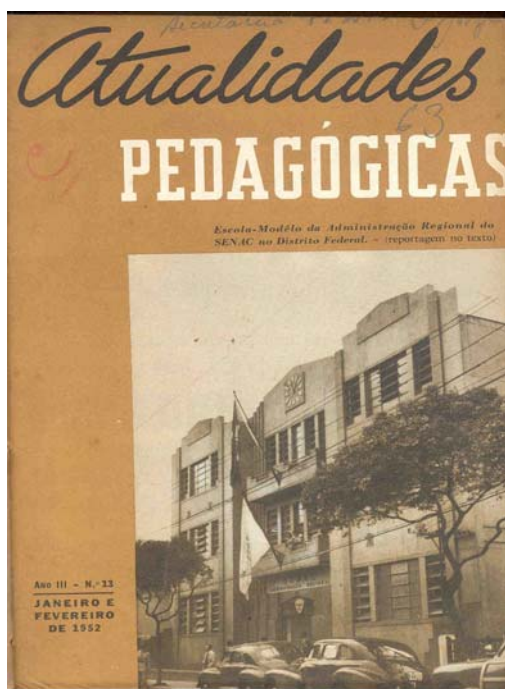


Fig. 16: Capa da revista *Atualidades Pedagógicas*. Ano III – nº 23, Janeiro e Fevereiro de 1952.

Como eu ia completar 21 anos em 58, me preparei para Geografia, pois estava lecionando Geografia. Eu não estava lecionando Matemática. O diretor me chamou e disse: “Olha, você vai completar 21 anos e pode agora fazer a C.A.D.E.S. Nós estamos precisando de professor de Matemática. Você vai fazer, em Curitiba, o curso de Matemática”. “Ah, eu não quero saber!”, disse. “Você vai lá e faz. Você só assiste às aulas, pois você assistindo, já fica autorizado a assinar a documentação. Assista. Alguém aqui dará aula em seu lugar e você estará aí só para assinar”, insistiu o diretor. Bem, eu fui. Entrei na sala de aula da turma de Matemática; eram 10 horas de aula... Fazer o quê? Nos primeiros dois, três dias, só assisti. Depois, comecei a me interessar, já que estava lá... Comecei a tomar notas. O professor de Matemática era o Sandoval

Ribas, da Universidade Federal do Paraná. Foi aí que aprendi a extrair a raiz quinta de polinômios. Olha que eu estava fazendo o curso para o ginásio! Lembro-me até de como ele explicou. Era através do Binômio de Newton. As raízes eram de polinômios e também de números.

Fiz o curso. Fui bem em Didática Especial. Fui muito bem em Didática Geral, cujo professor foi quem me abriu os olhos. Era o Reitor da Universidade Federal da Bahia, se bem me lembro, naquela época, o professor Ferraz. A aula dele começava às 11:30 horas e terminava às 13:00. Ninguém faltava (e olha que ele não fazia a chamada). Havia mais de 600

¹¹⁰ *Atualidades Pedagógicas* era uma publicação bimestral da Companhia Editora Nacional, com circulação nacional, na década de 1950.

peessoas na sala. Ele dava aula de Didática Geral de todas as matérias. Lembro-me muito bem que ele dizia: “Princípio: do concreto para o abstrato. Português se faz assim; Ciências se faz assim; Matemática, se faz assim...” Uma vez ele sentou-se a um piano e começou a tocar para mostrar como é que, no canto orfeônico, se faria para ir do concreto para o abstrato. Então, ele dava uma pequena idéia, digamos, do particular para o geral, ilustrando para todas as matérias. Aquilo acabava ficando na tua cabeça. Era incrível como ele era capaz de trabalhar com todas as matérias. Isso sim era interdisciplinaridade! Foi realmente um trabalho... Ninguém faltava, embora fosse num horário terrível. Ia todo mundo correndo para o salão, para pegar um lugar para sentar, porque, se não, se você chegasse mais tarde, não sentava.

O curso, no total, era de $600 + 600 + 600$ horas = 1.800 horas, que corresponderia à licenciatura curta. No final de cada 600 horas, era feito um exame para aqueles que fossem indicados. No final das 1.800 horas você era obrigado a fazer esse exame. Se fosse reprovado, estava reprovado. Então, ao terminar as primeiras 600 horas, se você não fosse indicado, tinha direito a fazer mais 600 horas. Mas eu fui indicado já no primeiro grupo. O professor de Geometria Descritiva, Major Príncipe Júnior, que já tinha um livro publicado naquela época, fez o curso junto comigo. É claro que ele tirou o primeiro lugar.

Bem, fiz então o exame. Passei! Fiquei em sétimo lugar, entre os 60 de todas as disciplinas.

Naquela época, se você conseguisse - e poucos conseguiam na primeira vez, mas, eu consegui – terminava o curso. Passei um telegrama para o diretor de Rio do Sul, dizendo que havia sido aprovado para o ginásio. Depois, me contaram, que quando ele recebeu o telegrama, saiu pelos corredores do colégio falando “Eu sou feliz. Deus me ama. Deus fez o Valdir passar. Deus me deu uma prova que me ama. Ele fez o Valdir passar em Matemática, apesar dele não gostar de Matemática”. (Risos)

Quando retornei ao colégio, me deram aulas de Matemática no 2º, 3º e 4º anos do Ginásio e nas 1ª e 2ª séries do Científico. Eu estava habilitado para o ginásio; não para o científico. E então, ficava acordado até as três, quatro horas da manhã estudando para, pelo menos, ficar uma página do livro à frente dos alunos, para que, se por acaso um aluno virasse a página, eu saberia responder o que estava na seguinte. Eu passei, praticamente, todas as minhas férias resolvendo problemas de Matemática. Estudava sozinho. Eu fiz todos os exercícios dos livros do Ary Quintella - os três volumes do científico - todos os do Jacomo Stávale, do Algacyr Munhoz, do Euclides Roxo e ... tinha mais um. O Bezerrão. Então, fiz todos. Lembro-me que, naquela época, tinha um quarto alugado e, às vezes, tinha feito

exercícios e quando estava almoçando, vinha a solução. Então, largava a comida e ia ao quarto escrever a solução. O dono não mandava recolher a comida. Dizia: “Não, não. Deixa. Daqui a pouco ele volta. Ele está estudando”. Então, perdi todas as minhas férias durante três, quatro anos, para aprender Matemática. E, acabei dominando, porque estudei. E perdi o medo.

Isto aconteceu em Rio do Sul.

Em 67 vim para Blumenau. Estava em Rio do Sul e sabia que o curso superior de Matemática ia abrir aqui em Blumenau, em 68. Lá, tinha a minha casa, era professor de Matemática e Geografia - fiz Geografia depois, pela CADES, já que era do meu interesse - e estava lecionando Física no científico. Estava lecionando Desenho no Científico e no Ginásio, e ainda Ciências, Estatística, Matemática Financeira e Geografia Econômica no Contador. Lecionava ainda Matemática, à tarde, no Colégio Rui Barbosa. Todas particulares. Nunca trabalhei na escola pública. Pública só tinha até a quarta série do primário lá em Rio do Sul. Escola pública, com Científico, só tinha aqui em Blumenau, o Colégio Pedro II. Em Florianópolis tinha o Dias Velho, acho que em Joinville tinha um público. Acho, mas não tenho certeza. Que eu saiba, científico tinha no Pedro II e depois, nos colégios particulares.

Estava casado, com três filhos, sendo um pequenino e os outros dois maiorzinhos. Tinha comprado a casa e pensava comigo: “Agora, falta comprar um carro e, fim. Acabou a minha vida. Não tenho mais nada para fazer aqui”.

A FURB foi criada em 64, e em 68 ia iniciar o curso de Matemática, na Faculdade de Filosofia. Eu fiquei sabendo disso em 67, quando meu irmão foi me visitar. O Joaquim havia sido convidado para elaborar o vestibular. Ele era um dos poucos, em Blumenau, que tinha curso superior e habilitação para lecionar Matemática. Ele era da área de Pedagogia, mas, como tinha feito Filosofia, em Lavrinhas, e no fim do curso cada um podia escolher quatro disciplinas, ele escolheu Inglês, Matemática, Química e Física. E ele dava Matemática aqui em Blumenau. Era diretor geral do Colégio Pedro II.

Bem, meu irmão foi lá em Rio do Sul. Ele me disse que precisava de professor de Matemática e Física e me convidou para assumir essas aulas. Eu aceitei, porque em Rio do Sul lecionava Matemática, Física, Desenho, Geografia ... Eu trabalhava de manhã, à tarde e à noite, em seguida, sempre. Não tinha esse negócio de “folgar” um dia.

O Colégio Pedro II era estadual. Comecei a lecionar Matemática nas três turmas do primeiro ano e numa do segundo ano. À noite, lecionei Física para quatro turmas de primeira série e para duas de segunda. No segundo semestre, um professor brigou na sala de aula com

os alunos do terceiro ano e largou as aulas de Física. Ficou então naquele, vai não vai; não tinha professor de Física ainda... Eu sei que uma noite, eu estava no bar com o Joaquim e o Wigand, que era o encarregado de fazer o horário da escola, quando o Joaquim me disse: “Você não quer pegar estas aulas de Física no terceiro ano que o professor largou agora?” Eu disse: “Puxa. É a parte de eletricidade e esta matéria devo ter visto em 53, 52. Faz anos. Não sei, precisaria estudar”. Ficou por isso. No dia seguinte, cheguei ao Colégio e o Wigand disse. “Eis aqui o teu horário das suas aulas de Física no terceiro ano”.

Nessa época, eu era contratado. Era o diretor que contratava, de certa forma, os professores. O diretor tinha essa autonomia. Era por isso que o ensino ia bem. O diretor mandava embora quem não dava “conta do recado”. Não dava certo, ele mandava embora. E depois, ele podia selecionar. O diretor era indicado pelo próprio governador, ao qual ele era subordinado direto. Existia a Secretaria de Educação, mas o diretor era indicado pelo governador e demitido por ele e não pelo secretário de educação. Então, ele tinha uma certa autonomia. Naquela época, não se fazia concurso. Concurso foi feito só lá pela década de 70. Enquanto estive lá, não teve concurso. Todos os professores eram o que hoje chamamos de ACT (Admitidos em Caráter Temporário). Não era bem esse o termo usado na época mas, éramos só contratados. Bem, comecei, então, a lecionar, no Pedro II, Matemática e Física.

No colégio, nessa época, tinha Primário, Ginásio, Científico e Normal. No curso Normal, nunca trabalhei. Os alunos dos terceiros anos do científico eram divididos: os que iam para as ciências exatas e os que iam para as ciências biológicas. Se não me engano, Matemática nas ciências exatas eram cinco aulas semanais e, nas biológicas, três. Meu irmão lecionava no 3º ano das exatas e eu nas Biológicas. Eram dadas as noções básicas de limites, derivadas, integrais, números complexos, geometria analítica e equações polinomiais. Fazia parte do vestibular. Aliás, foi uma outra grande besteira que fizeram. Tirar o Cálculo do ensino médio. A besteira é a seguinte. A Matemática do científico está toda estruturada para o Cálculo, ou seja, ensinam-se os conteúdos que são a base do Cálculo Diferencial e Integral. Não mudam os programas de Matemática, mas retiram o Cálculo, que é o ponto culminante. É que, antigamente, não havia o científico, mas sim, um curso preparatório, o propedêutico. Entrava-se na Universidade e fazia-se o científico. Então, na reforma, não sei qual, esta parte de propedêutica passou para o que se chamou de científico e aí surgiu o clássico, para atender aos cursos de Direito, História, Geografia, Ciências Sociais e línguas, também. Era dado o curso básico. O que se faz hoje em dia no 1º ano de Faculdade era feito no científico. Mas todo o científico era voltado para as exatas e a Matemática era toda voltada para o cálculo. O

aluno então estava preparado para fazer o estudo do Cálculo Diferencial e Integral. Ao passo que, hoje em dia, não colocam o Cálculo e não mudam o currículo, o que é uma besteira. Fica-se, então, ensinando bobagens, sem aplicações. Não me lembro mais, mas em 1908, alguém disse que os conceitos de integral e de derivada são bem mais fáceis de aprender e de explicar do que a noção do Mínimo Múltiplo Comum e do Máximo Divisor Comum e, portanto, deveriam ser dadas já no ensino médio. Porque isso fazia parte da cultura geral de qualquer cidadão que fosse viver no século XX. Isso foi dito em 1908, durante a reforma feita na França e na Alemanha. Para viver no século XX, seria imprescindível o estudo do Cálculo no ensino médio. E agora, no século XXI, acho que não precisa mais. Sei lá, estou dizendo que existem essas coisas que são incompreensíveis...

Retomando e lembrando o tempo em que eu era professor de Matemática, lá em Rio do Sul. Comecei a dar aula de Matemática, sem querer, em 1957. Em 57, o livro adotado era o Ary Quintella. No segundo semestre, comecei a dar aula no científico – 1ª ou 2ª série – e o livro era do Ary Quintella ou Munhoz Maeder, de Curitiba. Não lembro direito e, no Ginásio – eu não trabalhava no ginásio – mas, na época, era o Ary Quintella. Depois trabalhei durante muitos anos, no ginásio, com o Ary Quintella e mudei para o Osvaldo Sangiorgi, quando saiu aquele negócio de Matemática Moderna. O Osvaldo Sangiorgi é que editava os livros. Inclusive, numa ocasião, quando fiz um curso aqui em Blumenau, o Osvaldo Sangiorgi me deu o texto dele original, ainda não publicado, porque eu ia começar a dar aula na 2ª série do ginásio, e o livro não estava publicado ainda. E eu já tinha adotado a Matemática Moderna nas minhas aulas. Esse curso foi promovido aqui pela FURB, pelos professores Rivadavia e o Rapyo. Isso, então, já era mais tarde. Um pouco antes de começar a Faculdade. Era um curso que estavam aqui fazendo para os professores, antes de 68: era de atualização.

Eu vim para cá, então, para fazer este curso e um outro, com o Ladir Ribeiro, de Porto Alegre, que vinha sempre aqui. Eu tinha até os livros dele. Eles estão ainda na biblioteca. Fiz curso com ele, também. Esses cursos eram de férias, de curta duração: 60 horas, mais ou menos. Na época, nem me toquei, mas estavam sendo feitos pelos professores da FURB, para poderem ter titulação que deveria ser apresentada ao Conselho Federal de Educação. Havia apenas um professor com bacharelado em Matemática, o Rivadavia Wolstein. Os outros eram engenheiros.

Quanto à formação dos meus colegas de escola, vamos ver... Vamos pegar o Pedro II quando cheguei aqui, pois de Rio do Sul não adianta falar, já que o único que dava Matemática era eu. Não digo que era o único. Mas, praticamente era eu. Tinha um vindo da

Alemanha e era até refugiado, sei lá, do tempo de Hitler. E tinha também uma freira. Não lembro mais o nome. É claro que havia outros professores de Matemática no primário. Ginásio? Era só lá no Dom Bosco, dos padres, onde eu trabalhava, e no Maria Auxiliadora, o colégio das freiras. Outros, não tinham.

Aqui em Blumenau, o Pedro II era a única escola pública a ter o curso Científico, que começou em 47 ou em 46, época em que meu irmão é contratado para dar aula de Matemática. Esse colégio passou a ser estadual em 42; antes era particular. Mas o curso de ginásio parece que foi iniciado em 47. Não tenho bem certeza. Isto está escrito.

Cheguei então a Blumenau, no Pedro II, para trabalhar com Matemática. Na época tinha Ginásio, Científico e Normal. Os únicos professores com curso superior, habilitados em Matemática, que tinha na cidade eram o Rivadávia, Bacharel em Matemática, e o meu irmão, que era professor de Matemática por ter feito Filosofia, lá em Lavrinhas... Mais ninguém. Os professores de Matemática do Pedro II, do Ginásio, nessa época, eram: o Alfredo Petters, - ele é muito antigo, inclusive ele deu aulas em Rio do Sul, muito antes de mim. É um ex-seminarista. Ele tinha feito Filosofia e conseguido o título. Ele mora lá no bairro Ponta Aguda. O Wilson Pessoa lecionou Matemática. Tinha ainda a Noêmia Simas e o Wigand Gerlhard, mas ele já faleceu. O Wigand tinha uma formação muito boa, obtida naqueles colégios evangélicos, lá do Rio Grande do Sul. Ele não era matemático formado, mas tinha tido uma formação muito boa. O filho dele, o Victor, lecionava também, mas já faleceu, de enfarte. Foi meu colega aqui na FURB. Tinha se formado em Matemática. Tinha ainda o Almerindo Brancher, que lecionava Matemática, também. Ele tinha formação em Pedagogia e isso permitia lecionar Matemática, se não me engano, no ginásio. Mas ele lecionou, também, no científico. Esses eram os professores do colégio, quando aqui cheguei. A Noêmia entrou depois. A outra professora de matemática era a Elza Techentin, mas ela já é falecida.

Quando cheguei em 67, o prédio novo do Pedro II estava em construção, mas uma parte aqui debaixo do morro já estava sendo usada. Surgiu o problema de horário dos professores, pois eles tinham que se deslocar de um prédio para o outro. Procurou-se fazer com que os deslocamentos ocorressem na hora do recreio, senão não dava tempo.

O Pedro II era um colégio muito grande, com muitas turmas. Só no Científico deveria ter umas 28. Nessa época, ele competia com o Santo Antônio: estavam no mesmo nível. Tinha ainda o colégio das irmãs. Eram esses três. Mas o professor Rivadávia lecionava nas Irmãs e no Santo Antônio e eu lecionava no Pedro II. Depois, fui lecionar no Santo Antônio, também. O Brancher, se não me engano, trabalhava no Colégio Sagrada Família e o

Petters, também. Os professores de Química, Física, Biologia e Desenho eram praticamente os mesmos. Até se fazia competição, no vestibular, para ver quem é que tinha aprovado mais: O Pedro II ou o Santo Antônio. O nível era o mesmo. Não havia estas diferenças de hoje.

Naquele tempo, não se trabalhava com qualquer pessoa. Eram selecionadíssimos os alunos que chegavam ao final do científico. Não é que havia poucas vagas; não era isso. Na primeira série, já reprovava. A taxa de reprovação, se hoje em dia está (embora tenha caído) bem abaixo de 50%, naquela época era de 50%. Eu até brincava com os alunos, quando comecei a dar aula na FURB, dizendo que quem chegara aqui devia ser bom, porque era “um em mil” que conseguia isso, ou seja, se foram eliminados 999, o que permaneceu deveria ter alguma qualidade. Era esta a questão. Afinal, quantos chegavam ao final do ginásio? Dez, numa turma de cinquenta. Duvido até que chegassem dez ao final do ginásio. Quer dizer, era uma seleção brutal. Na 1ª série do científico, destes dez, cinco ficavam. No fim, chegava um. Era uma seleção maluca! Por isso, o nível era bom e, ademais, eram filhos de pessoas - uns 80% - estou chutando, cujos pais já tinham estudado. Eram formados em Engenharia, Farmácia, grandes industriais. No caso de Rio do Sul, eu trabalhava no internato. Quem é que estudava no internato? Gente rica: médicos, fazendeiros ... Pobre, não tinha!

Na verdade, O Pedro II era um colégio público e elitizado. Bem, não era que fosse elitizado por si. Agora é que, finalmente, chegamos a 95%, 96% de população no ensino fundamental. Quanto tempo faz isso? Três ou quatro anos. Antes, tinha 70%, se tinha. A elite sempre existiu. Na época, não era que se quisesse a divisão de classes; nem se pensava nisso. Havia aqueles que iam trabalhar, aqueles que iam estudar e aqueles que iam para o seminário ou convento, para se tornarem padre ou freira. Esta era a divisão da época. Ninguém questionava.

O Pedro II não tinha sala ambiente de Matemática, não. Só que a gente, por exemplo, tinha todos os sólidos geométricos para estudar geometria, feitos de madeira pelos próprios alunos. Mas havia pouco em recursos didáticos: quadro-negro, giz, um quadrinho para a geometria analítica.

Quanto aos conteúdos de Matemática ensinados, percebo que não mudou grande coisa, não. A primeira série do ginásio era uma revisão do primário. Estudava-se: numeração, operações com números naturais, divisibilidade, máximo, mínimo. Na época, tinha o exame de admissão e, quem não passasse, já não entrava, quer dizer, já estava eliminado da escola. E tinha o curso de admissão que não era brincadeira. Era um curso puxado, mas mesmo assim, o primeiro ano do ginásio fazia uma revisão total: frações até sistema métrico e áreas e

volumes. Depois, no 2º ano, dava uma pequena introdução à álgebra, tinha raiz quadrada e cúbica, números relativos, razões, proporções, regras de três. Lembro que sistemas lineares era conteúdo ensinado já nesta série. No terceiro ano era, praticamente, só geometria. O quarto ano tinha o mesmo programa de hoje: equação do 2º grau, trigonometria, semelhanças, áreas, teorema de Pitágoras, relações métricas no triângulo retângulo, as relações métricas nos círculos, que naquela época, ainda tinha uma lembrança dos cálculos astronômicos.

No curso Científico, como não havia calculadoras, o primeiro tópico estudado era o cálculo aproximado. A questão era: como aprender a fazer cálculos desprezando decimais? Então, você era obrigado a fazer todos os cálculos, manualmente. Imagine, você desprezando tantos decimais, na soma, qual era o erro cometido? Além de uma série de regras para cálculos aproximados, havia o estudo dos conjuntos numéricos de um ponto de vista superior, em que você justificava todas aquelas regras que tinham sido dadas, principalmente, a parte de números naturais. Depois, começava progressão aritmética, progressão geométrica, logaritmos, exponenciais e geometria no espaço até as cônicas, que era o assunto do último capítulo. No 2º ano era: análise combinatória, binômio de Newton e trigonometria. Era dado, ainda, determinantes, mas não se davam matrizes. A idéia de matrizes era explorada, mas trabalhava-se mesmo com determinantes: de 2ª e 3ª ordem, baixamento de ordem de determinantes; estudava até a 4ª, 5ª ordem. Era o que se faz hoje em dia com matrizes, mas não era tratado como matrizes. Trabalhava-se com combinações lineares de linha e de colunas para baixar a ordem, ou então, criava determinantes de ordem inferior. Tem uma porção de regras que eu nem me lembro mais. No 3º ano, estudava-se: funções, geometria analítica, limites, derivadas e integrais, introdução ao cálculo numérico - aquela história de resolução de equações e polinômios - tudo isso em cálculo numérico. Era esse o trabalho.

Livros eram adotados. Adotei o volume único do Bezerrão, porque facilitava o trabalho. Num volume só, estavam todos os conteúdos, dos três anos e isto era bom no caso de que você não conseguisse terminar o programa daquela série. Em geral, você era professor do primeiro, segundo e terceiro anos, da mesma turma. Caso ocorresse troca de professor, ao final de algum ano era só comunicar ao colega: “Eu parei aqui.” Então, você engatava e continuava. O Manuel Bezerra foi o livro usado por mais tempo, depois começou a Matemática Moderna. Tiveram outros livros como os do Ary Quintella e os do Algacyr Munhoz Maeder. Em geral, de Física era usado o do FTD que, por brincadeira, traduzíamos como “Favorecer o Temor de Deus”. Esses eram os livros básicos.

Como reagiam os alunos nas aulas? Para começar, como dizia Gramsci, era gente que já tinha sido acostumada, nem que fosse na base da coerção. O Gramsci diz isso mas, quem disse isso primeiro, aliás, é Aristóteles: ou a pessoa trabalha por interesse interno e se submete a uma porção de normas, ou tem que ser coagido, não tem outra saída. Gramsci, fundador do Partido Comunista na Itália, chama muita atenção disso em um livro que trata dos intelectuais da cultura. Que estudar é algo que exige um sacrifício imenso e mais, que estudar é um trabalho como outro qualquer e que não se aprende sem trabalho. Inclusive, ele fala uma coisa muito importante, não feita hoje em dia: que a aprendizagem está num nível muito alto e quando se pretende, com essas teorias modernas, deixá-la mais leve, aquele conhecimento será deturpado. Se for para aprender mesmo, não dá pra aligeirar. Exige uma postura toda especial. Nós, os “tradicionais”, adquirimos esta postura. Graças a Deus, estudei com os salesianos que adotavam essa teoria e procuravam despertar interesses internos, em vez do uso do castigo físico.

Quanto ao horário das aulas, em geral, era matutino. Noturno, começou-se a fazer com muito custo. Não se queria o curso noturno. Não, não! O curso noturno era pra contador, que era para pobre. Era um curso técnico. Mesmo o Normal era diurno, científico era diurno. Cursos noturnos começaram mais tarde: o Científico, o Ginásio, até a 8ª série, e o Normal também. Mas, no Colégio Santo Antônio, nunca teve aula noturna, a não ser o Contador; isto até hoje. A noite não era considerado “horário de aula”, ou seja, não era hora de ninguém estudar. Lembro quando eu estava no seminário, cinco e meia da tarde terminavam as atividades. Depois do jantar, tinha uma hora e meia de recreio, ia-se para as orações, a chamada “Benção do Santíssimo”, que era uma meia hora mais ou menos. Depois se estudava até umas nove e meia. Dez horas, cama! No dia seguinte, cinco e meia da manhã, o mais tardar seis horas, de pé, e então, começava o dia. As aulas começavam as sete e meia e iam até onze e meia. À tarde, às vezes, continuavam as aulas - mais duas ou três, dependia da série que você estava fazendo. E depois, quem não tinha aula, tinha estudo e ia trabalhar: trabalho manual. No meu caso, ia pra roça e também era obrigado a ter alguma atividade artística, como todos, aliás. Há alguns dias, eu estava lendo o último número daquela revista “Vencer” em que aparecem os vários tipos de inteligência e fiquei espantado de ver como aquele sistema clássico favorecia todos eles. Pensei: “Meu Deus, a inteligência interpessoal, como era cultivada entre nós!” Todo dia você era obrigado a participar de brinquedos e trabalhos junto a outros, você era obrigado a trabalhar continuamente em grupo. Eram desenvolvidas atividades para desenvolver a inteligência intra, para você estabelecer os seus objetivos,

desenvolver os seus próprios modos de estudar... Eu fazia piano e nós tínhamos uma banda de música; praticamente, todos tinham que tocar um instrumento. Isso era considerado normal. Tínhamos desenho: artístico e geométrico. Prática de esportes. Eram desenvolvidas as que eles davam muito valor: a inteligência lógica matemática e a lingüística. Lá, eles diziam: “Matemática, Latim e Português, todos têm que dominar.” Tinha que dominar e, se você não fosse tão bem em História, ainda ia lá! Tanto é que em Matemática, Latim e Português, a nota de aprovação era 6,0. Ao passo que das outras era 4,0. As pessoas eram incentivadas a fazer isso. Desenvolvi todas essas inteligências e até fiquei pensando aqui comigo: “Puxa, então foi por isso que eu me tornei mais esperto! Vai ver que desenvolveram todas as minhas inteligências!”

Hoje em dia, praticamente, isto tudo ficou de fora da escola. O pai que quer que o filho faça algum esporte, põe em escolinha; se quiser fazer alguma língua estrangeira, põe em outra escolinha; se quiser música, vai em outra escolinha....Imagina!

Sei que não posso fazer comparação entre a época em que fui aluno, com aquela em que fui professor no Pedro II. O problema é o seguinte. Na época em que eu estudava, eu estava no seminário. Você estava lá para estudar e tinha uma formação; era o dia inteiro. No Pedro II, já não era possível, porque os alunos vinham para as aulas e depois iam embora. A aula era de manhã e acabou. À tarde, eles vinham para fazer educação física, ou participar da fanfarra, mas isso era pra quem quisesse.

Preciso pensar para traçar um panorama da educação matemática ao longo de minha carreira. Com relação aos métodos, primeiramente, era chamado de tradicional, conforme já expliquei. Os programas de todas as disciplinas estavam baseados no método das unidades didáticas. O professor iniciava a aula com uma revisão da aula anterior. Isso era feito em cima da pesquisa que você tinha efetuado - chamada de tarefa - que o professor tinha levado pra casa e corrigido. Pela correção, ele sabia quais eram os erros que os estudantes haviam cometido. Começava com uma revisão dessa matéria e a correção automática da tarefa, que não era feita simplesmente no quadro. A criança devia entender a explicação que o professor deu e, se necessário, refazer a atividade. Você podia perguntar, sanar suas dúvidas também. Em seguida, era exposta a nova matéria, a continuidade, dentro do método expositivo, porque era assim que se trabalhava. Eram feitos os exercícios em sala de aula e você levava um trabalho de pesquisa pra casa. A tarefa, no fundo, era um trabalho de pesquisa, porque você recebia exercícios não só de fixação mas, às vezes, era a demonstração de algum teorema, ou de uma propriedade, ou um conjunto de perguntas teóricas que você deveria buscar as

respostas. Na verdade, a tarefa era uma coisa séria que devia ser feita. Não tinha essa coisa de mandar juntar três ou quatro alunos e ficar jogando abobrinhas um para o outro, para repetir os “achismos” de cada um, não. Primeiramente, o trabalho era individual. Você é quem deveria fazê-lo. É claro que tinha direito à consulta de livros, de colegas. Se precisasse, os professores estavam todos no colégio. Podia-se conversar com eles também, mas não era uma coisa estimulada a busca de colegas ou professores. Você tinha que tentar resolver, individualmente.

No começo, lá em Rio do Sul, adotei estes procedimentos nas minhas aulas. Recolhia, corrigia e discutia as tarefas com os alunos. Aos poucos isso caiu em desuso; não era valorizado. Daí, parei de me matar em corrigir cadernos. Inclusive, os planos de aulas já eram determinados pelo próprio Ministério. Há um livro que tenho que tem todos os programas¹¹¹. Nele até tem uma crítica quanto à mudança contínua dos programas que se fazia, colocando e tirando conteúdos. O programa era aquele, cujas orientações metodológicas também eram dadas. Isso era muito importante, as orientações metodológicas que eram do tempo do Anísio Teixeira e do Gildasio Amado, que considero pessoas que sabiam pensar sobre educação. Eram muito bons. Não entendo o porquê do abandono das idéias do Anísio Teixeira. Acredito que foi essa mania de marxismo. Um dos melhores pensadores do Brasil em matéria de educação. Só que foi abandonado, porque se doutorou com o Dewey e o pessoal pôs na cabeça que o Dewey era pragmático... Pragmatismo! Mas o Dewey não era pragmatista. O pragmatismo foi fundado por outras pessoas. O Peirce foi um dos que fundaram o pragmatismo, mas aqui no Brasil, abandonaram o Dewey, assim como abandonaram o Paulo Freire. Eu tentei trabalhar o Paulo Freire na minha sala de aula, mas não foi fácil, porque exige uma equipe enorme de pessoas pra montar toda a estrutura. Ou seja, não é somente essa besteira de tema gerador que agora estão defendendo.

Sobre o ensino da Matemática de hoje, estou achando o seguinte. Volta aquela velha idéia do Gramsci. Não se prepara a pessoa para uma coisa séria, isto é, não se consegue fazer entender que estudar é um trabalho sério e que exige uma metodologia própria; não é simplesmente querer transformar num doce, que não dá. Trabalhar como peão numa fábrica não dá pra transformar em doce. O patrão pode tratar você melhor, mas se é pra você apertar uma porca, tem que ter a técnica para fazer isso. E vai ter que aprender, e vai ter que ficar lá.

¹¹¹ O livro referenciado é: BEZERRA, M.J. **Didática Especial de Matemática**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956. Nele encontram-se os planos de cursos de matemática para cada uma das séries do curso secundário, ou seja, os quatro anos do ginásio e os três do científico.

Hoje em dia, sequer a criança aprendeu a ficar sentada, quieta, a se concentrar. Pelo menos a se concentrar. Então, jogam um computador na frente dela e... Você vai ver o que é que acontecerá dentro de pouco tempo com essa criançada. Desde pequena, sentada na frente do computador: simplesmente não vai ter mais memória e concentração para nada. Você pode achar que eu estou falando assim, porque não gosto disso, mas não é assim. Saiu numa revista, a Galileu, um artigo sobre uma pesquisa mostrando que a criança que usa o computador, perde a memória. Não tem mais memória, não tem mais capacidade de concentração. Então, como você vai ensinar Matemática pra quem não é capaz de se concentrar?! Matemática exige reflexão, exige pensamento. Você pode até brincar, deixar o cara na frente do computador, mas...

E o professor de Matemática, atualmente, como fica? Bom, acredito que em breve, a coisa vai melhorar e que essa poeira do marxismo, que andou invadindo o Brasil, nas décadas de 80 e 90, vai acabar assentando. Até o próprio Lula já está mais palatável, mais light, não é? Então, aos poucos, a poeira vai assentar e se verá claramente que o professor tem uma certa responsabilidade na educação; não toda, é claro. Para poder assumir essa responsabilidade, ele deve ter uma certa formação sustentada em uma teoria de aprendizagem. Enquanto não tiverem isso...

Lembro-me que fiz um curso com o Diênes, em Porto Alegre, durante a época em que se estava introduzindo a Matemática Moderna no Brasil. Foi perguntado pra ele - e olha que ele é doutor em Matemática, Psicologia e Filosofia - o que ele achava dessa mudança. Gravei, na memória, a resposta dele: "Vocês podem fazer as mudanças que quiserem, mas se o professor não dominar o método matemático e não tiver uma boa teoria da aprendizagem, psicológica, de nada adiantará. Podem mudar o que quiserem; vai sempre acabar tendo que voltar tudo de novo". Quer dizer, o professor tem que ter uma boa base da teoria da aprendizagem e da psicologia. Ele até acrescentou: "Nem que esteja errado, mas o professor tem que ter uma teoria para seguir, tem que ter o domínio não só do ensino e do conteúdo, mas também da parte metodológica". E ainda: "Mesmo que a teoria dele seja falsa, ele vai conseguir bons resultados. Enquanto não houver isso, não vão conseguir absolutamente nada. Vai ter que começar, recomeçar, recomeçar." Então, o que eu vejo, atualmente, é isso. Jogaram-se muitas teorias educacionais nas escolas, sem nenhuma fundamentação. Muda-se de teoria conforme a troca de secretário de educação, de partido político. Não há quem tenha firmeza. Imagine a mesma coisa acontecendo na educação dos filhos. Se começa a mudar a teoria todo dia, o pai e a mãe ficarão, simplesmente, inseguros. E se as pessoas que estão

educando são inseguras, imagine a insegurança que vão criar. E, sem segurança, não há auto-confiança, sem auto-confiança não há auto-estima e sem auto-estima, você vai se destruir. Caminha para as drogas... Graças a Deus, alguns estão se refugiando no computador.

Era isso que tinha a dizer. Vejo que há uma grande possibilidade de mudança. Inclusive, estou tentando escrever alguns textos que caminhem nessa direção. É preciso ter uma teoria e saber aplicá-la, é necessário dominar a metodologia da Matemática. Não as regrinhas, saber como é que a Matemática trabalha. Isso é fundamental. Se o professor souber isso e colocar em prática na sala de aula, o aluno, então, terá condições de construir a matemática. Insisto: não adianta usar material concreto, isso não resolve, se não tem a teoria que sustente a prática. Sem ela, fica-se fazendo bobagem, perdendo tempo. Então, não vejo nada de extraordinário quando encontro indivíduos, jogando abobrinha uns para os outros; uns acham que sim, outros acham que não. Quer dizer, se a matemática fosse aquilo que a gente, que a maioria acha, seria uma maravilha!!! Todavia, a Matemática não é aquilo que a gente acha. Mesmo que todo o grupo concorde, pode estar errado.



RETALHO 16: OBRIGADA A VOCÊ QUE VEIO AQUI, DE REPENTE, ME ACORDAR

“A palavra ‘história’ é uma palavra velhíssima”, nos lembra Bloch (1992, p. 24), que vem seduzindo os homens através dos tempos. É certo que seu significado, já não é o mesmo de outrora; ele sofreu modificações e mutações durante o caminhar dos séculos.

Etimologicamente, história vem do grego e da sua raiz indo-européia *wid-*, *weid-*, “*ver*”, e a história, na sua forma mais antiga, “começa por ser um relato, o relato daquele que pode afirmar **eu vi, eu ouvi**”. (LE GOFF, 2000, p. 10, grifo do autor). Já o termo “relato” deriva do verbo latino *referre* (levar consigo, referir, transcrever), do qual *relatu* é o particípio passado. Significa o ato ou efeito de narrar, descrever. Narrativa vem do latim *narratu*, particípio passado de *narrare* (narrar); narrativa é, pois, sinônimo de relato. Assim, “quem narra ou relata está, nos termos mais simples da expressão, contando uma história.” (CARDOSO, 1997, p. 10).

E, durante muito tempo, foi isto que fez a história: a narração de acontecimentos. No início, os cronistas medievais se socorreram amplamente de testemunhos orais. Olhando várias civilizações, encontramos a oralidade como forma de preservação da memória histórica e do patrimônio cultural. Não é difícil aceitar o fato de que a primeira história a ser produzida foi por certo com base em depoimentos orais: os fundadores da historiografia, na Grécia clássica, aí estão para o comprovar, alerta Vidigal (1995). O uso da escrita surgiu, inicialmente, para preservar e difundir a palavra, dando origem aos documentos¹¹² escritos e fazendo deles testemunhos (LE GOFF, 2000). E, bibliotecas e arquivos foram (e são ainda) constituídos, fornecendo os materiais para o fazer da história.

O “contar” histórico, no início, pontual, aleatório, atemporal, com o evoluir dos tempos, foi atingido pela organização, e a principal diretriz foi a adoção da obediência ao girar dos ponteiros do relógio, ou seja, a ordem cronológica dos fatos. Deste modo de ação, resultou a história da Idade Média, da Idade Moderna, do século XIX, da década de 30, entre muitas. Mas a posição geográfica, também, interferiu fazendo surgir novas histórias: a História da América, a História do Brasil, e outras mais. O registro de fatos produziu ainda

¹¹² Documento, do latim *documentum*, deriva de *docere*, que significa ensinar. Todavia, no século XIX, a palavra documento é utilizada na acepção de ‘testemunho histórico’ sendo que no fim deste século, o testemunho e o documento escrito passam a constituir-se como em fundamento do fato histórico.

mais histórias: a da Guerra Civil Americana, a da Revolução Francesa, entre tantas outras. O número de documentos escritos foi aumentando, acumulado pela evolução das civilizações (com destaque para a invenção da imprensa e o aumento da população letrada), fazendo surgir “a história arquivística que privilegia os documentos escritos, como principal fonte da história e suporte da memória” (VIDIGAL, 1995, p. 483).

Antes do século XX, “o enfoque da história era essencialmente político: uma documentação da luta pelo poder, onde pouca atenção mereceu as vidas das pessoas comuns, ou as realizações da economia ou religião” (THOMPSON, 1998, p. 22). Registros sobre as vidas das pessoas comuns, quando ocorreram, foi sob a forma de dados estatísticos constantes de registros escritos: atas, relatórios e livros de cartórios, entre outros.

Críticas a esta história convencional, que se fundamentava em noções extremamente restritas do que (e de quem) importa na história e, ainda, críticas ao próprio modo de se fazer história, surgiram no novo século. Garnica (2002) descreve, sucintamente, duas “paisagens” que iriam ser determinantes para a mudança que já se vislumbrava: a condição especial da Universidade de Estrasburgo, re-inserida na França, em 1893, e a experiência da derrota - militar, política e individual - por países europeus, principalmente a França, fazendo nascer a percepção da finitude, do fracasso.

Nesse cenário, em 1929, é criada, na França, a *Revista Annales*, sendo designada *Escola de Annales* um grupo de estudiosos ligados à Universidade de Estrasburgo, que defendia um novo paradigma para os estudos históricos, em rompimento radical com a historiografia tradicional. Os objetivos desta nova publicação e de seus mentores são apontados por Burke (1997):

Em primeiro lugar, a substituição da narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, e tantas outras. (BURKE, 1997, p.12).

O fazer da história passa por uma profunda modificação. Ao invés de descrever apenas os fatos, começou-se a interrogá-los. A busca de respostas para perguntas que incluíam o porquê do acontecimento, quais os antecedentes e conseqüências dele, começaram a orientar as pesquisas. Noutra nova perspectiva, o ser humano volta ao enfoque da história. Os fatos envolveram pessoas, comunidades, e elas não podem ficar como coadjuvantes ou à margem da história. Elas foram as personagens que participaram, determinaram, sofreram, mataram, morreram, enfim, suas vidas são partes da trama histórica e, por isso, devem aparecer com

destaque. Por fim, a interdisciplinaridade, envolvendo a Geografia, a Psicologia, a Antropologia e tantas outras, traz, para dentro do fazer da história, uma riqueza sem par já que a visão unilateral do pesquisador é deixada de lado, e ele passa a contar com a contribuição de outros ramos do conhecimento.

Com as novas orientações dos procedimentos da história, uma nova concepção de documento é adotada:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com as eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedra feitos por arqueólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE apud LE GOFF, 2000, p. 540).

Bloch (1992, p. 29) registra de modo esplêndido, numa única frase, o novo conceito de história: “é, a história, a ciência dos homens no tempo”. Nesta definição, três características da história são vistas por Le Goff (2000). A primeira é o seu caráter humano – a história é do homem, feita por e para ele. É a história de todos os homens, e não apenas dos “grandes” homens (heróis e políticos). A segunda, o caráter social: é o estudo do homem, enquanto integrado num grupo social, ou seja, a sociedade humana. A última se baseia nas relações que passado e presente mantinham ao longo da história.

Quais homens? Em que tempo e lugar? Qual história?

Especificamente, neste trabalho, é a história de uma sociedade que criou uma instituição – a escola – com vistas a promover a educação de seus membros e a preservar a sua cultura e, para isso, construiu uma rede de comunidades escolares. Nelas, definiu em qual filosofia educacional acreditava, que por sua vez, creditou ser o ensino de Matemática indispensável para a formação do cidadão. O lugar é Blumenau, município do estado de Santa Catarina, colonizado por imigrantes alemães. O período de tempo foi estabelecido entre 1889 e 1968. É uma história construída de sonhos, lutas e vidas de pessoas simples da comunidade; são relatos, memórias, histórias.

Histórias como as da depoente Erika, que durante sua narrativa, pronuncia as palavras que escolhi para título deste retalho: *obrigada a você, que veio aqui, de repente, me acordar*. Ditas de forma tocante, revelam a sensação, para ela de prazer, de reativar e resgatar

acontecimentos e emoções que estavam inativos em sua memória, muitos dos quais, acreditava ela, perdidos.

Memórias? O que são elas? Que segredos guardam?

De acordo com a mitologia grega, *Mnemosyne* era a deusa da memória e da recordação, irmã de *Cronos* e de *Okeános*, do tempo e do oceano, que partilhou o leito com Zeus, fazendo nascer as nove musas, cujas funções era presidir o pensamento, sob todas as formas: sabedoria, eloquência, história, matemática, astronomia, poesia, música, dança, comédia. Tinha a memória, a função de preservar os grandes feitos dos deuses, não permitindo que desaparecessem com o avançar do tempo. A ela cabia a dupla função: revelar as experiências passadas e consagrar as glórias futuras.

E, nos dias atuais, qual é a função da memória? Bosi (1994) reflete que a memória

[...] não reconstrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz do sol. Realiza uma **evocação**: o apelo dos vivos, a vinda à luz do dia, por um momento, de um defunto. (BOSI, 1994, p. 89, grifo da autora).

E é este poder mágico da memória que nos encanta. Ela permite que voltemos no tempo, ainda que por momentos fugazes, e recuperemos sensações e vivências que não mais se repetirão. Momentos de saudades e alegrias, dores e frustrações, enfim, momentos individuais de cada sujeito, lembranças que a ele pertencem, “lembrar-se, em francês, *se souvenir*, significaria um movimento de vir de baixo: *sous-venir*, vir à tona o que estava submerso”, elucida Bosi (1994, p. 46). É buscar na memória os registros que lá estão, alguns há muitos e muitos anos, inativos, e que, por algum estímulo – uma palavra, uma fotografia, um nome, um aroma, um toque –, emergem, “atualizando aquilo que não existe mais há muito tempo; fatos, experiências e emoções que, entretanto, nunca deixaram de estar lá”, percebe Seixas (2001, p. 94).

O processo de recordação não é simples; é construtivo, gradual e depende da situação do presente. “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho; é trabalho”, conclui Bosi (1994, p. 55). Ao recordar, o indivíduo reconstrói suas experiências passadas, não como elas ocorreram lá, pois o contar estará impregnado das experiências de vida dele e do contexto social. A lembrança do fato não é a mesma imagem que foi experimentada na época em que ele ocorreu, porque o nosso ponto de vista é outro, não somos mais os mesmos. Ou seja,

Lembrar é muito mais uma atividade do presente do que um exercício de deslocar para o presente, fatos já vividos. Rememorar não é o mesmo que viver novamente o passado, depende da releitura do sujeito que a produz, numa sociedade que se diferencia daquela à qual se refere a lembrança. (LUCENA, 1997, p. 224).

As narrativas são expressas a partir de pontos de vista de cada indivíduo, buscados no ontem e reinterpretados hoje – recordar é estar vivo. Cada depoente tem a sua história e a narra ao seu modo, já que é ele, personagem do próprio enredo. E mesmo que nos lembre Halbwachs (1990), que a memória de uma pessoa está entrelaçada à memória do grupo, que por sua vez está integrada à memória mais ampla da sociedade – a memória coletiva - e que existem tantas memórias quantos grupos existem, ele não tira do indivíduo a faculdade individual de lembrar. Assim, cada um tem uma história para narrar, é personagem da própria trama e mesmo que esta faça parte da memória coletiva, não deixa de ser única, individual, pois “o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais”, nos ensina Alessandro Portelli (1997a, p. 16).

Mas, ao contar, não lembramos de tudo. A memória não é um “armazém”, ou depósito que abriga todas as experiências e informações da vida de uma pessoa. Na verdade, observa Rios (2000), na memória, privilegiam-se alguns aspectos e questões e negligenciam-se outros. Ela é, também, feita de esquecimentos em que gestos, expressões, emoções, silêncios, revelam, mas não desvelam os fatos.

Eis um ponto importante a ser estudado: a relação indissociável entre memória e esquecimento. Aos olhos da história, freqüentemente, o esquecimento é visto como a negação da memória, aquilo contra o que a história deve, veementemente, atacar de forma a resgatar as memórias e histórias esquecidas, minimizadas ou desprezadas (SEIXAS, 2000).

No entanto, o esquecimento é parceiro da memória, isto desde os antigos gregos. Se *Mnemosyne* é a deusa da memória, *Lete* é o rio do esquecimento. Situado no inferno, é em suas águas que bebiam os mortos ao chegarem, para esquecer a vida terrestre, apagar o passado. As almas que retornavam à vida e se revestiam de um novo corpo, bebiam das mesmas águas, agora com o objetivo de não se lembrarem do que viram no mundo das sombras.

Mas *Lete* não é uma divindade negativa, observa Seixas (2000). Há valor positivo nele, ou seja, existe, ao lado de um esquecimento negativo, o bom esquecimento. O bom seria aquele em que a dor profunda, o desespero, os males, seriam primeiro amenizados e, depois, sepultados, dando lugar à esperança e a alegria. O lado negativo estaria ligado à falha ou ausência de conhecimento, idéia esta presente no pensamento grego clássico. A memória-

conhecimento é privilegiada e colocada ao lado da sabedoria, da reflexão, do conhecimento e da verdade. O esquecimento é compreendido como falha ou ausência de conhecimento.

Importantes estudos foram realizados sobre o esquecimento, tendo destaque os do filósofo Nietzsche, um dos primeiros a dedicar especial atenção à delicada relação entre memória e esquecimento.

Nietzsche critica, de forma ácida, o predomínio da memória-conhecimento e da memória histórica, entendida como conhecimento do passado o que, segundo ele, leva o homem moderno a ter dificuldade de se movimentar, pois se assemelha a “enciclopédias ambulantes”. Para ele, o homem que não pode esquecer é um escravo do passado e da memória; não existe presente e nem futuro, pois está preso ao passado: “o homem (...) verga-se com o peso cada vez maior do passado. Este peso o derruba, ou o inclina para os lados, torna lentos os seus passos, como um invisível e obscuro fardo” (NIETZSCHE apud SEIXAS, 2000, p. 86). É necessário saber esquecer, ou melhor, usando uma expressão de Nietzsche, retomar o “poder de esquecer”.

Então, defende Nietzsche, a existência dum equilíbrio entre memória e esquecimento, responsável por um lançar-se em direção ao futuro, reconstruindo o presente: “o conhecimento do passado, em todos os tempos, é desejável apenas quando está a serviço do passado e do presente, quando desenraiza os germes vivazes do futuro” (NIETZSCHE apud SEIXAS, 2000, p. 87). O esquecimento não pode ser visto como uma falha da memória. Pelo contrário, é o esquecimento que alimenta e fecunda a memória disponibilizando uma espécie de manancial, onde a memória pode brotar e fluir. É visando a preencher as “lacunas” do esquecimento que a memória se mantém ativa e se amplia.

Logo, o ato de rememorar, de remexer e extrair da memória informações, também é feito de lapsos e esquecimentos. E eles se fizeram presentes, expressos por palavras sinceras, em vários momentos, durante os encontros com os depoentes desta pesquisa: *já se passaram sessenta e tantos anos, não me lembro mais* (Lothar); *às vezes, nós tínhamos um pouco de Geometria, mas pra explicar certo, não me lembro* (Johanna); *não lembro mais o nome do professor que deu esse curso sobre a teoria dos conjuntos* (Alfredo); *trabalhei num colégio em São Paulo, não me lembro o ano, mas deixa ver se capto aqui nos meus escritos* (Almerindo); *a gente ganhava pouco, não me lembro quanto, mas era melhor do que agora* (Cora). Os esquecimentos estão presentes durante toda a vida do homem, pois, como disse Nietzsche (apud SEIXAS, 2000, p. 75) “é possível viver quase sem se lembrar, e mesmo ser feliz (...), mas é absolutamente impossível viver sem esquecer.”

Na tarefa de combater/ bloquear o trabalho do esquecimento e parar o tempo a fim de preservar a memória, o homem descobriu um importante aliado: a fotografia. Para Souza e Souza (2001) a fotografia não só preserva instantes, mas, também, capta a imensa riqueza de gestos, imagens, vestuários e costumes. Um álbum de fotografias, no fundo, é um figurino de época que capta o decurso do tempo. Assim, as fotografias proporcionam informações sobre o comportamento das pessoas e os valores que consideravam dignos de ser fotografados, como as suas “melhores” roupas, posturas, bens que possuem, além de mostrar os efeitos do tempo sobre o homem ou uma cidade. Ao historiador, cabe o desafio de desvendar àquilo que ao primeiro olhar, não é revelado, ou seja,

(...) há que se perceber: as relações entre signo e imagem, aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elabora, e principalmente, inserir a fotografia no panorama cultural, no qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo. (MAUAD, 1997, p. 314).

A imagem fotográfica guarda aspectos da vida de pessoas e lugares, num determinado tempo do passado, com tal riqueza de detalhes, de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta. Ela congela momentos de vida e quando, anos mais tarde, é olhada, traz à tona um passado que não existe mais, fazendo o sujeito relembrar acontecimentos e emoções adormecidos na memória, ultrapassando o âmbito meramente descritivo da imagem. Guardar uma fotografia pode significar possuir o próprio passado; é acreditar na possibilidade de tê-lo disponível para acesso e revisão no futuro.

E por sentir ser a memória limitada e seletiva, a maioria das pessoas zela por aquelas fotografias que, de alguma forma, estão ligadas a momentos, pessoas e lugares importantes em sua vida. Quando indagados sobre a sua história de vida, como neste trabalho de pesquisa, os colaboradores exibiram suas fotografias tal como jóias raras, possuidoras de poderes mágicos que os fazem voltar no tempo, tornando-os moços, novamente, possibilitando o reencontro de pessoas que há muito se foram, e permitindo, o re-vivenciar de experiências que muitas marcas deixaram. Também, durante o ato de contemplação das fotografias, transbordaram sentimentos de orgulho e satisfação em se identificar como membro pertencente a um grupo social, possuidor de uma identidade cultural que é por eles valorizada.

De modo geral, História e Memória fazem parte da vida do homem, este ser tão social e individual. Mas, apesar de ambas evocarem o passado, elas não se confundem. Para alguns historiadores, como Pierre Nora, história e memória são antagônicas:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, neste sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do

esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança do sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9).

Na colocação do autor, memória e história se opõem, apesar de ambas evocarem o mesmo tempo: o passado. Enquanto, na primeira, existe a possibilidade de imaginar e criar, na segunda, o compromisso com o discurso crítico é um limite à poesia e um imperativo de interpretação. Para a memória não há ruptura entre o presente e o passado, pois, ela está em constante processo de renovação, possibilitando inúmeras lembranças; a história cristaliza o tempo, delimitando-o, fragmentando-o. A memória é poderosa, autoritária e inconsciente; a história é racional e consciente.

E, talvez, por serem tão diferentes, história e memória, quando se entrelaçam num trabalho de parceria e completude, proporcionam o espetáculo do avançar do conhecimento histórico. E é um novo avançar que se percebe, ao longo das últimas décadas, quando a história incorpora, além da memória, os procedimentos da História Oral. A questão da oralidade, que já estava presente nos estudos da Antropologia, rompeu as barreiras de outras disciplinas, como é o caso da História, constituindo o objeto de estudo da vertente historiográfica, denominada História Oral.

HISTÓRIA ORAL

Ao se pesquisar a história do tempo presente, a História Oral tem sido utilizada em diferentes campos, como o das ciências sociais, da história e, mais recentemente, da educação matemática, permitindo a constituição de fontes históricas.

O que é História Oral?

Nas bibliografias nacionais e internacionais, encontramos muitos estudiosos buscando explicar e definir o que entendem por História Oral. Dentre as muitas, selecionamos duas:

A história oral é um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. (LOZANO, 2000, p. 17).

A história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva (MEIHY, 2000, p.25).

Assim, a História Oral nasce da necessidade de se constituir outras fontes de informações, além dos documentos escritos, dando voz àqueles que foram silenciados ou ignorados pelos registros escritos, ou ainda, permitindo conhecer e compreender situações que não foram suficientemente estudadas. Ela surge como metodologia de pesquisa nos anos 50 do século XX, nos Estados Unidos, Europa e México e se “baseia na gravação de testemunhos sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida e outros aspectos da história contemporânea” (AMADO, 2003, p. 28). No Brasil, a História Oral foi introduzida nos anos 1970, difundindo-se especialmente a partir da década de 1990, sendo reconhecida e discutida em eventos regionais e nacionais de diversas áreas.

A base da História Oral é o depoimento gravado que tem seu valor em si, já que é único. Cada entrevista se constitui num documento original. O conjunto dos relatos dos depoentes vem a auxiliar na reconstrução da memória de um grupo, permitindo, muitas vezes, uma nova leitura da história. Garnica (2002), a esse respeito, afirma:

De um modo geral, acreditamos que a composição de cenários que a História Oral dá a conhecer, permite que detectemos tendências que vão se manifestando nos depoimentos. Surgem como dados particulares, são reforçados por uma expressão, um caso, uma lembrança, e vão se mostrando em grande parte – se não em todos – dos depoimentos, de forma significativa. Vem como ausência, convergência ou até mesmo discordância entre pontos de vista. /.../ Não se trata de estabelecer verdades e preencher – de modo definitivo – as lacunas da memória e da história. Muito menos de julgar depoimentos e depoentes. Trata-se de inventariar possibilidades que outras pesquisas poderão levar à frente. (GARNICA, 2002, mimeo).

Mas a História Oral, além de utilizar depoimentos que possibilitam uma composição mais nítida de cenários e paisagens da história, delineando com maior riqueza os detalhes, traz à tona outra questão que consideramos não menos importante: o resgate da palavra, do dito, da oralidade.

No início deste “retalho”, vimos que as fontes orais perderam importância, quando do surgimento da imprensa e, principalmente, quando “o positivismo e o cientismo oitocentistas estipulam que o conhecimento do passado deve assentar-se em documentos escritos; o oral é remetido para o campo da etnografia, das sociedades sem escrita” (VIDIGAL, 1995, p. 483). A história passou a ser elaborada somente a partir de documentos escritos. Só estes guardariam a verdade em si. A palavra escrita se impôs sobre a oral.¹¹³

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1947, eis que surgem as primeiras experiências, envolvendo pesquisas em que a oralidade, a narrativa, constitui fonte central de pesquisa. Benjamin (1986) afirma ser

a narrativa uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (BENJAMIN, 1986, p.205).

A relação narrativa/narrador é intrínseca, quase uma relação simbiótica entre dois sujeitos, em que um faz parte do outro; a narrativa é, também, muito do eu do narrador. Mas ao ocorrer uma narrativa ou um depoimento, outro personagem aparece: o ouvinte. Narrador e ouvintes são personagens da mesma história, sem um o outro não existe.

Paul Veyne (1982, p. 29) nos alerta para a noção de que a narrativa evoca a trama que envolve narrador e ouvinte/leitor. Para este autor, “em história, como no teatro, é impossível mostrar tudo, não porque isso ocuparia muitas páginas, mas porque não existe fato histórico elementar nem partículas factuais”. Narrar é selecionar; nunca alcançada a totalidade do observado num dado lugar e momento; é dar textura às tramas através de escolhas. Humana, a trama histórica não suporta determinismos; desenrola-se na tentativa de revirar as franjas do passado.

A história oral mudou a forma de escrever a história da mesma maneira que a novela moderna transformou a forma de escrever a ficção literária: a mais importante mudança é que o narrador é agora empurrado para dentro da narrativa e se torna parte da história. (PORTELLI, 1997b, p. 38).

Não só o fazer da história mudou; a postura do historiador frente às fontes de pesquisa ampliou-se. A crença de que o distanciamento do objeto pelo pesquisador era o meio mais seguro de não se comprometer a objetividade da pesquisa, defendida por muitos, não se sustentou. O historiador é sempre um engajado e, na História Oral, ele é, muitas vezes, ao

¹¹³ Também Paulo Freire aborda esta questão na obra *Pedagogia do Oprimido* onde destaca a falta de ‘voz’ de segmentos do povo brasileiro. Nilson José Machado, em seu livro “Matemática e Língua Materna”, faz um estudo da questão da importância dada à escrita em detrimento da oralidade.

realizar as entrevistas, personagem que auxilia na criação do documento oral. Os documentos orais (entrevistas) são o resultado do diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo, aponta Amado e Ferreira (2000).

É preciso considerar que o material escrito foi a fonte por excelência da história durante muito tempo. Seria equivocados, meramente, diminuir a sua importância para a constituição da história. Em nossa sociedade, a escrita foi e ainda é uma das formas mais comuns de registro das experiências, permitindo a preservação da memória e ajudando a construir a identidade pessoal e social. Mas, ter uma história de fonte única é dramático para a história, sentencia Becker (2000). O diálogo entre o erudito e o popular, o oral e o escrito, encarados de maneira dinâmica em suas múltiplas e mútuas influências, constituem, no trabalho investigativo, novas e ricas possibilidades de se fazer história. Não é a “verdadeira” história que buscamos, mas uma história na qual o humano está presente e se revelando em suas angústias, incertezas e pontos de vista. Deste modo, não pregamos conhecer “a história”; a ela preferimos, as “versões da história”.

Atualmente, se reconhece que os documentos orais têm tanta validade e importância quanto os documentos escritos. A documentação escrita, assim como a oral, não apresenta “a” imagem da “verdade”, um testemunho neutro da realidade. A questão que se apresenta é mais complexa: como estabelecer “a verdade”? Carlos Drummond de Andrade, em seus inesquecíveis versos “Verdade”, poeticamente denuncia: não há uma única verdade.

*A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.*

*Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
diferentes uma da outra.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.*

Tanto os registros escritos como os orais são, como observa Thompson (1998), “a percepção dos fatos”, ou seja, uma versão dos fatos dada por um indivíduo. Não raras vezes, “a verdade” que prevalece, cristalizada e consagrada pela história, é a “versão do vencedor” aponta Foucault (1990). Por isso, para aqueles que defendem uma história feita apenas sobre fontes escritas, julgando que assim mais se aproximam da verdade, vale a observação de que o documento escrito precisa ser trabalhado, enquanto produção histórica, que reflete interesses políticos e valores, que também estão permeados de subjetividade. Assim, “a revalorização da oralidade é suscitada pela emergência de uma concepção antropológica da história e pelo questionamento da validade das fontes escritas – afinal, tão sujeitas a erros, omissões ou falsificações, como as fontes orais, ou quaisquer outros produtos sociais” (VIDIGAL, 1999, p. 483).

Voltando o olhar e analisando o meu caminhar neste trabalho quando em busca de fontes escritas, percebo que as poucas existentes, além de estarem incompletas ou ainda inexploradas, excluíram muitos sujeitos e acontecimentos da história da educação do município de Blumenau. O que se encontrou foi uma história de roupagem racional, desumana e unilateral. Diz Hobsbawn (1998, p. 48), ser “tarefa do historiador tentar remover essas vendas, ou pelo menos, levantá-las um pouco de vez em quando – e na medida em que o fazem, podem dizer à sociedade contemporânea algumas coisas das quais elas poderiam se beneficiar, ainda que hesite em aprendê-las.”

Ao utilizar a História Oral como metodologia na pesquisa historiográfica, Meihy (2000) distingue três modalidades distintas: a História Oral de Vida, a História Oral Temática e a Tradição Oral.

A História Oral de Vida, “como o próprio nome indica, trata-se da narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa. [...] é o retrato oficial do depoente” (MEIHY, 2000, p. 61). Nela, o depoente tem liberdade de narrar sua trajetória de vida, revelando ou ocultando fatos, impressões e pessoas.

Por sua vez, a História Oral Temática é vinculada ao testemunho sobre algum assunto específico.

O trabalho com História Oral Temática, ainda que, como na vida História de vida, pautado nos depoimentos orais recolhidos de pessoas particularmente significativas para o problema focado pelo pesquisador, centra-se mais em um conjunto limitado de temas. Pretende-se reconstituir “aspectos” da vida dos entrevistados; pretende-se auscultar partes de experiências de vida, recortes previamente selecionados pelo pesquisador. Certamente que, dada a atmosfera em que se espera transcorra a entrevista, fatos que deslizem para fora do campo temático previamente definido

pelo pesquisador são também considerados, mas não terão, necessariamente, papel decisivo na interpretação da narrativa colhida. (GARNICA, 2003, p. 18).

Esta modalidade, por basear-se em assunto específico e previamente estabelecido, utiliza-se, freqüentemente, de questionários ou roteiros de entrevistas, já que o recorte do tema deve ficar de tal modo explícito que permita a abordagem do que se decidiu procurar. Meihy (2000, p. 68) observa que a História Oral Temática “é a que mais se aproxima das soluções comuns e tradicionais dos trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento acadêmico”. Às vezes, utiliza-se a documentação escrita em conjunto com a oral. Neste caso, é interessante estabelecer um diálogo entre as partes, o que resultará numa diversidade de informações e maior profundidade de compreensão dos fatos. Esta relação dialética é defendida por Joutard (apud GARRIDO, 1992/93, p. 38): “sem fontes escritas que permitam estabelecer a distância entre o dito e o não-dito, ou o que foi dito de forma diferente, não há verdadeira história oral”.

A Tradição Oral remete às questões do passado longínquo que se manifestam pelo que chamamos de folclore e pela transmissão geracional, de pais para filhos ou de indivíduos para indivíduos.

A utilização da História Oral, como metodologia de pesquisa, exige um conjunto de procedimentos descritos por Garnica (2002):

[...] uma pré-seleção dos depoentes – ou um critério significativo para selecioná-los – entrevistas gravadas – gravações essas que se constituirão no documento-base da pesquisa -, instâncias de transformação do documento oral em texto escrito – conjunto de processos distintamente denominado e conceituado nas investigações sob análise (fala-se em transcrição, de-gravação, transcrição e textualização) -, um momento que poderia ser chamado ‘legitimação’ – quando o documento em sua versão escrita retorna aos depoentes para conferência e posterior cessão de direitos de uso pelo pesquisador e, finalmente, um momento de ‘análise’ – certamente o de mais difícil apreensão. (GARNICA, 2002, mimeo).

Gattaz (1996) e Garnica (2002) descrevem, detalhadamente e com maestria, cada um desses procedimentos, fornecendo ao iniciante neste tipo de pesquisa, informações que auxiliarão na condução do trabalho, e ainda, a elucidação de muitas de suas dúvidas. Já Vianna(2000), em sua tese de doutoramento, apresenta as etapas de transcrição, textualização e transcrição como aconteceram no interior de seu trabalho.

Essa “nova história” é responsável pela ampliação do fazer histórico: no passado, baseado unicamente em documentos escritos; no presente, a possibilidade de lançar mão de uma diversidade de documentos: arquivos orais, fotografias, filmes. Com a nova história,

estabeleceu-se uma “revolução documental”. E, como apontou Thompson (1998) ao defender seu caminhar pela História Oral,

a história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreira que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras. (THOMPSON, 1998, capa-verso).



RETALHO 17: ALFREDO PETTERS

Não me chame de senhor; chame-me de cidadão Alfredo.

Sou nascido em Apiúna, que era, naquela época, uma localidade de Indaial¹¹⁴. Em 26, Indaial ainda não era município, mas foi lá que fui registrado. Indaial passou a município mais tarde, em 34, pois antes pertencia a Blumenau. Em Apiúna fiquei até os treze anos. Nós vivíamos muito mal. A vida era difícil: doze filhos. A mãe sofreu muito para ter esses filhos. Meu pai era intendente. Primeiro foi inspetor de quarteirão, depois, intendente. Passou o tempo todo como intendente, que era o cargo correspondente ao de prefeito da vila.

Fiz o curso primário numa escola que tinha só até o quarto ano primário, como toda escola naquele tempo. Só que até o quarto ano a gente aprendia juro e bastante coisa importante de matemática. Lembrar do que aprendi de Matemática, com detalhes, não lembro mais.

Um dia, um padre novo, o José Kresch, foi lá celebrar a primeira missa, e eu fiquei todo entusiasmado pela carreira sacerdotal. O comandante Chaves, que era o chefe dos inspetores dos salesianos, estava procurando vocações sacerdotais. Fomos, então, eu e meu irmão Victor - que foi prefeito de Indaial, anos mais tarde - para o colégio em Ascurra¹¹⁵, estudar para padre. Fiquei lá um ano e depois fui para São Paulo. Pegamos um ônibus, daquele ainda de madeira, até a cidade de Jaraguá do Sul, onde embarcamos no trem que nos levou a São Paulo. O padre João Rolando, diretor do colégio de Ascurra, foi junto conosco. Eram aproximadamente uns vinte rapazes; íamos fazer o ginásio lá em Lorena, no Vale do Paraíba, estado de São Paulo.

Viajamos um dia e uma noite naquele trenzinho. E à noite, para distrair, nós pegávamos as brasnhas que vinham da locomotiva como se fossem luzes. Elas vinham, entravam nos vagões e a gente brincava lá na janela, olhando as estrelas. No outro dia, na segunda noite, paramos em Ponta Grossa para dormir. Imagina, todo esse tempo no trem, naquele assento de madeira! Dormir numa cama foi fantástico! No dia seguinte, embarcamos para São Paulo e, finalmente, chegamos ao Liceu Coração de Jesus. Ficamos um mês nos

¹¹⁴ Apiúna pertencia ao município de Blumenau até o ano de 1934, quando ocorre o desmembramento do território deste último. Um dos novos municípios criados foi Indaial, do qual Apiúna torna-se distrito. Em 1989, Apiúna é elevado à categoria de município.

¹¹⁵ A Congregação dos padres salesianos foi fundada na Itália por São João Bosco (1815 – 1888). Em 1915, é fundado o Seminário São Paulo, em Ascurra (S.C.), localidade de imigrantes italianos.

preparando para o exame de admissão. Era no tempo do bondinho e a gente o tomava para ir à cidade. Eu só sabia onde estava quando via a torre do Liceu, que era ao lado do Palácio do Governo. Isso foi em 1941. Eu nasci em 1926 e devia ter uns 14 anos. Ficamos em São Paulo um mês, nos preparando para o exame. Conheci muitas coisas em São Paulo; andava pra cá, pra lá; sempre de bondinho. Era bom aquele tempo! E então, fomos para Lorena.

Fiz lá o exame de admissão. Lembro que o professor de Ciências, da banca examinadora oral, perguntou sobre as cores. Eu falei: “O preto”. Ele disse: “Preto não é cor.” Eu falei: “É cor, sim.” Teimei com ele que era cor, preto era cor, pois tinha pessoa preta! Era cor: preto! Mas ele não ligou pra mim; ele era teimoso mesmo. Fui aprovado e fiquei dois anos em Lorena, depois mais dois em Lavrinhas, um ano em Pindamonhangaba e depois voltei para Lorena. A formação era em seminário salesiano, formação para padre. Ao todo, fiquei doze anos no seminário. Terminei o curso de Filosofia, mas não me ordenei padre. Faltou toda a Teologia: os quatro anos de Teologia, sim!

Quando saí do seminário, fui para Monte Aprazível, estado de São Paulo, perto de São José do Rio Preto. Lá tinha um internato grande. Foi lá que fiquei. O padre Nunes, que era salesiano, me contratou como professor da disciplina que precisasse, porque naquele tempo, a gente lecionava qualquer coisa. Faltava professor. Eu lecionei Português, Ciências e

até Anatomia Humana para o curso Normal. Eu tinha que estudar e preparar as aulas uma a uma. Fiquei trabalhando no estado de São Paulo, de 52 até 63.

Em 64, vim para Santa Catarina e resolvi ficar aqui, em Blumenau. Para regulamentar o diploma de Filosofia que possuía, prestei uns exames em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina. Havia uma lei que permitia a gente regularizar a vida. Agora, meu certificado é esse daí, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSC e vale como curso superior, enquanto o outro não valia nada mesmo. Peguei aulas nos colégios Sagrada Família, Santo Antônio e Pedro II, todos em Blumenau. Os três ofereciam os



Fig. 17: Certificado do Curso de Filosofia, Ciências e Letras de Alfredo Petters.

curso primário e ginásio. O Santo Antônio tinha ainda o curso de Contabilidade, o Sagrada Família e o Pedro II já tinham o curso Normal. Anos antes, Célia, uma das minhas irmãs, para fazer o Normal, precisou ir a Florianópolis, já que aqui não tinha. Ela fez a 4ª série do ginásio no Sagrada Família e depois arrumou um lugar para morar lá no Colégio Bom Jesus, o colégio das irmãs, em Florianópolis. Ela trabalhava e pagava os seus estudos. Quando se formou, ela voltou para lecionar no Sagrada Família.

Quando cheguei em Blumenau, os professores que aqui lecionavam eram quase todos ex-seminaristas. Meu Deus, era uma invasão daquele pessoal de Rio dos Cedros que saía do colégio dos padres! Todo mundo ia dar aula! O Joaquim Floriani era um deles. Ele pegou o documento que permitia lecionar antes de mim. Isso foi depois do Dutra ser presidente da República, em 1945, quando Getúlio teve que abandonar o poder. Você sabe que os americanos obrigaram o Getúlio a renunciar por causa do fim de guerra, não? Fizeram ele renunciar, essa é a verdade! Ele foi para São Borja e depois voltou. Ele dizia: “Eu voltarei!” Conheces aquele boneco de chumbinho sempre de pé? Pois é parecido com o Getulinho. E ele voltou: em 50, ele voltou!

Em 64 comecei a ensinar Matemática no Santo Antônio. O diretor, Frei Odorico, me deu aulas em todos os períodos. Eles até davam uma aula pra mim, porque não cabia no horário. O Frei Odorico gostou de mim, não sei porque ele foi com a minha cara; ele sempre me protegeu. Depois que me aposentei, lecionei lá ainda mais três anos! Nunca ninguém me incomodou. No Colégio Pedro II, também tive sorte. O governador na época, o Celso Ramos¹¹⁶, fez a nomeação de lente catedrático pela última vez em 64; depois não nomeou mais ninguém. Então, fui nomeado lente catedrático e sem concurso; apenas interino. Mas como não houve mais concurso, porque veio o golpe militar - e os militares se intrometeram em tudo, um nojo – fiquei efetivo.

Lá em Monte Aprazível, trabalhei, também num colégio estadual. Consegui a vaga disputando com quatro ou cinco candidatos. Era o Instituto Capitão Porfírio de Alcântara Pimentel, estadual e muito importante. Lá eu ensinava matemática, sendo nomeado interino. Ocupei a vaga durante alguns anos até que a escolheram num concurso de remoção. Fui, então, para Neves Paulista, aonde peguei uma cadeira de latim; virei professor de latim. Quando a disciplina de latim foi retirada do ginásio, ainda fiquei recebendo o salário, sem trabalhar, por dois anos, à disposição.

¹¹⁶ Celso Ramos governou o estado de Santa Catarina no período de 1961/1966.

Aqui em Blumenau lecionei somente matemática. No Colégio Sagrada Família trabalhei um ano só, no tempo das irmãs progressistas. Depois, com a mudança do Papa, vieram os da linha tradicional de novo, e então eu saí. Mas peguei mais aulas no Santo Antônio e no Pedro II, também. Não tinha mais horário vago.

No Pedro II, o diretor era o Joaquim Floriani. Meu Deus, ele era um terror! Por quê? Porque era um ditador. Um ditador bacana, como o Fidel Castro! Ele era bacana, mas se uma menina ia com os joelhos de fora, ele mandava pra casa. É, destratava sim, no pátio, na frente de todos! Rapaz de cabelo comprido? Não entrava na sala de aula; ele mandava cortar. Ele era assim: terrível! Judiava das professoras. Comigo ele nunca se meteu, não. Ele tinha medo de mim. Quando eu dizia ‘bom dia’ pra ele, ele não dizia nada. Quando eu nada dizia, ele dizia bom dia pra mim. Engraçado, ele era assim, mas ele me queria bem. Pelo jeito, ele me queria bem e me respeitava porque nunca, nunca se meteu a bobo comigo. Já com as professoras, não; ele judiava delas. Ele punha ordem na casa, mas desse jeito, como qualquer ditador põe. Getúlio, também pôs ordem no Brasil, mas olha como é que ele era...

Lecionei Matemática sempre no ginásio, de primeira a quarta série. Cheguei a trabalhar um ano no curso Normal, mas coitadinhas, aquelas normalistas não sabiam nem fazer as operações fundamentais! Quando chegava sistema métrico, mudança de unidades, meu Deus do céu! Uma coisa elementar! Eu tentava explicar, mas elas não tinham base. O defeito era dos professores de Matemática que não explicavam bem certos princípios aos alunos. A Matemática é uma linguagem que a gente tem que conhecer bem. Por exemplo: a questão de parcial e fator. O aluno tem que distinguir o que é parcial e o que é fator. Ele tem que pensar: “Esse número está entre qual sinal? Mais? Então, é uma parcela. E esse aqui tem o sinal vezes: é um fator. Vou reunir primeiro os fatores para se tornarem uma parcela e então posso somar com outra parcela.” O aluno tem que perceber que não pode somar uma parcela com um fator e o professor tem que insistir nisso. Os conceitos têm que ficar claros. Os professores de Matemática não faziam isso e os alunos ficavam sempre perdidos. Somavam uma parcela com um fator e nada dava certo. Explicando bem a linguagem, o aluno não tem mais problema com a Matemática. Os meus alunos sempre foram bem em Matemática, sempre foram bem. Um dia, para me estabilizar depois de aposentado, porque queria continuar trabalhando, precisei fazer um exame de saúde. Fui lá no Centrocor - aquela clínica médica perto do Pedro II - e quem me atendeu foi o Dr. Zimmermann. Ele contou-me, que quando viu meu nome para consulta, disse à secretária: “Esse eu quero examinar”. Quando entrei, ele explicou-me que tinha dificuldade em aprender matemática e que participou de um

curso de férias que eu dei lá no Pedro II. Ele assistiu às aulas e depois nunca mais teve problemas de aprendizagem em matemática. Ele disse isso pra mim, sim. Hoje ele é médico do Hospital Santa Catarina. Também, a maioria dos médicos de lá foram meus alunos! Eu tirava a dificuldade deles, explicando que a matemática é uma linguagem que tem que ser compreendida; tocava nos pontos-chaves do problema.

Nunca lecionei no curso científico, porque tinha habilitação somente para o ginásio. Lá eu ensinava de matemática tudo o que se ensina hoje. Nós já tínhamos que trabalhar a matemática da teoria dos conjuntos. Matemática Moderna foi como eles chamaram depois, mas “moderna” era só modo de dizer, porque não se ensinava nada de moderno: apenas a linguagem da teoria dos conjuntos era uma coisa nova, que aprendi num curso que fiz no Colégio Santo Antônio. Não lembro mais o nome do professor que deu esse curso. Lembro de um colega de trabalho, o Rivadávia Wollstein, que era um grande professor. Ele trabalhava no Sagrada Família, no Santo Antônio e depois, na FURB, quando ela foi criada. Quando cheguei em Blumenau, a FURB estava só no início e funcionava no Grupo Escolar Júlia Lopes, com o curso de Administração, cujo diretor era o professor Pompeu. Depois foi indo, foi indo, até que construíram a sede onde é hoje. Lembro que já tinha gente formada e não tinha diploma, porque os cursos não tinham reconhecimento. Que nem eu aqui! Na verdade, havia poucas pessoas com formação universitária, aqui em Blumenau, porque existiam poucas Universidades no Brasil, muito poucas. Aqui em Santa Catarina só tinha a Federal, a UFSC. Hoje em dia, todo mundo precisa fazer curso superior.

Voltando ao ensino, a álgebra era estudada em todos os anos do ginásio: na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série. Sempre tinha a parte de álgebra e a parte de geometria. E naquele tempo exigiam ainda, que se demonstrasse teorema, a coisa mais besta! Mas eu tinha que cumprir. Os padres eram severos nisso, queriam que a gente cumprisse o programa. No Santo Antônio, os padres velhos eram, vamos dizer, “quadrados” Era aquilo, aquilo lá e acabou! Eu fiquei muitos anos lá. Os alunos gostavam de mim, porque eu era um dos menos quadrados da turma de professores; era o mais liberal, aquele que fazia a turma pensar. Já o Colégio Pedro II era mais liberal. Tudo era organizado no começo do ano. Os professores se reuniam e cada um elaborava o planejamento da sua disciplina que depois, se não me engano, era passado para o presidente do conselho. Cada disciplina: matemática, história, ... tinha o seu departamento. No Santo Antônio, também existiam os departamentos. A gente dava o programa que elaborou e o que ia ensinar. Eles examinavam tudo. O programa, que era a espinha dorsal, já vinha determinado da Secretária de Educação; o planejamento era aquilo que fazíamos. Como,

geralmente, eram adotados livros, nós o seguíamos, sendo que tínhamos que cumprir pelo menos 75% do planejado. Quando cheguei ao Santo Antônio, o livro adotado era o do Ary Quintella, que era meio chato, porque ele era militar, de colégio militar. Ele era muito duro, programa difícil, essas coisas; os alunos cansavam. Quando entrei lá, adotei o Oswaldo Sangiorgi, que era muito mais brasileiro, mais civil. O Pedro II já usava o livro do Oswaldo Sangiorgi. Eu fiquei com ele toda a vida. O Ary Quintella era muito bom, mas era pra militar. É mais para o pessoal de linha dura. Ele tinha até o teorema de Euler, que nunca ninguém ensinava! “Óiler” que eles chamam de “Euler”. Atualmente, tem um jogador chamado Euler e eu sempre reclamo porque ele adotou um nome alemão e o chamam de “Euler”. Porque em alemão, ‘eu’ é ‘ói’: “Óiler”! É como Peiter. Não é “Peiter”. A pronúncia é “ai”, é “Paiter” em alemão. Eles não sabem nada disso. Eles dão um nome estrangeiro e depois pronunciam como querem. É como radiche, que é o nome italiano do almeirão. Eles põem assim, radiche, com “ch” e “e”. Um dia eu telefonei lá para o produtor de uma rádio. Falei assim “Vocês põem lá radiche e em italiano, *ch é que, radique.*” Eles erram tudo, não sabem nada, não conhecem nada: latim, nada.

Estudei latim, grego, espanhol, italiano, francês; era muita língua, tinha que saber. Ia ser padre! Inglês, só estudei no ginásio. Nós tínhamos um professor horrível, depois da 3ª série. Na 2ª série tinha o padre Renodense, que era um inglês. Aquele era um amor. Ele levava musiquinha pra gente ouvir e repetir. Se errávamos na prova, ele descia a escadaria, ia lá na secretaria e mandava corrigir para dar 10. Quando ele ia celebrar uma missa, perguntava quem queria assistir, quem queria ajudá-lo como coroinha. Para acordar cedo, nós amarrávamos uma toalha no pé da cama. Eu sempre amarrava e acordava às quatro horas da manhã. Depois da missa, ele dava duas laranjas-lima para os que ajudaram; era presente! Se você tivesse sempre um professor assim... Mas depois, veio outro professor, que não sabia nada de inglês. Ah, não deu! Acabou, nunca mais eu quis saber de inglês e nunca mais aprendi. Até hoje. Foi a consequência daquele tempo; fiquei com raiva do professor. Ele não era professor.

O Colégio Pedro II, em 64, era bem organizado. O Floriani colocava tudo em ordem, tudo na linha. Funcionava bem, não se via bagunça. Ele estava ali em frente sempre. Às vezes ele colocava alunos de castigo, encostados nas colunas. Tinha castigo, judiava com a turma, mandava cortar cabelo, mandava saia até o joelho, aquela mania toda dele, brigava com as professoras, fazia as professoras chorarem... Era ridículo. Mas em todo caso, a disciplina funcionava e a escola também. Os alunos gostavam daqueles professores - velhos professores

- pois eles levavam a sério o ensino. Eles queriam mesmo ensinar, tinham vontade de ensinar. Hoje em dia, o professor vai lá e, muitas vezes, não tem vontade de ensinar. Mudou, o mundo mudou, fazer o quê? Mas, naquele tempo, não. E olha que a escola era pobre em material didático. Toda vida foi pobre, colégio de estado. Mesmo o Colégio Santo Antônio era pobre. Não tínhamos esses materiais para manipular como, por exemplo, os prismas. Era giz e quadro negro. E livro didático, caderno e aquela insistência de certos princípios: repetição, repetição, até o aluno assimilar a linguagem. O livro didático era obrigatório, sempre foi. Todo mundo tinha o seu livro. Para ensinar geometria não tinha nada, nada. Isso era pobre, sempre foi pobre e ainda é pobre nesse sentido. Havia a disciplina de Desenho Geométrico, cujo professor era o José Tafner, aquele que hoje é dono daquela faculdade lá em Indaial. Ele era esforçado; era o professor de Desenho do Pedro II. Havia outros professores de Matemática lá. Tinha o Wigand Gerhardt, que acho que é falecido; os Floriani, o Joaquim e o irmão dele, o Valdir. Tinha ainda o Wilson Pessoa que era professor de Educação Física. Ele era magriiiiiiiinho e muito querido. Tinha o Buzarello, mas ele era professor de Português, assim como o Trierweiler. Esse último tinha um tipo de verme, que quando pegava na cabeça, ficava muito nervoso e berrava com os alunos. Então, às vezes, eu estava numa sala vizinha e ele começava a berrar, porque a turma não aprendia, não sabia, não fazia as coisas. E eu falava pra minha turma, “Não, ele está ensaiando! Ele é professor de Português, está ensaiando um teatro. É só um ensaio; ele não está bravo, não!”

Não lembro mais de todas as pessoas. Fiquei muito sem memória, muito, muito, muito. Também, estou velho: 76 anos! Eu planejei a minha vida até os 70 anos. Meu irmão ficou bravo comigo porque eu disse isso a ele. Falei: “Eu estou me cuidando, não vou morrer assim, não. Eu largo minha carcaça, mas continuarei vivo sempre; sou eterno. Vou para Deus. Esse corpo aqui, não interessa. Põe lá para as plantas se alimentarem. Só deixo o corpo, mas eu não vou morrer não. Nós, homens, somos assim”.

No Pedro II entrei em 64 e me aposentei em 79, porque tinha bastante tempo de serviço, já que comecei a trabalhar em 48. Sempre trabalhei em colégio público e, paralelamente, em colégio particular. Assim, aposentei-me pelo INPS e pelo IPESC¹¹⁷, do Estado. Em 79, me aposentei, mas continuei lecionando no Santo Antônio mais três anos, até o Frei Wilson sair. Nós saímos juntos. Isso foi trabalho do Frei Pascoal. Eu gostava do Frei Pascoal, ele era meu amigo. Como educador era ótimo, mas ele estava num ambiente em que

¹¹⁷ Em 1909 foi criado o Montepio dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina. Em 1962, foi transformado em Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC).

a turma era capitalista, materialista e egoísta; eles não iam assimilar as mudanças propostas por ele que estavam mais adequadas para um seminário, para pessoas mais abertas. O sistema educativo dele era completamente correto; eu concordava em tudo. Entretanto, não se adaptava ao Colégio Santo Antônio, que era um educandário para filho de rico e acabou. E filho de rico nunca pensou no pobre. Já o Pedro II era liberal, um colégio aberto. Era público, não se pagava mensalidade; tinha vaga, entrava. Continuei no Pedro II, mesmo depois de aposentado. Fiz novo contrato e fiquei mais 12 anos, trabalhando na biblioteca, no xerox, tapeando aqui e ali... Não fui mais para a sala de aula; me liberaram, porque viram que eu estava cansado. Mas eles precisavam de mim.

Peguei, então, mais uma aposentadoria. Dá mais ou menos, por mês, cento e poucos reais. Agora tenho três aposentadorias. Mas é uma só que vale. E para consegui-la, sofri muitos anos. Meu Deus, eles não queriam me pagar o valor das 40 aulas! Quando me aposentei, o salário era calculado sobre o efetivo e mais as aulas extraordinárias. Mas aquelas aulas extraordinárias nunca mudavam de preço. A inflação ia, ia, ia e o meu salário era sempre o mesmo valor. Isso no Estado. Até que o Tubarão, um amigo meu, foi lá e arrumou pra mim. Ele disse que eu tinha 40 aulas e que estava tudo errado. Quantos anos eles comeram meu dinheiro, meu Deus! Depois que veio o dinheiro certo, aí foi bom, foi bom.

No período em que dei aula, havia poucos cursos de aperfeiçoamento para os professores no Pedro II; no Santo Antônio sempre tinha. Os padres contratavam professores que vinham a Blumenau. Esses cursos eram dados por pessoas mais capacitadas e a gente aprendia muitas coisas: tinha que dar uma aula, para marcar o tempo; estabelecer o critério de aula; tinha que fazer o programa e depois, mostrar para os próprios colegas. Todo mundo fazia os cursos.

Durante todo o período em que fui professor ocorreram poucas mudanças no ensino. Eu é que fui mudando, aprendendo as coisas, porque, no início, era um bronco! A gente, quando deixa de lecionar por causa da idade, percebe que é neste momento que estaria mais ou menos capacitado pra começar a trabalhar com os alunos. Por quê? Porque quando começamos a lecionar, falta muita coisa para ser um professor mesmo, para tratar dentro do mundo dos alunos, para trabalhar com a mente deles, fazer eles pensarem, raciocinarem, refletirem. Às vezes, eu era severo demais, judiava dos alunos. Não sei, não me considerava preparado para dar aulas. Mas acho que tinha pouca gente preparada. Um dia, uma sobrinha, a Laila, e uma amiga estavam aqui e ela disse-me: “É, mas o senhor sabe muito.” Falei: “Não, minha filha, aí é que está o engano. O professor é mais experiente que vocês, então, o

professor orienta. Todavia, aprendo mais com vocês do que vocês comigo; eu estou sempre aprendendo com vocês.” Elas ficaram me olhando... Continuei: “Sim, vocês ensinam muito. A criança ensina para o adulto. É só o adulto prestar atenção. Vocês estão sempre me ensinando, então eu estou aprendendo com vocês, e vocês podem estar aprendendo comigo. Só tenho mais do que vocês a experiência e o conhecimento para poder administrar isso, e só. Nós todos crescemos juntos, estamos crescendo.” A idéia de crescimento: crescer junto, mentalmente, eu propunha essa idéia para os meus alunos. Eles gostavam disso. Aprendemos e temos que observar a criança. Ela não mente, não é falsa. Os olhos de uma criança falam tanto que a gente tinha que aprender com ela. Se a gente fosse que nem criança, então o mundo seria bom, muito bom. A escola é para formar os indivíduos. Não é para “encucar” um monte de coisas nas cabeças deles, não. Deveria prepará-los para a vida.

Antes, para aprender Matemática, tinha que estudar muito. Por exemplo: demonstrar um teorema não era fácil. Porque os alunos nunca tinham aprendido lógica, em que se estuda como estabelecer a hipótese e a tese. A hipótese é de onde partimos; daqui. Se isso é assim, então, aí vem a tese. Agora, como é o caminho que vai levar da hipótese à tese? Como é que podemos provar pra chegar a ela? Isso para a criança é difícilimo, é uma coisa chata. E então, geralmente, ela decorava. Ultimamente, eu não insistia mais na demonstração, não. Dava algumas explicações apenas. Por exemplo: para mostrar a congruência de triângulos, dizia: “Esse ângulo coincide com aquele lá e há dois lados adjacentes a esse ângulo que também são congruentes, então, podemos afirmar que os dois triângulos são congruentes.” Não precisa demonstrar com todo aquele lero-lero. Inclusive, com o passar do tempo, a geometria foi deixada de lado, sim! Agora, quase não se demonstram mais os teoremas. Só se faz uma explicação sem hipótese e tese, sem demonstração, aquele corpo todo. Não, a turma não aceita mais.

Já o estudo da álgebra era completo; tudo tinha que ter. Ainda mais depois com a teoria dos conjuntos, a álgebra dos conjuntos que eu nunca cheguei a explicar. Porém, os alunos se saíam na álgebra sempre melhor que na Geometria. Para eles era mais fácil, era somente uma linguagem. Já a geometria não; tinha muita lógica, muuuuiiita lógica, ainda mais quando o Ary Quintella vinha até com teorema de Euler! Se fosse ainda o teorema de Pitágoras, que é um teorema bacana! Os alunos até que gostavam desse teorema, mas dos outros, não.

A avaliação era bimestral e a gente tinha que dar pelo menos três notas. Eu, por exemplo, dava uma nota de participação do aluno, assiduidade, essas coisas todas que

aconteciam na sala de aula. As outras eram de provas, trabalhos, tarefas. O aluno que fazia tarefa, tinha nota de participação. Mas eu dava poucas tarefas para casa. Um dia houve uma reunião com os pais e alunos, no auditório do Santo Antônio. Lá, reclamaram que os filhos tinham pouca tarefa; estavam bravos comigo. Levantei, pedi a palavra e falei: “Escuta, os alunos são crianças. Eu tenho alunos na 5ª, 6ª até a 8ª série. Eles são crianças que têm a manhã toda de aula, à tarde ainda têm Educação Física e ainda tem isso, tem aquilo. Como é que vou passar mais tarefa? Não é só a matemática que eles estudam; tem cinco matérias por dia. A gente tem que dosar isso, a criança tem que ser criança, enquanto pode. Ela não pode somente estudar; tem que brincar, correr, se distrair.” Os pais responderam: “É, e para isso tem sábado e domingo.” “Não, só sábado e domingo, não. Todo dia a criança tem que ter o horário de lazer. Não pode ficar presa de manhã, de tarde e de noite”, respondi. Frei Pascoal, o diretor, me apoiou. Os pais ficaram calados, bravos comigo, porque tinha pouca tarefa, pouca tarefa. Estudar, estudar pra fazer a faculdade: dinheiro, dinheiro, “money, money”. Era só nisso que eles pensavam!

Você quer saber qual é o meu apelido? É “índio”. Sabe como é que ele surgiu? No Santo Antônio, todo padre tinha apelido: o Frei Tatu, o Frankenstein – que era o Frei Ervino – enfim, todos tinham apelidos, dados pelos alunos. Eu pensei: eles vão me dar um apelido. Pode ser que me dêem um apelido feio e eu não gosto de apelido feio. Pensei, pensei e decidi: “Vou dizer que sou índio, pronto!”. Índio é um apelido bom. Então, cheguei numa sala de aula e expliquei para as crianças a história da minha tribo. Falei que eu era bisneto do Touro Sentado, pele vermelha da tribo dos Sioux e que tinha vindo pelo porto de Itajaí. Inventei a história que eu tinha deixado lá minhas rocinhas, enfim, tudo. A turma escutou atenta, atenta... Eu até me admirei que eles prestaram tanta atenção. Depois, eles foram para casa: “Mãe, mãe, nós temos um professor índio, mãe. Nós temos um professor índio.” “Ah, deixa de ser bobo.” dizia a mãe. “Não, é índio, é índio, é índio!” Eles não prestaram atenção no meu sobrenome, sabe? Era conhecido como professor Alfredo. Não repararam no meu sobrenome. Além do que, Petters também podia ser americano, porque Petters com dois “t” se pronuncia “Pêtters”, pois na língua alemã, quando há duas consoantes, se fecha a vogal. Sou descendente de alemães e austríacos e, por parte de mãe, de italianos da região do Norte da Itália: Torino, Castelo Novo. Bem, então pensei: eu vou espalhar que sou índio lá no Pedro II, também. À noite, era tudo aluno maduro, que já trabalhava. Eu cheguei nas duas primeiras aulas e contei a história do índio. Falei que era índio e tinha deixado a minha tribo. Quando falei que tinha deixado a minha rocinha de mandioca pra trás, eles riram, riram! Mas olha, tinha um Schulz

de Apiúna, que hoje é o prefeito lá, que após dois ou três anos, descobriu que eu era um dos Petters de lá. Ele acreditou que eu era índio! Então fui índio a vida toda, a vida toda: índio, índio, índio. O apelido de índio me acompanhou.

Quando cheguei no Santo Antônio existia ainda o internato, e o chefe dos internos era o aluno mais rebelde. Ele tinha matado um sujeito na terra dele. Lá no Oeste do Estado, as coisas eram resolvidas no revólver, antigamente. Então, ele veio pra cá, para estudar. Eu não sabia de nada disso. Eu via que ele era meio triste, sempre sozinho. Aí, um dia, ele estava meio isolado, no pátio, e eu fui lá conversar com ele. Eu gostava de educar as crianças. Conversei com ele, bati um papo. Ele gostou de mim: me chamou de cacique. Na minha aula, ele sentava no fundo da sala. Mais tarde, fiquei sabendo que, coitado de quem fizesse brincadeira na minha sala de aula, ou não prestasse atenção: ia se ver com ele. Ele comandava a turma toda. Só porque eu o tratei bem, dei atenção para ele. Os padres não davam atenção pra ele; era um bandido!

Quanto ao salário, no começo o Estado pagava bem. Isso até o golpe militar. O professor lente catedrático tinha um bom salário. O Santo Antônio também pagava bem, até o golpe militar. Depois, os militares começaram a restringir: o colégio queria dar aumento e eles não deixavam. Aí veio o Fundo de Garantia, essas coisas todas, e eles passaram a controlar tudo. Então ficou ruim. Não gostei. Por isso sempre fui contra o golpe militar.

Durante o período militar, na escola, foi um nojo, um nojo. Coitado do Trierweiler. Um dia, ele foi bobo de falar contra os militares. Ele foi levado preso para o quartel e lá ficou uns dois dias, numa cela sozinho. Tudo por causa de que ele tinha falado em sala de aula contra o Golpe. Isso foi lá no Pedro II. Tinha um sargento do exército que estava sempre lá e também um capitão, que dava algumas aulas e namorava as meninas. Eles faziam parte da escola só pra controlar. Então, eu falava bem do Brizola para o sargento. Ele ficava com uma raiva! Eu dizia que o Brizola ainda ia voltar para ser governador do Rio de Janeiro. E ele ria de mim: “Brizola, aquele velho!” Eu dizia que não, que o Brizola lutou pela Constituição, lutou...Tudo era controlado. Meu filho estava estudando na faculdade e um dia chegou uma menina e disse: “Esse aí, esse aí é espião. É espião, é dedo duro!” Ela falou para o meu filho. Coitado, um anjo! Ele não tinha nada a ver com isso. Mas ela achou que ele era. Em todo lugar, tinha controle sobre qualquer coisa que se falasse. Aquele padre, o Orlando Murphi, foi muito vigiado. Um tenente coronel, que depois morreu de enfarte, disse que se ele pegasse o padre Murphi, entre a faculdade até a rua São Paulo, ele estaria morto, de tanto soco que daria nele. Ele tinha uma vontade, uma gana de matar o padre Murphi! Você vê como é que eles

eram. Mas graças a Deus, ele morreu na rua correndo atrás de um ladrão. Ele foi um infeliz. Naquela época falei para uma sobrinha dele: “Olha, você me desculpe, mas agora ele já está no inferno mesmo!”

O golpe dos militares acabou com as lideranças. O Brasil agora vai levar muito tempo para se reerguer. Os estudantes, antes, tinham maior consciência política. Meu Deus, como eles tinham! Eu comecei a me tornar um pouquinho consciente, politicamente, porque os professores que vinham da USP eram liberados, conscientes, tinham a formação de cidadão mesmo. Por isso eu digo que somos cidadãos. Eles vinham com umas idéias certinhas, e eu era bobo, crente. Não sabia escolher o melhor. Eles diziam: “Não tem o melhor.”

No período da repressão, depois de 64, achei terrível como mataram os líderes e a forma como fizeram: torturando, torturando e depois decepavam a cabeça e a jogavam num rio e o corpo em outro para nunca mais reconhecer o sujeito. O padre Evaristo, Dom Evaristo Arns, o arcebispo de São Paulo, fez aquele livro que foi bom: *Tortura Nunca Mais*¹¹⁸. Mas não deram a mínima, o povo nem estava aí. Eu conheci as coisas pelo Pasquim. O Cervázio Luz, que era professor, lá no Santo Antônio e no Pedro II, trazia o Pasquim para o colégio. O Pasquim era inteligente, sabia usar as palavras para dizer as coisas, porque se eles usavam uma palavra assim, os militares censuravam, se usasse outra palavra, não censuravam. Eles eram inteligentes e conseguiam escapar da censura.

Depois desse período do “cala a boca”, os professores não podiam dizer nada. Eles não prestaram mais: não sabiam lecionar, não formavam mais consciência política e nem desenvolviam o pensamento das pessoas; nada. Até há pouco tempo, aconteceu que uma professora de História ou de Inglês, não sei bem, expulsou um menino da sala de aula, porque ele tinha um símbolo nazista na perna. Falei: “Professora, a senhora não pode expulsar um aluno da sala por causa disso!” Ela respondeu: “Era um nazista!” “E daí?”, retruquei? Tinha aquele filme da II Guerra, que o judeu fez, que era tudo mentira, porque o judeu pregou mentiras sobre a Guerra. Meu Deus, os sionistas dizem que Hitler matou milhões de judeus. A Cruz Vermelha Internacional está cansada de dizer que na Europa não havia mais de 350 mil judeus. Diz que matou não sei quantos milhões: uma mentira. Hitler foi empurrado para a guerra. Foram eles, os sionistas, que fizeram a 2ª Guerra, como fazem a Guerra do Iraque agora. É por causa do petróleo, do oleoduto que existe lá e que foi interrompido em 45, quando foi criado o Estado de Israel. Israel não recebe o petróleo da região. Agora, quem fez

¹¹⁸ *Brasil Nunca Mais*, prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

essa guerra no Iraque foi o judeu, o sionista. Imagina quanto dinheiro eles ganharam com a venda de armas, munições, tudo. Vai falar isso... mas o povo não acredita.

Então, as pessoas tinham muito mais consciência política. Cursavam faculdade, discutiam, aprendiam; era uma clareza. Até que veio a CIA¹¹⁹ e preparou o golpe militar. Até há pouco tempo, estive no Rio de Janeiro, um general da CIA, gabando-se de que foi ele quem fez o golpe militar. Gabando-se ainda! Você vê que porcaria? E nas escolas foram introduzidas disciplinas novas como Organização Social e Política Brasileira (OSP) e Educação Moral e Cívica. Depois, até cantaram aquela música “Eu te amo, meu Brasil...” A música até é bonita, mas foi feita por eles.

No Chile, outro coronel da CIA preparou o golpe para acabar com o Allende, porque o Allende era comunista e nacionalizou as minas de cobre. O cobre é do Chile, dizia. Então ele é nosso e não dos americanos. Ah, pra quê! Isso ofendeu os judeus que prepararam o golpe: 90, 100 dias de greve. Os caminhoneiros eram tratados a churrasco e cerveja, todo dia, para não acabar a greve. Daí o povo começou a se revoltar: não tinha mais comida, não tinha mais nada. Lá no Chile, não tinha estrada de ferro; era só caminhão. Então, não agüentou. Na Argentina, aconteceu a mesma coisa. A CIA preparou os golpes todos. Assim, acabaram com o pessoal de esquerda, com os que tinham idéias; acabaram com os líderes. Até chegaram a matar o Lacerda que era um deles! Mataram o Juscelino e o Jango. Não, dizem, foi um enfarte do coração em Buenos Aires, que matou o Jango! Mas não foi; foi envenenamento. E o Brizola, que era o mais esperto, o mais astuto, se safou; foi embora. Agora ele já está caduco, mas eu gostei dele, meu Deus, como eu gostei do Brizola! Quando ele gritava “Soldados, prendam os gorilas!”, eu gostava!

Como já falei, no período militar começou o declínio salarial. O secretário de Educação do Estado de Santa Catarina foi um militar, também. Foi ele quem acabou comigo. Isto foi depois do golpe. Não lembro mais o nome dele, nem quero lembrar: um safado. Um militar, um militar secretário de educação.... Nós tivemos tantos bons secretários de educação e, depois, isso!

Eu tinha habilitação para lecionar matemática e latim, mas dessa última, pedi exoneração do meu cargo. Fiquei só com a Matemática e gostava de lecionar. A gente era burro, mas tão burro, que pensava que só sabia lecionar. Eu podia ter feito outras coisas. Sabe, fui muito judiado, muito judiado! Mas essas coisas não interessam mais.

¹¹⁹ Central Intelligence Agency (CIA).



RETALHO 18: ALMERINDO BRANCHER

Primeiramente, é com muita satisfação, ainda mais por ser professor de Metodologia Científica e Metodologia do Trabalho Acadêmico - disciplinas que primam pelo repasse de informações que mereçam credibilidade, fidedignidade e objetividade – que a parabenizo por buscar pessoas-fonte que atuaram como professores, na época do enfoque de sua pesquisa. Espero que elas possam dar-lhe uma trajetória do ensino da matemática, através dos tempos, aqui na região de Blumenau. Um depoimento que, infelizmente, você não poderá contar é o do Joaquim Floriani, já falecido, que foi uma pessoa de referência do Colégio Pedro II. Falar em Joaquim Floriani, na área de Matemática, é como falar em Lothar Krieck, na área de Ciências. Há ainda professores como Alfredo Petters, José Valdir Floriani, Rivadávia Wollstein - que foi meu colega de trabalho no Colégio Sagrada Família -, o Rapyo que, parece-me, também é falecido e outros que poderia citar. Todos teriam muito para contribuir, contar... Essa experiência acumulada pode nos dar fundamentação teórica, para construirmos novas metodologias e processos de ensino que vão beneficiar a qualidade do ensino-aprendizagem da matemática. Porque o nosso aluno, infelizmente, não tem medo da matemática; ele tem medo é do professor de matemática. E nisto há uma transferência psicológica para o aluno. Tanto assim que ele não precisa ter receio do professor, já que este último parece que está investido de superioridade, somente por ser professor de matemática. Houve épocas em que o aluno já tremia ao observar o horário: “Hoje vamos ter matemática.” Na minha opinião, um professor que deveria ter muito mais relacionamento humano, muito mais psicologia, é o professor de matemática.

Fui despertando para este fato e assumindo essa responsabilidade com o passar do tempo. Reconheço que no início de minha carreira docente, também fui um ditador. Como dizem os italianos: *ou manja de questa menestra ou salta quella fenestra*, isto é, ou você se ajusta ao meu esquema, ao meu método, ou então dá o fora. Quando deveria ser o inverso. Mas, isso foi um processo de amadurecimento pelos estudos que realizei, especialmente no seminário, onde fiquei 13 anos, a partir de 1945. Quando saí, faltava apenas um ano para me ordenar padre.

Tomei, então, o caminho, meu rumo de educador, porque isto está no meu eu, na minha formação. Ser professor não é pra quem quer, é pra quem pode! Não é apenas um verniz; isto tem a ver com a formação pessoal, já que a formação profissional só se sustenta

naquela pessoa que for gente, que tiver relacionamento humano. Houve épocas na nossa trajetória, na nossa educação, que parece que se alguém não deu pra nada, foi ser professor. Chegava nos colégios, nas escolas: “Tem algumas aulas aí? Pode ser de Matemática, de História, Geografia...” O professor *factotum*, isto é, faz tudo. No fim não faz nada, ou quando faz, faz muito mal feito.

Mas, quem é o professor Almerindo Brancher? De onde é o professor Almerindo Brancher? O Brancher é de Rio dos Cedros. Nasci no dia da criança - por isso eu sou um jovem ambulante - 12 de outubro do ano de 1931. Iniciei os estudos numa escola única, isto é, um professor só para todas as crianças; as escolas chamadas isoladas, que hoje são denominadas multisseriadas. Tive como professores o Marcelo Bona e a Beatriz Longo, irmã do professor Leandrinho Longo. Naquela época, eles tinham apenas o chamado curso Complementar. Mas, olha, hoje, eles superariam qualquer professor com curso superior, pela formação que tinham! Eles eram da própria comunidade. Rio dos Cedros, em 31, não era município ainda; dependia de Timbó. Era chamado de Arrozeira, porque lá havia muita plantação de arroz. Inicialmente, era um Distrito, uma colônia italiana. Depois, foi emancipado. Então, aonde a gente ia? À igreja - onde eu era coroinha - e à escola. Se a gente chegasse em casa: “Pai, a professora hoje me bateu”, apanhava mais ainda. Devia-se respeito à professora. Respeito não se impõe; respeito, conquista-se! Então, era aquela figura de uma família tradicional de Rio dos Cedros, a família Longo, a família Bona, que a gente respeitava. Minhas primeiras iniciativas com a matemática foram lá. Mas, que eu me lembro, não era muito na base de princípios e regras, não. A professora Beatriz puxava pelo raciocínio, mas dentro das limitações dela. Não aquela fundamentação que nós temos hoje de psicologia, sociologia, biologia, psicopedagogia, etc.

Terminado o curso primário, fui estudar no Seminário Salesiano de Ascurra. Em 1945, fui para Lavrinhas, no interior de São Paulo, divisa com o Rio de Janeiro. Lá fiz o Admissão, que naquela época era um exame para poder ingressar no Ginásio. Fiz o Ginásio, em Lavrinhas, de mil novecentos e quarenta e cinco a mil novecentos e quarenta e nove. No total, fiquei no seminário de 1945 a 1958: treze anos... Fiz o Ginásio - naquela época se chamava Ginásio -, quatro anos e o Clássico, 3 anos. Que bagagem científica tive: Filosofia, Sociologia, Matemática, Latim, Grego... No curso de Teologia fiz Hebraico e Aramaico, para interpretar a Sagrada Escritura. Isso tudo me ajudou na matemática. Fiz o curso de Filosofia Pura em que se estudava Ontologia, Antropologia e a Lógica, que depois me auxiliou na Lógica da Matemática. Percebe aquele despertar, aquele auto-didatismo, mas que foi

evoluindo por um processo de reflexão ininterrupta? Mas, nós, no curso de Pedagogia, tivemos muitos professores formados na Itália, inclusive os de matemática que puxavam muito pelo raciocínio. Formei-me como Bacharel em Filosofia Pura, no Instituto Salesiano de Pedagogia e Filosofia de Lorena, em São Paulo, onde estudei de 1950 a 1953. Eu tenho meus diplomas bonitos em casa. Depois, ainda na minha formação, concluí o curso de Licenciatura Plena, em Pedagogia, na Faculdade de Filosofia Sagrado Coração de Jesus, em Bauru, São Paulo. Eu morei, de 1958 a 1961, em Lins que é chamada de “cidade das escolas”. No Colégio Dom Henrique, fui professor de Matemática. Lá fiquei e casei com a minha primeira esposa, que já é falecida. Hoje Bauru e Lins cresceram. Atuei como professor no Instituto Americano, no Colégio Dom Henrique, na Faculdade, no curso de Serviço Social e, também, no Colégio das Irmãs Salesianas, todos em Lins. Sempre nas áreas de matemática e português. Eu tinha obtido registro no MEC, pela formação que tinha tido no Seminário. Eu tinha um primo, por parte de minha esposa - inclusive ele é padrinho de um de meus filhos, já falecido - chamado Antônio Serraldo Sobrinho, que era o agente gerenciador da Delegacia do MEC, em Bauru. Depois, ele foi pra Brasília. Ele me deu muito respaldo na área dos cursos de formação específica para professores.

Depois desse período, vim para Santa Catarina, em 1962. Já estava casado e tinha um filho. Viemos sabe como? Por falta de recursos, viemos na boléia do caminhão de meu irmão, que foi nos buscar. Fomos morar em Indaial. Fui professor de matemática, em Indaial e Timbó, em 62 e 63. Em Timbó, conheci um grande professor de matemática: o professor Juvenal Zanela, que era um mestre de coração, de amor e muito intelectual; os alunos adoravam as suas aulas. Tanto assim que eu me espelhei no exemplo dele, tentei seguir os seus passos. Porque, na matemática, a gente tem que primeiro incentivar o aluno para que ele comece a gostar e não que ele tenha aversão por ela, por causa do uso só de princípios e normas pré-estabelecidas, regrinhas.

Em 1963, fui morar e trabalhar em Pomerode. O colégio era o Dr. Blumenau. Comecei aquele colégio: fui o seu diretor e professor de matemática. Em 68, quando ainda estava em Pomerode, comecei a atuar no Colégio Sagrada Família, de Blumenau. Eu ia e voltava todos os dias e, olha, a estrada não tinha asfalto, não. E depois, vim embora para Blumenau. Depois de alguns anos, um dia, o professor Rivadávia veio à minha casa e disse: “Professor Brancher, o senhor quer ser, junto comigo, fundador do curso de Pedagogia da FURB?” Eu disse: “Oh, professor Rivadávia, é muita honra para um pobre marquês de Rio dos Cedros!” Aceitei o desafio e fundamos o curso de graduação em Pedagogia que

funcionou, inicialmente, na Escola Júlia Lopes, no bairro Ponta Aguda. Depois nos mudamos duas vezes: para as dependências do Colégio Dr. Blumenau, se não me falha a memória, na rua Ana Paul Hering e para o Colégio Sagrada Família. Naquela época, a gente não escolhia espaço físico. Lembro-me muito bem que a história da educação traz como era a chamada educação peripatética, na qual se ensinava para os alunos andando, conversando, observando a natureza, nas praças, nos jardins públicos. Hoje, parece que se não há sala de aula, espaço físico, não é escola, não é colégio. Os alunos quietos, paradinhos, ... O professor entrava, todo mundo se levantava: “Bom dia, senhor professor.” Todo mundo se sentava. Quando fiz o primário, lá em Rio dos Cedros, havia uma tradição: cada semana um devia trazer uma vara e colocar em cima da mesa da professora. Mas ela não a usava, porque era muito carinhosa e amorosa com os alunos. Mas aquela vara era o símbolo da autoridade. E havia a época das palmadas: o aluno que não se comportasse direito, já sabia: era “tum, tum”, de levezinho. Só pra dizer: “Olha, tens que te manter na linha, na ordem.” Cada semana um era escalado para isso, ou então, ficava no fim da aula para estudar. E um grande mal que nós tivemos na história da educação brasileira, e que hoje, parece que não existe mais: usava-se a biblioteca como lugar de castigo. Chegava atrasado: “Fica na biblioteca!” Incomodava na sala de aula: “Vai pra biblioteca!” Castigo. A criança tinha aversão pela biblioteca, quando ela devia ser um manancial de consultas e pesquisas de nossos alunos. No meu entendimento, como educador, é castigo aquilo que se dá como castigo, prêmio aquilo que se dá como prêmio. Por exemplo, um aluno é escalado para distribuir os cadernos para os seus colegas. No outro dia eu digo: “Não, hoje você não vai distribuir os cadernos, porque ontem você não teve um bom comportamento.” Isto dói mais pra ele do que uma “varada”. Isto havia naquela época.

A família era mais entrosada com a escola. Hoje a família, infelizmente, está longe, distanciada da escola. No meu tempo, na época tradicionalista, a família estava mais próxima: ela se relacionava com a escola. Hoje tem aquelas “APPs¹²⁰” que elegem a diretoria e fim de papo. Por que não reunir os pais? “Ah, mas não vem ninguém”, dizem. Pergunto: “Vocês já começaram?” Vamos reunir os pais e discutir assuntos do tipo: como é a proposta de atuação dos nossos professores de matemática aqui? Para que os pais em casa então, comecem a dar continuidade, a reforçar. Por quê? Veja bem, eu sou professor de matemática, mas procuro me inteirar, lá na escola onde está a minha filhinha, qual é metodologia que adota a professora dela. Eu tenho uma, ela tem outra. Então, procuro me ajustar à dela. Pra quê? Para evitar o confronto. Senão, o que pode ocorrer? “O pai está errado; o professor está certo.” Percebeu?

¹²⁰ APP – Associação de Pais e Professores.

Aí vou eu com a minha imposição? Não, eu preciso ter o meu discurso sintonizado com a proposta pedagógica da escola. Como é que se resolvem problemas de conflitos entre pais, filhos e professores? Palestras nesse sentido. A Universidade tem que apresentar à comunidade, às secretarias, essa proposta. E não sempre dizermos: “Ah, mas nós nunca somos solicitados”. Enquanto ficarmos enclausurados, dentro dos gabinetes, os outros, bem ou mal, ocupam os espaços. Eu tenho plena convicção: vai trazer uma grande contribuição para nós todos que militamos nessa área.

Trabalhei num colégio em São Paulo, não me lembro o ano, mas deixa ver se capto aqui nos meus hieróglifos. Foi no Liceu Coração de Jesus, em 54 e 55. Havia um slogan no colégio: *os pais também vão à escola*. Os filhos vinham de manhã e à tarde. À noite, três vezes por semana, vinham os pais pra saberem, terem conhecimento como é que a gente trabalhava com essas crianças na escola para, então, em casa, servirem de apoio, poderem dar continuidade ao processo.

A educação não pode ser somente o ensino pelo ensino, como repasse de informações. Por exemplo, na matemática, o ensino não relacionado à aprendizagem. Ninguém pode dizer que ensinou matemática se não houve um retorno do produto da aprendizagem, por parte do seu aluno, nas suas modificações, no seu sentir, pensar e agir. E, infelizmente, muitos professores só dão importância ao aspecto da pessoa humana de memorizar; não no pensar. O importante era repassar apenas informações que o aluno devia, no dia seguinte, quando era chamado, repetir. Eu peguei essa época em que éramos chamados para dar a lição e devíamos fazê-lo de forma decorada, sem omitir uma vírgula sequer, nas provas, nas verificações. Às vezes, se o aluno dizia com as próprias palavras, mas a idéia era a mesma, o professor não aceitava. Não aceitava!

Não existia nos meus tempos de Ginásio, Clássico, Científico e Filosofia, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, que hoje devem existir no processo de formação de um professor de qualquer área, especialmente da matemática. Eu observo nesta sala aqui, essa grande quantidade de material didático produzido pelos alunos da nossa Universidade¹²¹. Quanta escola poderia ter o seu laboratório de Matemática, de Língua Portuguesa, de História, de Geografia... Eu nunca me esqueço de quando lecionei na escola

¹²¹ A entrevista foi realizada no campus da Universidade Regional de Blumenau, na sala onde é desenvolvido o projeto de formação continuada “Núcleo de Estudos de Ensino de Matemática”, que envolve docentes da Universidade e de escolas do ensino básico da região de Blumenau.

Padre José Maurício¹²², de 1987 a 1990, na 6ª série. Um dia, estava explicando álgebra e observei um aluno todo indiferente. Sabe, a gente não relacionava muito o conteúdo com o contexto. Então, desafiei: “Alunos, vocês vão chegar em casa e mostrar para o pai e para a mãe $2x + 1$ é igual a tanto. Perguntem se eles lembram disso, se precisaram na sua vida pessoal, na sua vida profissional”. Muitos dos pais trabalhavam como artesões na Indústria Artex, no bairro Garcia. No dia seguinte, eles vieram contentes para a sala de aula: “Professor Brancher, hoje nós vamos conversar, não é? Posso falar?” Repare na autoridade daquela época: “Professor Brancher, posso falar? Eu disse: “Claro, pode.” Um falava, outro falava, e então, levantou-se um... um gaiato, lá do fundo da sala: “Professor Brancher, eu posso falar mesmo?” “Podes, tens que ser franco! Vocês estão me fazendo contribuições para nós realizarmos um processo de modificação. Porque pode ser que eu acredite que esteja “abafando”, mas eu não estou ouvindo vocês. Agora quero ouvir hoje a ressonância para introduzir modificações no meu eu, no meu modo de agir com vocês.” Ele disse: “Olha, seu Brancher, falei com papai e mamãe, que trabalham na Artex, e com meus amigos vizinhos que também trabalham lá. Esse negócio de álgebra, eles nunca precisaram na vida, como artesões. Agora, o cálculo mental, adição, subtração, multiplicação e divisão, sim. Só que eles mandaram dizer uma coisa para o senhor. Professor Brancher, o senhor sabe tudo isso, inclusive álgebra, geometria, trigonometria, geometria analítica, etc. O senhor sabe tudo isso e eles mal e mal têm o ginásio. Entretanto, eles ganham três vezes mais de ordenado do que o senhor.” A valorização do professor!!! Entende a desvalorização?

Atuei no Colégio Pedro II, em 1966, como professor substituto. O diretor, na época, era o Joaquim Floriani. Ele era uma autoridade que marcava como profissional, como diretor e dirigente. Só pela tosse, longe, o pessoal já percebia que ele estava chegando. E toda a casa, ele colocava em ordem. E como professor de matemática, olha...Ele não tinha curso superior; só tinha o curso de Filosofia Pura. Falei com ele, tentei levá-lo para São Paulo para que ele obtivesse a formação pedagógica, em nível superior, porque, naquela época, a legislação permitia que quem tivesse formação de seminário, poderia fazer a complementação pedagógica para obter a licenciatura plena. Ele disse: “Ah, Brancher, já estou muito idoso! Chega, não vou mais, não.” Mas era uma competência: falou em professor Joaquim Floriani, Valdir Floriani, Alfredo Petters, Rivadávia Wollstein e tantos outros, sendo que alguns estão hoje aqui na FURB, era falar em competência. Eu me orgulho muito dos que estão aqui: o Mércio Jacobsen, que foi reitor da FURB, o José Gonçalves, uma competência na área de

¹²² A Escola de Educação Básica Padre José Maurício, da rede estadual de ensino, está localizada no bairro Garcia, município de Blumenau.

Física... Foram meus alunos no Científico. No Pedro II, trabalhei no Ginásio, no Normal - que era a menina dos meus olhos (daqui a pouco vou falar sobre isto) - e no Científico, à noite. A gente trabalhava de manhã, à tarde e à noite para sobreviver; era a época. Mas olha, feito com gosto, com amor, com zelo, com carinho! Quando chegava a noite, a gente não cansava; entrava em sala de aula, com garra, com amor, com satisfação. Ia pra casa tranquilo! Naquela época, você dizer que era professor do Pedro II era crédito nos bancos, isso era certo. O Pedro II era um modelo. Vinham alunos de todos os lados: do centro, do interior, de outros municípios. Eles vinham ou para o Santo Antônio, ou Sagrada Família, ou o Pedro II. Era o único colégio público; os outros dois eram particulares. A escola pública, naquela época, tinha nome, credibilidade e respeito. Mas, também, a equipe de professores que tinha lá!! Sem querer menosprezar os de hoje, entende?

Nas aulas de matemática, eu adotava livro didático: tínhamos autonomia para isso. O professor analisava e escolhia o livro a ser usado. Olha que, naquela época, não existia o plano de ensino. O que existia era uma proposta: quais os conteúdos para atingir esses objetivos que eu vou ter que trabalhar? Então, escolhíamos o livro didático que melhor abordasse aqueles conteúdos. Os livros que usei foram os do Oswaldo Sangiorgi, do Ary Quintella, do Nicolau D'Ambrósio - que foi meu colega de trabalho no Liceu Coração de Jesus, em São Paulo, cujo irmão é o Ubiratan D'Ambrósio¹²³ - e outros autores, que hoje não me recordo mais. Esses eram da minha predileção, porque eram suculentos, ricos de conteúdo, que desenvolviam o raciocínio do aluno.

Uma desgraça que nós tivemos e que vivi quando lecionava no Científico e, especialmente, no Normal do Pedro II, de 70 a 80, e no Sagrada Família, de 65 a 72: a desgraça do livro didático. Começaram a vir aqueles livros nos quais o aluno só preenchia quadradinhos, palavras cruzadas, lacunas,... O texto todo era do tipo: siga o modelo. Não se refletia mais e isso acontecia no Português, na Geografia, na História...

Depois, vieram as variáveis da televisão. O professor de Matemática tem que trazer o mundo da televisão para dentro da sala de aula, para o contexto do dia-dia. Isto é questão de sobrevivência para ele, porque podem introduzir toda e qualquer tecnologia que quiserem, mas se faltar a figura do mestre com capacitação continuada, permanente, prevista na própria LDB, o professor pode arrumar a sua trouxa e ir embora para casa. Porque se ele bobear hoje, o aluno o passa para trás num instante!

¹²³ Nicolau D'Ambrósio é pai do professor Ubiratan D'Ambrósio.

Uma variável que interferiu, no meu modo de pensar, na minha atuação prática na Matemática, foi a filosofia pura, que estudei no seminário: a Aristotelico-Tomista. Usava o método científico, partindo da problematização: hipóteses, análises, verificações para obter a proposta de uma conclusão. Mas, infelizmente, a gente não contextualizava muito em relação à realidade, onde o nosso educando estava inserido. Hoje, vejo que a matemática não pode estar, em hipótese alguma, desvinculada do contexto sócio-político-econômico, onde o nosso educando está envolvido, senão a aprendizagem é falha. Se você analisar as diretrizes curriculares do MEC para o curso superior de Matemática, para o ensino fundamental e para o ensino médio, a tônica básica qual é? Objetivos, competências e habilidades. E quais os conteúdos que podem ser trabalhados, relacionando-os com material didático para um processo de observação na prática? E como o aluno pode utilizar aqueles conteúdos como subsídio, meio para resolver muitos problemas do seu cotidiano, do seu dia-dia? Aí é que está o bonito da matemática: o método psicogenético. E veja bem, o que está aqui na revista Nova Escola, do mês de julho de 2002: “Em momento algum, o professor pode duvidar que o ser humano é perfeito e que tem capacidade infinita de aprender.” Não é dizer para o aluno: “Você não tem competência pra matemática.” Mas sim: “Você tem possibilidades para aprender matemática”. A insolência dos alunos deve ser respeitada, pois ela mostra que eles estão procurando autonomia do pensamento. Foi a grande virada da nova LDB que, infelizmente, muitos não sabem como buscar nela subsídios para ampliar, aumentar e enriquecer a sua criatividade. Na LDB tem a grande proposta da mola propulsora, hoje, do avanço educacional das nossas escolas, da nossa Universidade. Cada escola, cada colégio, cada Universidade tem que ter a sua proposta político-pedagógica. Afinal de contas, o que é que nós queremos, o que pretendemos, a que resultados esperamos que esse aluno de matemática chegue, lá no final do seu curso? Mas, para isso, é preciso ter objetivos calcados numa filosofia e fundamentação teórica. É isso que talvez está faltando hoje: ações, cobranças de resultados e avaliação com os pés no chão. E não avaliar só conhecimento. A lei 9 394, a LDB, do falecido Darci Ribeiro, prevê isto tudo.

Retomando, o curso Normal era de três anos e tinha no Pedro II e no Sagrada Família. No Pedro II, de 70 a 80, me dediquei a ele de unhas e dentes e no Sagrada Família, de 65 a 72. Inclusive é importante falar que, no Colégio Sagrada Família, tínhamos o Núcleo de Professores de Matemática de Blumenau. Dele participavam o Rivadávia Wollstein, que era do Sagrada Família, o Alfredo Petters, que era do Santo Antônio, o Joaquim Floriani, o querido Wilson Alves Pessoa, do Pedro II, professor Rapyo e outros tantos. Nos reuníamos

com muita vontade, um dia por semana. Uma vez, nunca me esqueço, o assunto que me coube para expor pra eles foi como explicar para um aluno de 5ª série a teoria dos conjuntos. Olha, pensei, repensei para apresentar algo que fosse uma produção de avanço para o aluno. Então, preparei e expus, baseado no conteúdo, qual seria a minha metodologia de ensino deste assunto. Fundamentei-me na síntese, análise e síntese dentro do processo científico e expus para os professores. Utilizei, inclusive, material didático como subsídio. Os colegas professores me questionaram, apresentaram sugestões, colaborações. Não sei se ainda existem no Colégio Sagrada Família estas atas, os relatórios das nossas reuniões, já que registrávamos tudo. Era um material riquíssimo, riquíssimo. É que a gente saía de lá realizado. Então, levantávamos questionamentos, problemas que ocorriam nas aulas de matemática.

A Secretaria do Estado de Santa Catarina tinha um livro de Matemática, um manual - que não lembro mais o título - para o curso Normal, no qual constavam: os objetivos, os conteúdos, as estratégias a serem utilizadas, as técnicas com exercícios, avaliação e propostas. Aquele era um livro de metodologia da matemática, riquíssimo. Se você pesquisar na Secretaria Estadual de Educação ou, talvez, nas GEREI(s)¹²⁴, encontrará um exemplar ainda. Eu tinha um, mas tenho a impressão de que o doe para a Biblioteca da FURB. Isso foi na época em que lecionei, entre 1970 e 80. Começou ali, aquele fio umbilical da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, que visava provocar uma virada do nosso sistema de ensino.

Nas aulas de matemática, no Normal, eu começava perguntando para as moças (era quase tudo moça): “O que é que vocês entendem por adição?” Aí elas vinham com aquela resposta: “Ah, é uma continha que se faz de somar.” Continha?!! Isso não existe em Matemática; é operação! Quem trabalha, cientificamente, teima pela terminologia correta, precisa, exata. Continha de somar!! A soma é o resultado da operação que se chama adição. E assim, eu começava. Dizia pra uma: “Venha escrever no quadro aquilo que vocês chamam de continha de somar.” Ela colocava, por exemplo, $3 + 2$ igual a 5. Tudo bem. Agora, se eu tenho 3 lápis e o meu amigo me doa 2 lápis, com quantos lápis eu fico? Eu colocava problema em cima disso. “Sim, senhor Brancher, o que quer dizer doar?” Às vezes, o grande problema enfrentado no estudo da matemática está no fato do aluno não entender a terminologia da Língua Portuguesa. Então, sabe o que eu exigia? “Vocês vão trazer para as aulas de matemática o dicionário de Língua Portuguesa.” Às vezes, usava a palavra duplo, triplo,

¹²⁴ GEREI: Gerência Regional de Educação e Inovação é a denominação dada aos postos regionais da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina.

acrescentar, tirar, distribuir, para despertar nelas o raciocínio e desenvolver o vocabulário. “Bom, aqui é distribuir, então vamos ver, a operação, isto é, o que é que eu tenho que utilizar como meio, como recurso, para resolver esse problema, essa questão? Ah, a multiplicação, distribuição, divisão, adição, subtração”, e vai neste processo! Todos os fatos fundamentais da adição, da subtração, da multiplicação, da divisão. Quer ver como é que elas aprendiam frações? Elas sabiam de cor: fração é a divisão de um todo em partes iguais. Tudo bem. Eu colocava: “Um terço é fração?” “Sim.” “Por quê?” “Ah, tem um número em cima e outro em baixo!” Então, eu colocava assim: um, dois pontos, três. Isso é fração? “Não, não é fração, porque não tem um número em cima e um em baixo.” O que é o numerador? O que é o denominador? O que quer dizer denominar? Pego uma laranja, divido pela metade, em quantas partes eu dividi? Em duas. Como é que se chama isso? Denominou em quantas partes eu dividi. Um processo racional. Reflexão, reflexão. Porque, antes, só se fazia cálculos, cálculos, cálculos... usando divisão, subtração, adição, frações. Um processo mecânico era feito. Eu comecei a abolir isso. Não sei aonde é que ficou o caderno que uma aluna me deu de presente. Um professor, um dia, me disse: “Brancher, publica isto, rapaz!” Não sei, procurei ontem em casa, não sei quem é que me tirou esse caderno feito pelas próprias alunas, com desenhos, com esse material todo que está aqui no Laboratório de Matemática de vocês, material que poderia ser utilizado, entende? Provocando, provocando...

No Sagrada Família organizei duas exposições de material didático produzido pelas normalistas na área de matemática. Olha, digno de tirar o chapéu! Porque hoje, infelizmente, às vezes, vão atrás de material sofisticado, comprado a custo altíssimo e, no entanto, o aluno utilizando a sucata que tem em casa, e construindo os seus materiais, aprenderia muito mais. Quem fez o curso Normal lá, sem querer ofender, dá um banho no Curso de Pedagogia, pela formação que a Normalista tinha.

Hoje tenho uma filhinha de 11 anos e acompanho o seu estudo da matemática, em casa. A professora dela também puxa pelo raciocínio. Então, eu forço, colaboro, incentivo e vou ampliando, enriquecendo, reforçando o raciocínio com outros problemas, para que ela pegue o gosto pela matemática e não tenha aversão por ela.

Então, no Normal, eu tinha muita satisfação no final do ano. Tanto as alunas do 1º Normal, como as do 2º e do 3º, me diziam: “Professor Brancher, agora eu posso dizer que entendo matemática! Antes, eu só fazia cálculo, cálculo e chegava sempre: será que é adição, ou subtração, ou multiplicação, ou é divisão?” Por quê? Devido àquilo que falei anteriormente: a base tem que ser as competências e as habilidades. E se você consultar a

revista Nova Escola, número 121, de abril de 1999, verá um artigo sobre protesto contra o tradicionalismo. Um professor de Geografia, Rogério Ferreira, de Pernambuco, diz o seguinte: “Faço Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. Fico maravilhado ao observar a quantidade de publicações, escrevendo sobre novas técnicas pedagógicas e relatando experiências que podem tornar o aluno mais participativo e mais capaz de interferir no seu próprio ensino-aprendizagem.” Ninguém pode dizer que ensinou se o aluno não aprendeu. Não existe ensino dissociado da aprendizagem. Senão, ele se torna apenas um mero repassador de informações da matemática. É bom saber que são muitas as maneiras de transformar o passivo aluno em ativo cidadão. Antigamente, na matemática, o aluno era passivo. Tinha que cumprir a risca e fim de papo.

Na minha época de Sagrada Família, já começamos a mudar esse processo. Agora, isso depende muito de cada professor. Eu fui formado numa escola tradicionalista, mas cheguei a um ponto que, por mim mesmo, pelos estudos, pelos métodos de aprendizagem que analisei, pela psicologia, pela lógica, me dei conta: “Brancher, pare! Ou você muda, ou eles vão te mudar!” E eu comecei a mudar. Assim, percebi que o aluno se tornou meu amigo, prestava mais atenção na aula; eu estimulava o desenvolvimento de sua potencialidade, de seu raciocínio. Porque sabe, existe aquele que deu pra um tostão, pra um vintém, um real. Cada um tem a sua potencialidade, e o professor tem que respeitar isso. O que ele conseguiu, dentro da sua potencialidade, produzir? Como é que podemos oferecer aulas de recuperação fora do período escolar, concomitantemente, pra que o aluno retorne à escola para recuperar, para poder acompanhar o processo de ensino-aprendizagem? Não aquela desgraça de recuperação, só no fim do ano que não funciona! Mas, paralelamente, porque o colégio hoje tem que se estruturar. Dinheiro existe, só o que falta é vontade política. Muito governante, muito prefeito, muito presidente da República diz: “Educação, prioridade das prioridades!” Na prática é prioridade das prioridades, mas, de trás pra frente. Para eles é mais importante um metro de paralelepípedo do que investir na educação, na formação do corpo docente e na educação continuada, para que tenhamos um ensino-aprendizagem, uma educação de qualidade.

O Colégio Sagrada Família sempre nos ofertava cursos de aperfeiçoamento. O Estado também nos proporcionava cursos, naquela época. Fui fazer diversos cursos em Florianópolis, promovidos pelo Estado. Agora, o meu comprometimento era, no Pedro II, reunir os professores, não só da escola, mas, também da região, e torná-los duplicadores, triplicadores daquele curso que fiz. Fiz muitos cursos de aperfeiçoamento de matemática promovidos, por exemplo, pela Prefeitura Municipal de Blumenau. Não lembro mais a época

em que o próprio MEC, cuja sede era em Florianópolis, me designou para ser supervisor dos professores que atuavam aqui na região, na área da matemática e que não tinham formação específica para tal. Em cada estado existia a Inspeção Seccional do MEC. Hoje extinguiram tudo; não existe mais essa Inspeção em Florianópolis. Fui professor em cursos de aperfeiçoamento pedagógico, na área da matemática, e orientador de didática, técnicas de ensino na área de matemática, durante o ano de 67, para os professores do curso secundário. Fui então à Florianópolis e lá recebi todas as coordenadas para ser um supervisor. Dei o curso aqui na região, em vários municípios. Eu era pago por eles para ir, por exemplo, a Timbó. Lá reunia os professores de Rio dos Cedros, Benedito Novo, Indaial, Pomerode... O número de professores sem habilitação era muito grande. Isso devido à falta de oportunidades e à falta de um documento legal que exigisse o professor titulado. Se você ler a LDB, não sei o artigo de cor, mas a LDB - que até me dizem que eu sou uma LDB ambulante - fala da década da educação. Um ano após 97, em 2007, nenhum professor poderá atuar na educação básica, no ensino fundamental de 1ª a 4ª série, 8ª série e no ensino médio, sem ter titulação. Veja bem, titulação é eu me habilitar através de um curso de licenciatura plena em nível superior. Agora, não adianta se titular apenas; é preciso, conforme diz a própria LDB, que cada escola, cada colégio preveja no seu projeto político-pedagógico qual é a proposta de educação continuada para os nossos professores. Inclusive, dos profissionais da educação, a LDB diz: “Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive, nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério, o seguinte: ingresso através de concurso público de prova e títulos, aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”. Está aqui! Nós, profissionais, temos que reivindicar os nossos direitos, porque, os governantes, as autoridades dão graças a Deus que há muitos professores que não sabem o que têm dentro da LDB. Como é que eu vou reivindicar um direito meu, sagrado, para me aperfeiçoar, continuamente, na matemática, pra melhorar a qualidade do ensino, se não sei sequer o que a Lei me garante? Agora, se eu sei a lei, posso cobrar do governante, esclarecer as famílias, porque no projeto político pedagógico, não é apenas o diretor elaborar e colocar goela abaixo. Deve envolver professores - está aqui na LDB - pais de alunos, alunos, comunidade externa, comunidade interna, pra apresentar uma proposta exequível para o seu colégio. O que o nosso colégio tem condições de ofertar para o aprendizado da matemática do nosso aluno? E diz mais: “Piso salarial profissional, progressão funcional baseada na titulação e na habilitação e na avaliação do desempenho”. Na educação há muitas pessoas erradas no lugar certo. Há muito cargo chamado comissionado que é cargo de cabide de emprego, politicagem. Isto não é política, é

politicagem. Então, colocam como supervisor de Matemática, ou de Português, ou de História, alguém que é um desqualificado nesta área. Como é que ele vai impor respeito ou orientar um professor de matemática formado, se ele não tem formação específica para isso? Porque eu distingo duas coisas: não adianta querer ser um ótimo professor só tendo conhecimento do conteúdo. Como não adianta, que é um verniz, eu querer ser um ótimo professor de matemática, só tendo a metodologia da matemática; as duas têm que andar de mãos juntas.

Percebe por que eu tinha sucesso, modéstia à parte, na matemática com as Normalistas? Porque eu sabia o conteúdo e usava a metodologia, como meio, como subsídio. Fui professor de 1ª a 4ª série lá em Lorena, em São Paulo. Só quem teve essas experiências é que depois, no curso superior, tem sucesso como professor. Porque ainda existem, infelizmente, aqueles que não deram pra nada, e então, vão ser professor, ou então, fazem do magistério um “bico” para aumentar a sua remuneração no fim do mês. Isso dói!!

No Brasil, vivemos modelos de educação importados: não deu resultado lá fora, manda para o Brasil que lá eles implantam tudo. Eles ficam rindo de nós. Isso aconteceu em 72, com a lei 5.692, que introduziu o curso profissionalizante, indiscriminadamente, em todos os colégios, em todas as escolas e que acabou com o curso Normal. A lei introduziu o chamado “Magistério”. E hoje, vem aí esse curso Normal Superior, entre aspas, que eu sou suspeito em comentar, e querem acabar com a formação suculenta, rica, de um curso de Pedagogia, que dá uma fundamentação, e não apenas uma técnica pra você saber alfabetizar, mas não sabe o porquê. Porque eu só sou competente se sei a fundamentação científica daquilo que digo que sei fazer, explico porque se faz assim, como é que tem que ser, e ... faço!! Senão, não sou competente. Competência está relacionada à eficiência e à eficácia. Eficiência se para aquela proposta tenho uma metodologia apropriada para desenvolvê-la. E, serei eficaz se puder, na hora do controle da aprendizagem, da verificação, obter um retorno daquilo que questionei o meu aluno, para verificar se atingi os resultados previstos nos meus objetivos. Então, eu posso dizer que eu sou eficaz e fui eficiente. E é esta tônica que falta, hoje em dia, infelizmente. Inclusive, no artigo 67 da LDB, inciso 5º, está previsto: período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho que tem que ser remunerado.

Essa lei revolucionou. Outro inciso, o 6º, do mesmo artigo: condições adequadas de trabalho. O que acontece nos colégios? O professor sai da sala de aula e não tem um local pra se reunir com seus colegas, pra trocar idéias, pra discutir assuntos. Por quê? Quando são

construídas as escolas ou universidades, quem não é consultado? Os especialistas na educação. Consultam engenheiros, com devido respeito, mas que pouco sabem sobre as condições necessárias que tem que ter uma sala de aula. Podemos crer que, não muito longe, não vamos precisar mais de espaço físico. A educação a distância está aí, a Universidade Aberta, também. Eu querer exigir frequência de 100% do meu aluno num curso superior? Isso é uma vergonha, uma vergonha!!! Quando posso estar dando aula para o meu aluno e ficando em casa, orientando via internet. É um processo construtivo, coletivo, em que o aluno se engaja, assume essa responsabilidade. Agora, eu, como educador, faço as cobranças devidas com compreensão, não misturando compreensão com concessões, que há diferença. Então, o professor é insubstituível. Pode vir toda essa tecnologia, mas o que eu vou fazer com isso? Pra que ela vai me ajudar? A mania: computador em cada sala de aula. Está lá o computador, entregue às baratas, para a criança aprender a digitar. Isso é um absurdo! Como o professor pode utilizar aquele computador para melhorar a aprendizagem do seu aluno? Eu tenho um problema de artrose, o que fiz? Adaptei um programa em que falo os meus pareceres e ele grava, digita e passa já para a impressora; sai o meu parecer, pronto. Não digitei nada; é o mundo hoje.

Entretanto, nas escolas, ocorre ainda o tradicionalismo, a tabuada. Na matemática, tabuada do dois: uma vez dois, dois; duas vezes dois, quatro; tam... tam... tam..., cantada. Está errado! Ou então, pior ainda, a tabuada do 2: 2, 4, 6, 8,... só o resultado. Não; faça um cálculo mental, diariamente. Como se ensina mínimo múltiplo comum, frações? Primeiro, passa-se um traço debaixo de tudo, tira-se o mínimo múltiplo comum, depois se divide o mínimo múltiplo comum por cada um dos denominadores, multiplica-se... É aquela cantilena! Agora, por quê faço isso? Qual é a resposta para esse “por quê”? Ao tirar o mínimo múltiplo comum, qual é a idéia que está escondida ali? E, olha, quanta coisa que se ensina por aí... Eu, máximo divisor comum, nunca precisei na vida, nunca, nem como professor e nem na minha vida profissional e pessoal. E outros assuntos mais. O aluno chega: “Professor, pra que isso?” Ele não vê uma aplicação imediata. A matemática tem que levar o aluno a observar. “Ah, na matemática só se usa o dedutivo!”, dizem. Isso é uma grande blasfêmia! O indutivo- dedutivo, o hipotético, o método científico, aonde ficam? E o pior é que o aluno sabe tudo decorado, mas não sabe como utilizar os conceitos matemáticos como meio, como recurso para resolver os seus problemas.

As transformações que sofri, de uma época tradicionalista para a de hoje, foi de um convencimento pessoal meu, como profissional e como pessoa. Precisei introduzir

modificações no meu modo de ser, na minha postura de profissional, de professor de matemática em sala de aula. Por quê? Porque senão, eu ia apenas informar; não ia comunicar. Distingo informação de comunicação: informação eu posso repassar sem o outro entender e, depois, cobrar. O que faz o aluno? Ele vai preparar a sua colinha pra me tapear, pra me satisfazer; na comunicação, não. Nela existe um receptor, uma fonte, mas num momento você é a fonte, noutra você é o receptor. Posso ser a fonte e receptor. Agora, existe a mensagem que posso repassar sem você entendê-la. Isto é informação, transmissão; na sala de aula tem que haver comunicação. Aquela mensagem que sai do professor, como fonte e do aluno como receptor, e vice-versa, tem que ser devidamente entendida pelo receptor, como saiu da fonte. Senão, o aluno pode questionar, porque hoje, nós temos o aluno crítico, questionador, contestador. Alguns professores observam este aluno como um inimigo, então, começam a persegui-lo porque ele faz sombra em sala de aula. Então, amadureci e comecei a passar do “daquele que faz decorar regras, princípios, normas” para aquele que se faz valer da lógica, da pesquisa, da metodologia da pesquisa, através do método científico e da minha atuação e prática.

Tenho 48 anos de magistério nas costas, em sala de aula. Além disso, ocupei muitos outros cargos: diretor do atualmente CEDUP¹²⁵; membro do Conselho Estadual de Educação como titular, durante doze anos, e como suplente, mais seis; relator de processos de diversas universidades de Santa Catarina. Então, acompanhei muitas experiências, tenho muitas vivências. O que se faz em matemática, a riqueza dessa área. Precisamos criar fóruns que provoquem, que façam tremer o coreto para que os governantes se convençam a dar condições, as melhores possíveis, para que tenhamos a escola pública concorrendo em pé de igualdade com a particular. Hoje parece que na escola pública estão as páreas da sociedade. Injustiça social, não! O filho do operário, pela constituição e pela LDB, tem que ter as mesmas condições de qualidade que um aluno que está na escola particular. Ah, mas o dinheiro? Dinheiro existe! Só o que se recolhe de salário-educação nas empresas em Blumenau - 2,5% do bruto de cada folha de pagamento -, da loteria esportiva e de outras promoções, se ficasse no município, 50% de tudo o que vai para o Governo Federal, nós poderíamos dar o ensino básico e o superior para todo mundo de graça, inclusive para os alunos das escolas particulares. Mas, para onde vai todo esse dinheiro? Vai para o bolo do Ministério da Educação e voltam migalhas!! Primeiro, retorna para o Estado e depois, as sobras, para o município. Um prefeito, quando vai a Florianópolis, buscar a sua cota recebe

¹²⁵ Cooperativa Escola Técnica Hermann Hering (CEDUP) é uma escola profissionalizante de Blumenau.

menos do que gastou com as despesas de transporte e alimentação que teve para ir até lá. Isso é uma vergonha!! Isso é uma injustiça social! Nós temos que ter uma reforma tributária urgente, para que todo filho do operário, no período da manhã, tenha condições de tomar o seu café, antes de ir à escola. Às vezes, o aluno não aprende matemática porque está com fome. Vieram então com a merenda escolar. Tudo bem. Mas é tampar o sol com a peneira, é uma medida paliativa. É muito fácil bater palmas com as mãos dos outros, muito fácil. Agora, vamos modificar a atual estrutura desde a União, os Estados, Municípios, num processo de descentralização, de parceria. Mas que cada um cumpra com as suas obrigações, porque o governo só se lembra da lei quando é pra cobrar os deveres do cidadão, mas quando é para defender os seus direitos, o governo ignora a lei: é o primeiro a desrespeitá-la, desacatá-la. E aí temos o professor desestimulado, que não quer nada com nada; apenas cumpre uma mera obrigação de ser professor de matemática.

Eu não concordo com o chamado mono-professor, polivalente, o poliglota, o enciclopedista ambulante. Na iniciação de 1ª a 4ª série, temos que ter professores por áreas: um da área das Ciências e Matemática, outro de Línguas e outro das Ciências Humanas e Sociais. O Rio Grande do Sul já faz isto. Porque bem encaminhado nos primeiros anos escolares, o aluno avança. Agora, desorientado lá, ao chegar na 5ª série, ele se depara com um professor em cada área, e então, já fica mais difícil.

Quanto ao livro didático, a escola tem autonomia para escolher o mais adequado que possibilite, dentro do seu projeto político-pedagógico, alcançar os objetivos que se propõe. Porque se não fizer desse modo, o mercantilismo prepondera. Está na hora de exercer um controle sobre tudo isto. O colégio deve, coletivamente, efetuar, com base na sua proposta político-pedagógica, a seleção do livro didático.

Ótimo seria se vocês aqui, da FURB, da área da matemática, assumissem, em parceria com o Estado, com as secretarias municipais de educação, a supervisão e orientação dessa área. E que, num processo coletivo com as escolas e os seus professores, fossem elaborando livros didáticos que estivessem de acordo com o nosso contexto. A FURB tem que marcar presença, tem que começar a ocupar o seu espaço nessa supervisão, em todas as áreas, através das nossas licenciaturas. Senão, o que acontece? Nós formamos um professor, não digo tanto da matemática - vocês são zelosos, conheço o trabalho de vocês, aqui dentro, há muitos anos quando fui professor de prática de ensino e ia junto com o professor de matemática supervisionar o trabalho lá na escola - mas, em outras áreas, estamos a mil léguas, longe do que acontece na realidade educacional aí fora. Não conhecemos a proposta curricular

do Estado de Santa Catarina e dos municípios. Então, às vezes, um professor é formado para uma escola e para um aluno que não existe. A universidade deve titular o profissional da educação de forma tal que ele, pela sua criatividade, pela sua originalidade, pelo processo de capacitação continuada que a própria instituição educacional deve ofertar, retorne aos bancos escolares, num processo de ir e vir. Para isso, dinheiro existe. Se tivermos a comunidade junto conosco, nós provocamos isto.

Considero uma vergonha nacional que 75% do orçamento do MEC - que pelo plano nacional de educação devia primar pelo investimento na educação básica - é destinado para as Universidades Federais, sobrando migalhas para a educação básica. Isso é injustiça social! Eu não sou a favor, nem contra a federalização, mas eu sou contra a injustiça social. Não é justo um filho de um operário aqui de Blumenau, de alta capacidade, por exemplo, para um curso de Medicina, não possa cursá-lo, porque não tem como pagar a mensalidade aqui na FURB. No entanto, o filho do rico, que tem condições de pagar o curso dele e de mais dez alunos até, está lá na capital, na Universidade Federal de Santa Catarina, fazendo o curso, gratuitamente. “Ah, Brancher, mas o pobre que dispute o vestibular.” Mas aquele que está na Federal, quando fez o ensino fundamental e médio, o fez nos melhores colégios particulares que lhe davam todas as condições. E o aluno, filho do operário, aonde é que estava? Coitado, na escola pública que não tem condição alguma! Para fazer curso superior, os filhos dos operários, para onde é que vão? Nas instituições superiores particulares; os ricos, nas públicas! Isso é injustiça social! Por que não se faz uma radiografia da real necessidade de cada aluno, inclusive dos que estão nas universidades federais? Alguns precisariam de auxílio de 10%, outros de 30%, e outros, integral. É só o governo federal pegar o grande bolo e distribuí-lo, proporcionalmente, de acordo com a real necessidade de cada educando em curso superior; isto é justiça social. Essa é a tese que eu defendo. E precisa acabar com a idéia, no Brasil, de que todos os problemas da educação têm que ser resolvidos pelo governo. O povo precisa discutir isso, coletivamente, encontrar um denominador comum, para chegar-se à tese da justiça social.

Insisto: infelizmente, no Brasil, temos pessoas erradas no lugar certo. Não é o caso do atual Ministro da Educação, Cristóvam Buarque, que entende muito de educação e foi reitor da Universidade de Brasília. Mas nos estados e municípios, às vezes, colocam um apadrinhado político. A política tem que ser um subsídio para a educação. A educação não pode ser subserviente da política; isto é politicagem. Ou, então, subserviente do sindicalismo. O sindicato tem que ser um processo construtivo, colaborador, para defender os direitos e as

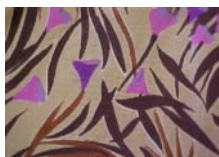
condições daqueles que atuam na educação, quando desrespeitados pelas autoridades competentes.

Considero “crítica” uma palavra chave. Para mim, não existe crítica destrutiva e construtiva. Pra mim, toda crítica fundamentada, com argumentos - que é o próprio da matemática - só serve para enriquecer. Eu posso ser opositor a você em termos de contestação, de argumentação, mas não devemos ser inimigos. Todas as opiniões são válidas. Mas haverá aquela que é a certa, está de acordo com a verdade. E a matemática procura o quê? A verdade! Não existe a verdade absoluta; toda verdade é relativa. É um processo dinâmico; não é um processo estático. Se o professor de matemática achar que o que ele diz, é o sumo do supra sumo, é a verdade absoluta, ele pode ir embora para casa com a sua mala e não voltar mais para a sala de aula. É um processo de construção coletiva e todas as opiniões são válidas, mas não significa que todas estejam certas. E para conseguir argumentar com meu aluno, na aula de matemática, para um processo de argumentação, de reflexão, de raciocínio, eu tenho que fazer com que ele tenha uma adesão espontânea, natural, crítica, à minha proposta, obtida pela argumentação e convencimento, e não imposta. Então, farei me respeitar. E se um dia um aluno: “Professor, tenho impressão que o senhor se enganou, porque professor, é assim, assim e assim.” Eu tenho que ter humildade e reconhecer “Você está certo; eu me enganei.” Isto não é rebaixar-se; isso é enobrecer-se.

Hoje, talvez, alguns dizem: “Brancher, mas você já está velho, está na hora de pendurar a chuteira.” Olha, uma pessoa, um educador, pode estar com a sua idade avançada, mas, talvez, na sua idade psicológica, ele está com 30, 35 ou 40 anos de idade. Às vezes, há jovens que estão com a sua idade cronológica de 25 anos, mas estão mais esclerosados do que um idoso de 95 anos de idade, infelizmente. E é essa mentalidade que o professor tem que ter como profissional, com muito sentimento, muita reflexão e muita ação, a mais diversificada possível.

A gente tem uma história e quando me aposentei disse: “Mas Brancher, toda essa experiência acumulada, fundamentada, dentro ou fora da sala de aula, no mundo, no contexto todo como fica! Eu não posso jogar tudo isso da janela para fora de uma hora para outra.” Mas a lei, infelizmente, não me permite mais ser professor. Então, agora, estou me dedicando à assessoria e consultoria na área da Legislação Educacional, pelos conhecimentos, congressos, seminários, simpósios, dos quais já participei, nacionais e internacionais. Hoje sou assessor e consultor de duas ou três instituições. A procura é grande, mas eu sou um só.

Durante a minha carreira profissional fui professor de Matemática, Português, História, Geografia - tenho registro no MEC para tudo isso - Sociologia, Metodologia do Trabalho Científico, História da Educação no curso de Pedagogia, Legislação Geral e do Ensino no Sagrada Família, Pedro II e no curso de Pedagogia da FURB. Fui ainda diretor do Centro de Ciências da Educação e Coordenador do Colegiado do curso de Pedagogia da FURB. E, modéstia à parte, colaborei na elaboração do projeto político-pedagógico do curso de Pedagogia, que foi aprovado com voto de louvor pelo CEE/SC, pela sua proposta inovadora! Nós temos que avançar. É só ter criatividade e ocupar espaços. É só questão de querer, é vontade política. E na vida, temos que nos assessorar sempre, não de apadrinhados, mas de pessoas competentes. Porque eu posso viajar, mas, o outro que está no meu lugar é competente, ele dá continuidade, e aí, então, eu prospero. O Kennedy sempre dizia: “Não te esqueças, ao subires, daqueles que te ajudaram a subir, porque, talvez, ao desceres, encontre-os subindo”. Os meus alunos de matemática ajudaram-me a subir na minha vida profissional e pessoal. E hoje, encontro muitos deles no mercado de trabalho: “Senhor Brancher, eu agradeço ao senhor por ter me convencido pela reflexão e por fazer-me entender o que é a matemática.” Que melhor prêmio você quer do que isto?



RETALHO 19: RUBENS LIPPEL

Nasci em Blumenau em 04/04/51. Passei minha infância aqui, no bairro Garcia¹²⁶. Éramos em três irmãos: sou o caçula e temporão. Na escola, entrei sete anos depois, em cinquenta e oito. Foi na Barão¹²⁷. Fiz o primeiro ano lá. O meu irmão me levava todo dia, porque a noiva dele dava aulas lá. Mas ele faleceu em março daquele ano e eu vim, então, estudar no Grupo Escolar Santos Dumont¹²⁸, perto de casa. Ali estudei todo o primário. Depois, em sessenta e dois, entrei no Colégio Estadual Pedro II, onde fiz a primeira série, segunda, terceira e quarta do ginásio, e também, o primeiro, segundo e terceiro anos do Científico. Fui para lá, porque no Garcia não havia ginásio; só grupo escolar primário. Ginásio? Só no Pedro II.

O Colégio Pedro II era bom, muito bom. Na verdade, o conceito dele como colégio era ótimo: bastante rígido, bom em tudo. No início, o diretor era o seu Gerlhardt¹²⁹ e, depois dele, o Joaquim Floriani¹³⁰. O Floriani era muito rigoroso, não era fácil... Tinha que ser tudo como ele queria, não tinha colher de chá. E tinha que encaixar tudo, tudo. Era uniforme, era cabelo: ele olhava se o cabelo era comprido. Eu perdi uma prova de Física do professor Rapyo, por causa disso. Meu cabelo estava um pouquinho comprido, ele passou em vistoria e me tirou da sala de aula; mandou-me cortar o cabelo. Voltei a tempo de assistir as outras aulas, no mesmo dia, ainda, mas com o cabelo cortado. Nem fui para casa. Isso aconteceu no primeiro ano do Científico.

Quando saí do Santos Dumont e fui para o Pedro II, não senti dificuldades. Tive uma professora muito boa na quarta série, a dona Iodete, que gostava muito de lecionar. Ela era muito rígida. Já dei aulas para os netos dela. Na época, para entrar no Pedro II, havia uma seleção: tinha que fazer o exame de admissão, pois não havia vaga para todo mundo. Lembro que tinha até um cursinho preparatório para este exame que reprovava bastante. Fiz o cursinho. Tínhamos aulas de Português e de Matemática, pois o exame era feito baseado

¹²⁶ O bairro Garcia é um dos trinta bairros de Blumenau. Encontra-se à margem direita do rio Itajaí-Açu, porção sudeste do município. De configuração montanhosa, seus 6,8 km² encontram-se intensamente ocupados pela população.

¹²⁷ A Escola Primária Barão do Rio Branco, atual Colégio Barão do Rio Branco, foi criada em 03 de março de 1953, pela Comunidade Evangélica Luterana de Blumenau, na Rua Nereu Ramos, 220, centro da cidade.

¹²⁸ O Grupo Escolar Santos Dumont é a atual Escola de Educação Básica Santos Dumont, pertencente à rede estadual.

¹²⁹ Wigand Gerlhardt foi diretor do Colégio Estadual Pedro II de 31/03/59 a 27/03/63.

¹³⁰ Joaquim Floriani foi diretor do Colégio Estadual Pedro II de 27/03/63 a 04/04/74.

nestas duas matérias. Os professores foram o Joaquim Floriani, de Matemática, e o Curi - que dava aula na Federal - de Português. Quem passasse conseguia a vaga e estudava; quem não passava, fazia a quinta série do complementar (acho que era esse o nome). Fiz o exame e passei. Depois esse exame “caiu”. No outro ano, já não tinha mais¹³¹.

No ginásio, tive bons professores de Matemática. O Victor [Gerlhardt] foi o professor do primeiro, segundo e do terceiro ano do ginásio. No quarto ano, tive aulas com o Francisco Canola, que hoje mora em Pomerode. Nesse período, eram adotados livros como o do Sangiorgi (com o qual estudamos na quinta e na sexta séries). Na sétima e na oitava, nós adotamos o Ary Quintella. No científico, foi o “Bezerrão”, no primeiro e segundo ano. No terceiro, o Ary Quintella. No primeiro ano do científico, o professor foi o Valdir Floriani, no segundo, foi o Wigand Gerlhardt e no terceiro, o Joaquim Floriani.

Nessa época, o ensino no Colégio Pedro II dava uma base muito boa. Ninguém fazia pré-vestibular e a turma passava em vários vestibulares. Tivemos o privilégio de ter ótimos professores, porque foi na época de reconhecimento da FURB. Fizemos nosso segundo grau no período que vai de 1967 a 1969. A FURB trazia para seus cursos bons professores e eles sempre davam algumas aulas no Pedro II, porque na época, os professores das escolas estaduais ganhavam bem: eles ganhavam igual a um juiz. Assim, a maioria dos professores do Pedro II era também professor da FURB. De Química foi o Medeiros, que hoje está na Universidade Federal do Rio de Janeiro - ele até descobriu um elemento químico. No segundo ano trouxeram da UNICAMP o Lima. Era Lima ...Demerval, não. Não sei mais o nome dele todo. O Medeiros era de Química e o Lima também era de Química. E no terceiro ano, tive o Wilder, que era lá da Universidade Federal de Porto Alegre. De Matemática, lembro bem do Joaquim Floriani. Ele era muito bom professor, um espetáculo; não tirava o cigarro da boca. Como diretor era terrível, mas dentro da sala de aula era brincalhão, outra pessoa. Muito brincalhão e ótimo professor, assim como o Valdir Floriani, o irmão dele. As explicações do Joaquim eram claras; ele era muito didático. Fazia aquelas brincadeiras com a matemática: desafios, incrasias. As turmas gostavam muito de suas aulas. Ele só lecionava para os terceiros anos. Só. Nunca para os outros. Os alunos saíam preparados para enfrentar o vestibular; nem cursinho havia. Faziam no peito e na coragem e iam embora. Passavam, normalmente passavam. Aqui de Blumenau quem não estudou no Pedro II? A grande maioria estudou. Na minha sala, na época, havia dois Hering, dois Zadrosny. Tinham condições

¹³¹ O exame de admissão deixou de ser aplicado no estado de Santa Catarina, em 1970, quando muitos grupos escolares primários são transformados em Escolas Básicas com ensino de 1º grau, antecipando-se à Lei 5692/71, em dois anos.

financeiras de estudarem em outro colégio como o Santo Antônio, mas preferiam estudar no Pedro II. Até a década de 70, todo mundo ali, no Pedro II. O colégio era muito bom. Bons professores. Eles não usavam guarda-pó: iam de roupa social mesmo.

No Ginásio e no Científico, normalmente, os conteúdos de Matemática eram os mesmos de hoje. Um pouquinho mais aprofundado. Tanto o Sangiorgi como o Quintella são livros bons. Na verdade, bem aprofundados. O estudo era, comparado com o de agora, totalmente diferente. Se fores cobrar hoje o que exigiam lá, não se aprova ninguém. Era bem cobrado, realmente exigiam bastante. Aprendíamos mais que os alunos de hoje, pois a gente não tinha as opções que eles têm hoje: televisão, internet, ... Como não tínhamos muita opção, acabávamos estudando. Além disso, a família cobrava muito; a família era muito importante. Hoje, o que a família cobra dos filhos? Quase mais nada. O grande problema vem de casa. Eles largam os filhos... Os pais têm que trabalhar noite e dia e acabam deixando os filhos nas nossas mãos. A escola acabou assumindo tudo; ela tem que dar jeito em tudo. Na minha época, os pais cobravam muito dos filhos: a dedicação ao estudo, a seriedade. Nas escolas, para quem não se comportasse, existia a suspensão das aulas: um dia, três dias... No Pedro II era um dia, três dias, cinco dias e depois... rua! Expulsão! Expulsavam. Mandavam embora. E não tinha volta! Não tinha volta de jeito nenhum! Havia respeito. Hoje em dia, os jovens não têm mais respeito. Nossos alunos, na verdade, quando olham para frente, não têm o horizonte muito claro.

No ginásio tínhamos Desenho Geométrico de quinta a oitava, com o professor Rodacki, que era engenheiro. Acho que ele já é falecido. Ele ensinou Desenho para mim todos os anos. Tínhamos cinco aulas de Matemática por semana e duas de Desenho. As aulas eram de quarenta e cinco minutos. No Científico, as disciplinas eram Matemática, Física, Química, Português, História, Geografia e Inglês. Tive aulas de Geometria Descritiva com o Tafner. Ele era rápido: apagava com uma mão e escrevia com a outra. Era uma disciplina separada da Matemática. Eram duas aulas semanais. No terceiro ano, as turmas eram divididas: a que queria ir para a área das Ciências Físicas e a que iria para a área das Ciências Biológicas. Quem ia para as Ciências Físicas tinha mais aulas de Física, Matemática e, também, de Desenho. Era para quem ia para a área das exatas, como a engenharia. Já quem ia para a Medicina, tinha um maior número de aulas de Biologia e Química. Eu fui para as Ciências Físicas, mas no fim, acabei prestando vestibular para Medicina, na Federal de Florianópolis.

A base de nosso estudo foi muito boa. As instalações do Colégio Pedro II sempre foram muito boas. Até hoje, o Pedro II nem parece uma escola do Estado: muito bem limpa,

estruturada, ótima. Tínhamos vários laboratórios e sala de desenho, também. A sala de desenho tinha mesa, pranchetas e diversos materiais como, por exemplo, sólidos que nós mesmos montávamos, tudo com encaixe. Hoje não existe mais nada: alguma coisa sumiu, outras as enchentes destruíram e o resto foi tudo para o lixo.

Se for comparar a Matemática que aprendi com a Matemática que os livros trazem hoje, dependendo do livro, não sei, muda pouca coisa. Nós fazíamos muito, muito exercício de aplicação. Na época, a gente se juntava e procurava sempre resolver todos os exercícios do livro, inclusive os de Matemática e Física. Eu até tinha tudo organizado, mas emprestei: levaram e não devolveram mais. Tinha o “Bezerrão” todo resolvido. O livro de Física era do Dalton Gonçalves. Fiz todos os volumes dele. Se não me engano, eram sete. Tinha tudo resolvido, todos os exercícios, sem exceção. Não havia muita reprovação não. A turma estudava, corria atrás. Cada classe tinha no máximo trinta alunos, que é o ideal. Não é como hoje, quando colocam quarenta, cinquenta alunos numa sala. A nossa turma sempre foi pequena. Na verdade, da sétima série até o segundo ano do científico, fomos separados por religião. Mas não havia nenhum tipo de preconceito, não. A quantidade de católicos era bem maior que a de evangélicos. Isso aconteceu porque havia aula de Religião por credo: os católicos tinham aula católica, os protestantes tinham aula protestante.

Quando eu entrei no ginásio tinha antes aquele currículo com Inglês, Francês, Espanhol e Latim. Isso em sessenta e dois. Depois, mudou tudo. Nós tínhamos aulas de Inglês e Alemão. Um baixinho, o seu Martins, era o professor de alemão. Depois tiraram o Alemão e colocaram Inglês, apenas. Na verdade, Inglês e Francês: você podia optar. Eu tive Francês durante um ano, com a madame Andrieta.

Eu estudava de manhã no Pedro II, das sete e meia às onze e meia. Eram cinco aulas de quarenta e cinco minutos e ia até quinze para o meio dia. Mas nós tínhamos aula aos sábados, cujo horário não me lembro bem. Acho que uma turma era das sete e meia às nove e pouco, nove e meia; e a outra das nove e meia às onze e meia... À tarde tínhamos aula nos laboratórios e aulas de Educação Física. O número de aulas semanais era bem maior do que o de hoje: vinte e sete. Os nossos laboratórios eram muito bons! Ótimos. Tínhamos os melhores equipamentos. Com o tempo tudo foi sucateado. Com as enchentes mesmo, aí é que sumiu tudo. O que tinha de equipamento de Física ..., era espetacular - tudo veio da Alemanha. Os laboratórios foram praticamente todos montados pelo governo alemão. De Física, eu me lembro ainda da marca; era Hertz: H-e-r-t-z. Tudo em caixas, tudo. Tem alguma coisa lá

ainda. Tinha um laboratório específico de Biologia e outro de Ciências. Quando cheguei no Pedro II, já estava tudo lá.

As aulas de Matemática eram bastante tradicionais; demonstravam-se teoremas até. Tínhamos que demonstrar e explicar tudo: de onde saía, de onde não saía. Tinha que saber tudo bem. Caso contrário, não passava! Dessa época, tenho guardado somente os livros de Matemática. Cadernos e fotos não tenho. Os livros? Tenho todos: o Quintella, o Sangiorgi e o “Bezerrão”. Podemos dar uma olhada neles¹³². Aprendemos funções, gráficos, limite e continuidade, função linear, circunferência, círculo, derivadas, variação das funções de máximo e mínimo, integral, números complexos, polinômios, equações algébricas, equações transformadas, cálculo das raízes inteiras, equações recíprocas. Tudo completo, o programa todo. Todo mundo tinha livro e ele era seguido. Exercícios eram dados à parte, além dos que existiam nos livros. O Ary Quintella, de capa dura, costurado à mão, da Editora Nacional, nós usávamos na quarta série do Ginásio. O programa era: números reais, equações do segundo grau, equações obtidas no segundo grau, produto cartesiano, trinômio do segundo grau, semelhança, relações métricas no triângulo retângulo, relações métricas no triângulo qualquer, polígonos regulares e área de figuras planas. É, basicamente, o mesmo programa de hoje em dia. Aqui estão os livros do Bezerra: de primeira e de segunda séries; e o complemento do terceiro. Tinha Aritmética e Álgebra para os três anos. Geometria no primeiro ano, trigonometria no segundo, e geometria analítica, no terceiro. No terceiro ano do Científico, portanto, havia dois livros: o Ary Quintella e o Bezerra. Todo mundo comprava. Tinha que ter. Tenho até hoje alguns exercícios resolvidos. Tudo era completamente visto, não se pulava nada. As demonstrações, os teoremas; tudo era feito. Então, realmente, quem passava tinha uma ótima base. E a reprovação, como eu disse, não era muito alta. A turma estudava. Da minha turma, só a Nívia e eu fomos lecionar. A grande maioria foi fazer Medicina e todos eles passaram, praticamente, no primeiro vestibular, em universidades federais. Têm alguns que foram para Odontologia, outros para a área das Engenharias. Nossa turma era muito boa, muito boa mesmo.

Em 1964, no Brasil, existia a UNE e aqui em Blumenau, tinha a UBE, que era a União Blumenauense de Estudantes, que era muito forte. A grande maioria dos líderes estudantis era do Pedro II. Isso porque a eleição da UBE era lá no Pedro II e nós tínhamos o

¹³² (i) BEZERRA, M. J. **Curso de Matemática para os cursos clássico e científico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d. (ii) QUINTELLA, A. **Matemática para o Terceiro Ano Colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. (iii) SANGIORGI, O. **Matemática – curso moderno**. São Paulo: São Paulo Editora S.A., 1966.

PUE, Partido Unificador Estudantil, muito bem organizado. Então, nós sempre ganhávamos a eleição, vencendo o partido dos colégios particulares, porque tínhamos mais alunos. Mas com a Revolução, acabou-se tudo. A UBE foi desmantelada e, se não me engano, acho que até alguns de nossos professores foram presos lá em Curitiba. Depois, eles voltaram a dar aula. Só que a partir daí, terminaram com a união, com a organização dos alunos que existia. Inclusive, hoje, a gente observa que os estudantes não têm mais aquela união e representação como tínhamos em nossa época. O Francisco Canola, que era professor de Matemática, naquele tempo, pode dar maiores informações sobre o que aconteceu em sessenta e quatro lá no Pedro II.

De 1970 a 1974 fui fazer o curso de Matemática na FURB. Terminei em setenta e três e me formei em setenta e quatro. No Estado, fiz concurso para professor, em 1980. Só abriram concurso nesse ano, após a greve, que se iniciou em Blumenau. Foi uma das maiores greves do estado de Santa Catarina, em que os professores se uniram mesmo, e foi uma união tão forte, que ele, o governador Jorge Bornhausen, teve que ceder na marra. Foram muitos dias de paralisação, de muita união, com todo mundo junto. Foi uma das únicas greves que eu participei. Tiveram outras, mas igual a essa, nunca mais. É que depois começou a ter muita política partidária no meio e acho que isso terminou com tudo. As greves aconteciam em função da política, partido contra partido. Numa dessas, fui até participar das negociações com o governo como membro da comissão dos professores, mas percebi que os caras eram muito radicais. Eu achei que ir para uma mesa de negociação era para a gente ir negociando, pegando um pouquinho, negociando aos poucos. Mas, não! Tinha que ser assim, como eles queriam, senão viravam as costas.

Bem, fiz concurso para primeiro e segundo graus. Fui bem. Tomei posse, que é como se diz... uma posse solene, em Florianópolis, com o Jorge Bornhausen. Os melhores classificados de Santa Catarina foram chamados a Florianópolis. Tivemos um jantar lá. Tomei posse lá, com eles, pelos outros que não foram. Depois o governador veio a Blumenau também, e deu posse para todo mundo, no Colégio Celso Ramos. Eu fui tomar posse de novo, lá em cima do palco; fizemos uma posse simbólica ali, porque a posse mesmo, já tinha acontecido.

Até hoje, não sei o que fez com que eu me decidisse pela Matemática. Sempre fui bom aluno em Matemática. Eu estudava quando precisava. Fiz vestibular para Medicina, na Federal, mas não consegui ser aprovado. Se tivesse tentado outras áreas, como odontologia ou engenharia, teria conseguido. Mas eu não queria. Então, vim para Blumenau e aqui tinha

segunda chamada em Matemática. Pensei em fazer para não ficar parado. Fiz o vestibular e fui aprovado. Logo em seguida me convidaram para dar aula, no Colégio Pedro II. Eu tinha recém acabado o segundo grau. E na época era difícil de entrar lá como professor. Isso foi em setenta. Quando cheguei no Colégio, o diretor - Joaquim Floriani - me chamou e disse, daquele jeito dele: “Sim, o que é que tu queres aqui?” Respondi, temeroso: “Vim aqui, porque tu me convidaste para dar umas aulinhas” (sim, ele é que tinha me convidado). Peguei aulas de Matemática e Física que estavam sobrando. E estou lá, desde 1970.

Fui aluno da segunda turma da FURB. A primeira, que era a da Lili Althof, da Neda Ferreira de Melo Altenburg, do Valdir Floriani, do Victor Gerlhardt, foi antes de mim. Eu sou da segunda. Lembro-me de alguns colegas de turma: Isailton Mateusi, Serginho Vieira, Gilberto Schmitt, Silvio, a Rosa Polli e a Marisa Bornhausen, ambas de Gaspar, o Darci Martinelo, que hoje é Pró-Reitor da Universidade de Caçador, o Ulisses que já faleceu (ele trabalhou anos lá no SENAI); o Dimas Moser (também falecido); o Cláudio Loesch e o José Gonçalves (ambos foram professores da FURB). Todos foram professores em algum momento de suas vidas. Não sei se esqueci alguém. Não; eram esses. Era uma turma pequena.

Então, assim que iniciei a faculdade, comecei a dar aula no Pedro II. Na época até se ganhava bem, mesmo como não habilitado. Isso até 1975. Depois decaiu. Foi o Ivo Silveira¹³³ que acabou com tudo. Em oitenta, de novo, nós passamos a ganhar bem, depois da greve que fizemos com o Jorge Bornhausen¹³⁴. Por causa da greve, ele triplicou o nosso salário. E dali em diante só houve perdas. Somente perdas.

¹³³ Ivo Silveira foi governador de Santa Catarina no período de 1966 a 1971, nomeado pelo Governo Federal.

¹³⁴ Jorge Konder Bornhausen foi governador de Santa Catarina, no período de 1979 a 1982, nomeado pelo Governo Federal.



RETALHO 20: BLUMENAU PRECISA DE UMA FACULDADE

Década de 1950. A antiga colônia fundada por Hermann Blumenau é um município próspero: população trabalhadora e organizada, casas e jardins bem cuidados, comércio diversificado e bem movimentado, grande parque industrial, com destaque para as indústrias têxteis, empregos para todos, proporcionando um bom nível de vida aos que residem em Blumenau.

À escolarização é dada especial atenção. Petry (1992) registra que pelo interior do município, espalham-se dezenas de escolas isoladas (um único professor que atende todas as turmas no mesmo período) que oferecem o curso primário. Na região urbana, o aprendizado acontece nas escolas públicas e particulares. O Colégio Santo Antônio, dirigido pelos padres franciscanos, além de oferecer os cursos ginásial e científico, mantém uma escola de contabilidade noturna, onde são formados profissionais de nível técnico. No Colégio Sagrada Família, sob a direção das freiras, estudam meninos e meninas no curso primário e somente moças no curso ginásial. Algumas poucas escolas públicas, como o Grupo Escolar Luiz Delfino e a Escola Municipal Machado de Assis, oferecem formação primária em classes que possuem um único professor. Cabe ao Colégio Estadual Pedro II, antiga Escola Nova Alemã, a oferta dos cursos ginásial, científico e clássico, tendo anexo a ele, a Escola Normal, encarregada de formar professores para o curso primário. Para a maioria dos jovens blumenauenses, não era dada maior oportunidade de formação, a não ser a de conquistar um diploma de contador ou normalista, ou um quase inútil certificado de conclusão de curso científico ou, na grande maioria dos casos, o atestado de conclusão do ginásio. Somente os filhos de famílias mais abastadas tinham condições de obter formação em cursos superiores, em centros maiores como Curitiba e Florianópolis.

No mês de outubro de 1956, o jornal ***O Estudante***, periódico de divulgação da União Blumenauense de Estudantes (UBE), publica o artigo “Por que Blumenau não tem uma Faculdade?”, de autoria de Orlandina Carmen Wüst, no qual é evidenciada toda angústia e frustração da juventude que não tem como prosseguir os seus estudos:

[...] Por ora, só os filhos da classe rica e raros da média podem continuar os seus estudos. Quantos outros não gostariam de seguir uma carreira até conquistar seu ideal? Mas, infelizmente, não o podem, a não ser em outras cidades.[...] Estudantes que somos, não podemos permanecer inertes diante da falta de continuidade e progresso em nossa vida intelectual. É por isso que fazemos um apelo, mais que isso, um pedido sincero, a todos aqueles que, de algum modo nos poderão auxiliar. Para que se interessem pela instituição de uma faculdade aqui em nossa terra. Isto

não é apenas nosso desejo uníssono mas sim, uma necessidade evidente para nossa geração. O progresso intelectual de um povo é fonte segura de sua vitória. Que jamais pereça a nossa grande aspiração. Que os ‘grandes’ tomem a sério nossos apelos! (WÜST, 1956, p. 6).

Dias após esta publicação, foi apresentado processo à Câmara Municipal, de autoria do vereador e industrial Bernardo Wolfgang Werner, pedindo a criação de faculdade, em Blumenau. Uma comissão foi encarregada de analisar o assunto. Todavia, o processo acabou sendo arquivado com a justificativa de que encontrara “obstáculos intransponíveis”, dentre eles a inexistência de verbas por parte do governo federal. Não seria desta vez que Blumenau conseguiria sua faculdade.

Os estudantes não se deixaram abater. Nos anos seguintes, novos artigos foram publicados nos jornais *O Estudante* e *A Cidade*, reivindicando a instalação de uma faculdade em Blumenau. Os obstáculos precisavam ser removidos.

Afinal, quais eram esses obstáculos? Alguns eram explicáveis; outros eram inconfessáveis. Empresários e áreas conservadoras da sociedade posicionavam-se contrários à criação da faculdade. Por trás de discursos vazios que afirmavam defender os bons costumes e a democracia é possível perceber o temor de que a criação de cursos superiores iria eliminar boa parcela da mão-de-obra braçal, tão necessária nas muitas indústrias do município, e o mais temível: transformaria operários dedicados, auxiliares de escritórios e vendedores das casas de comércio em lideranças, potencialmente perigosas. Outro fator apontado era relativo às condições de infra-estrutura, julgadas insuficientes. Sem o apoio do governo estadual e federal, uma instituição de ensino superior não teria como sobreviver no interior do estado, preconizavam alguns políticos. Para Ricken (1981), além de não contar com o apoio político, o movimento também não conquistou o apoio técnico da capital do estado, Florianópolis, que acabara de consolidar uma posição de privilégio: a criação da Universidade Federal de Santa Catarina, instituída em 1960.

Em 1962, a UBE inicia grande campanha em busca de seu objetivo, usando como grito de guerra “Blumenau precisa de uma faculdade”. Utilizando a militância de seus associados e contando com o apoio da Associação de Imprensa de Rádio do Vale do Itajaí – ARVI, os estudantes encaminham suas reivindicações à classe política e fazem reviver, através de um longo pronunciamento do vereador Bernardo Wolfgang Werner, na Câmara, o processo arquivado, por força dos “obstáculos intransponíveis”, há mais de cinco anos. O vigor da campanha mostrou que a situação se apresentava irreversível: Blumenau teria a sua faculdade.

Após embates políticos entre representantes da UDN (União Democrática Nacional) e do PSD (Partido Social Democrático), cada qual querendo para si a paternidade da faculdade, finalmente, em 5 de março de 1964, através da Lei Municipal número 1 233, é criada, oficialmente, a Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau, a primeira fora da capital Florianópolis. A luta fora árdua. Venceu a UBE e foi vitoriosa toda uma região, cujos filhos tinham, agora, a possibilidade de concluir seus estudos num curso de nível superior.

Poucos anos mais tarde, em 20 de dezembro de 1967, é sancionada lei municipal criando a Fundação Universitária de Blumenau (FUB), composta pelas: Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Direito e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A notícia da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras traz um alento aos professores de Matemática do interior do estado de Santa Catarina, especialmente aos de Blumenau. Com raras exceções, a maioria daqueles que atuavam nas escolas do município não possuía habilitação; poucos eram formados em faculdades de Filosofia, ou tinham feito CADES.

Para os cargos de diretor e sub-diretor desta Faculdade foram nomeados os professores Rivadávia Wollstein e João Alfredo Ribeiro. Rivadávia Wollstein era o único professor de Matemática de Blumenau, com graduação em Matemática, curso concluído na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e membro do grupo “Núcleo de Professores de Matemática de Blumenau”, citado pelo depoente Almerindo Brancher. Deste grupo, participavam ainda, os professores: Alfredo Petters, Joaquim Floriani, Wilson Alves Pessôa, Lili Althof, Marci Flor da Silva, Paulo Soares de Rapyo, Rosa Mondini, Maria Eulália Ribeiro, Marília Souza e Ana Soares.

Durante o processo de organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o grupo se organiza e inicia um movimento em favor da implantação do curso de Matemática. Como principal argumento, era usado o fato da ampliação do número de escolas a oferecer o curso ginásial (especialmente após 1960) e, conseqüentemente, uma maior demanda por professores habilitados.

Então, em 27 de maio de 1968 são realizados os exames de habilitação (denominação na época) para os cursos de Biologia, Matemática e Química, nos quais são aprovados 91 dos 122 candidatos. As aulas tiveram início no dia 1º de junho, em dependências cedidas pelo Colégio Dr. Blumenau, uma instituição privada de ensino.

O curso de Matemática – Licenciatura Plena foi reconhecido pelo Decreto nº 71 361, de 13 de novembro de 1972.

A primeira colação de grau ocorreu em 21 de dezembro de 1972, sendo os primeiros licenciandos do curso: Christl Wiltrich, Elisabeth Maria Cavalca Bork, Jaime Floriani, José Siqueira, José Valdir Floriani, Lili Althoff Kalvelage, Maria Regina Spengler, Maria Marly Cardoso, Marli Porath, Neda Melo Altenburg, Rosemarie Darius Ávila e Ursula Schroeder¹³⁵.

Em 24 de dezembro de 1968, a Fundação Universitária de Blumenau sofre profundas alterações em sua estrutura, através da Lei Municipal 1559, que adequou a instituição à recente reforma do ensino superior, traçada pelo governo federal. Surge a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), apta a ministrar cursos de graduação, especialização e de extensão.

¹³⁵ Informações obtidas junto à Divisão Acadêmica da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

CERZINDO A COLCHA: A LÓGICA DA ARTESÃ

A arte de criar uma colcha de retalhos necessita de uma preparação prévia. É preciso a tomada de algumas decisões, antes de se iniciar o trabalho: a temática da colcha, o tamanho que ela terá, a definição do(s) material(is) a serem utilizado(s), o modo de obtenção dos retalhos.

Na criação da colcha de retalhos de minha pesquisa, também precisei tomar algumas decisões. Inicialmente, foi necessário definir um norte para conduzir os trabalhos. Geralmente, essa questão ou contexto-diretriz está relacionada à vivência e ao conhecimento do sujeito e surge de uma curiosidade, uma inquietação do pesquisador. Não fugi desta proposição. A tese que defendo está intimamente ligada à minha história de vida, dedicada ao ensino da Matemática e à formação de seus professores. Quando ingressei no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista, em Rio Claro, no ano de 2001, pretendia estudar o desenvolvimento profissional do professor de Matemática, graduado pela instituição em que atuava, a Universidade Regional de Blumenau (FURB). O trabalho estaria voltado para a história de vida destes profissionais, suas conquistas e dificuldades na prática docente, as experiências vividas, a sua visão sobre a formação inicial que tiveram, as críticas e sugestões à universidade que os formou.

Num primeiro momento, busquei conhecer a história de criação do curso de Matemática da referida instituição, bem como obter a relação de todos os alunos ali formados. Descobri que no ano de 1968 foram iniciadas as atividades acadêmicas da primeira turma de Licenciatura em Matemática, sendo o curso o quarto implantado pela, então, Fundação Universitária de Blumenau, e o primeiro da área, fora da capital do estado de Santa Catarina.

Surgiu, então, uma pergunta que (até então não sabia) iria modificar toda a estrutura já estabelecida para a pesquisa: por que é implantado numa recém-criada faculdade particular um curso de Licenciatura em Matemática? Do ponto de vista econômico, era uma opção ruim para a nova instituição. Muitos docentes tiveram que ser contratados em outros estados, Rio Grande do Sul e Paraná, o que significou altos custos financeiros com pagamento de passagens e estadias. Este fato originou novas indagações que motivaram uma brusca mudança no objeto da pesquisa: não havia profissionais habilitados na região, sendo necessário buscá-los em outros estados? O que aconteceu ao ensino de Matemática, em Blumenau, durante o desenvolvimento do município?

Ao remexer em minhas lembranças, ouvi as vozes de meu pai e de meus tios, estudantes de escolas “alemãs”, contarem como era diferente o estudo da matemática, quando meninos: *estudávamos e sabíamos mais do que as crianças de hoje*, afirmavam com orgulho. O que estudavam eles de Matemática? Como eram as aulas? Quem foram os seus professores? De que mudanças falavam?

De posse destas informações e indagações, após conversas com o orientador, refiz o projeto. Desta forma, pretendia agora resgatar e tornar visíveis aspectos históricos que compõem a memória da Matemática Escolar do município de Blumenau, no período que compreende, desde a criação da *Neue Deutsche Schule* (1889), até o ano de 1968.

Com o objetivo de bem conduzir a investigação, re-elaborei as questões de pesquisa:

- a) Qual era a formação acadêmica dos professores que atuaram no ensino de Matemática nas escolas de Blumenau, no período de 1889 a 1968?
- b) Quais os procedimentos didáticos adotados nas aulas de Matemática (métodos, técnicas e recursos)?
- c) Qual a influência do contexto sócio-político do período na estrutura educacional das escolas, na formação do professor e no desenvolvimento do ensino de Matemática?

A temática da colcha estava definida. Era necessário, agora, definir o seu tamanho, ou seja, delimitar o campo de pesquisa. O número de escolas existentes na região havia variado no transcorrer do período, sendo superior a cem durante alguns anos. Algumas poucas eram paroquiais (sob a tutela da igreja católica) ou públicas estaduais; a maioria era de escolas comunitárias particulares, mantidas e organizadas pelas comunidades teutas. Pesquisar todas seria impossível a um único pesquisador. Optei, então, em estudar este último tipo, sendo selecionadas duas delas: a *Neue Deutsche Schule*, a maior escola, em número de alunos e professores, do município de Blumenau, que ofertava estudos avançados até o atual ensino médio, e uma pequena escola comunitária do interior, semelhante a dezenas de outras espalhadas pelo território blumenauense.

Como se daria a escolha dos retalhos que comporiam a colcha? A decisão deste item foi rápida: ela aconteceria através de depoimentos de ex-alunos e antigos professores de Matemática das duas escolas selecionadas, durante o período pesquisado, ou seja, a História Oral seria utilizada como metodologia de pesquisa. Entretanto, a existência de documentos escritos poderia contribuir para a obtenção de uma colcha mais rica em texturas e cores. Assim, junto com a metodologia da História Oral, resolvi, também, utilizar fontes escritas. Além do mais, ponderei, no período anterior a 1920, não poderia haver a utilização da

História Oral, já que seria muito difícil encontrar depoentes vivos. Todavia, os conhecimentos da época seriam imprescindíveis para a compreensão de fatos ocorridos nos anos seguintes. E, ainda, a narração dos depoentes e o diálogo entre as memórias e os escritos, quando possíveis, enriqueceriam sobremaneira os detalhes do cenário, permitindo uma diversidade de olhares.

Após estas decisões, comecei a construir a colcha. Os retalhos não tinham uma ordenação e foram tecidos aos poucos.

Do total de retalhos desta minha colcha, onze são oriundos de depoimentos. A confecção deles foi laboriosa.

Inicialmente, foi elaborado um roteiro de perguntas, denominado *roteiro de entrevista*¹³⁶. Não trabalhei com um questionário ‘fechado’ que exigisse apenas respostas diretas e objetivas dos depoentes. A idéia foi a de fazer indagações amplas que permitissem o diálogo entre o depoente e o pesquisador. Esta forma de entrevista é denominada por Tourtier-Bonazzi (2000, p. 237), de entrevista semidirigida, que “é com frequência um meio-termo entre um monólogo de uma testemunha e um interrogatório direto”. Nela, não há um interrogatório explícito ao depoente. A posição adotada pelo entrevistador é a de alguém que está conversando com o objetivo de ter conhecimento sobre o assunto. Todavia, evita-se que ocorra a dispersão total sobre o tema da pesquisa pelo entrevistado.

O primeiro depoente escolhido foi o mais antigo professor de Matemática, em exercício, em Blumenau. Ele havia atuado como professor e diretor de uma das escolas-campo de pesquisa. Os outros surgiram das redes construídas durante a pesquisa. Uns iam indicando outros. Amigos davam informações. Não tive recusa na concessão da entrevista por nenhuma das pessoas contatadas. Agradeço imensamente a todos.

Na maior parte dos casos, o primeiro contato ocorreu por telefone. No diálogo estabelecido, procurava-me identificar e expor os motivos do telefonema. A informação de que alguém conhecido havia indicado o seu nome para a entrevista, de modo geral, fazia diminuir as desconfianças, já que eu era, para muitos deles, pessoa estranha. O fato de ser filha de família conhecida na comunidade, e também, professora da Universidade Regional de Blumenau facilitou a abertura de muitas portas e a aceitação e concessão da entrevista. Era então, marcado o primeiro encontro que, com exceção de apenas três entrevistas, ocorreu na residência dos depoentes (por opção deles).

¹³⁶ O Apêndice 02 traz as questões orientadoras usadas nas entrevistas.

Não poucas vezes, o entrevistado esperava-me ansioso, com a curiosidade estampada no rosto. Os cabelos cuidadosamente penteados e o cuidado na escolha das roupas denunciavam o preparo antecipado para o momento. Nos primeiros minutos, havia a apresentação pessoal do pesquisador e novamente eram expostos os objetivos da pesquisa. O roteiro da entrevista era também exposto. O tom era de formalidade de ambos os lados. A primeira entrevista ocorreu, já neste primeiro encontro, em duas das onze entrevistas realizadas¹³⁷. Nas demais, um novo encontro foi marcado.

Antes de iniciar o depoimento, uma barreira precisava ser eliminada: a preocupação com o uso do gravador. Para isso, optei por sempre levar o aparelho preparado para iniciar a gravação - fita inserida, pilhas novas – faltando somente acionar as teclas de gravação. Durante o depoimento, bastava verificar se o aparelho de gravação estava funcionando. Em relação ao depoente, procurei tirar dele as preocupações que tinha com o aparelho de gravação e em deixar registrada a sua fala. Para isso, utilizei o recurso de deixar o gravador sobre uma mesa ou cadeira próxima e não entre nós. O diálogo, em tom informal, quebrava o gelo inicial.

Durante a conversa emergiam não somente dados e informações sobre aspectos referentes à educação e à matemática escolar, temas da pesquisa. Emoções como: saudade, tristeza, alegria, orgulho, ressentimento, amargura, afloravam, dando vida ao depoimento, distanciando-o da frieza acadêmica; tornando-o simplesmente humano. Percebi que cada um vagava por sua história, tecendo-a de forma despreocupada com a sua fala, contando os fatos vividos que foram marcantes na construção do seu “eu”. Em muitos encontros, o depoente tinha consigo fotos e documentos que iam sendo apresentados e analisados, no transcorrer da conversa¹³⁸. Esses recursos eram uma forma de comprovar suas palavras e, também, de auxiliar a memória na recuperação das lembranças.

Mas, nem tudo o que é lembrado é expresso por palavras; há os “silenciamentos”, que nem sempre foram propositais, mas que denunciaram ser necessário, ao pesquisador/ouvinte, estar atento à leitura das entrelinhas. Compreendi, nestes momentos, que “escrever um texto orientado pelo dizível e indizível das lembranças que têm uma natureza plena de segredos”, não é tarefa fácil (MALUF, 1995, p. 45).

¹³⁷ A relação dos depoentes encontra-se no Apêndice 03.

¹³⁸ Com a permissão dos depoentes, várias destas fotografias foram digitalizadas e encontram-se no “Álbum de Fotografias e Documentos”, no CD-ROM anexo a este trabalho.

O término da gravação era marcado pelo meu agradecimento e pelo desligar do gravador. Mas o encontro não estava encerrado. Muitas vezes, era seguido de confidências de cunho pessoal, do contar sobre os seus dias atuais. A saudade dos tempos de outrora se fazia presente.

A História Oral, porém, além de seu valor documental como gravação (que guarda em arquivos a modulação da voz e a situação da entrevista), precisa ser vertida para a linguagem escrita, a fim de facilitar trânsito, reflexão e estudos, como ensina Meihy (2000). Para isso, passei à etapa seguinte: a da textualização.

Na História Oral distinguem-se dois momentos na textualização: a transcrição literal e a textualização propriamente dita. Na primeira, a entrevista foi rigorosamente passada para o papel, incluindo todos os seus erros, vacilos, interrupções, repetições de articuladores - “né”, “tá”, “ah” - marcas de emoção e as perguntas do pesquisador. Ou seja, a transcrição foi feita tentando registrar com a máxima precisão o diálogo estabelecido no encontro. Na segunda etapa, a textualização, as perguntas foram incorporadas à fala do depoente. A narrativa recebeu uma pequena reorganização, para torná-la mais clara e os equívocos lingüísticos foram sanados. Em seguida, uma reorganização do texto foi realizada, quando os agrupamentos temáticos foram se definindo melhor, e a entrevista sofreu um significativo enxugamento. Este é o momento mais solitário para o pesquisador, já que ele tem apenas a fita gravada e a sua transcrição para dialogar.

Na elaboração do texto em que a fala do depoente é revelada, a busca pela conservação do “eu” do depoente é uma preocupação constante. Escrevendo e reescrevendo muitas vezes, como lapidando um diamante bruto, o texto é elaborado. Ele será o fruto do pesquisador, contudo, não é ele que lá estará exposto. Os parágrafos precisam conservar as informações dadas pelo depoente, e mais, precisa revelar o seu “eu”. É importante que o depoente, ao ler o texto, veja-se nele, ou seja, identifique, como sendo suas, as palavras lá escritas. Para não interromper a idéia desenvolvida, evitei incorporar aos textos notas explicativas; optei por inserir notas de rodapé, objetivando complementar informação ou esclarecê-la.

Uma segunda entrevista ocorreu com quatro dos onze depoentes (Johanna, Rubens, Erika e Lothar) com o objetivo de elucidar/complementar informações dadas na entrevista anterior. As novas gravações tiveram o mesmo tratamento das realizadas anteriormente, sendo as informações incorporadas às textualizações produzidas.

O texto elaborado foi então, entregue aos depoentes, para que lessem e fizessem nele as observações que entendessem pertinentes. A maioria assinalou pequenas mudanças com o objetivo de completar o pensamento, ou corrigir datas e nomes informados de forma equivocada. Apenas um dos depoentes “censurou” partes do texto, substituindo-as por impressões que considerou serem mais apropriadas e menos comprometedoras. A redação final incorporou as anotações feitas. Depois disso, houve a última revisão pelos entrevistados da versão redigida. Neste momento, então, todos autorizavam o uso do texto pela pesquisadora, assinando um documento, denominado “carta de cessão”¹³⁹.

Outros retalhos da colcha foram construídos com base em fontes escritas. Utilizei fragmentos de histórias investigados e redigidos por outros pesquisadores, que se dedicaram a estudar questões pertinentes ao tema e, ainda, documentos “oficiais”, como relatórios, decretos e leis.

Após a criação e escolha dos retalhos, uma questão se apresenta ao artesão: como cerzir os fragmentos de pano de modo que resulte numa colcha que traduza harmonia em suas cores e formas, riqueza em suas diferentes tramas e texturas e que ainda aqueça os corpos? Diversas opções são estudadas e, novamente, decisões precisam ser tomadas.

No cerzir desta minha colcha, resolvi unir os retalhos de maneira a permitir que cada um fosse apreciado pela riqueza individual de sua trama e de suas cores, por aqueles que contemplam a colcha. Mas, além de cada retalho revelar uma história, era necessário que o viés da costura entre os fragmentos de tecido fosse harmonioso, resultando numa peça que pudesse ser admirada por outras pessoas. E, para se obter isso, saber costurar apenas ou dominar a técnica de manejo da agulha não é suficiente. É neste momento que entra a sensibilidade e a criatividade do artesão que vai deixar a sua marca em sua obra, tornando-a uma.

E foi com este cuidado que iniciei a costura dos vinte retalhos que compõem esta colcha.

Primeiramente, era necessário definir qual seria o primeiro retalho. A escolha recaiu sobre o texto “Eis que chegam os alemães”, sugerido durante a realização do exame de qualificação da tese e, cuja proposta acatei, já que ele situa geográfica e historicamente o leitor.

¹³⁹ O modelo de carta de cessão utilizado encontra-se no Apêndice 04.

A colcha estava começada. Agora, era preciso costurar os outros recortes dando forma a ela. Procurei então, alinhar os retalhos observando a aproximação de temas entre eles.

O depoimento da senhora Waltraud revela o dia-a-dia de uma pequena escola comunitária do interior, regida por um único professor, cujo modelo foi o adotado nas primeiras escolas criadas pelos imigrantes. Ele é o único que se reporta ao período anterior a 1930 e, portanto, anterior ao período de nacionalização. Unido a ele, alinharei o recorte que trata da falta de professores nas escolas do município de Blumenau, um problema enfrentado desde a fundação da Colônia.

Em seguida, procurei cerzir os retalhos que resgatem a memória da *Neue Deutsche Schule* e o seu sistema educacional de ensino (números 4 a 8). Neste resgate, as palavras dos depoentes são colocadas em diálogo com as dos registros escritos, encontrados nos poucos documentos que restaram desta importante escola para a região de Blumenau, completando o quadro, definindo com maior clareza a paisagem.

Os depoimentos de Dagobert, Cora e Erika constituíam os retalhos de 9 a 11. Neles é possível viajar no tempo e enxergar todo o drama que viveram os descendentes de imigrantes alemães, em Santa Catarina, durante o período de nacionalização do ensino e da Segunda Guerra Mundial. Questões como preconceito, ressentimentos e política, aparecem de modo sorrateiro e, às vezes, escancarados, nas vozes das pessoas e, por isso, são estes os temas abordados nos retalhos 12 e 13.

O depoimento do senhor Wilson (Retalho 14) evidencia o início de uma nova fase na história da educação e da matemática escolar em Blumenau. Em substituição às escolas “alemãs”, dá-se a implantação de um modelo de escola pública, sob a gerência e orientação do Estado, adaptada às normas e diretrizes nacionais. Cerzidas a este retalho estão as histórias e memórias do professor José Valdir Floriani. Ele impressiona ao exibir uma memória fantástica, descrevendo, minuciosamente, o contexto da matemática escolar das décadas de 1950 e 1960, citando autores de livros didáticos adotados nas escolas, assim como o conteúdo programático de cada série de estudo dos cursos ginásial e científico.

A história, a memória e a História Oral compõem o Retalho 16 “Obrigada a você que veio aqui, de repente, me acordar”. Nele, procuro refletir sobre estudos feitos por outros pesquisadores que se debruçaram sobre estes temas, elucidando-os, discutindo-os, relacionando-os. Durante este refletir, lanço olhares para os retalhos, anteriormente tecidos,

na perspectiva de enxergar e compreender como a história, a memória e a História Oral, estão presentes nos textos anteriormente tecidos.

Alfredo Petters, Almerindo Brancher e Rubens Lippel (Retalhos 17 a 19) revelam aspectos sobre o ensino da matemática, na década de 1960. Questões como o golpe militar de 1964, a atuação da União Blumenauense dos Estudantes (UBE) e a criação do Núcleo de Professores de Matemática de Blumenau são, também, abordados.

Finalmente, o último retalho cerzido foi o que resgata alguns aspectos da história da luta pela criação da Fundação Universitária de Blumenau, em 1964 e, também, o momento de implantação do curso de licenciatura em Matemática, nesta instituição.

A COLCHA DE RETALHOS: PERCEPÇÕES E REVELAÇÕES

Os retalhos foram costurados. Usualmente, é hora do artesão contemplar a sua obra, verificar a qualidade das costuras e, por fim, admirar o produto de seu trabalho. Neste olhar cuidadoso, ele descobre, às vezes, surpreso, tramas e cores antes não percebidas.

Como artesã, também lanço olhares à minha colcha. Observo, atentamente, cada retalho, os temas e palavras neles impressos. Contemplo cenários de sonhos, lutas e vidas, construídos aos poucos, enraizados em fontes orais e escritas. A utilização de depoimentos trouxe à colcha, não somente informações sobre a história da matemática escolar de Blumenau, mas também imprimiu nela um toque humano. Os registros escritos, por sua vez, resgataram importantes aspectos. Ambos se revelaram, na tessitura da história resgatada, em constante diálogo; às vezes complementares; noutras, antagônicos. E, por acreditar, que este entrelaçamento das fontes cria a possibilidade de se escrever uma história mais rica de entalhes e nervuras, é que apresento, nas linhas abaixo, algumas percepções e revelações que detectei ao olhar a colcha.

O período de nacionalização, no município de Blumenau, está fortemente presente tanto nos registros escritos quanto nas narrativas dos depoentes, evidenciando o quanto ele marcou a história blumenauense. No primeiro tipo de fonte, encontrei, muitas vezes, obras que defendem as ações tomadas pelo governo, nas regiões de colonização estrangeira: diziam visar à assimilação de todos os imigrantes e seus descendentes estabelecidos no país, especificamente em Blumenau. As obras de Ivo d'Aquino e Rui Nogueira, citadas no trabalho, são sempre referenciadas pelos defensores das medidas adotadas, estando, dentre elas, o fechamento de dezenas de escolas teuto-brasileiras. Entretanto, indagamos: quem eram esses autores? Um olhar mais estreito nas contra-capas de suas obras, mostra-nos que Ivo d'Aquino foi o Secretário do Interior e Justiça do Estado, durante o governo do interventor Nereu Ramos. Era dele uma das assinaturas no Decreto nº 88, que provocou o fechamento das escolas “alemãs”. Rui Nogueira era, à época, Capitão de Infantaria do 32º Batalhão do Exército em Blumenau. Em seus escritos, ambos autores apontam o quanto necessário e urgente era a intervenção nas escolas, para obter a erradicação da cultura denominada de “alienígena”, tão diferente daquela oficial. Para D'Aquino (1942, p. 26) as escolas teuto-brasileiras “eram desintegradas do sentimento nacional e atentórias à comunidade moral e

política da nação”. Nogueira (1947) deixa claro qual era o objetivo final da campanha deflagrada em Blumenau:

A campanha nacionalizadora não visava amesquinhar nem desprestigiar aqueles a quem a nossa Pátria muito tem a dever, como colaboradores leais do nosso progresso. A bem da verdade, tínhamos que colocar no seu verdadeiro lugar aqueles que apareciam resplandecentes demais porque a história deve e tem de ser desapaixonada e sincera. (NOGUEIRA, 1947, p. 66).

Deste modo, concordo com Hobsbawn (1998), em sua afirmação, de que os documentos escritos nada têm de inócuo ou imparcial. Eles são resultados de montagens, conscientes ou não, da história, da época, da sociedade que os produziram (inclusive governos e pessoas para justificarem seus atos) e das épocas sucessivas, durante as quais foram esquecidos, manipulados ou cuidados.

As vozes dos depoentes Erika, Johanna, Lothar e Dagobert mostram a outra face - a desprezada por estes registros - e denunciam o impacto das medidas nacionalizadoras em suas vidas e de suas famílias. O fato dos alunos Erika e Dagobert serem obrigados a regredir dois anos de estudo para terem matrícula aceita em “escolas reconhecidas”, evidencia formas punitivas e, também, de desqualificação e desprestígio: “as escolas alemãs eram inferiores às do governo”. Além disso, elas eram nocivas ao projeto político estabelecido. Então, toda a estrutura educacional dessas escolas é desprezada; apenas a estrutura física é cobiçada. Daí as diversas “doações” dos imóveis das escolas “alemãs”, aos governos municipal e estadual, feitas pelas Sociedades Escolares, que tiveram de aceitar a transformação das escolas que mantinham.

Estreitando um pouco mais a visão em direção à política educacional brasileira, vemos que, a partir de 1930, o projeto político implantado no Brasil é consolidado no Estado Novo de Getúlio Vargas, cujo lema era “Formar um Homem Novo para um Estado Novo”. Nacionalismo, populismo e trabalhismo eram os ingredientes principais desse novo estado. Ele visava a educar o brasileiro para constituir-lo cidadão disciplinado, cuja força de trabalho estaria a serviço de um novo modelo econômico: o industrial. A fim de atingir tal objetivo, as escolas são definidas como campo de formação deste novo cidadão ordeiro, trabalhador e obediente. Para isso, é eleita, como estratégia de ação, a militarização dos estabelecimentos escolares, pois que outro lugar tem a ordem e a disciplina tão presentes quanto os quartéis? Assim, as escolas adotam uniformes escolares parecidos com o do exército: “uma estrelinha, primeiro complementar, duas estrelinhas, segundo complementar”, lembra nossa depoente Johanna. A Educação Física, importante disciplina presente na escola alemã, passa a ter a função de educar “corpos dóceis”, o que é feito, segundo Foucault (1987, p. 118), com uma

disciplina ou poder disciplinar, “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”. A ginástica olímpica desaparece, dando vez aos exercícios repetitivos e condicionantes.

Cria-se uma rede de vigilância e controle de tudo o que acontece nas escolas e, também, sobre seus núcleos docente, discente e administrativo. Relatórios minuciosos precisam ser elaborados; há o controle rígido de frequência de alunos e professores. “O poder disciplinar se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória”, esclarece Foucault (1987, p. 156). Surge a figura dos inspetores escolares (estadual, regional e municipal), que fiscalizam o trabalho escolar e fazem cumprir as determinações do governo. Nas lembranças do senhor Dagobert, o inspetor escolar “*ia a todas as turmas e fazia muitas perguntas para os alunos. Era um homem ruim, o inspetor. As professoras se borravam de medo. Ele vinha fiscalizar o trabalho delas*”.

As comunidades teutas são afastadas da instituição escolar. Antes, elas construíam e mantinham suas escolas, contratavam e demitiam os professores e, principalmente, definiam o tipo de educação que queriam para os seus filhos. No novo modelo, a partir de 1938, os pais não mais participam das decisões referentes à educação de seus filhos. Por lei, são obrigados a enviar as crianças para a escola. Todavia, perderam o poder decisório sobre o tipo de educação dada a eles.

Mas, e o nazismo, motivo declarado pelo governo como o desencadeador dessa campanha, estava ou não presente nas escolas de Blumenau? As palavras da senhora Erika e do senhor Lothar revelam que não se falou em política e tampouco se defendeu o nazismo, no interior da *Deutsche Schule* de Blumenau. Falava-se o idioma alemão, sim, em quase todas as aulas, assim como se aprendia a cantar o hino nacional germânico, como relembra, cantarolando-o, a depoente Johanna. Os blumenauenses consideravam-se brasileiros, mas também alemães, não renunciando ao seu componente cultural germânico, sintetizado pela expressão *Deutschtum*. Esta ambigüidade é explicada por Seyferth (1981), que aponta a distinção feita pelo grupo teuto-brasileiro entre cidadania e nacionalidade. Cidadania relaciona-se à vinculação ao Estado; nacionalidade com direito de sangue. Então, consideravam-se brasileiros por cidadania uma vez que cumpriam seus deveres cívicos e políticos como qualquer cidadão e, por isso, exigiam maior representatividade na política brasileira. Contudo, sua nacionalidade era preservada por suas instituições: a escola alemã, as sociedades de caça e tiro, a imprensa teuto-brasileira, a religião Evangélica Luterana e,

principalmente, o uso cotidiano da língua alemã. Esta interpretação era contrária a das autoridades brasileiras que defendiam uma unidade nacional, fundada na homogeneização e altamente centralizadora. Daí as fortes medidas repressoras a todos os grupos que poderiam oferecer riscos a esses ideais. Entretanto, por outro lado, não podemos ignorar o fato de que nas escolas “alemãs” de Blumenau havia pessoas filiadas ao Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães no Brasil (NSDAP)¹⁴⁰, como o diretor da *Deutsche Schule*, Ludwig Sroka, presidente da Associação de Professores Nacionais Socialistas (NSLB), ligada ao NSDAP. Convém lembrar, entretanto, que as atividades do partido nazista no Brasil eram legais e que, como os demais partidos, gozava de uma grande liberdade de atuação pelo governo brasileiro, até o ano de 1937, quando se torna proibido, sendo seus membros perseguidos pelo regime de Vargas. Pesquisas recentes, como as de Schwartzman (2000) e Seyferth (2003), registram que o argumento da presença do nazismo, pelo governo de Getúlio, serviu para justificar e legitimar as medidas tomadas contra as escolas “alemãs”, e também, as de outras etnias. Mas este era um motivo menor que ocultava o fato de que a preservação de culturas diferentes, daquela definida como a ideal para o Brasil, era uma ameaça tanto ao nacionalismo quanto à unidade nacional, como defendido pelo governo. Então, dentre as medidas para extirpar as culturas “alienígenas”, queimaram-se livros, documentos e fotos. Nomes de ruas, lojas e escolas foram trocados por outros, nacionais, mais patrióticos, como o da *Deutsche Schule*, que recebeu o nome de Escola D. Pedro II. Enfim, procurou-se fazer com que aquilo, que não era genuinamente nacional, banido fosse. Ou seja,

Para liquidar os povos, começa-se por lhes tirar a memória. Destroem-se seus livros, sua cultura, sua história. E uma outra pessoa lhes escreve outros livros, lhes dá outra cultura e lhes inventa uma outra História. Em seguida, o povo começa lentamente a esquecer o que é e o que era. O mundo à sua volta o esquece ainda mais depressa. (KUNDERA, 1987, p. 179).

A destruição da memória cultural de um povo ou de um grupo está presente em diversos cenários da história da humanidade, como atestam a erradicação das culturas inca e maia, dentre outras. Para Weinrich (2001), na Alemanha, durante o período da segunda guerra mundial, o “assassinato da memória” foi o que tentou Hitler, ao determinar o extermínio do povo judeu, quando percebeu que nenhum processo de assimilação teria êxito e que não haveria esquecimento. Por isso, para ser duradoura, uma memória precisa lutar diariamente contra o esquecimento. Foi o que fizeram os sobreviventes do holocausto ao proclamar “não esqueceremos jamais.” Em Blumenau, porém, esquecimento e memória vivem em constante embate. Muitos descendentes alemães, envergonhados pelo genocídio dos judeus e pela

¹⁴⁰ A cidade de Blumenau foi a sede estadual do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) e o mais importante núcleo regional do país.

derrota da Alemanha na guerra, preferiram esquecer. Silenciados e silenciosos, não transmitiram a cultura de seus antepassados às novas gerações. Outros poucos tentaram preservar parte desta cultura, ensinando a seus filhos as músicas, danças e costumes que aprenderam com seus pais e avós.

Terminada a guerra, Getúlio Vargas foi banido do poder em 1945. Em Santa Catarina, em 1947, no campo político, nas eleições para governador e representantes no senado e legislativo, degladiaram-se o **Partido Social Democrático**, liderado por Nereu Ramos, e a **União Democrática Nacional**, composta por antigas lideranças do extinto Partido Republicano, que haviam sido alijadas no governo Vargas. Em 1950, Irineu Bornhausen foi eleito governador, voltando, assim, ao poder, o grupo que pagara o maior ônus com a guerra. No campo cultural, as medidas nacionalizadoras tiveram pleno êxito. A geração pós-guerra aprendeu o português e “desaprendeu” a língua de seus pais e avós. O idioma alemão quase não é ouvido nas ruas de Blumenau. Ele resiste, ainda, nas comunidades do interior e em pequenos municípios do Vale do Itajaí. A partir de 1980, o alemão retorna às escolas municipais, como disciplina estrangeira, dividindo o espaço com a língua inglesa, adotada no pós-guerra.

A forte ingerência política no interior das escolas do município de Blumenau volta a acontecer na década de 1960, durante a ditadura militar. Nas lembranças dos depoentes, Alfredo, Almerindo e Rubens, está registrada a difícil fase enfrentada por professores e alunos, muitos deles punidos, inclusive com prisão, por manifestarem-se contrários ao golpe militar de 1964 e às medidas repressoras à liberdade dos cidadãos. A mordaca imposta aos ambientes escolares, silenciando mestres e alunos – que tiveram sua entidade representativa, a UBE (União Blumenauense dos Estudantes), colocada na ilegalidade e, posteriormente, extinta – é denunciada. Em consequência a estas medidas repressoras, a formação dos jovens blumenauenses, durante os anos seguintes, foi apolítica e alienante, não diferente daquela do resto do país.

Olhando para o interior das escolas, o relatório anual da *Neue Deutsche Schule*, de 1910, registra a existência de um sistema educacional organizado por séries (dez) que englobava os ensinos primário e secundário. No quadro de disciplinas, nota-se que a aritmética era ensinada nas séries iniciais e a matemática nas classes mais avançadas. A adoção da disciplina matemática, um misto de aritmética e álgebra, não era comum nas escolas brasileiras que tinham a aritmética, álgebra e geometria como disciplinas autônomas. Segundo Miorim (1998), em 1928, o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, faz a proposta de

unificar numa única disciplina, sob o nome de matemática, os ensinos de aritmética, álgebra e geometria, proposta homologada pelo Conselho Nacional do Ensino, em 1929. Todavia, apenas em 1931, com a Reforma Francisco Campos, adota-se nacionalmente a disciplina “Matemática”, implementando a unificação anteriormente proposta. E, o que é mais importante,

o objetivo do ensino de Matemática deixava de ser apenas o ‘desenvolvimento do raciocínio’, conseguido através do trabalho com a lógica dedutiva, mas incluía, também, o desenvolvimento de outras ‘faculdades’ intelectuais, diretamente ligadas à utilidade e aplicações da Matemática. (MIORIM, 1998, p. 94).

Nesta nova disciplina, a orientação dada era a de um ensino de matemática que não privilegiasse a memorização sem raciocínio, mas sim, de que se promovesse o seu estudo por meio da resolução de problemas e aplicações. Esta nova proposta nacional já era realidade nas escolas “alemãs” de Blumenau, desde 1910 (pelo menos), prática que continuou nos anos seguintes, conforme registrado nos relatórios da *Deutsche Schule* e descritos, detalhadamente, pelos depoentes Waltraud, Johanna, Dagobert, Erika e Lothar: *tínhamos que resolver muitos problemas do tipo: vou na venda comprar tal produto que custa tanto, outro que custa tanto, quanto gastei?* (Waltraud); *até o 4º ano primário eram estudados mais os cálculos práticos que a gente usaria no dia-a-dia. Juros? Aprendi, e também medidas: o que é o metro, o centímetro, o milímetro, o litro, essas medidas básicas. Tudo o que era prático e básico* (Erika).

Ao ensino da Geometria era dada particular importância, sendo já introduzido, nas primeiras séries, inclusive nas pequenas escolas comunitárias. A exploração das diferentes formas: *natural, fundamental e vital*, citadas no relatório anual da *Neue Deutsche Schule*, de 1910, evidencia a preocupação com a construção dos conceitos geométricos pelos alunos, eliminando a separação entre geometria plana e espacial, ou ainda, introduzindo a geometria espacial antes da plana, visto a primeira ser mais intuitiva. Esta forma de agir era muito diferente daquela das escolas nacionais, onde eram privilegiadas as exposições rigorosamente sistemáticas.

O uso de livros didáticos era comum nas aulas das escolas “alemãs”. Inicialmente importados da Alemanha e, anos mais tarde, escritos e impressos nos estados do sul do Brasil, no idioma alemão, os livros eram companhia constante dos alunos. Conforme já visto, na área da Matemática, poucas obras resistiram à campanha de nacionalização.

A partir da década de 1940, observa-se forte predominância da adoção de livros didáticos de autores nacionais na disciplina de Matemática. Autores como: Jacomo Stávale, Ary Quintella, Algacyr Munhoz Maeder, Manuel Jairo Bezerra e Osvaldo Sangiorgi, foram os mais utilizados nas aulas de Matemática. Os conteúdos programáticos da disciplina, nos cursos ginásial e científico, são descritos pelos depoentes desta pesquisa: adotava-se como programa oficial, a proposta do livro didático utilizado pela escola.

Quanto à formação dos professores, com o fechamento das escolas alemãs, aqueles que eram de origem germânica, com formação na Alemanha, são substituídos por outros, advindos de vários municípios, contratados pelos governos estadual e municipal. Nos grupos escolares, o ensino primário passou a ser regido por professores formados no curso Normal, feitos em escolas de Florianópolis. Mas, na maioria das pequenas escolas do interior, os professores nomeados não eram normalistas, mas sim, complementaristas, pois não existiam normalistas em número suficiente para atender às necessidades das comunidades.

Uma grande dificuldade apresentou-se quando se buscou conhecer a formação acadêmica dos professores de Matemática que atuaram na *Deutsche Schule* e na Escola D. Pedro II. À exceção dos seis relatórios da *Deutsche Schule*, onde estão registrados os nomes dos professores que ali atuaram, nenhum outro documento foi encontrado sobre aqueles que atuaram no período anterior a 1938. Algumas poucas informações sobre o professor Georg August Büchler, docente de Matemática da Escola Nova, entre 1910 e 1913, foram obtidas¹⁴¹. Ou seja, sobre os professores da Escola Alemã, inclusive os de Matemática, além dos relatórios citados, nada restou em Blumenau, a não ser na memória de seus ex-alunos. Ao indagar em vários lugares (secretarias de educação, direções de escola e arquivo histórico), a explicação dada foi a mesma: tudo foi destruído durante o período da II Guerra Mundial. O mesmo ocorre com os professores que passaram a atuar na Escola D. Pedro II, no período de 1938 a 1946: não há registros sobre eles. Para esta ausência de dados, não há explicações concretas, apenas suposições: teriam os documentos sido destruídos durante períodos de enchentes, que atingiram a escola, ou ainda, no incêndio, que atingiu o colégio, em 1989.

Nos arquivos da atual Escola de Educação Básica Pedro II, encontram-se dezenas de fichas de contratação de professores que atuaram no educandário a partir de 1947. Organizadas em ordem alfabética, muitas delas trazem informações administrativas e funcionais sobre a carreira desses professores. Porém, é necessário que o usuário informe o nome do professor para ter acesso a sua ficha. Felizmente, nas vozes dos depoentes, os nomes

¹⁴¹ Ver Apêndice 01.

desses professores foram revelados, sendo, então, possível traçar o perfil da formação acadêmica dos professores de Matemática, a partir da década de 1940, da Escola de Educação Básica Pedro II (denominação atual), de Blumenau, o que faço a seguir:

Quadro 5: PROFESSORES DE MATEMÁTICA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEDRO II – DÉCADAS DE 1940, 1950 E 1960

Período	Nome do professor	Data de admissão	Formação	Observações
Década de 1940	Joaquim de Sales	Não consta	Formado em Filosofia e Teologia no Seminário Arquiepiscopal de Fortaleza	Já falecido
	Joaquim Floriani	11/02/1947	Formado em Filosofia	Já falecido
Década de 1950	Wigand Gerhardt	01/05/1958	CADES – Matemática	Já falecido
	Victor Gerhardt	01/04/1959	Licenciado em Matemática FURB (1974)	Já falecido
Década de 1960	Osmar Jacobsen	03/03/1960	CADES – Matemática	Já falecido.
	Alfredo Petters	01/03/1964	CADES - Matemática Formado em Filosofia	Concedeu depoimento
	Orlando Gomes	01/03/1965	Engenheiro Civil	Está vivo.
	Francisco Canola Teixeira	01/03/1965	CADES – Matemática	Está vivo
	Almerindo Brancher	01/03/1966	Formado em Pedagogia (Bauru – SP)	Concedeu depoimento
	Noêmia Maria de Simas	01/03/1966	CADES – Matemática	Está viva
	Wilson Alves Pessôa ¹⁴²	01/03/1967	Educação Física	Concedeu depoimento
	José Valdir Floriani	18/04/1967	CADES – Matemática Licenciado em Matemática, FURB (1972)	Concedeu depoimento
	Elza Henriquetta Techentin Pacheco	01/03/1967	CADES – Matemática	Já falecida

Os dois professores de matemática da década de 1940 tinham formação em Filosofia. Contratados para atuar primeiramente no curso Complementar e depois na Escola Normal, ambos eram professores “lentes catedráticos”, e atuaram em outras disciplinas, como Latim, Português, Francês, Física e Química. A partir de 1950, inicia-se um novo período no ensino da Matemática, com a contratação de ex-seminaristas, descendentes de imigrantes da região, e de professores com formação feita pela CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão

¹⁴² Há registro apenas relativo à segunda contratação do professor Wilson pelo Estado, no educandário. Da primeira contratação, ocorrida em 1950, segundo depoimento do próprio professor, nada consta.

do Ensino Secundário). Dos onze professores que atuaram na escola, nas décadas de 1950 e 1960, sete tinham prestado o exame da CADES, número este que revela o quanto esta Campanha, criada pela Diretoria do Ensino Secundário, no governo de Getúlio Vargas, em 14 de novembro de 1953, foi importante para a formação dos professores de Matemática de Blumenau. Baraldi (2003, p. 53) ao estudar a CADES, revela que o seu objetivo era “difundir e elevar o nível do ensino secundário, ou seja, tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e necessidades da época, conferindo ao ensino eficácia e sentido social, bem como criar possibilidades para que os mais jovens tivessem acesso à escola secundária”. Para atingir tal meta, a CADES passou a promover, em suas inspetorias seccionais, localizadas em vários estados brasileiros, cursos intensivos de preparação aos exames de suficiência que conferiam aos aprovados, o registro de professor do ensino secundário e o direito de lecionar onde não houvesse disponibilidade de licenciados por faculdades de Filosofia. Em Santa Catarina, estes exames foram realizados em Florianópolis.

A mudança no perfil da formação dos professores de Matemática de Blumenau ocorre em 1968, quando é criado o curso de Licenciatura em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Blumenau.

A última percepção que aponto é sobre a memória, ou melhor, sobre a falta de cuidado com a memória. Em relação aos registros escritos escolares, nas escolas de Blumenau, de forma geral, percebe-se que quase nada foi ou está sendo preservado. Livros didáticos antigos são desprezados e vendidos para empresas recicladoras de papel; registros docentes, fichas de matrículas de alunos e atas de reuniões repousam esquecidos em arquivos-mortos, localizados em espaços úmidos, servindo de comida às traças; as fotografias que registram situações e pessoas essenciais à memória da escola e da comunidade estão depositadas em caixas ou álbuns sem a sua devida identificação.

Vemos, também, esquecidas e desprezadas, as pessoas que guardam as memórias de uma época. Num país onde os velhos não são respeitados, suas experiências, conhecimentos e lembranças não são valorizadas: perdem – e perdem-se – as novas gerações, desconhecedoras de suas raízes, ignorantes das memórias culturais de seus ancestrais. A valorização excessiva do conhecimento sempre atualizado, da novidade absoluta, do modismo, de um presente que rumo em direção a um futuro incerto, onde não há lugar para o passado, parecem orientar os dias atuais. Eis um caminho perigoso, do que já nos alertou Hannah Arendt:

“quando os liames entre passado, presente e futuro se rompem e o passado não serve mais para iluminar o futuro, a humanidade caminha às cegas”.

ARREMATES

Eis um momento delicado para esta artesã. Neste instante, vem uma resistência, uma sensação de que a obra ainda está inacabada: outros retalhos podiam ser acrescentados, nova padronagem podia ser adotada. Contudo, é preciso finalizar esta colcha, pois outras, com certeza, virão. Mas, nenhuma será igual a esta; esta é única. O que conforta é a idéia de que o contínuo mal-estar, provocado pela não-satisfação, é o que leva o homem a lançar-se para a frente, em busca do novo.

Nesta colcha de retalhos, os pedaços pequenos de memória, fragmentos de histórias, revelaram acontecimentos referentes às escolas alemãs, professores, ensino de matemática, entremeados com sentimentos de dor, ressentimento, emoção, entre outros. Uma colcha de memórias, rica em cores, formas e tramas, que conta um pouco da história da matemática escolar de Blumenau. Não uma história de imagem certa e absoluta dos fatos e acontecimentos que a produziram, mas sim, uma versão em que as memórias de pessoas, atores vivos desta história, tiveram oportunidade de serem resgatadas e ouvidas. Estas mesmas vozes que, em muitos registros escritos, foram ignoradas. Então, este trabalho não pretendeu apenas mostrar a colcha de retalhos. Houve a intenção de cerzir a fratura entre o oral e o escrito, integrando e pacificando ambos.

Uma das características de uma colcha é a de que nem sempre temos os retalhos que queríamos à disposição. Que falta fez o retalho de memórias de alguns personagens da história da matemática escolar de Blumenau, como por exemplo, a do professor Joaquim Floriani. O que consola é saber que outras vozes foram ouvidas e que seus sons não se perderão no tempo.

Uma colcha de retalhos pode ser feita de várias formas, mas uma coisa é certa: quanto mais participamos de sua confecção, mais unidos a ela emocionalmente ficamos. Na tessitura de cada pequeno pedaço de tecido, há além da história, momentos de encontros e aprendizagens, que revelam o quanto é complexa e maravilhosa a relação humana.

Tenho consciência de que a colcha foi por mim produzida de acordo com minha capacidade e sensibilidade de artesã, uma aprendiz do ofício. Ao olhar para ela, posso não perceber tramas e cores que se destacariam para outras pessoas. Deixo, então, ao leitor, o convite para, ao olhar cada retalho, imaginar sua colcha, costurando retalhos da forma que julgar mais adequada.



REFERÊNCIAS

1. **ACIB 90 anos de memória.** Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1989.
2. AMADO, J. O Cervantes de Goiás. **Nossa História.** São Paulo: Vera Cruz, ano 1, v. 2, p. 28–33, dez. 2003
3. AMADO, J.; FERREIRA, M. Apresentação. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.) **Usos e abusos da História Oral.** 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000. p.vii–xxv.
4. ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S; NAXARA, M. (Org.). **Memória e (res)sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 15-31.
5. A EVOLUÇÃO do ensino público e particular, divulgado pelo Jornal “Blumenauer Zeitung”. **Blumenau em Cadernos.** Blumenau, n.11-12, p. 353-355, nov./dez. 1986.
6. AQUINO, I. D’. **Nacionalização do Ensino.** 2. ed. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.
7. AZEREDO, V.D. **Nietzsche e a dissolução da moral.** São Paulo: Discurso Editorial: Editora Unijuí, 2000.
8. BARALDI, I. **Retraços da Educação Matemática na região de Bauru (SP):** uma história em construção. 2003. 288 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro.
9. BECKER, J.J. O handicap a posteriori. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.) **Usos e abusos da História Oral.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 27-32.
10. BENJAMIN, W. **Obras escolhidas:** Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1986.
11. BLOCH, M. **Introdução à História.** 5. ed. Lisboa: Europa-America, 1992.
12. BLUMENAU, H.B.O. Sul do Brasil em suas referências à emigração e colonização alemã. In: FERREIRA, C.; PETRY, S.M.V. (Org.) **Um Alemão nos Trópicos:** Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 Anos, 1999. p. 43-118.
13. BOMENY, H.M.B. Três Decretos e um Ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.) **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
14. BOSI, E. **Memória e Sociedade:** lembrança de velhos. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

15. BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929 – 1989): a Revolução Francesa da historiografia.** Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
16. CAMPOS, C. M. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, A. (org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 149-166.
17. CARDOSO, C. F. **Narrativa, sentido, história.** Campinas: Papirus, 1997.
18. CARDOSO, J.A.N. A Formação do Normalista na Escola Catarinense nos anos de 1910. In: SCHEIBE, L.; DAROS, M.D. **Formação de professores em Santa Catarina.** Florianópolis: NUP/CED, 2002. p. 135-164.
19. COLÉGIO SANTO ANTÔNIO. **Franciscanos na Educação.** Bragança Paulista: Departamento Gráfico das Faculdades Franciscanas, 1985.
20. EMMENDOERFER, E. O Ensino Particular em Blumenau. In: **Centenário de Blumenau: 2 de setembro - 1950.** Blumenau: [s.n.], 1950. p. 283-297.
21. FÁVERI, M. **Memórias de uma (outra) guerra.** 2002. 392 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
22. FERREIRA, C; PETRY, S.M.V. (Org.) **Um Alemão nos Trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil.** Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 Anos, 1999.
23. FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa.** São Paulo: Nova Fronteira, 1995.
24. FIORI, N. A. **Aspectos da Evolução do Ensino Público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano.** Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.
25. _____. **Etnia e Educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres.** Florianópolis: Ed. da UFSC/ Tubarão: Editora UNISUL, 2003.
26. _____. Germanismo pedagógico: contribuição ao entendimento do ensino elementar no século XIX. In: FIORI, N. A.(org.). **Etnia e Educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres.** Florianópolis: Ed. da UFSC/ Tubarão: Editora UNISUL, 2003. p. 233-258.
27. FORMIGA, A. O Mestre das Letras e dos Números. **Jornal de Santa Catarina,** Blumenau, 21 março, 1993, p. 8-9.
28. FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.
29. _____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.
30. GARNICA, A. V. M. História Oral e Educação Matemática: um inventário. Departamento de Matemática. UNESP: Bauru, 2002. (mimeo).

31. _____. História Oral e Educação Matemática: de um inventário a uma regulação. **Zetetiké**. Campinas: CEMPEM, v. 11, n.19, p. 09-55, jan./jun. 2003.
32. GARRIDO, J. de A. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25-26, p. 33-54, set. 92/ago. 93.
33. GATTAZ, A.C. **Braços da Resistência**: uma história oral da imigração espanhola. São Paulo: Xamã, 1996.
34. GERTZ, R. **O Facismo no Sul do Brasil**: germanismo - nazismo – integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
35. HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Laurent León Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
36. HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
37. HOBSBAWN, E. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
38. KIEFER, S. Dr. Hermann Blumenau – Vida e Obra. In: FERREIRA, C.; PETRY, S.M.V. (Org.) **Um Alemão nos Trópicos**: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 Anos, 1999. p. 26-41.
39. KOCH, H. Blumenau 60 anos atrás. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, n. 6, p. 149-153, jun. 1975.
40. KONSTAN, D. Ressentimento: história de uma emoção. In: BRESCIANI, S; NAXARA, M. (ORG.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Capinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 59-84.
41. KORMANN, E. S. **Blumenau**: arte, cultura e as histórias de sua gente (1850 – 1985). Florianópolis: Paralelo 27, 1994.
42. _____. Die “Neue Deutsche Schule”. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, p. 44-47, jan. 1990.
43. KREUTZ, L. **O professor paroquial**: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: Ed. da Universidade /UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.
44. _____. **Material didático e currículo na escola teuto-brasileira**. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 1994.
45. KUNDERA, M. **O livro do riso e do esquecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
46. LE GOFF, J. **História e Memória**. Lisboa: Edições 70, 2000.

47. LOZANO, J. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.) **Usos e abusos da História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 15-26.
48. LUCENA, C. Tempo e espaço nas imagens das lembranças. In: SIMSON, O. R. de M. von (Org.) **Os desafios contemporâneos da História Oral**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997. p. 223-232.
49. LUNA, J.M.F. de. **O Português na Escola Alemã de Blumenau**: da formação à extinção de uma prática. Itajaí: Editora da Univali; Blumenau: Editora da FURB, 2000.
50. LUZURIAGA, L. **História da Educação e da Pedagogia**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1963.
51. MALUF, M. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.
52. MAUAD, A. M. História, iconografia e memória. In: SIMSON, O. R. de M. von (Org.) **Os desafios contemporâneos da História Oral**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997. p. 309-320.
53. MEIHY, J.C.S.B. **Manual de História Oral**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
54. MIORIM, M.A. **Introdução à História da Educação Matemática**. São Paulo: Atual, 1998.
55. MONTEIRO, J. **Nacionalização do ensino**: uma contribuição à História da Educação. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.
56. NASCIMENTO, C. L. Instituto de Educação de Florianópolis e os Intelectuais Catarinenses na década de 40. In: SCHEIBE, L.; DAROS, M.D. **Formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002. p. 53-70.
57. NIETZSCHE, F.W. **Genealogia da Moral**: uma polêmica. Trad. de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
58. NOGUEIRA, R. A. **Nacionalização do Vale do Itajaí**. Rio de Janeiro: Masursky, 1947.
59. NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p.7-28, dez 1993.
60. OBERACKER, C. H. **A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira**. Rio de Janeiro: Presença, 1985.
61. PETRY, S.; SOARES, L.A. **Uma contribuição para a história da FURB**. Blumenau: Ed. da FURB, 1992.
62. PIACENTINI, T.M. O ensino em Santa Catarina na República Velha (1889 – 1930). **Cadernos do CED**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, n. 1, p. 09-46, abr./jun. 1984.

63. PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre Ética e História Oral. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 15, p. 13-33, abr.1997a.
64. _____. O que faz a história oral diferente? **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997b.
65. RELATÓRIO sobre as escolas dos tirolezes na paróquia de Rodeio – Município de Blumenau em 1910. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, n. 2, p. 53-54, fev. 1987.
66. RICHARD, L. **A República de Weimar (1919 - 1933)**. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1988.
67. RICKEN, I. **Planejamento do ensino superior:** sua aplicação ao sistema da IES fundacionais de Santa Catarina. 1981. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
68. RIOS, K. de S. História Oral: que história é essa? **Cadernos do CEOM**. Chapecó: UNOESC, ano 14, n. 12, p. 9-23, dez. 2000.
69. RISTOW, A. **Educação:** História ilustrada de um ideal. Florianópolis: IOESC, 1999.
70. SCHULWESEN – Sistema Escolar. In: Encadernação contendo transcritos extraídos do Jornal Blumenauer Zeitung e Mitteilungen referentes escolas particulares e públicas nos anos de 1891 a 1916. Blumenau: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, [198?], não paginado. Mimeografado.
71. SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V.M.R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
72. SEIXAS, J. A. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. **História: Questões & Debates**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 32, p. 75-95, jan./jun. 2000.
73. SEYFERTH, G. **Nacionalismo e Identidade Étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
74. _____. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. IN: FIORI, N.A.(ORG.). **Etnia e educação:** a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Editora da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003. p. 21-61.
75. SIEDENBERG, D.; SIEDENBERG, S. **Estrutura e funcionamento do sistema escolar alemão**. Ijuí: Unijuí, 1997.
76. SILVA, J.F. da. História de Blumenau. In: **Centenário de Blumenau:** 2 de setembro - 1950. Blumenau: [s.n.], 1950. p. 5-51.
77. _____. **História de Blumenau**. Florianópolis: EDEME, 1972.
78. _____. **História de Blumenau**. 2. ed. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1988.

79. SOUTO, A.A. C. Industrialização de Santa Catarina: o Vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850 – 1924). In: BRANCHER, A. (Org.) **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 114-148.
80. SOUZA, A.C.C.; SOUZA, G. L.D. Cotidiano e Memória. **Teoria e Prática da Educação**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, v. 4, n. 8, p. 63-72, 2001.
81. SROKA, L. A Escola Alemã de Blumenau. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, n. 9, p. 07-11, set. 1998.
82. SUBSÍDIOS à Crônica de Blumenau: Traduções do Jornal “Blumenauer Zeitung”. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, n.4, p. 110-112, abr. 1985.
83. TANURI, L.M. **Contribuição para o estudo da Escola Normal no Brasil**. São Paulo: CRPE, 1970.
84. THOMPSON, P. **A Voz do Passado: História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
85. TOUTIER-BONAZZI, C. de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (Org.) **Usos e abusos da História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 233-246.
86. VEYNE, P. **Como se escreve a história**. 2. ed. Tradução Alda Baltar e Maria Kneipp. Brasília: EDNUB, 1982.
87. VIANNA, C.R. **Vidas e Circunstâncias na Educação Matemática**. 2000. 472 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
88. VIDIGAL, L. História Oral, experiências de aprendizagem e enraizamento sociocultural. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 16, n. 52, p. 474-503, dez. 1995.
89. WEINGÄRTNER, N. **150 Anos de Presença Luterana no Vale do Itajaí**. Blumenau: Otto Kuhr, 2000.
90. WEINRICH, H. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
91. WILLEMS, E. **Assimilação e populações marginais no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
92. WÜST, O. C. Por que Blumenau não tem uma faculdade? **O Estudante**. Blumenau, out. 1956, p. 6.

LEIS E DECRETOS

1. SANTA CATARINA. Decreto n. 1063, de 08 de novembro de 1917. Estabelece as normas para aprovação de professores. **Coleção de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias de 1917**. Florianópolis: Oficinas à elect. da Emprensa d'O DIA, 1917.

2. SANTA CATARINA. Decreto n. 244, de 8 de dezembro de 1938. Dá nova organização aos Grupos Escolares e aos Cursos Complementares. **Coleção de Decretos-Leis de 1938**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938.
3. SANTA CATARINA. Decreto n. 58, de 28 de janeiro de 1931. Dispõe sobre a Nacionalização do Ensino. **Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1931**. Florianópolis: Gab.Tip. Brasil, 1932.
4. SANTA CATARINA. Decreto n. 88, de 31 de março de 1938. Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares, no Estado de Santa Catarina. **Coleção de Decretos-Leis de 1938**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938.
5. SANTA CATARINA. Decreto n. 614, de 12 de setembro de 1911. Cria os seis primeiros grupos escolares públicos de Santa Catarina. **Coleção de Decretos, Leis e Portarias de 1911**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1911.
6. SANTA CATARINA. Decreto n. 600, de 29 de maio de 1934. Cria o Grupo Escolar Professor Honório Miranda, de Gaspar. **Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1934**. Florianópolis: Gab.Tip. Brasil, 1934.
7. SANTA CATARINA. Decreto n. 668, de 06 de agosto de 1942. Cria o Grupo Escolar Pedro II, de Blumenau. **Coleção de Decretos-Leis de 1942**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.
8. SANTA CATARINA. Decreto n. 2.747, de 12 de agosto de 1942. Cria o Curso Complementar, anexo ao Grupo Escolar Pedro II, de Blumenau. **Coleção de Decretos-Leis de 1942**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.
9. SANTA CATARINA. Decreto n. 316, de 04 de dezembro de 1946. Cria a Escola Normal Pedro II e implanta os Cursos Ginásial e Normal. **Coleção de Decretos-Leis de 1946**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1946.
10. SANTA CATARINA. Lei n. 1.187, de 5 de outubro de 1917. Estabelece disposições sobre o ensino particular. **Colleção de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias de 1917**. Florianópolis: Oficinas à elect. da Emprensa d'O DIA, 1917.
11. SANTA CATARINA. Lei n. 447, de 29 de março de 1858. Estabelece normas educacionais nas regiões de imigração. **Colleção de Leis, Decretos e Portarias**. Florianópolis.

RELATÓRIOS ORIGINAIS

1. BÜCHLER, G. A. **Relatório sobre o 22 anno lectivo da Escola Nova de Blumenau, Estado de Santa Catarina**: apresentado pelo director interino. Blumenau, 1910. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.
2. STROTHMANN, F. **Bericht über das 24. Schuljahr der Neuen Schule zu Blumenau, Süd-Brasilien**. Blumenau, 1911. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

3. _____. **Bericht über das 25. Schuljahr der Neuen Schule zu Blumenau, Süd-Brasilien.** Blumenau, 1912. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.
4. MANGELSDORF, R. **Bericht über das 26. Schuljahr der Neuen Schule zu Blumenau, Süd-Brasilien.** Blumenau, 1913. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.
5. SÄTLER, H. **Deutsche Schule Blumenau:** Bericht über das 40. Schuljahr. Blumenau, 1929. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.
6. SROKA, L. **Deutsche Schule Blumenau:** Bericht über das Schuljahr 1935: 46. Jahrgang. Blumenau, 1935. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO 01:

Das Tafelrechnen (Cálculos no Quadro)¹⁴²

Primeiramente, as crianças calculam mentalmente e anotam, então, a solução. O iniciante, por exemplo, desenha $\bullet \bullet \bullet + \bullet \bullet = \dots$. A resposta ele procura, enquanto soma as duas partes, mentalmente. Só depois que entendeu que 3 pontos + 2 pontos são 5 pontos, ele coloca, em seqüência, no final da operação, 5 pontos. Tal atividade é muito útil, pois ela possibilita o conceito da operação e, com isto, a habilidade de calcular.

Depois que o aluno conhece os algarismos, ele encontra a solução do cálculo mentalmente. Se ele deve, por exemplo, fazer o cálculo $5 + 4 = \dots$, ele adiciona, mentalmente, 4 ao 5 e escreve, então, $5 + 4 = 9$. A resposta foi achada, mentalmente, antes de ser escrita. Ao contrário do cálculo feito na lousa, a resposta é antes escrita do que calculada, mentalmente.

Por exemplo, se quero saber quanto é
$$\begin{array}{r} 3421 \\ + 2437 \\ \hline 5858 \end{array}$$
 eu adiciono as partes e escrevo debaixo.

Somente depois que escrevi o resultado por inteiro, eu sei a resposta do cálculo. Esta maneira de calcular na lousa aparece melhor, quando ultrapassamos os números de 1 a 1000. A introdução neste cálculo acontece de maneira semelhante à dos números de 10 a 100. O professor escreve o número 1000 na lousa e convida um aluno para mostrar as casas da unidade, dezena e centena. Aí ele diz: “O 1 na 4ª ordem representa o milhar. O número todo se lê mil.” O professor escreve outros números na lousa, tais como: 3000, 9000, etc., e pergunta como se lêem. Alunos talentosos têm capacidade de escrever números e fazer ditado de números. Por exemplo: “escreva o número constituído por 7 milhares, 8 centenas, 4 dezenas e 9 unidades. O professor manda ler repetidas vezes números constituídos por 4 algarismos, tais como, 2847, 7821 etc., para que as crianças tenham segurança na leitura de números. Por fim, o professor pode decompor os números, perguntando: “Quantas unidades, dezenas, centenas, milhares tem o número?”

O cálculo na lousa, na verdade, começa com a adição, somando dois números de 4 algarismos.

O professor escreve, por exemplo, na lousa
$$\begin{array}{r} 2834 \\ + 4151 \\ \hline \end{array}$$
.

¹⁴² Este artigo foi extraído do Jornal “MITTEILUNGEN”, de maio de 1910. Traduzido por Edita Cecília Mentges.

As crianças vêem no sinal + que isto é um cálculo de adição. O professor pode agora dizer às crianças que os números a serem somados, chamam-se parcelas e o resultado soma.

Alguns professores escrevem, no começo, as parcelas uma ao lado da outra. Por exemplo, assim: $2834 + 4152$, para que as crianças aprendam a distinguir a disposição.

Porém, pode-se, também, logo de início, escolher a forma de coluna. Depois que o problema foi lido e as parcelas decompostas em partes, começa a soma. Por exemplo: 1 unidade e 4 unidades são 5 unidades; 5 dezenas e 3 dezenas são 8 dezenas; 1 centena e 8 centenas são 9 centenas e 4 unidades de milhar e 2 unidades de milhar são 6 unidades de milhar. Para fazer os alunos participarem, o professor deve perguntar sempre o resultado. Por exemplo: “Quantos são 2 unidades mais 4 unidades?” Mais tarde, quando as crianças começam a calcular na lousa, devem ter o cuidado de escrever os números, corretamente, um debaixo do outro.

O professor deve passar, no início, somente cálculos de adição, onde a soma das unidades, das dezenas e das unidades de milhar não ultrapasse 10.

Por exemplo:

$$\begin{array}{r}
 4265 \\
 + \underline{5723} \\
 \hline
 9988
 \end{array}
 \quad \text{ou} \quad
 \begin{array}{r}
 1211 \\
 2435 \\
 + \underline{6343} \\
 \hline
 9989
 \end{array}
 \quad \text{ou} \quad
 \begin{array}{r}
 2312 \\
 4131 \\
 + 1422 \\
 \hline
 \underline{2132} \\
 9997
 \end{array}$$

Embora não faça diferença no resultado da operação, se o aluno começa a soma pela esquerda ou pela direita, o professor deve cuidar para que as crianças comecem pela esquerda, tendo em vista futuras operações. Além disso, o professor deve pedir aos alunos para indicar a posição dos algarismos, mesmo abreviados, tais como: u = unidade, d = dezena, c = centena e m = mil.

Exemplo:

$$\begin{array}{r}
 5213 \\
 + \underline{1685} \\
 \hline
 6898
 \end{array}$$

mcdu

Somente quando os alunos estiverem familiarizados com estas tarefas, o professor passa para a etapa seguinte, onde unidades menores devem ser transformadas em maiores.

Também aqui o professor avança passo a passo, passando cálculos em que somente a soma das unidades ultrapasse o dez.

$$\begin{array}{r} 1458 \\ \text{Por exemplo: } + 6237 \\ \hline 7695 \end{array}$$

Ao calcular, o professor deve cuidar dos termos que emprega. Os alunos podem falar assim: 7 unidades e 8 unidades são 15 unidades ou 5 unidades e 1 dezena. O 5 (unidade) escrevo debaixo das unidades e o 1 (dezena) somo com as outras dezenas na 2^a coluna. As crianças são orientadas a escrever o 1 bem pequeno junto às dezenas. Semelhante são os termos empregados quando a soma das outras colunas passa de 10. Finalmente, introduzem-se os cálculos, onde todas as somas devem ser transformadas.

Por exemplo:

$$\begin{array}{r} 4896 \\ + 4578 \\ \hline 9474 \end{array}$$

As crianças falam mais ou menos assim: 8 unidades e 6 unidades são 14 unidades, ou 4 unidades e 1 dezena. As 4 unidades escrevo e a dezena somo com as outras dezenas.

1 dezena e 7 dezenas são 8 dezenas + nove dezenas são 17 dezenas ou 7 dezenas e 1 centena. As 7 dezenas escrevo e o 1 (centena) somo com as outras centenas.

1 centena e 5 centenas são 6 centenas + 8 centenas são 14 centenas ou 4 centenas e 1 milhar.

O 4 (centena) escrevo e o 1 (milhar) somo com os outros milhares.

1 milhar e 4 milhares são 5 milhares + 4 milhares são 9 milhares. Então, o cálculo com a resposta deve ser lido em voz alta. Este procedimento é um tanto complicado, porém o professor não deve desprezá-lo, pois, mais tarde, os alunos não entenderiam os cálculos de subtração e divisão.

Introdução ao conjunto numérico infinito: Após o cálculo da adição, o professor pode seguir com a introdução ao conjunto numérico infinito. Este é bem simples. O professor escreve um número na lousa, composto de 4 algarismos. Por exemplo: 7328 e deixa que os alunos o leiam e decomponham em unidades, dezenas, centenas e milhar. Depois, ele escreve o número 1000 e pergunta: Quantas unidades têm o número? Quantas dezenas? Quantas centenas? Quantas unidades de milhar? Como se lê o número? Quantas partes têm o número?

Aí o professor escreve um 1 antes do número e transforma o 1 seguinte em zero. Então, ele pergunta: “Quantas partes têm o número?” O número 10 000, lê-se dez mil. Vamos decompor o número.

Quantas unidades têm o número? Quantas dezenas, centenas, milhares? O professor deve dizer então: O 1 na 5ª posição indica os 10 mil. Como exercício, o professor deve escrever mais números de 5 algarismos e deixar que os alunos os leiam e decomponham. Também é recomendado o ditado. Por exemplo: Escreva o número 75848, 36821 etc. Ou: Indique o número que contenha 3 dezenas de milhar, 4 unidades de milhar, 6 centenas e 9 unidades. O conhecimento de um número com seis algarismos é apresentado de forma semelhante. Novamente, o professor escreve o número 10000 na lousa e pergunta: Quantas unidades, dezenas, centenas, unidades de milhar, dezenas de milhar têm este número? Então, ele escreve um 1 na frente do número, transformando o segundo 1 em zero e diz: Este número (100000), lê-se cem mil. A gente escreve o número cem mil com 1 na 6ª posição. Depois o professor escreve 200000, na lousa, e pergunta: Como se lê este número? E assim por diante. Uma maior dificuldade surge quando os alunos devem ler um número de 6 algarismos, onde os 5 algarismos finais não são zeros, e sim, algarismos. Por exemplo: 576846. É mais simples, se o professor primeiro lê alguns números, senão as crianças começam a ler: 5 centenas de milhar, setenta – e, aí se confundem. Nós, professores, sempre temos que ter consciência de que a leitura de tal número é um tanto absurda. A gente começa a ler: 5 centenas e, então, setenta e seis. Portanto, primeiro o 5, depois o 6 e só então o 7. A compreensão para as crianças é bem mais fácil se o professor deixar um espaço maior depois dos 3 primeiros algarismos. Assim, os alunos entendem melhor a posição de cada um. Porém, nada melhor do que o exercício para alcançar o objetivo. Por isso, o professor não deve esquecer do ditado. Por exemplo: Escreva: 423828, 741691, etc. Devem ser lidos e escritos, particularmente, números com 1 ou mais zeros como: 603801 ou 100004.

Quando as crianças estiverem bem firmes, podemos introduzir, também, o número de 7 algarismos. Procede-se da mesma forma como anteriormente. O professor escreve 100000, na lousa, pede a um aluno que leia e decomponha o número. Então o professor escreve um 1 antes do número e transforma o 1 seguinte em 0. Em seguida, ele diz: Este número (1000000), lê-se um milhão. Como se chama o número? (A palavra milhão deve ser escrita na lousa, para que os alunos saibam pronunciá-la bem). Escreve-se um milhão com um 1 na 7ª posição. Quantas unidades (ou dezenas, centenas, unidades de milhar, dezenas de milhar, centenas de milhar) têm o número? O 1 na 7ª posição indica um milhão. Agora, escreva, na lousa, 3 milhões, 6 milhões, etc. Em seguida, o professor escreve um outro número, com

outros Algarismos, tais como: 7843672, 8964325, etc. Logo os alunos aprendem como se lê, números com 7 Algarismos, pois a dificuldade da pronúncia vem primeiro. Quando a criança leu, por exemplo, no último número, 8 milhões, o resto, ela lê como um número de seis Algarismos. Mesmo assim, é conveniente que se deixe um espaço maior a cada 3 Algarismos (da direita para a esquerda) e, peça que as crianças façam o mesmo. É suficiente que as crianças saibam ler, com segurança, e decompor corretamente números com 7 Algarismos. Outros exercícios, como o ditado, entre outros, podem ser deixados para mais tarde.

Não serão trabalhados números compostos de mais de 7 Algarismos. Se, ao longo das aulas, aparecer um número com mais Algarismos, ele será esclarecido nesta ocasião.

Subtração

Nos cálculos de subtração, distinguem-se, como na adição, dois grupos: aqueles que sem transformação de uma unidade maior, pode-se resolver em uma unidade menor e, aqueles que requerem esta transformação. O professor deve ensinar, primeiro, aqueles do 1º grupo porque são mais fáceis ao aluno. Ele escreve um cálculo na lousa, por exemplo:
$$\begin{array}{r} 7769 \\ - 4352 \\ \hline \end{array}$$
 e diz:

Este é um cálculo de diminuir ou de subtração. O procedimento chama-se subtrair ou diminuir. O número de cima, do qual deve ser subtraído, chama-se minuendo. O número de baixo, que deve ser subtraído, chama-se subtraendo. Então, os alunos são convidados a ler o número e decompô-lo em unidades, dezenas, centenas e unidades de milhar. Aí o professor pergunta, enquanto mostra a unidade do número de baixo: Quantos são 2 unidades de 9 unidades? O 7 (unidades) escrevo debaixo da ordem das unidades. Quantos são 5 dezenas de 6 dezenas? O 1 (dezena) escrevo debaixo da ordem das dezenas. Quantos são 3 centenas de 7 centenas? O 4 (centenas) escrevo debaixo da ordem das centenas. Leia, agora, o cálculo com a resposta!

$$\begin{array}{r} 7769 \\ - 4352 \\ \hline 3417 \end{array}$$

A resposta, aqui é o número 3417, também é chamado de resto.

Esta maneira minuciosa de calcular deve prosseguir até que o aluno se aproprie destes termos. Em relação a isto, recomenda-se que se comece sempre o cálculo com o número

debaixo, o subtraendo. Por exemplo: Quantas são 2 unidades de 9 unidades? E não: Quantos são 9 unidades menos 2 unidades?

O segundo grupo dos cálculos de subtração é aquele que exige a transformação de uma unidade maior em uma menor. Depois que um respectivo cálculo de subtração foi escrito na lousa, lido e decomposto, por exemplo:
$$\begin{array}{r} 2456 \\ -1367 \\ \hline \end{array}$$
 o professor diz: 7 unidades não podem ser

subtraídas de 6 unidades. Nós transformamos, então, uma dezena em unidades. Para mostrar que tirei uma dezena das 5 dezenas, coloco um ponto ao lado do 5. Uma dezena tem 10 unidades, somando com as 6 unidades, são 16 unidades. 7 unidades de 16 unidades são 9 unidades. O 9 escrevo debaixo da ordem das unidades. 6 dezenas não se pode subtrair de 4 dezenas. Por isso, transformo 1 centena em dezenas. Para mostrar que tirei uma centena, coloco ao lado do 4 um ponto. Uma centena tem 10 dezenas com mais 4 dezenas são 14 dezenas. 6 dezenas de 14 dezenas são 8 dezenas. O 8 (dezenas) escrevo debaixo da ordem das dezenas. 3 centenas de 3 centenas são 0 centenas. O 0 (centena) escrevo debaixo da ordem das centenas. 1 unidade de milhar de 2 unidades de milhar são 1 unidade de milhar. O 1 (unidade de milhar) escrevo debaixo da unidade de milhar. Leia, agora, o cálculo com a resposta.

O Método de subtração austríaco ou comercial

O porquê deste método ser chamado de método austríaco, ainda não está bem esclarecido. Também é conhecido, em outros meios, por subtração comercial, porque o comerciante a usa no seu comércio. Na verdade, o comerciante não subtrai, mas soma, isto é, ele soma ao subtraendo tanto até este se igualar ao minuendo. Supondo que compramos algo por 700 reis e damos uma nota de 1000 réis. O comerciante não calcula 1 mil réis menos 700 réis, mas sim: 700 réis, pega dinheiro do caixa e, enquanto ele coloca 3 moedas de 100 réis, ele conta: 800, 900, 1 mil réis.

Este procedimento é mais apropriado ao comerciante, porque quando ele sabe o resultado, simultaneamente, já está pagando. Na escola, onde, na realidade, não pagamos, não precisando, então nos preocupar com o dinheiro, o primeiro método é mais adequado para promover a habilidade de calcular, do que a comercial. Porém, em muitas escolas é ensinado, e alguns afirmam que ele é mais fácil e mais compreensível às crianças.

O procedimento é assim:

7265

3182

4083

Quanto devo somar a 2 unidades para ter 5 unidades? O 3 (unidades) escrevo debaixo da ordem das unidades. Quanto devo somar a 8 dezenas para obter 16 dezenas? O 8 (dezenas) escrevo debaixo da ordem das dezenas. O aluno deve lembrar que, se o algarismo de cima for menor que o correspondente de baixo, ele deve ser aumentado em dez (emprestado do algarismo próximo). Quanto devo somar a 1 centena para obter uma centena? O 0 escrevo debaixo da ordem das centenas. Quanto devo somar a 3 unidades de milhar, para obter 7 unidades de milhar? O 4 escrevo debaixo da unidade de milhar.

Prova

É muito útil ao aluno se ele souber fazer a prova da veracidade (real). Por isso, o professor não deve perder a oportunidade de mostrar que o resto, somado ao subtraendo, deve ser igual

3182

ao minuendo. O resultado do cálculo é correto, quando $+ \underline{4083}$ resulta em 7265.

ANEXO 02: DECRETO – LEI Nº 88

Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares, no Estado.

O Doutor Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 181 da Constituição da República.

Considerando que, embora a arte, a ciência e o seu ensino sejam livres à iniciativa individual e à associações ou pessoas coletivas, “não se pode confundir liberdade de pensamento e de ensino com a ausência de fins sociais”;

Considerando que ensino é “um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam”;

Considerando que, portanto, é dever do Estado tutelar a educação da infância e da juventude brasileiras, não apenas apercebendo-as de conceitos e noções sem fisionomia moral e cívica, mas formando-lhes o espírito no culto às tradições, à língua, aos costumes e às instituições nacionais, e na compreensão dos direitos e dos deveres do cidadão brasileiro;

Considerando que, sendo cidadãos brasileiros “os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço do governo de seu país”, - corre ao Estado a obrigação de resguardar e defender as novas gerações brasileiras, sem distinção de sua origem racial, de toda e qualquer influência que contrarie aquele postulado constitucional e desvirtue, tolha ou dificulte a propaganda dos sentimentos de brasilidade no espírito dos que nasceram no solo nacional;

Considerando a necessidade de consolidar e uniformizar as disposições existentes relativas ao ensino primário privado, bem como de pô-las de acordo com a orientação social e política do Estado Novo;

DECRETA:

Art. 1º - Os estabelecimentos particulares de ensino primário reger-se-ão, no Estado, pelas normas deste decreto-lei.

Art. 2º - Nenhum estabelecimento particular de ensino primário poderá funcionar no Estado, sem prévia licença do Secretário do Interior e Justiça.

Parágrafo único – Dentro de um raio de três quilômetros de escola pública, ou particular licenciada, só poderá ser localizada outra escola, de vez que as existentes não comportem a totalidade das crianças, em idade escolar; recenseadas na circunscrição correspondente.

Art. 3º - A concessão de licença depende de requerimento que especifique:

1º - o nome do estabelecimento;

2º - o local da escola, com indicação do município, cidade, vila, ou povoado; rua e número;

3º - os cursos que se manterão, as disciplinas que serão professadas, e o programa e horário adotados;

4º - a duração do curso;

5º - o número máximo de alunos para cada classe;

6º - o período de férias;

7º - o corpo docente, com a designação do diretor;

8º - se a escola representa iniciativa singular do professor ou organização de um grupo de professores ou de sociedade escolar;

9º - o nome do responsável pelo estabelecimento, perante o Governo do Estado;

10º - a relação do material escolar e a declaração de estar este, ou não, exonerado de dívida.

Art. 4º - Deverá o requerimento ser instruído com os seguintes documentos:

1º - prova de serem brasileiros natos os professores de língua nacional, geografia, história da civilização e do Brasil e de educação cívica e moral, em todos os cursos;

2º - prova de que o diretor, ou responsável, e os demais professores são brasileiros natos, ou naturalizados;

3º - prova de serem os professores diplomados por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido, ou habilitados conforme o decreto n. 1.300, de 14 de novembro de 1919;

4º - prova de identidade e idoneidade moral do diretor, ou responsável, e dos professores;

5º - prova de sanidade do diretor, professores e demais funcionários da escola;

6º - prova da propriedade do material escolar;

7º - demonstração dos meios de manutenção da escola, pormenorizando-se a receita e a despesa anuais; e, recebendo o estabelecimento auxílio ou contribuição individual, quer diretamente, quer por meio de sociedade escolar, especificar os nomes dos auxiliares, ou contribuintes, sua nacionalidade, residência, idade, profissão, e se são representantes legais de alunos matriculados;

8º - cópia do regimento interno, que será adotado;

9º - fotografia e planta do prédio e de seus compartimentos;

10º - prova da capacidade didática dos professores;

11º - declaração expressa do responsável, com firma reconhecida, de que o estabelecimento não será mantido nem subvencionado por instituição ou governo estrangeiro;

12º - um exemplar dos respectivos estatutos e a prova de se acharem inscritos no registro competente, se o estabelecimento for mantido por sociedade escolar.

Art. 5º - O Governo do Estado poderá rejeitar no todo, ou em parte, as provas oferecidas, desde que as não julgue bastantes, bem como, por intermédio do Departamento de Educação, determinar as investigações necessárias para averiguar a procedência ou a veracidade das declarações feitas.

Art. 6º - Não poderá ser diretor ou professor de estabelecimento de ensino primário ou por este responsável pessoa que o Governo do Estado, a seu exclusivo juízo, não reputar idônea, sobretudo em relação ao objetivo da propaganda dos sentimentos de brasilidade e de educação moral e cívica.

Art. 7º - É obrigatório aos estabelecimento particulares de ensino primário:

1º - dar em língua vernácula todas as aulas dos cursos pré-primário, primário e complementar, inclusive as de educação física, salvo quando se tratar do ensino de idioma estrangeiro;

2º - adotar os livros aprovados oficialmente;

3º - usar exclusivamente a língua nacional quer na respectiva escrituração, quer em taboetas, placas, cartazes, avisos, instruções ou dísticos, na parte interna ou externa do prédio escolar.

4º - confiar os curso de jardins de infância e escolas maternas a professores brasileiros natos;

5º - ter sempre ensaiados os hinos oficiais;

6º - homenagear aos sábados a Bandeira Nacional, conforme se pratica nos estabelecimentos oficiais, fazendo recitar a oração que será oferecida pelo Departamento de Educação;

7º - respeitar os feriados nacionais, comemorando-os condignamente;

8º - adotar uniformes escolares, desde que seja mantido mais de um curso e submetê-los, previamente, à aprovação do Departamento de Educação, que poderá determinar as modificações que julgar necessárias;

9º - ter à vista, na sala de aula, o horário das lições;

10º - receber e acatar as autoridades escolares, prestando-lhes todas as informações que exigirem;

11º - organizar uma biblioteca de obras nacionais, para os alunos;

12º - apresentar, anualmente, ao Diretor do Departamento de Educação, o relatório dos trabalhos escolares;

13º - fornecer, ao Departamento de Educação e as autoridades de ensino, os dados solicitados;

14º - não admitir a aplicação de castigos físicos aos alunos

Art. 8º - Os mapas, fotografias, estampas, dísticos ou emblemas, assim nas salas de aula, como em qualquer outra parte do prédio escolar, não poderão perder o característico de brasilidade.

Parágrafo único – É obrigatória a colocação da Bandeira Nacional, em lugar de destaque, em todas as salas do estabelecimento.

Art. 9º - Nenhum estabelecimento de ensino particular poderá, direta ou indiretamente, ser mantido, ou subvencionado, por instituição ou governo estrangeiro, ou elementos que embora não estrangeiros, não exprimam, a juízo exclusivo do Governo do Estado, cabal garantia de que o auxílio escolar fornecido não concorra para desvirtuar ou enfraquecer os sentimentos de brasilidade, que devem ser transmitidos à infância e à juventude nascidas no Brasil.

Art. 10 - Deverá ser previamente aprovado pelo Secretário do Interior e Justiça a denominação do estabelecimento de ensino particular.

Parágrafo único – Não poderá ser adotado denominação que, embora em língua nacional, recorde, ou exprime, de qualquer forma, origem ou relação estrangeira.

Art. 11 - O responsável por estabelecimento de ensino primário assinará, perante o inspetor escolar da circunscrição, termo de responsabilidade pelo cumprimento de todas as exigências do presente decreto-lei.

Art. 12 - Fica obrigado ao exame previsto pelo decreto n. 1.300, de 14 de novembro de 1919, o diretor, ou professor, de escola particular que não for diplomado por estabelecimento de ensino oficial, ou reconhecido, nem possuir certificado de professor provisório.

Parágrafo 1º - A reprovação no exame inabilita o candidato, assim para as funções de professor, como para as de diretor, ou responsável.

Parágrafo 2º - Somente passados dois anos poderá requerer novo exame o candidato reprovado.

Parágrafo 3º - O exame será presidido pelo inspetor federal das escolas subvencionadas, quando realizado nas zonas sob sua jurisdição.

Art. 13 - Excetuados os estrangeiros que sejam hóspedes oficiais do Governo do Estado, nenhum orador, ou conferencista, poderá expressar-se, nas reuniões ou comemorações escolares, senão em língua nacional.

Parágrafo único – Serão previamente submetidos à aprovação do inspetor de ensino da circunscrição os programas dessas comemorações, ou reuniões.

Art. 14 - O ensino religioso será feito em língua nacional, quando ministrado dentro do horário dos trabalhos escolares.

Art. 15 - Os estabelecimentos particulares de ensino primário não poderão ter outro horário, senão o aprovado pelo Departamento de Educação.

Art. 16 - As infrações de dispositivos do presente Decreto-lei corresponderão as seguintes penalidades:

- a) afastamento do diretor, ou responsável, e professores;
- b) fechamento temporário do estabelecimento;
- c) fechamento definitivo, com apreensão do material escolar e didático.

Art. 17 - O diretor, ou professor, será afastado, quando:

1º - não tiver ensaiados os hinos oficiais em todos os cursos, nem der aos alunos a explicação e a interpretação das respectivas letras;

2º - não fizer a escrituração escolar no idioma nacional e de acordo com o modelo oficial;

3º - não adotar programas oficiais para o curso primário;

4º - não usar a série de livros didáticos adotados pelo Departamento de Educação, para o curso primário;

5º - negar informações solicitadas pelas autoridades escolares, ou fornecê-las inverídicas;

6º - aplicar castigos físicos aos alunos;

7º - for acometido de moléstia contagiosa, ou que o torne incapaz, para a função;

8º - infringir individualmente qualquer outros dispositivos deste decreto-lei;

Parágrafo 1º - Não poderá, durante cinco anos, exercer o magistério no Estado, o diretor, responsável ou professor afastado por qualquer dos motivos previstos nesse artigo.

Parágrafo 2º - se o afastamento for motivado por ter cooperado para impedir ou dificultar a nacionalização do ensino, não mais poderá exercer qualquer função pública em repartição do Estado, nem em instituição ou estabelecimento por este subvencionado.

Art. 18 - Fechar-se-á o estabelecimento temporariamente, e enquanto persistir a irregularidade, quando:

1º - Não ministrar todo o ensino em língua nacional, exceto o de idioma estrangeiro;

2º - não haver cometido a brasileiro nato o ensino da língua nacional, história da civilização e do Brasil, geografia, educação moral e cívica e os cursos de jardim de infância e de escolas maternais;

3º - adotar livros em língua estrangeira, sem prévia licença do Departamento de Educação;

4º - tiver professor em situação ilegal no corpo docente;

5º - houver reincidência na aplicação de castigos físicos aos alunos;

6º - não tomar parte nas comemorações cívicas programadas na localidade, ou deixar de comemorar os dias de festa nacional, recomendados pelo Departamento de Educação;

7º - não manter o prédio escolar em condições de salubridade, higiene, ou segurança;

8º - deixar de ter por qualquer motivo, responsável pelo seu funcionamento, ou o que for aceito não assinar o respectivo termo de responsabilidade;

9º - não lhe for, manifestamente, a renda ou auxílio, bastante à manutenção, tendo-se em vista o disposto no artigo 20;

10º - contravir a dispositivo do presente decreto-lei, e para a infração não tiver sido prevista sanção especial.

Art. 19 - Fechar-se-á definitivamente o estabelecimento, quando:

1º - não estiver registrado no Departamento de Educação, conforme o presente decreto-lei;

2º - houver fraude, ou simulação, no registo;

3º - receber, direta ou indiretamente, subvenção ou auxílio compreendido na proibição prevista no artigo 9º;

4º - constituir-se, por qualquer motivo ou forma, centro desnacionalizador;

5º - ministrar o ensino de língua estrangeira a crianças que não tenham o curso primário no idioma nacional;

6º - impedir ou dificultar a visita de autoridade do ensino;

7º - houver graves e manifestas irregularidades no seu funcionamento, ou o emprego de fraude ou simulação, para evitar o cumprimento deste decreto-lei;

8º - houver reincidência nas faltas previstas nos artigos 17 e 18.

Art. 20 – A manutenção do estabelecimento particular de ensino primário, desde que baseada em contribuições de alunos, será calculada, tomando-se em consideração os seguintes dados:

- a) Para o cômputo da receita, não se admitirá contribuição mensal excedente de seis mil réis (6\$000), por aluno, nas sedes de distritos e nas zonas rurais, e de dez mil réis (10\$000) nas sedes de municípios.

- b) Para o cômputo das despesas, calcular-se-ão, no mínimo, os vencimentos mensais de cento e vinte mil réis (120\$000), nas sedes de distritos e nas zonas rurais, e de cento e cinquenta mil réis (150\$000) nas sedes dos municípios, para cada professor, e de trinta mil réis (30\$000) mensais, para a conservação ou aluguel do prédio escolar. Havendo diretor, ser-lhe-ão computados os vencimentos de duzentos mil réis (200\$000) mensais, incluídos nestes os de professor, se o for também.
- c) A cada professor corresponderá uma classe de cinquenta alunos, no máximo, salvo autorização especial do Secretário do Interior e Justiça.

Parágrafo único – O Departamento de Educação poderá promover os meios necessários à fiscalização das contribuições, ou subvenções. E caso se presuma, com fundado motivo, existência de fraude ou simulação, no modo de ser dada a subvenção ou contribuição, poderá o Secretário do Interior e Justiça determinar que se faça por intermédio daquele Departamento, com as cautelas e garantias que julgar necessárias.

Art. 21 – Fechado o estabelecimento particular de ensino primário, com frequência escolar, promoverá, desde logo, o Departamento de Educação, no mesmo local ou dentro na mesma área, a abertura de escola estadual, com capacidade correspondente à do estabelecimento interdito.

Art. 22 – As penas previstas nas alíneas a, b, e c do artigo dezesseis serão impostas:

- a) pelo Diretor do Departamento de Educação, com recurso para o Secretário do Interior e Justiça, as da alínea a;
- b) pelo Secretário do Interior e Justiça, com recurso para o Governador, ou Interventor Federal, as da alínea b;
- c) pelo Governador ou Interventor Federal as da alínea c, do referido artigo.

Parágrafo único – Os recursos deverão ser interpostos dentro de quinze dias, contados da data da publicação do ato, ou despacho, sob pena de deserção.

Art. 23 – Compete ao Inspetor Escolar:

1º - fiscalizar o ensino primário nas escolas particulares, enquadrando-as no sistema das escolas estaduais, e propor ao Departamento de Educação as providências que, a respeito, julgar necessárias;

2º - dar parecer nos processos de abertura e fechamento de escolas particulares;

3º - fazer cumprir os dispositivos deste decreto-lei.

Art. 24 – Os atuais estabelecimentos particulares de ensino primário deverão, dentro em noventa dias e sob pena de fechamento, regularizar a sua situação, de acordo com os novos requisitos criados por este decreto-lei.

Parágrafo único – Não os beneficia, porém, esse prazo, em relação ao cumprimento de condições já existentes em leis anteriores e que, por este decreto-lei, foram apenas consolidadas. Neste caso, a aplicação da pena independe do transcurso do prazo.

Art. 25 – As Prefeituras Municipais não poderão subvencionar escolas particulares de ensino primário, sem prévio parecer do Departamento de Educação e despacho do Secretário do Interior e Justiça.

Art. 26 – Ficam revogados o decreto nº 58, de 28 de janeiro de 1931, e as demais disposições em contrário.

Art. 27 – Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 31 de março de 1938

NEREU RAMOS

Ivo d'Aquino

APÊNDICE 01: PROFESSOR GEORG AUGUST BÜCHLER¹⁴³

O professor Georg August Büchler (1884 – 1962) nascido em Steinbach, na região de Essen, na Alemanha, formou-se no Curso de Pedagogia, em 1904. Um ano depois, ele imigrou para o Brasil, mais precisamente, Blumenau, na condição de enviado pela Associação Escolar Alemã, para lecionar Inglês e Matemática, na *Neue Deutsche Schule* (atual Escola de Educação Básica Dom Pedro II). Em 1915, obteve maior destaque com a publicação da obra *Verdeutschungsheft*, uma gramática de Língua Portuguesa para alemães, que orientou os colonos, no início do século.

Lecionou até 1917, sendo afastado por causa da Primeira Guerra Mundial. Foi nesse período que se dedicou ao estudo da Matemática, publicando, em 1925, o “Guia de Cubagem”, que até hoje é utilizado em serrarias e madeireiras da região, devido à grande precisão. Em 1930, voltou à atividade docente, como diretor da Escola Alemã, em Florianópolis, sendo transferido para Joinville, com o mesmo cargo, onde permaneceu até 1938. Nesse mesmo ano, mudou-se para São Paulo, onde foi convidado para dirigir o 2º grau da Escola Comercial de São Paulo. Ficou lá até 1942, quando, novamente, foi afastado de suas atividades devido a Segunda Guerra Mundial.

No restante da década, Büchler permaneceu em Santa Catarina, dedicando-se à Gramática e à Matemática, aprofundando-se no estudo do famoso Teorema de Fermat: “Não há números inteiros e diferentes de zero que satisfaçam à equação $x^n + y^n = z^n$, desde que n seja inteiro e maior que 2.” Em 1956, defende tese na Universidade Federal do Paraná mostrando, numa época em que tudo se tornava mais difícil por não existir calculadoras, possíveis direções para a solução do teorema.

Georg Büchler escreveu, também, com ajuda de alguns estudantes, uma Coleção de Aritmética Elementar, em 3 volumes, que não chegou a ser editada. Alguns de seus escritos foram perdidos após sua morte e, dentre eles, estaria a solução para o Teorema de Fermat, que ele afirmava ter encontrado.

¹⁴³ Informações obtidas em: FORMIGA, A. O Mestre das Letras e dos Números. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 21 março, 1993, p. 8-9; LUNA, J.M.F. de. **O português na escola alemã de Blumenau: da formação à extinção de uma prática**. Itajaí: Editora da Univali; Blumenau: Editora da FURB, 2000.

APÊNDICE 02: ROTEIRO DE ENTREVISTA

PRIMEIRA PARTE: *Questões apresentadas a todas as pessoas: ex-alunos e professores de Matemática*)

- 1) Quando e onde o(a) Sr(a) nasceu?
- 2) Em que ano iniciou sua vida escolar? Em qual escola? Em qual localidade (ou município)?
- 3) Como era a vida na escola? Quais são as suas lembranças deste tempo? (Rotinas, regras, acontecimentos marcantes, ...) Quantos níveis de ensino lá havia?
- 4) Como era o ensino de Matemática? Quem eram os professores? Qual a formação deles? De onde eles eram? O que era ensinado? Quais os livros de matemática adotados? Qual(is) a(s) metodologia(s) de ensino? Há fotos, cadernos, livros relativos ao período?
- 5) Durante a sua vida escolar, ocorreram mudanças significativas no ensino? E no ensino da Matemática? Quais? O que as provocaram?
- 6) O Sr(a) estudou até que ano? Qual série(nível, grau ou ciclo)? Concluiu os estudos? Se não, por que os interrompeu?

SEGUNDA PARTE: *Questões destinadas apenas aos professores de Matemática*

- 7) Quando, onde e como iniciou a sua vida profissional? Qual era a sua formação? Por que optou ser professor(a) de Matemática?
- 8) Fale um pouco sobre as escolas dessa época.
- 9) Como era o ensino de Matemática nesse período? (Métodos, recursos, livros utilizados, ...)
- 10) Trace o panorama sobre a Educação Matemática ao longo dos anos de sua atividade docente.

APÊNDICE 03

QUADRO 6: RELAÇÃO DOS DEPOENTES
(Organizado por ordem de data de realização da entrevista)

DEPOENTE	DATA	LOCAL	DURAÇÃO
José Valdir Floriani	02/04/2002 02/06/2002	FURB	51 min. 56 min
Waltraud Koch	25/04/2002	Residência	46 min.
Cora dos Santos	16/07/2002	Residência	37 min.
Johanna Kuehn	18/07/2002 26/09/2002	Residência	41 min. 15 min.
Rubens Lippel	26/09/2002 11/04/2003	Residência	44 min. 11 min.
Wilson Alves Pessoa	05/02/2003	Residência	46 min.
Alfredo Petters	30/04/2003	Residência	55 min.
Dagobert Günther	08/05/2003	Residência	34 min.
Almerindo Brancher	05/05/2003	FURB	102 min.
Erika Martins Flesch	28/07/2003 03/09/2003	Residência	78 min. 19 min.
Lothar Schmidt	27/11/2003 18/03/2004	Indústria Cremer	44 min. 22 min.

APÊNDICE 04: CARTA DE CESSÃO

Blumenau, ... de de 200...

Eu, ..., RG nº declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, realizada no dia/..../...., transcrita e elaborada sob forma de texto para ROSINÉTE GAERTNER usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo terceiros a ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle a Rosinète Gaertner, que tem a sua guarda, ou a outro que ela possa a vir determinar.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

.....